Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Campus de Presidente Prudente - Faculdade de Ciências e Tecnologia
Programa de Pós-Graduação em Geografia

Contribuições e limitações das políticas públicas para o fortalecimento das agricultoras: o caso da Organização de Mulheres do Assentamento Tucano (OMAT) em Euclides da Cunha Paulista (SP)

Larissa Araujo Coutinho de Paula

Presidente Prudente - SP
2015

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Campus de Presidente Prudente - Faculdade de Ciências e Tecnologia
Programa de Pós-Graduação em Geografia

Contribuições e limitações das políticas públicas para o fortalecimento das agricultoras: o caso da Organização de Mulheres do Assentamento Tucano (OMAT) em Euclides da Cunha Paulista (SP)

Larissa Araujo Coutinho de Paula
Orientadora: Prof.ª Drª Rosangela Aparecida de Medeiros Hespanhol

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho FCT/UNESP – Presidente Prudente-SP, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia. Pesquisa realizada com financiamento da FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.

Presidente Prudente - SP
2015

FICHA CATALOGRÁFICA

Coutinho de Paula, Larissa Araujo.
C896c Contribuições e limitações das políticas públicas para o fortalecimento das agricultoras : o caso da Organização de Mulheres do Assentamento Tucano (OMAT) em Euclides da Cunha Paulista (SP) / Larissa Araujo Coutinho de Paula. - Presidente Prudente : [s.n.], 2015

224 f. : il.

Orientadora: Rosangela Aparecida de Medeiros Hespanhol
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia
Inclui bibliografia

1. Políticas públicas. 2. Relações de gênero. 3. Trabalho feminino. 4. Assentamento rural. 5. Euclides da Cunha Paulista (SP). I. Hespanhol, Rosangela Aparecida de Medeiros. II. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Tecnologia. III. Título.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Presidente Prudente

BANCA EXAMINADORA

PROFA. DRA. **ROSANGELA AP. DE MEDEIROS HESPANHOL**
ORIENTADORA

PROF. DR. **NÉCIO TURRA NETO**
(FCT/UNESP)

PROFA. DRA. **ERIKA VANESSA MOREIRA SANTOS**
(UFF)

LARISSA ARAUJO COUTINHO DE PAULA

Presidente Prudente (SP), 08 de outubro de 2015.

RESULTADO: Aprovada

Faculdade de Ciências e Tecnologia
Seção Técnica de Pós-Graduação
Rua Roberto Simonsen, 305 CEP 19060-900 Presidente Prudente SP
Tel 18 3229-5417 fax 18 3223-4519 posgrad@fct.unesp.br

Às mulheres da minha vida: minha avó Maria (in memorian), minha mãe, Marli, e minhas tias, Marta e Marlene.

Às mulheres do Assentamento Tucano, pela coragem e persistência!

Agradecimentos

Agradecer significa expressar gratidão, oferecer graças, reconhecer. Reconhecer a contradição de que embora escrever um trabalho acadêmico seja um exercício solitário, é impossível fazê-lo sozinha. Dessa forma, agradeço, em especial, as seguintes pessoas:

- A minha avó materna Maria Inês (*in memorian*), mulher, negra, nordestina, migrante, agricultora, analfabeta, por vários instantes vi sua história se confundir com a das mulheres que compõem esse trabalho. Despertou em mim desde criança o interesse pelo aprendizado, quando narrava as fábulas contidas em seus ilustrados livros para os netos, apesar de não saber ler.

- Aos meus pais, Marli e Dorvalino, pela tamanha importância que deram à educação dos filhos, comprando livros, acompanhando em todas as reuniões escolares, estimulando-nos, em meio a qualquer dificuldade. Obrigada pelo apoio incondicional em todos os momentos, nas conquistas e também nas frustrações. Espero um dia retribuir tudo o que fizeram por mim.

-Agradeço ao meu irmão, Lucas, há muito o que nos diferencia e muito o que nos assemelha, mas é isso o que nos inteira. Obrigada pela força que transmite.

- A Rosangela, pela orientação sempre paciente, justa e estimulante. Você é um exemplo enquanto professora, pesquisadora e, principalmente, enquanto pessoa, tem sido um grande privilégio ser sua orientanda.

- As mulheres e homens do Assentamento Tucano, por receberem tão bem uma intrusa como eu. Por toda a sabedoria e histórias que compartilharam comigo, pelas lágrimas e risos que enriquecerem seus relatos, pelos almoços e cafés, enfim, por serem os principais sujeitos deste trabalho. À todos os funcionários do ITESP de Euclides da Cunha Paulista, pelo auxílio e compreensão que tiveram durante os trabalhos de campo, também aos funcionários da prefeitura municipal, pelas entrevistas cedidas.

- A todos os membros da família Araújo, em Campinas e em Irapuru, especialmente meus tios, Juraci e Marlene, e minha tia Marta, por todo o apoio, acolhida e carinho durante esses anos distante da casa dos meus pais. E também aos meus tios Antonio, Cleusa, Tião, Cézar, Júlio, Anizia, Araci e Josias (*in memorian*).

- Aos membros da família Coutinho de Paula, espalhados por Campinas, São Paulo, Socorro e pelo sul de Minas Gerais, especialmente meu tio Sebastião, que nos deixou há pouco tempo, saudades. E aos meus tios João e Cida.

- Ao casal Ana e Guilherme, pela amizade e consideração, por sempre me receberem como uma filha.

- Em Campinas, agradeço minhas amigas: Jéssica, Mariana e Fernanda, Viviane e Ana Cláudia, embora cada uma de nós tenha tomado caminhos tão distintos, nossa amizade prevaleceu, e se fortalece.

- Aos professores da escola pública "Maju", especialmente: Marco Antonio, Rita, Inês e Ana Luísa, por ensinarem com empenho e amor, como tantos outros professores desse país, apesar da desvalorização profissional. E por instigarem o sonho de estudar em uma universidade de qualidade, como a Universidade Estadual Paulista (UNESP). Agradeço a bibliotecária Mara, pela experiência compartilhada e por ter me apresentado "Homens e Caranguejos", de Josué de Castro, o início de meu deslumbramento pela Geografia. Agradeço também a Paula, que foi minha professora no cursinho, e hoje é professora da Unesp, nosso reencontro em Presidente Prudente foi uma prazerosa surpresa, obrigada pelos cafés e pelos conselhos.

- As amizades feitas ao logo desses sete anos de vida Unespiana:

Regina (seus pais, dona Zilda e seu Adelício, e toda a sua família), pela longa e fiel amizade, me sinto como parte da família de vocês! Carlinha, obrigada pelas nossas conversas, por escutar minhas angustias e por todo o apoio! Vania (suricata, rs!), te agradeço pelas conquistas e pelas aflições que dividimos! Ana, obrigada por ajudar na realização deste trabalho, te admiro muito, pela sua maturidade e coragem, tenho certeza que ainda vivenciaremos muitas histórias juntas . Nyll, pela sua simplicidade e contagiante alegria! Juliana e Ítalo, pela recente amizade descoberta em terras astecas, mas que cresce a cada dia, pelo carinho e pelo auxílio com os mapas e impressões, vocês são mais do que especiais! Carol, pelas alegrias e tristezas que compartilhamos na mesma casa e na mesma Universidade! Roberta, pelo carinho e apoio, você é admirável! A doce e atenciosa Cris. Ana Lúcia, pelo carinho, e pelos momentos de aprendizagem e de descontração. A Ellen, que pude conhecer melhor durante nossa parceria de estudos para a seleção da pós-graduação, você é uma pessoa encantadora.

- Aos amigos e colegas da turma da Geo 51: Marilúcia, Marcela, Francielle, Dalila, Will, Lucas, Luan, Ricardo, Gabriel e Rafael! As amizades descobertas em

Presidente Prudente, a Márcia e Mário, a Viviane e sua família, a Cleusa e Isabella. A Silvinha, sempre tão querida e atenciosa comigo.

-As amizades iniciadas e reforçadas com os ingressantes na pós-graduação em 2013: à Rizzia, pelo compartilhamento dos anseios profissionais e pelo seu jeito "apimentado" de ser! À Maryna, pela convivência e aprendizado! À Sueli pela leveza em como vê a vida; à Paula, sempre serena e otimista, ao Miguel pelo bom humor; à Patrícia, muito amável e solidária e à Adma, pelo carinho! Cursar as disciplinas sem vocês não teria o mesmo entusiasmo!

- A todos os membros do Grupo de Estudos Dinâmica Regional e Agropecuária (GEDRA), especialmente: ao professor Nivaldo, à Gabriela, à Marleide, à Juniele, ao Sérgio e ao Flávio.

- Aos amigos e professores de espanhol, Luisa e César! Vocês são muito queridos, tive muita sorte em conhecê-los!

- A todos que contribuíram para minha estadia no México, especialmente ao casal Adriana e Paco. Não tenho palavras para expressar a gratidão por todo apoio e esmero que tiveram comigo, tanto em termos pessoais, quanto para a realização da pesquisa. Agradeço a família Salas pela acolhida: dona Rita, Don Chucho, Maripaz, Silvia, Milton, Karla, Ana, Zoe, Francisco, Omar, Irene, Lili, Jesus e as doces Azul e Regina. Agradeço aos funcionários da UAM-Xochimilco, especialmente a professora Gisela, e aos colegas: Randy, Armando, Nádia, Alma, Sergio e Victor. Hoje não tenho dúvidas, como diz a canção: "Como México, no hay dos!".

- A minha psicóloga, Marilsa, pelo apoio, por me apresentar Reich, e me despertar para o fato de que o autoconhecimento não pode ser alcançado sem uma conexão entre mente e corpo.

- A Maria Franco, pelo privilégio de dividirmos a mesma casa por alguns meses, e nesse breve tempo, com tamanha humildade e consideração, ter compartilhado seu conhecimento e material sobre os estudos de Gênero.

- Aos professores da banca de qualificação, à Erika, que sempre foi um motivo de admiração e por ter contribuído com este trabalho, quando tudo não passava de um desígnio, e ao Nécio, por ter me dado a consciência do poder construtivo e instigante que as críticas possuem e pelos conhecimentos transmitidos na disciplina de Metodologias de Pesquisa Qualitativa para Geografia, que tanto auxiliaram para a realização desta pesquisa.

- A todos os funcionários da FCT/UNESP, especialmente: Silvana, Tamae, Altina, Lúcia, Fátima, Cinthia, Aline e Flávia, por executarem seu trabalho com tanta prudência e gentileza.

- E não posso me esquecer de agradecer a Taiga, a companhia canina, que tem alegrado meus dias nesses últimos anos!

Agradeço a Deus, por ter se manifestado em cada uma dessas pessoas!

Apoio institucional

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pelas bolsas de estudo concedidas durante a vigência da pesquisa no país que permitiram a dedicação exclusiva ao trabalho acadêmico.

Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) também pela Bolsa de Estágio de Pesquisa no Exterior (BEPE), concedida pelo período de três meses, de novembro de 2014 à janeiro de 2015, através da qual tive a oportunidade de estudar as políticas públicas destinadas às mulheres rurais no México, além dos ganhos culturais e pessoais que essa experiência me proporcionou.

Lista de Quadros

Quadro 1. Síntese das Políticas Públicas estudadas..... 24

Quadro 2. Perfil geral dos funcionários de instituições e órgãos públicos entrevistados.. 34

Quadro 3. Perfil geral de assentadas e assentados entrevistados no Assentamento Gleba Tucano..... 34

Lista de Tabelas

Tabela 1. Área das Unidades de Produção Agropecuária em Euclides da Cunha Paulista, 2007/2008..... 88

Tabela 2. Principais lavouras temporárias cultivadas em Euclides da Cunha Paulista em 2006..... 90

Tabela 3. Principais lavouras permanentes cultivadas em Euclides da Cunha Paulista em 2006..... 90

Lista de Mapas

Mapa 1. Localização do município de Euclides da Cunha Paulista..... 85

Mapa 2. Localização dos assentamentos existentes no município de Euclides da Cunha Paulista..... 87

Mapa 3. Localização do Assentamento Tucano no município de Euclides da Cunha Paulista..... 93

Lista de Fotos

Fotos 1, 2 e 3. Produção de farinha de mandioca no Assentamento Tucano..... 59

Fotos 4, 5, 6 e 7. Áreas frontais e terreiros em lotes do Assentamento Tucano..... 65

Foto 8. Instituto de Terras de São Paulo (ITESP) em Euclides da Cunha Paulista..... 91

Fotos 9 e 10 Placas com informações do Assentamento Tucano..... 104

Foto 11. Dona Maria Valentina e sua mãe..... 113

Fotos 12 e 13. Artesanato feito pela senhora Maria Valentina..... 114

Foto 14. Centro de Informática atualmente desativado no Assentamento Tucano..... 124

Foto 15. Criação de gado leiteiro em lote do Assentamento Euclides da Cunha Paulista..... 141

Fotos 16, 17, 18 e 19. Estrutura da Cozinha Piloto de Euclides da Cunha Paulista..... 158

Foto 20. Banco de Alimentos em Euclides da Cunha Paulista..... 164

Fotos 21, 22, 23 e 24. Cultivo de Hortaliças pelas assentadas do Tucano..... 166

Fotos 25 e 26. Hortas para os programas de compras institucionais no Assentamento Tucano..... 178

Fotos 27 e 28. Produção de bicho de seda por família no Assentamento Tucano..... 180

Lista de Figuras

Figura 1. Esquema de divisão de lotes do Assentamento Tucano em Euclides da Cunha Paulista..... 103

Figura 2. Esquema indicando o nível de parentesco entre as pessoas entrevistadas na OMAT..... 108

Figura 3. Esquema indicando o nível de parentesco entre as pessoas entrevistadas na OMAT..... 109

Figura 4. Esquema indicando o nível de parentesco entre as pessoas entrevistadas na OMAT..... 109

Figura 5. Esquema das possíveis interações e multiplicidades vivenciadas pelas mulheres assentadas..... 190

Lista de Gráficos

Gráfico 1. Percentual de Documentos emitidos por sexo em nível estadual, de 2006 a 2009..... 147

SUMÁRIO

RESUMO..... 19

ABSTRACT..... 20

INTRODUÇÃO..... 21

CAPÍTULO I..... 37

GÊNERO E MULHERES NA AGRICULTURA: POSSÍVEIS RELAÇÕES..... 37

1.1. A importância dos estudos de gênero na agricultura: gênero, poder e a divisão sexual do trabalho na agricultura..... 38

1.2. A histórica associação entre o trabalho das mulheres rurais e a "ajuda"..... 52

1.2.1. Os desdobramentos na alimentação da família..... 57

1.2.2. Os desdobramentos na apropriação dos animais..... 60

1.2. 3. Os desdobramentos referentes à comercialização..... 61

1.2.4. Os desdobramentos espaciais referentes à casa da família rural..... 63

1.2.5. Os desdobramentos sobre a herança e o acesso à terra..... 66

1.2.6. A origem da associação entre o trabalho feminino e a "ajuda"..... 69

1.3. As trabalhadoras rurais no Brasil e a luta pela terra e por melhores condições de trabalho..... 72

CAPÍTULO II..... 83

A FORMAÇÃO DO ASSENTAMENTO TUCANO NO CONTEXTO DO MUNICÍPIO DE EUCLIDES DA CUNHA PAULISTA E A ORGANIZAÇÃO DE MULHERES DO ASSENTAMENTO TUCANO (OMAT)..... 83

2.1. O Município de Euclides da Cunha Paulista..... 84

2.2. O Assentamento Tucano..... 90

2.3. A Organização de Mulheres do Assentamento Tucano (OMAT) e a perspectiva dos jovens do assentamento..... 116

CAPÍTULO III..... 132

OS EFEITOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA VIDA DAS AGRICULTORAS DA OMAT..... 132

3.1. As políticas públicas para as mulheres rurais..... 133

3.2. Pronaf Mulher..... 137

3.3. Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural..... 143

3.4. Programa Bolsa Família..... 149

3.5. Programa Nacional de Alimentação Escolar..... 154

3.6. Programa de Aquisição de Alimentos 160

3.7. Demais Políticas Públicas..... 170

CAPÍTULO IV..... 173

AS RELAÇÕES DE GÊNERO NA OMAT E NO COTIDIANO DAS AGRICULTORAS: MULHERES EM CONFLITO?..... 173

CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 193

BIBLIOGRAFIA..... 200

ANEXOS..... 209

Lista de Siglas

AEGRE - Assessoria Especial de Gênero, Raça e Etnia

ANMTR - Articulação Nacional de Mulheres T-rabalhadoras Rurais

CATI - Coordenadoria de Assistência Técnica Integral

CODASP - Companhia de Desenvolvimento Agrícola do Estado de São Paulo

CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

CONTAG - Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

CUT - Central Única dos Trabalhadores

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

FUNAI - Fundação Nacional do Índio

GEDRA - Grupo de Estudos Dinâmica Regional e Agropecuária

IBAMA - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

ITESP - Instituto de Terras de São Paulo

LUPA - Levantamento das Unidades de Produção Agropecuária

MIRAD - Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS - Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MM - Marcha das Margaridas

Movimento de Mulheres Camponesas

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MSTTR - Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

MMTRs - Movimentos de Mulheres Trabalhadoras Rurais

OMAT - Organização de Mulheres do Assentamento Tucano

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PBF – Programa Bolsa Família

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNDTR - Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural

PPAIS - Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social

PROCERA - Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SEADE - Sistema Estadual de Análise de Dados

SPM - Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNESP - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

Longe o profeta do terror, que a Laranja Mecânica anuncia. Amar e mudar as coisas me interessa mais.
Alucinação, Belchior, 1976.

O saber a gente aprende com os mestres e os livros. A sabedoria se aprende é com a vida e com os humildes.
Cora Coralina.

São tantas Marias
Tantas e mais tantas,

Vidas sofridas,
Vidas bonitas,

Lutar todos os dias
É sua vida. Vida Mulher.

Marias, Marias do Povo.
Marias Mulheres
Marias Guerreiras.
Marias Mães, Marias Filhas,
Marias Exemplos.

São tantas Marias,
Tantas e mais tantas.

Marias Mulheres
Marias Guerreiras
Marias Mães, Marias Filhas
Marias Exemplos,
Marias Lutadoras.

São tantas Marias,
Marias Estupradas,
Marias Espancadas,
Marias Submissas,
Marias Esquecidas.
Marias Guerreiras.
São Tantas e mais tantas.

Marias Mães, Marias Filhas,
Marias Irmãs, Marias Esposas,
Marias Mulheres,
Vidas Marias,
Suas, Minhas,
Nossas Marias,
Nossas Mulheres.

Nossas Mães, Nossas Filhas.
Nossas Esposas, Nossas Irmãs,
Nossas Marias,
Marias Exemplos.
As Marias das Nossas Vidas.
Às Marias das Nossas Vidas!
(São tantas Marias, Erick Feitosa).

Resumo

Considerando a longa história de reivindicações das trabalhadoras rurais pelo acesso à terra e por melhores condições de vida e de trabalho, entende-se a elaboração de políticas públicas como resposta à algumas dessas demandas. Destarte, o objetivo que norteou essa pesquisa foi avaliar como o Programa de Aquisição de Alimentos, o Programa Nacional de Alimentação Escolar, o Pronaf-Mulher, o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural e o Programa Bolsa Família estão sendo operacionalizados e quais resultados têm gerado na vida das integrantes da Organização de Mulheres do Assentamento Tucano, em Euclides da Cunha Paulista (SP). Adotou-se, como perspectiva metodológica, o enfoque no cotidiano das famílias assentadas, realizando entrevistas (temáticas e de história oral) junto às lideranças da associação, demais participantes do grupo, funcionários de instituições públicas municipais e estaduais, além da antiga liderança feminina que organizava as ações na fase de acampamento, durante a luta pela terra. Constatou-se que, embora existam problemas, as políticas têm surtido efeitos positivos na vida das mulheres, como a relativa autonomia de renda, a melhora da autoestima, a maior consciência das relações de gênero em termos de trabalho doméstico e produtivo, o retorno aos estudos e a tentativa de articulação por meio da associação de objetivos comuns, apesar dos constantes conflitos entre homens e mulheres e entre as próprias mulheres.

Palavras-Chave: Políticas Públicas. Relações de Gênero. Trabalho Feminino. Assentamento Rural. Euclides da Cunha Paulista (SP).

Abstratc

Considering the long story of the rural work revendications to the farmland access to a best life conditions and also work conditions, it's deemed and the elaboration of public policies as the answers to those demands. Therefore the aim that carried this research was evaluate how The Food Acquisition Program, The National School Food Program, The Woman National Program for Strengthening Family Farming, The National Documentation of the Rural Worker Woman and The Program Child Benefit are being operated and which results have been generated in the life of the women organization members of the Tucano settlement, in Euclides da Cunha Paulista (SP). It was adopted as a methodological perspective the focus on the settlement families' routine, doing interviews (thematic and oral history) with the leaders of the Association, the other participants of the group, staff of municipal and state public institutions, as well the old female leaderships that used to organize the actions in the camping phase during the struggle for land. It was noticed although there are problems, the policies have positive effect in the women life with a certain rental autonomy, the improvement of the self-esteem, a major awareness of gender relations in a domestic and productive work terms, the return to the studies and the tentative of circulation by the association of common objectives despite of the constants conflicts between men and women and between the women themselves.

Keywords: Public Policies. Gender Relations. Female Work. Rural Settlement. Euclides da Cunha Paulista - SP.

Semeando o trigo, Jerci Maccari, 2005.

Introdução

A escolha do tema de pesquisa é o primeiro passo na construção do objeto científico. A escolha do tema contém uma relevância não apenas pelo estudo do próprio fenômeno, mas porque para nós se trata de um tema carregado de valores e experiências pessoais. Portanto, não foi uma escolha neutra, nunca o é (MARRE, 1991).

Como afirma Silva (2009, p. 96): "[...] é do encontro de motivações pessoais que se produz o conhecimento de uma dada realidade, que é sempre parcial e situacional, em permanente processo."

Essas experiências dizem respeito às observações e vivências desenvolvidas pela pesquisadora, pelo período em que residiu na área rural, e por toda uma trajetória que seus familiares e pela ligação que mantêm com a terra, em especial, as mulheres.

Ao longo dos cursos de Licenciatura e Bacharelado em Geografia, a experiência de iniciação científica pautou-se nos estudos sobre o rural, mais precisamente sobre as políticas públicas que, em tese, visam atender as demandas dos pequenos agricultores rurais. Essas políticas, em sua maioria, consistem em programas federais que, apesar de serem relativamente recentes, carecendo de um melhor aprimoramento, mantêm sua relevância, visto que durante muito tempo os programas de fomento à agricultura do Estado eram destinados aos grandes agricultores, produtores de itens exportáveis, concentrados em determinadas regiões do país. Durante esse período, essas políticas mantinham um caráter fortemente setorial, ou seja, restritamente voltado para a agricultura.

Na etapa final da pesquisa de iniciação científica, estudamos o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no município de Presidente Prudente, e durante a pesquisa de campo, percebemos que o emprego da força de trabalho feminina na produção de alimentos adquiridos por essa política pública era bastante significativa. Todavia, devido a uma série de questões subjetivas, as mulheres não estavam cadastradas como fornecedoras (essa situação não era condição apenas no município estudado, mas em todas as regiões do país, onde o programa é executado), o que obscurecia a participação das mesmas no programa, como bem demonstraram Siliprandi e Cintrão (2011).

A partir do conhecimento da existência de uma associação de assentadas rurais em Euclides da Cunha Paulista (SP), na qual algumas políticas públicas eram implementadas, acreditamos que fosse pertinente propor um projeto de pesquisa que focasse nessa dimensão, procurando investigar quais efeitos as políticas públicas

(Programa de Aquisição de Alimentos, Programa Nacional de Alimentação Escolar, Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural, Bolsa Família e Pronaf-Mulher) surtiam na vida dessas mulheres, tendo em vista as crescentes reivindicações das agricultoras pelo acesso à terra, a titularidade da mesma, o acesso ao crédito, a capacitação, a assistência técnica e melhores condições de trabalho (BUARQUE, 2005).

Nesse sentido, como toda pesquisa é sempre motivada por indagações ou questionamentos que iniciam o interesse pelo tema pesquisado, na medida em que algumas dessas questões são respondidas, no decorrer da pesquisa surgem novas inquietações. São as perguntas que movem o pesquisador. Ao longo do desenvolvimento do projeto de pesquisa e da execução do mesmo, tinha-se a hipótese de que as mulheres associadas estavam envolvidas em uma trama de tensões com os homens que também integravam a associação, por se tratar de um grupo misto, embora o nome da associação indique o contrário.

Algumas questões lançadas inicialmente foram: Como estão na atualidade as mulheres que lideraram a luta pela terra no Assentamento Tucano? Quais são seus objetivos atuais? As políticas públicas têm contribuído para a realização desses objetivos? Como se dá na atualidade a relação de gênero dentro do assentamento? Algumas dessas perguntas foram respondidas, outras se alteraram no decorrer da pesquisa, com o seu desenvolvimento.

O principal objetivo da pesquisa baseava-se, então, em identificar e analisar as contribuições e as limitações das políticas públicas (quadro 1), especialmente o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), e em segundo plano, o Pronaf Mulher e o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR) e o Bolsa Família, políticas que visam, direta ou indiretamente, propiciar à mulher uma maior valorização e melhores condições de vida e de trabalho.

Quadro 1 Síntese das Políticas Públicas estudadas

Descrição das políticas públicas estudadas	
Programa	**Descrição**
PAA	Política integrante do Programa Fome Zero, criada em 2003. Entre os objetivos gerais dessa política estão: o apoio à comercialização dos produtos da agricultura familiar; através da aquisição com dispensa de licitação; a contribuição para a diminuição da insegurança alimentar, por meio da distribuição destes produtos à entidades e projetos locais, em específico a modalidade Doação Simultânea.
PNAE	Seu objetivo foi apoiar a comercialização dos pequenos agricultores e propiciar a alimentação saudável aos alunos de escolas públicas. Foi criada em 1955, quando era conhecido como Campanha de Me renda Escolar, desde então o programa passou por várias alterações (MDS, 2012). Em 2009 (através da lei nº 11.947), torna-se obrigatório que pelo menos 30% dos recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) sejam utilizados na aquisição de gêneros alimentícios produzidos por pequenos agricultores.
PRONAF-MULHER	Trata-se de uma das modalidades do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, lançada no Plano Safra 2003/2004, direcionada exclusivamente às mulheres integrantes de unidades de produção familiar, independente de seu estado civil, podendo o crédito ser acessado individualmente ou em grupo.
PNDTR	Foi criado em 2004, com o objetivo de garantir a cidadania das trabalhadoras rurais, por meio de emissão gratuita de documentos civis e trabalhistas.
Bolsa Família	Programa criado em 2004, consiste em uma política de transferência de renda para famílias cuja renda *per capita* mensal é inferior à R$ 77,00. Tem como principal objetivo a redução da vulnerabilidade de famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza. O cartão para recebimento do recurso é disponibilizado para a mulher, que deve seguir uma série de condicionalidades quanto à saúde, à alimentação e a educação dos filhos.

Organização: Larissa Araujo Coutinho de Paula, 2015.
Fonte: MDA, MDS (2015).

O principal intuito da pesquisa consistiu em verificar se tais políticas têm alcançado efetivamente esses objetivos, quais os problemas a serem superados e de que maneira isso vem ocorrendo.

Este objetivo geral desdobrou-se em outros secundários, que são:

a) identificar a origem da OMAT, quais funções as mulheres exerceram em termos de sua organização; verificando ainda como se deu a inserção de homens na associação e como se dá a relação entre mulheres e homens no grupo organizado;

b) analisar como a dimensão de gênero interfere nas relações estabelecidas no assentamento, na associação, e no âmbito familiar das assentadas; bem como caracterizar como ocorre a divisão sexual do trabalho no âmbito das famílias às quais pertencem as associadas;

c) levantar informações sobre como as políticas públicas estão sendo implementadas no assentamento em questão e quais resultados estão trazendo para a realidade das assentadas vinculadas à OMAT;

Para alcançar os objetivos mencionados foram executados os seguintes procedimentos metodológicos:

1. Seleção, leitura e fichamento de material bibliográfico sobre temas relativos à pesquisa, tais como: conceito de gênero; participação da mulher na agricultura; poder; território; políticas públicas; assentamentos rurais; associativismo; e o processo de formação do Assentamento Gleba Tucano;

2. Coleta e análise de dados de fonte secundária, com o objetivo de caracterizar os aspectos socioeconômicos e agropecuários do município de Euclides da Cunha Paulista, através de fontes como: Censos Demográficos (2000 e 2010) e Censo Agropecuário (2006) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e dados da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE) e do Levantamento das Unidades de Produção Agropecuária (LUPA);

3. Coleta de dados e informações sobre a operacionalização e resultados das políticas públicas estudadas, junto aos *sites* do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), e por meio de entrevistas com roteiros pré-elaborados junto aos funcionários de instituições e órgãos públicos do município;

4. Realização de entrevistas, com roteiros pré-elaborados, junto à presidenta e tesoureira da OMAT e a assentadas e assentados do Assentamento Tucano, entre estes, associados e não associados à OMAT. Detalhadamente, foi realizado um total de 28 entrevistas, com: vinte (20) mulheres assentadas; cinco funcionários de órgãos e repartições públicas, sendo duas (2) assistentes sociais, um (1) técnico do ITESP, um (1) técnico da Secretaria Municipal de Agricultura; uma (1) nutricionista; e dois (3) homens assentados, associados à OMAT.

O trabalho de campo foi realizado em duas etapas, sendo a primeira feita em janeiro de 2014 e a segunda em agosto do mesmo ano. Todas as entrevistas foram gravadas em áudio e transcritas, o material produzido foi muito extenso, resultando em uma imensa quantidade de páginas de transcrição, que foi lido e organizado de acordo com as temáticas da pesquisa e analisado com base nas referências bibliográficas.

A vida das mulheres agricultoras tem sido historicamente marcada por muito trabalho e pouco reconhecimento. A sua desvalorização como agricultora fica evidente quando se denomina que o seu trabalho (para a sociedade e, muitas vezes, para elas mesmas) não passa de "ajuda", uma complementação ao trabalho masculino (pai/esposo, filho), que na visão patriarcal é o responsável pelo sustento da família. Apesar de hodiernamente a mulher ter conquistado muitos direitos, ainda vivencia restrições, preconceitos e desvalorização social, econômica e cultural, principalmente as pobres e as negras.

Com o reforço da valorização da família burguesa (tríade pai-mãe-filhos), a mulher foi afastada do mercado de trabalho, responsabilizando-se pelas tarefas domésticas, cuidados com a casa e os filhos, no espaço privado, legitimando-se assim uma desigualdade de gênero.

A inserção do tema de gênero na Geografia consiste num esforço de alguns pesquisadores em realizarem análises com abordagens para além do âmbito econômico, considerando que há outras influências sobre o espaço, sendo a raça e o gênero algumas delas (MASSEY, 2000).

A problemática do gênero surgiu entre as feministas que defendiam o caráter social das distinções baseadas no sexo, rejeitando assim o determinismo biológico. O gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e é a primeira forma de significar as relações de poder (SCOTT, 1995). As relações de gênero produzem uma relação desigual de distribuição de poder, privilégios e prestígios de acordo com o sexo das pessoas, por isso, diz-se que as relações de gênero são relações de poder (BOURDIEU, 2011).

O objeto desta pesquisa é também sujeito: são as mulheres associadas da Organização de Mulheres do Assentamento Tucano (OMAT), assentadas do Assentamento Tucano, em Euclides da Cunha Paulista (SP). Ao descrever o objeto de pesquisa é necessário enfatizar que este não é um grupo homogêneo, nem fechado em si. Essas mulheres integram diferentes famílias, são de diferentes origens, idades,

raças/etnias; religiões, nível educacional etc. Procurou-se explicitar esse conjunto de características no decorrer da pesquisa. Como menciona Bourdieu (2006), a constituição de um objeto de pesquisa supõe a escolha de um aspecto, porém seja qual for o fato social a ser estudado, ocorre por uma pluralidade infinita de aspectos, "como uma teia de relações a ser desembaraçadas, uma por uma" (p. 91). Assim, deve-se ter consciência de que esses sujeitos (as mulheres) não serão encontrados fechados em si, "prontos", "acabados", nem apresentarão uma uniformidade, cabendo a nós, pesquisadores, a tarefa de esmiuçar, desvendar suas trajetórias e suas particularidades.

Essas mulheres participaram como liderança na árdua luta para a transformação do acampamento em assentamento, que se deu em 1990, após mais de cinco anos de resistência (OLIVEIRA, 2001). Situando essas mulheres no espaço e tempo, após vinte e quatro anos de implantação do Assentamento Tucano, muitas destas que participaram dessa luta, permanecem vivendo e produzindo no assentamento, embora tenham na atualidade outras ambições e projetos. Além disso, há uma nova geração de mulheres que, evidentemente, almeja novas conquistas, provavelmente, para além do assentamento, possibilidades que talvez suas mães não logrem ver.

Para apreender as nuances desse grupo de mulheres é necessário expor-se ao tema. Quando se trata das Ciências Humanas nada é apenas objeto, devido a ligação com o que o sujeito estuda. Não devemos manter uma exterioridade mecânica com o objeto, baseada apenas no referencial teórico, mas interagir intensamente com ele (RIBEIRO, 1999).

Conforme adverte Santos (1999), somos ao mesmo tempo, sujeito-objeto da pesquisa. Enquanto pesquisadores, precisamos permitir que os sujeitos estudados ajam sobre nós e nossas investigações, da mesma forma também devemos agir sobre eles e com eles haver uma interação.

Deve-se considerar o sujeito pesquisado como uma importante parcela da realidade a ser conhecida e nunca tomá-lo meramente como informante. É preciso esforçar-se para compreendê-lo na sua complexidade (SANTOS, 1999).

Não há como produzir conhecimento se não houver a relação entre investigador e investigado, logo há uma relação de complementariedade entre esses dois lados da pesquisa. Não há produção de conhecimento se essa relação não for refletida e tensionada, caso contrário, o conhecimento gerado poderá ser duvidoso, fragilizado.

Diante da temática estudada e dos objetivos ambicionados, torna-se necessário discutir os procedimentos metodológicos utilizados. Conforme salienta Silva (2003), estudos que contenham a abordagem de gênero na produção do espaço devem manter a atenção sobre o cotidiano, o micro-social, exigindo dos pesquisadores novos procedimentos teórico-metodológicos que contemplem a problemática. Desse modo, a pesquisa necessitou manter uma aproximação do cotidiano das mulheres e homens estudados, sua relação familiar, a organização na distribuição dos trabalhos agrícolas, enfim, a vivência dessas pessoas. Para tanto, as práticas qualitativas de pesquisa foram de grande valia.

O trabalho de campo é fornecedor de muitos elementos imprescindíveis à investigação, além de trazer informações que a teoria por si só não aponta. As leituras devem estimular reflexões sobre fenômenos e processos observados e vivenciados no campo.

Segundo Santos (1999, p. 117):

> O trabalho de campo vai além da coleta de dados para desenvolvermos uma pesquisa comprometida com a realidade das populações, visto que também será um esforço acurado do pesquisador em lapidar esse diamante, que é a memória das populações em relação ao vivido. Esse procedimento exigirá dos pesquisadores um respeito radical pelos modos de sentir, pensar, agir e reagir do 0outro.

O trabalho de campo consiste numa etapa na qual as informações não são simplesmente obtidas, mas produzidas através da relação que o pesquisador estabelece no decorrer da pesquisa com os sujeitos que integram seu objeto de investigação, através do respeito ao espaço e tempo no contexto dos pesquisados e dos diálogos estabelecidos com eles (TURRA NETO, 2011).

As primeiras visitas são a oportunidade de, além de estabelecer contato, fazer as primeiras observações. As observações, em profundidade, permitem descrever com densidade as características dos sujeitos estudados (GEERTZ, 1978). A descrição dos elementos observados, como a área, os gestos, as vestimentas e demais detalhes, muitas vezes, revelam informações subjetivas.

Conforme recomenda Thompson (1998) é interessante obter informações básicas sobre os sujeitos estudados, os fenômenos e processos estudados primeiramente. Os

diálogos informais são uma maneira de explorar melhor o assunto estudado, “mapear o campo”.

Além das observações e do registro fotográfico, as entrevistas permitiram um maior embasamento sobre a realidade vivida pelas famílias estudadas, visto que infelizmente não foi possível conviver com elas diariamente por um período considerável, para uma observação participante.

As entrevistas, cujos roteiros encontram-se nos anexos, também consistiram na metodologia empregada para a obtenção de informações junto aos representantes de órgãos locais ligados à agricultura, tais como funcionários do Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP - unidade de Euclides da Cunha Paulista), da Secretaria Municipal da Agricultura de Euclides da Cunha Paulista, assistentes sociais e nutricionista do serviço público municipal. Com essas entrevistas, foram obtidas informações mais precisas sobre o funcionamento e os efeitos das políticas públicas estudadas no assentamento em questão. Além disso, essas informações foram contestadas pelos relatos das pessoas entrevistadas.

A entrevista é um processo de interação social, uma “conversa interessada”, na qual o entrevistador visa obter informações do entrevistado e apreender questões sobre o comportamento e a consciência do mesmo. As informações que se buscam alcançar com as entrevistas referem-se, geralmente, a um objetivo específico (COLOGNESE; MÉLO, 1998). Para Thompson (1998), o principal objetivo das entrevistas não é a obtenção de informação ou evidências, mas sim fazer um registro “subjetivo” de como o homem ou a mulher olha para traz e enxerga a própria vida, em sua totalidade, ou em uma de suas partes.

Segundo Thompson (1998), um bom entrevistador deve respeitar as pessoas entrevistadas, ter flexibilidade, capacidade de demonstrar compreensão e simpatia pela opinião de seus entrevistados e disposição para manter-se calado e ouvir.

O pesquisador deve dar liberdade para que os entrevistados falem, e também para que não falem (quando não quiserem falar), é preciso respeitar o silêncio. Os silêncios, gestos e desvios de assunto possuem um significado, que pode ser interpretado, uma subjetividade.

Uma das limitações das entrevistas, apontada por Colognese e Mélo (1998), consiste no fato de que a interação verbal não ocorre de forma em que as posições sociais sejam simétricas, já que o entrevistador/pesquisador costuma estar numa posição

superior, no controle da situação. Este fator já diferencia a entrevista de um simples diálogo. E isso pode fragilizar os resultados, de modo que o entrevistado se sinta coagido a responder aquilo que o entrevistador espera, para agradá-lo, ou permanecer passivo.

De acordo com Thiollent (1987), a discussão metodológica sobre a técnica da entrevista deve considerar os problemas advindos da relação entre Sociologia e Psicologia. A relação entre o entrevistador e o entrevistado implica em características como idade, sexo, raça, educação, religião, que podem interferir nas respostas dadas pelo entrevistado. Neste caso, convém mencionar que foram encontradas dificuldades nas entrevistas com os homens, pois sendo mulher e jovem, e pesquisar as relações de gênero no assentamento, esses homens possivelmente viram a pesquisadora com certa dose de desconforto ou desconfiança.

O tipo de entrevista utilizada na pesquisa foi a semi-diretiva, ou semi-estruturada, e foram registradas através de gravação de áudio e feitas individualmente. O roteiro utilizado contém temáticas de maior relevância para a pesquisa, trata-se de um roteiro contextual, com perguntas diretas e opinativas. A elaboração de um roteiro prévio é importante já que o pesquisador não pode realizar entrevistas na base da intuição (THIOLLENT, 1987).

Quanto aos questionamentos que remetem à história oral, estes possibilitaram o acesso a informações sobre a memória das assentadas, sobretudo as mais idosas (no que se refere ao processo vivido na luta pela terra, enquanto ainda viviam no acampamento, ou ainda nos casos das migrantes, ao recordarem tradições e experiências nos seus estados de origem), em relação à participação das mesmas na luta pela terra, suas origens, aspectos culturais e religiosos, as interferências positivas e negativas geradas em suas vidas através das políticas públicas e as relações com a família e a comunidade do assentamento.

A história oral despontou na década de 1970 como um fenômeno metodológico e político, por ser uma técnica que permitia a investigação de questões e camadas sociais geralmente pouco visíveis na documentação escrita. A base da história oral é a memória dos sujeitos estudados, expressa através da oralidade, nos diálogos e entrevistas. É preciso que o pesquisador tenha cautela ao utilizar esse procedimento, pois a memória pode ser falível. Alguns problemas dizem respeito às possíveis transferências que o entrevistado pode fazer com a memória, misturando opiniões do

presente com o passado. A pessoa entrevistada pode ter dificuldades de se lembrar de acontecimentos específicos, de sua sequência, sentir-se receoso dependendo dos assuntos abordados, ou das características do entrevistador, ou entrevistadora. Por isso, é importante utilizar outras fontes, além da oralidade, como fontes escritas. Apesar das possíveis dificuldades, a história oral é uma forma de o pesquisador produzir seu próprio material de análise (HALL, 1992).

A entrevista oral utilizada na história oral não precisa necessariamente conter questões rigorosamente fixadas, privilegia-se o entrevistado, buscando a descrição de algo relativo à sua época e seu contexto (COLOGNESE; MÉLO, 1998).

A história oral, no caso desta pesquisa, foi utilizada como uma técnica, tendo um caráter de complementariedade, pois os depoimentos obtidos mantiveram um diálogo com outras fontes, dados de fonte secundária. A história oral exige do pesquisador uma grande sensibilidade de análise para interpretar a emoção e os simbolismos carregados nos depoimentos, e também as possíveis mentiras (aqui não se remete ao sentido moral da palavra), omissões, esquecimentos e deformações na fala do entrevistado, uma vez que a imaginação é um elemento presente nas recordações que o entrevistado faz (MEIHY, 2002).

Segundo Meihy (2002, p. 51): “A história oral se apresenta como forma de captação de experiências de pessoas dispostas a falar sobre aspectos de sua vida. Quanto mais elas contarem a seu modo, mais eficiente será seu depoimento”.

Os projetos de história oral costumam apresentar quatro tipos de categoria de memória: classe, etnia, gênero e circunstância histórica. As etapas da história oral compreendem: a elaboração do projeto, a gravação, a confecção do documento escrito e, por fim, a análise do material (MEIHY, 2002).

As entrevistas e entrevistas de história oral produzem uma ampla gama de informações. Depois da realização das entrevistas, há a etapa da transcrição e análise, fase na qual o material produzido é lapidado e analisado de acordo com as experiências em campo e as abordagens teóricas.

Após a defesa da dissertação de mestrado, pretende-se retornar ao assentamento em questão, e transmitir os resultados e análises que os sujeitos estudados nos permitiram realizar. Isso deve ser feito por respeito e também porque os resultados da pesquisa podem oferecer informações que interfiram na vida dessas pessoas, como o

aprimoramento de políticas públicas, por exemplo (VALVERDE, 2006; LACOSTE, 1985; KAYSER, 1985).

Como afirma Gibbs (2009, p. 131), esse retorno deve ser feito não apenas para que os sujeitos sejam capazes de entender, mas também para demonstrar que o pesquisador "foi capaz de manter a confidencialidade e a privacidade e que os esforços dele para ajuda-lo valeram a pena.".

A pesquisa é uma prática artesanalmente construída, na medida em que a comparação entre o artesão e o cientista se estabelece em virtude de ambos produzirem algo único, diferente, ao passo que o resultado da pesquisa também é algo comum, modesto (OLIVEIRA, 1998).

O conhecimento gerado com a pesquisa não deve ser tomado como única verdade, como autoridade científica, deve-se ter humildade e modéstia para aceitar as limitações da pesquisa e que ela é apenas uma interpretação do pesquisador sobre a realidade estudada (TURRA NETO, 2011).

Desse modo, têm-se a consciência de que as discussões e resultados apresentados nesse trabalho não devem ser tomados como verdade única ou absoluta, pois são apenas uma interpretação da realidade investigada, interpretação essa que já contém interferências devido às experiências e valores da pesquisadora, por isso outras possíveis visões podem ser tecidas.

Foram entrevistadas um total de vinte e oito pessoas, entre elas, cinco funcionários públicos e vinte três assentadas e assentados. Foram entrevistados apenas três homens, embora se almejasse atingir um número maior. Isso ocorreu devido às dificuldades de encontrá-los nas residências no momento de realização das entrevistas, pois alguns estavam no trabalho na lavoura, outros têm ocupações não-agrícolas, desenvolvidas fora do assentamento. Nos quadros 2 e 3 há uma síntese das características das pessoas entrevistadas.

Após a transcrição das entrevistas, foi realizada a leitura do material, procurando relacioná-lo com os temas abordados na pesquisa, para que, a partir desse levantamento, os assuntos mais abordados pelos entrevistados fossem categorizados e incluídos nas discussões do trabalho. Essa categorização consistiu numa tentativa de exercitar as técnicas de codificação propostas por Gibbs (2009). O objetivo foi categorizar o texto das transcrições, estabelecer a estruturação das ideias e a hierarquização temática, isso facilitou o agrupamento e a comparação do material produzido por meio das entrevistas.

As categorias elaboradas com base nas transcrições foram: 1 Trajetória Pessoal (acampamento, assentamento e família); 2 Divisão Sexual do Trabalho (trabalho doméstico e trabalho agropecuário); 3 Participação e avaliação da OMAT; 4 Participação e avaliação do PAA; 5 Participação e avaliação do PNAE; 6 Participação e avaliação do PNDTR; 7 Participação e avaliação do Pronaf-Mulher; 8 Participação e avaliação do Bolsa Família.

A dissertação encontra-se dividida, além dessa introdução e das considerações finais, em mais quatro capítulos. No primeiro, intitulado "Gênero e mulheres na agricultura: possíveis relações" há uma apresentação dos principais conceitos teóricos discutidos na dissertação, quais sejam: gênero e divisão sexual do trabalho. Há também a tentativa de se relacionar alguns desdobramentos das relações de gênero com a realidade observada em campo. No segundo capítulo, "A Formação do Assentamento Tucano no contexto do Município de Euclides da Cunha Paulista e a Organização de Mulheres do Assentamento Tucano (OMAT)", é explicado o processo de formação do município em que se insere o assentamento estudado, bem como a construção do acampamento em assentamento, com detalhes das narrativas dos assentados e assentadas entrevistados. Nesse capítulo também é abordada a criação da OMAT, além da caracterização do perfil do grupo de agricultoras e agricultores enfocados na pesquisa. O terceiro capítulo, "Os efeitos das políticas públicas na vida das agricultoras da OMAT", apresenta as características gerais das políticas públicas estudadas, o modo como as mesmas estão sendo operacionalizadas no assentamento em questão e os resultados e avaliações que as agricultoras beneficiárias fazem delas. O quarto e último capítulo, "As relações de Gênero na OMAT e no Cotidiano das Agricultoras: Mulheres em Conflito?", analisa os conflitos oriundos das relações de gênero no assentamento e na associação, procurando relacionar esse processo com a interferência das políticas públicas e com o conceito de território.

Quadro 2. Perfil geral dos funcionários de instituições e órgãos públicos entrevistados[1]

Funcionários de instituições e órgãos públicos				
Nº	**Nome**	**Nível de Escolaridade**	**Profissão**	**Data da Entrevista**
1	Eduardo	Ensino Médio Completo	Técnico do Itesp	13/01/2014
2	Maurício	Técnico	Coordenador da Casa de Agricultura	29/07/2014
3	Cristina	Ensino Superior	Assistente Social	01/08/2014
4	Gisele	Ensino Superior	Assistente Social	01/08/2014
5	Patrícia	Ensino Superior	Nutricionista	01/08/2014

Organização: Larissa Araujo Coutinho de Paula, 2015.

Quadro 3. Perfil geral de assentadas e assentados entrevistados no Assentamento Gleba Tucano

Assentadas e Assentados								
Nº	**Nome**	**Idade**	**Nível de Escolaridade**	**Profissão**	**Associada/o a OMAT**	**Cor**	**Naturalidade**	**Data da Entrevista**
1	Maria Glória	49	Cursando Ensino Médio	Presidenta da OMAT	Sim	Parda	Aracaju (SE)	13/01/2014
2	Maria Alice	27	Ensino Médio	Agricultora	Sim	Parda	Presidente Prudente (SP)	13/01/2014
3	Maria das Dores	65	Fundamental Incompleto	Agricultora Aposentada (Liderança-acampamento)	Não	Branca	Marabá Paulista (SP)	29/07/2014
4	Maria Conceição	50	Cursando o Ensino Médio	Agricultora (Tesoureira da OMAT)	Sim	Parda	Presidente Epitácio (SP)	30/07/2014

[1] Todos os nomes utilizados no trabalho são fictícios para preservar a identidade das pessoas entrevistadas.

Nº	Nome	Idade	Nível de Escolaridade	Profissão	Associada/o a OMAT	Cor	Naturalidade	Data da Entrevista
5	Maria Cristina	53	Ens. Fundamental Incompleto	Agricultora	Sim	Parda	Álvares Machado (SP)	30/07/2014
6	Maria Regina	40	Ensino Médio Completo	Agricultora	Sim	Parda	Goioerê (PR)	30/07/2014
7	Maria Ângela	62	Ens. Fundamental Incompleto	Agricultora	Sim	Parda	Estado da Bahia	30/07/2014
8	Maria Augusta	68	Analfabeta	Agricultora (Aposentada)	Sim	Parda	Itabaina Grande (SE)	31/07/2014
9	Maria Joana	48	Ens. Fundamental Incompleto	Agricultora	Sim	Parda	Inajá (PR)	31/07/2014
10	Maria Rosa	61	Ens. Fundamental Incompleto	Agricultora (Aposentada)	Sim	Parda	Martinópolis (SP)	31/07/2014
11	Maria Isabel	48	Analfabeta	Agricultora	Sim	Parda	Mirante do Paranapanema	31/07/2014
12	Maria de Lourdes	53	Analfabeta	Agricultora	Sim	Parda	Macaúbas (BA)	31/07/2014
14	Maria Valentina	67	Analfabeta	Agricultora (Aposentada)	Sim	Parda	Nossa Senhora das Dores (SE)	01/08/2014
16	Maria Fernanda	24	Ens. Ensino Médio	Secretária da OMAT	Sim	Parda	Presidente Epitácio (SP)	01/08/2014
17	Maria Cláudia	46	Ens. Fundamental Incompleto	Agricultora	Não	Parda	Piquerobi (SP)	01/08/2014
18	Maria de Fátima	71	Analfabeta	Agricultora (Aposentada)	Não	Branca	Lagarto (SE)	01/08/2014

Nº	Nome	Idade	Nível de Escolaridade	Profissão	Associada/o a OMAT	Cor	Naturalidade	Data da Entrevista
19	Maria Carolina	16	Cursando o Ensino Médio	Estudante	Não	Branca	Álvares Machado (SP)	01/08/2014
20	Maria Elisa	48	Ens. Fundamental Incompleto	Agricultora	Sim	Parda	Caiuá (SP)	01/08/2014
21	Maria Arminda	47	Ens. Fundamental Incompleto	Agricultora	Sim	Parda	Marabá Paulista (SP)	01/08/2014
22	Maria Odete	51	Analfabeta	Agricultora	Sim	Negra	Quatá (SP)	01/08/2014
21	Roberto	48	Ens. Fundamental Incompleto	Agricultor	Sim	Branco	Assis Chateaubriand (PR)	31/07/2014
22	João	50	Ens. Fundamental Incompleto	Agricultor	Sim	Pardo	Presidente Epitácio (SP)	01/08/2014
23	Francisco	75	Analfabeto	Agricultor (Aposentado)	Não	Negro	Nossa Senhora das Dores (SE)	01/08/2014

Organização: Larissa Araujo Coutinho de Paula, 2015.

As Semeadoras, Jerci Maccari, 2008.

Capítulo I: Gênero e mulheres na agricultura: possíveis relações

Nesse primeiro capítulo será realizada uma revisão bibliográfica sobre os temas de gênero, divisão sexual do trabalho na agricultura e a participação das trabalhadoras rurais na luta pela terra no Brasil. Buscou-se, também, contextualizar como o conceito de poder se dissemina nas relações de gênero, a partir de diferentes desdobramentos nos quais a família rural está inserida, a alimentação, a comercialização, a herança, entre outros.

1.1. A importância dos estudos de gênero na agricultura: gênero, poder e a divisão sexual do trabalho na agricultura

Nesse estudo, entende-se e assume-se como objeto de pesquisa a mulher, a trabalhadora rural, bem como as relações das mulheres com os homens. Entretanto, para melhor compreender todas as tramas que envolvem a pesquisa e, consequentemente, as mulheres pesquisadas - a família, a associação, o trabalho, as políticas públicas, o assentamento -, é necessário abarcar o conceito de gênero.

Há um processo de interação entre o movimento feminista, desenvolvido por militantes de diferentes correntes políticas e o conceito de gênero, que foi trabalhado academicamente por distintas escolas teóricas. A consolidação teórica do conceito foi sendo historicamente elaborada de acordo com a realidade colocada em debate pelos movimentos sociais de cunho feminista, segundo as circunstâncias espaciais e temporais.

Conceição (2009, p. 739) define o movimento feminista como um "agrupamento com uma dimensão teórica e política e que não apresenta explicações e interpretações fechadas sobre a realidade e relações de gênero". Segundo o autor, o atual desafio dos estudos relativos ao gênero é o de desconstruir, desnaturalizar as oposições binárias entre sexo e gênero, problematizando essas posturas dicotômicas. Para ele, existem três principais tendências históricas no movimento feminista: o feminismo liberal, o socialista e o radical.

Como movimento social, o feminismo surge sob a influência das ideias iluministas, dos ideais transformadores da Revolução Francesa e Americana, sendo gradativamente difundido para outros países, sobretudo na América Latina, com o

movimento sufragista. A princípio, sua principal característica era a busca por direitos sociais e políticos (COSTA, 2005).

O principal diferencial do movimento feminista foi o de afirmar que o pessoal é político, propiciando um questionamento e rompimento do conceito de político, propondo pensá-lo para além do âmbito da esfera pública. Assim, o movimento trouxe para a discussão política temas que até então eram tratados como de cunho privado (COSTA, 2005).

Em países como o Brasil, Chile, Argentina, México, Peru e Costa Rica, as primeiras manifestações feministas ocorreram na primeira metade do século XIX, através da imprensa feminista. Na primeira década do século XX, surgiram na América Latina as primeiras organizações feministas socialistas, anarquistas e liberais. A luta sufragista culminou no direito ao voto em 1929 no Equador, primeiro país a estabelecer o voto feminino na América Latina. No Brasil, Uruguai e Cuba, isso ocorreu no ano posterior, em 1930, enquanto no México, Peru e Colômbia, as mulheres só conquistam o direito de votar na década de 1950. Num segundo momento, na década de 1970, o movimento feminista na América Latina se aproximou das lutas contra os regimes militares, em fins da década de 1970 e início dos anos 1980, o movimento abrangeu novas demandas de outros segmentos, tais como dos negros e dos homossexuais (COSTA, 2005).

No Brasil, ainda na década de 1980, o feminismo vivenciou algo novo, uma aproximação político institucional, quando em 1983, foi criado o primeiro mecanismo de Estado para a implementação de políticas públicas para mulheres: o Conselho Estadual da Condição Feminina, em São Paulo, e em 1985 surgiu a primeira Delegacia Especializada da Mulher. Essa aproximação do âmbito institucional gerou conflitos no movimento, já que existiam feministas que não viam com “bons olhos” essa articulação. Surgem, então, novas atribuições ao movimento feminista, que passaria a pressionar, fiscalizar e tentar influenciar o Estado e seus organismos, exigindo a criação de políticas que contemplassem a equidade de gênero (COSTA, 2005; RAGO, 2003).

Conforme descreve Rago (2003), ao enfocar o contexto de evolução do feminismo no Brasil, a autora afirma que as feministas brasileiras, no decorrer dos anos, passaram a atuar em diversas áreas, em sindicatos, partidos políticos e nos “movimentos de mulheres”. O “movimento de mulheres”, existente desde os anos 1970, tem como *lócus* a periferia de algumas cidades e recebe apoio de segmentos de esquerda da Igreja

Católica e de alguns grupos políticos. Apesar do “movimento de mulheres” possuir um número grande de integrantes mulheres, sua principal reivindicação não estava ligada às questões feministas, pois esse tinha como luta melhorias no transporte urbano, nas condições de vida, na construção de creches e escolas, e suas demandas não envolviam temáticas feministas como aborto, violência sexual etc.

A aproximação do movimento feminista ao “movimento de mulheres” foi bastante salutar para ambos os grupos. Através dessa aproximação, as feministas passaram a atingir um número maior e uma diversidade maior de mulheres, já com relação às mulheres da periferia, essa união trouxe à tona a consciência de temas que desconheciam, ou tinham pouco aprofundamento, como a sexualidade, os direitos reprodutivos, o corpo e a saúde (RAGO, 2003).

Paralelamente, o conceito de gênero, na produção acadêmica, foi sendo apropriado, utilizado e desenvolvido por pesquisadoras de diversas linhas teóricas, como o marxismo, o pós-estruturalismo, o lacanismo, o feminismo radical, entre muitos outros. É possivelmente por essa razão que se tornou um assunto que remete à instabilidade, polêmicas e constantes questionamentos. Com o estruturalismo e o pós-estruturalismo, o feminismo e os estudos de gênero se enriqueceram ao deixar de atribuir uma essência à mulher (LOURO, 1996; CONCEIÇÃO, 2009).

Conceição (2009), ao estudar a diferença entre estudos sobre mulheres e gênero, alerta que o conceito de gênero só ganha dimensão analítica quando se adotam novos paradigmas teóricos. A simples utilização do termo gênero, sem o questionamento das relações entre homens e mulheres, remete apenas a um estudo sobre mulheres, e não de gênero.

Do ponto de vista histórico-crítico, têm-se três visões teóricas sobre o gênero: a dos (as) teóricos (as) do patriarcado; a de teóricos (as) feministas marxistas, e as teorias psicanalíticas de matriz pós-estruturalista. Nos estudos do patriarcado, as relações de gênero são buscadas para explicar a dominação do homem sobre a mulher, em virtude da reprodução e da sexualidade. Todavia, esses estudos não conseguiram demonstrar como a desigualdade de gênero afeta as demais esferas para além do gênero (CONCEIÇÃO, 2009).

Na linha marxista do feminismo, prioriza-se a base material para as relações de gênero, que é encontrado na divisão sexual do trabalho. Nesse sentido, há uma crítica de

que nessa corrente, o gênero é considerado apenas um “acessório” para o estudo das transformações das estruturas econômicas (CONCEIÇÃO, 2009).

Quanto à corrente psicanalista, seus estudos se pautam no processo de formação de identidade dos sujeitos, desde a infância. Há uma tendência nessa corrente de universalizar as categorias homem-mulher, prejudicando a construção da subjetividade e reforçando a relação dicotômica de gênero. Os pós-estruturalistas enfatizam a subjetividade dos sujeitos e da linguagem, reforçam a inexistência da neutralidade científica, dos estudos qualitativos e acreditam que os conceitos e teorias apresentam uma instabilidade (CONCEIÇÃO, 2009).

Independente da corrente teórica a qual o conceito esteja sendo enfocado, o gênero parte de um princípio básico que permeia todas as teorias: a instabilidade relacionada com a ampla aceitação dos conceitos biológicos, conforme a explicação dada por Bereni *et. al.* (2012), nas oposições sexo/gênero, natureza/sociedade. O primeiro termo sempre parece estar mais próximo da verdade e solidez, enquanto o segundo parece estar em construção, posto em oposição com a verdade, com o objeto científico. A Biologia, ao analisar o sexo, não se atenta para os sentidos que estão no âmbito de um sistema de divisão hierárquico no mundo social: o gênero. Há, segundo os autores, uma dicotomia que acaba por isolar o conceito de sexo do conceito de gênero, impossibilitando a compreensão de uma realidade que integre a categoria física e a social, o corpo e as práticas humanas. Deve-se, então, repensar essa oposição sexo e gênero para além de uma oposição entre natureza e cultura, ou biologia e sociedade.

O conceito de gênero adentrou o meio acadêmico em meados da década de 1970, no contexto anglo-saxão, ganhando mais destaque nas décadas de 1980 e 1990, passando a ser utilizado por estudiosas feministas (LOURO, 1996).

Nas universidades, Louro (1996, p. 2), que traz explanações sobre como o conceito de gênero foi sendo trabalhado pela Ciência, afirma que o aprofundamento do tema consistia num esforço de dar visibilidade à mulher, enquanto sujeito, agente social e histórico:

> Nas pesquisas universitárias, pretendia-se deslocar a mulher das referências e das notas de rodapé (onde ela era entendida como um desvio da norma masculina ou como “minoria”) e incorporá-la ao corpo dos trabalhos; mais do que isso, pretendia-se constituí-la como o *sujeito-objeto* dos estudos.

Sexo e gênero são coisas distintas: o primeiro possui um viés biológico, anatômico; o segundo, por sua vez, diz respeito a uma construção social, que identifica o sujeito como feminino ou masculino; logo, uma pessoa pode apresentar uma identificação e representação de gênero diferente da qual lhe foi atribuída biologicamente por nascimento, este é o caso, por exemplo, de pessoas transgênero, porém, não aprofundaremos este aspecto. Bereni *et. al.* (2012) explicam que o sexo resulta de um duplo processo no qual um conjunto de dados contínuos e heterogêneos são unificados e reduzidos a um só. De acordo com Louro (1996), o gênero, por ser uma construção social e histórica, é um conceito plural, implicando numa contraposição à visão biológica de sexo, enquanto um caráter feminino ou masculino, natural, universal e imutável. Há uma tendência de considerar muitos atributos de mulheres e homens como naturais, porém não passam de características socialmente construídas, trata-se de uma "naturalização" do social.

O esforço em diferenciar sexo e gênero e posicionar-se diante de todos os pares já mencionados, biologia-sociedade, natureza-cultura, sexo-gênero, fez com que muitas pesquisadoras, sobretudo no campo das Ciências Humanas e Sociais (Antropologia, História, Sociologia, Geografia) dessem início às suas análises enfatizando essas oposições.

Na Geografia, a questão de gênero começou a ganhar destaque durante os anos 1970, no Reino Unido. Rossini (1993), ao estudar o trabalho feminino no campo, por sua vez, enfatiza que gênero é um conceito bastante recente nas Ciências Sociais, que diz respeito à dimensão socialmente construída do feminino e do masculino.

Para McDowell (1999), geógrafa inglesa que destacou os estudos de Gênero na Geografia, as definições sobre o que é feminino e o que é masculino mudam de acordo com o lugar e o tempo. E o interesse geográfico pelo tema consiste em examinar até qual ponto homens e mulheres experimentam de formas diferentes os lugares e os espaços. E também a explicação das divisões espaciais que se estabelecem nas relações de gênero, no âmbito público e privado, já que tanto as pessoas quanto os espaços possuem um gênero e que as relações sociais e as relações espaciais se criam mutuamente.

Atualmente, há estudos na Geografia que não consideram apenas homens e mulheres nas análises de gênero, mas também transgêneros. Isso porque o conceito de

gênero não é estável, ao longo do tempo inclui demandas de mulheres negras, lésbicas etc.

André (1993, p. 331), ao abordar o conceito de gênero na Geografia, procura distinguir sexo e gênero: "o gênero corresponde a uma categoria sociológica e sexo a uma categoria biológica". Já Silva (2003, p.36), que tem se dedicado aos estudos sobre as implicações do conceito de gênero na ciência geográfica, considera que:

> Não são as diferenças dos corpos de homens e mulheres que os posicionam em diferentes âmbitos e hierarquias, mas sim a simbolização que a sociedade faz delas. Assim, gênero é o conjunto de idéias que uma cultura constrói do que é 'ser mulher' e 'ser homem' e tal conjunto é resultado de lutas sociais na vivência cotidiana.

Silva (2010, p. 05), ao estudar a relação entre gênero e educação em assentamentos rurais, corrobora essa afirmativa ao destacar que "o gênero é construído socialmente, ele não está no nosso DNA, não está no nosso destino, não está na nossa natureza, não está na biologia".

Gouveia e Camurça (2004), em cartilha elaborada para as trabalhadoras rurais, explicam que é a partir da observação e do conhecimento das diferenças sexuais que a sociedade cria ideias sobre o que é um homem e o que é uma mulher, o que é masculino e o que é feminino e, assim, são elaboradas as representações, e todo um sistema simbólico sobre que é feminino e o que é masculino.

É nesse sentido que a historiadora norte-americana Joan Scott (1995, p. 10), principal referência nos estudos de gênero, assegura que o conceito surge a partir da tentativa de rejeitar o determinismo biológico usado na caracterização das diferenças entre homens e mulheres, buscando enfatizar o caráter social das distinções baseadas no sexo:

> No seu uso mais recente, o "gênero" parece ter aparecido primeiro entre as feministas americanas que queriam insistir no caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. A palavra indicava uma rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de termos como "sexo" ou "diferença sexual".

Segundo Bereni *et. al* (2012), o gênero não é apenas uma relação de desigualdades ou de polaridades entre os sexos, porém, a dicotomia entre o feminino e o masculino sustentam toda uma série de outras dicotomias. Nas sociedades modernas ocidentais, as oposições estão estruturadas nos pares feminino –masculino: fraqueza-

força, sensibilidade-racionalidade, emoção-razão, altruísmo-individualismo, tradição-modernidade, abstrato-concreto, repetição-inovação, enfim, os autores afirmam que a exploração dessas oposições simbólicas permite repensar fenômenos aparentemente concebidos como neutros.

Bourdieu (2011), na obra "A dominação masculina", explana sobre uma forma de violência simbólica, tida como suave ou invisível, que parte do homem para a mulher. Segundo o autor, as diferenciações entre os sexos, bem como o reforço da submissão feminina pelo homem, são internalizadas, "naturalizadas", através de significações que exprimem o poder masculino, tornando-se uma lei social, e mantém distinções entre os sexos masculino e feminino descritas através de oposições (alto e baixo; seco e úmido; claro e escuro, entre outras).

Louro (1996, p. 3) adverte, porém que, ao frisar o âmbito social das diferenças entre homens e mulheres, ou seja, priorizar a polaridade, por vezes, esquece-se que a construção de gênero envolve corpos sexuados, e que a natureza também se transforma; portanto, deve-se evitar a polarização extrema do natural e social e também admitir que há uma interdependência entres os dois pólos (feminino e masculino), assim: "Embora continuemos afirmando que a construção dos gêneros é, fundamentalmente, um processo social e histórico, temos de admitir que esse processo, sem dúvida, envolve os corpos dos sujeitos".

Louro (1996) também ressalta a necessidade de se pensar gênero a partir de uma ideia de pluralidade e inter-relação com as demais instâncias, considerando-se a classe, a religião, a raça, a idade etc.

> Podemos, no entanto, pensar que o gênero (assim como a classe ou a raça) é mais do que uma identidade aprendida (é mais do que uma aprendizagem de papéis), sendo constituído e instituído pelas múltiplas instâncias e relações sociais, pelas instituições, símbolos, formas de organização social, discursos e doutrinas. Pensando assim, devemos entender que essas diversas instâncias sociais são instituídas pelos gêneros e também os instituem; elas são "generificadas". Essa perspectiva talvez se revele mais útil para nossa compreensão – e intervenção – sobre o campo do trabalho, da justiça, da ciência, da arte etc. (LOURO, 1996, p. 3).

Louro (1996) destaca ainda que, ao ponderar as diversas categorias – classe, raça/etnia, gênero, geração, orientação sexual, religião -, é possível perceber e contextualizar as relações de poder, evitando que se caia numa simplificação; visto que

o poder é uma ação exercida constantemente entre os sujeitos, está presente em ambos os pólos, masculino e feminino, sendo passível de resistência e contestação, como uma rede complexa.

> Para sermos capazes de incorporar as complexas articulações que constituem os sujeitos – como homens e mulheres, brancos/as, negros/as, índios/as, orientais, adultos/as ou crianças, cristãos/cristãs e mulçumanos/as, ricos/as e pobres... precisamos repensar também o poder como uma rede complexa (LOURO, 1996, p. 6).

As relações de poder entre as classes não esgotam em si a totalidade das desigualdades entre os sujeitos: "Pois mesmo dentro das classes oprimidas há desigualdades de condições de vida e assimetria de poder alicerçadas em outras formas de dominação como a de gênero, por exemplo" (CAMPOS, 2011, p. 13).

Como o poder é algo difuso, o sujeito pode simultaneamente exercê-lo e sofrer sua influência por outrem. As mulheres, apesar de toda uma história marcada pela opressão, submissão e invisibilidade, também exercem poderes. De modo que o poder pode ser analisado no nível macro (poder do homem) ou ao nível micro (referente ao poder da mulher).

As relações das mulheres com o poder inscrevem-se, primeiramente, no jogo das palavras. "Poder", como muitos outros, é um termo polissêmico. No singular, ele tem uma conotação política e designa basicamente a figura central, cardeal do Estado, que comumente se supõe masculina. No plural, ele se estilhaça em fragmentos múltiplos, equivalente a "influências" difusas e periféricas, onde as mulheres têm sua grande parcela (PERROT, 1988, p. 167).

Destarte, é possível desassociar a subalternidade feminina da ausência de poder. Nas diferentes sociedades, a mulher detém parcelas de poder, e não é devido aos poderes reconhecidos como femininos que a mulher sobrevive, mas sim, na luta com os homens, entre relações de gênero. Por isso "as relações sociais de sexo ou as relações de gênero travam-se no terreno do poder" (CONCEIÇÃO, 2009, p. 745).

Pensar o poder de forma difusa remete às ideias de Foucault (2008), pois para ele o poder é materializado através de práticas ou relações de poder, é algo que é exercido, que não está contido ou restringido, mas se dissemina por toda a estrutura social. Assim, o poder não está delimitado apenas ao aparelho do Estado, pois os "mecanismos de poder funcionam fora, abaixo e ao lado dos aparelhos do Estado" (p.

150). Como prossegue o autor: “na realidade, o poder é um feixe de relações mais ou menos organizado, mais ou menos piramidalizado, mais ou menos coordenado.” (p. 248).

O gênero é a primeira forma de significar relações de poder (SCOTT, 1995). As relações de gênero produzem uma desigual distribuição de poder, privilégios e prestígios, hierarquias, conforme os sexos das pessoas, por isso diz-se que as relações de gênero são relações de poder (BOURDIEU, 2011). Nesse sentido, Conceição (2009, p. 748) também prevê que: “O gênero embora não seja o único campo de articulação do poder, constitui-se na primeira instância dentro do qual, ou por meio do qual, o poder se articula”.

A construção do gênero não se restringe apenas à cultura, ideologia e práticas discursivas, há uma divisão de trabalho por gênero, uma divisão no lar, na organização do Estado, que condiz com uma divisão sexual entre as pessoas, além de expressar, com maior peso, homens exercendo relações de poder sobre as mulheres e não o inverso (CAMPOS, 2011).

Buarque (2005, p. 76), ao resgatar o conceito de gênero trabalhado pela historiadora feminista Joan Scott, conclui que este pode ser interpretado como:

> [...] uma forma de significar as relações de poder na sociedade, sendo uma categoria fundamental para a idéia da democracia, nos aspectos do pluralismo cultural e político, da representação de interesses dos diversos atores sociais e da marginalização ou exclusão/inclusão. O feminismo, ao se debruçar sobre a exclusão de metade da sociedade, deparou-se com o fato de os sujeitos dessa exclusão e/ou dominações acumularem, ou não, outras exclusões: algumas forjadas em identidades, como a cor da pele, a opção sexual, idade; outras relativas à sua condição material de classe ou *habitat*.

Por ser uma construção social, o gênero não se apresenta sempre da mesma forma em todas as épocas e lugares, dependendo dos costumes de cada lugar, do cotidiano das pessoas, variando conforme a cultura, as leis, as religiões, o modo de organização familiar e a política de cada povo ao longo da história. As identidades feminina e masculina estão imersas numa estrutura complexa de relações sociais, de modo que simultaneamente são complementares e opostas (GOUVEIA; CAMURÇA, 2004; SILVA, 2003).

É possível constatar a partir da leitura de algumas obras que tratam das perspectivas teóricas de gênero, a importância de se estudar a condição da mulher não

apenas como o sexo feminino, mas agregando ainda elementos como a raça/etnia, a religião e a classe social, pois a mulher vivencia todas essas particularidades simultaneamente. Nesse raciocínio, a desigualdade de gênero vivida pelas mulheres não ocorre de forma uniformizada, pois se acentua entre as mais pobres e as negras, fazendo com que seja essencial uma análise que leve em conta as categorias de classe e raça/etnia (CAMPOS, 2011).

A posição da mulher se modifica dentro da sociedade, de acordo com as características mencionadas, sua etnia/raça, ou a classe social na qual está inserida. Além disso, a exclusão social da mulher pode ter aspectos diferentes, de acordo com cada contexto cultural (STROMQUIST, 2006).

Outro aspecto interessante muito discutido nos estudos sobre gênero é a questão da divisão sexual do trabalho. O conflito de poder entre os gêneros imprime uma diferença entre as ocupações profissionais, as hierarquias de cargos e funções e os níveis de remuneração de homens e mulheres. Entende-se como um marco desse processo a divisão entre o privado e o público, o primeiro destinado às mulheres, com as tarefas domésticas, enquanto o público era preferencialmente destinado aos homens, o espaço do lazer, dos encontros e do trabalho remunerado.

Para Bourdieu (2011, p.18), "A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão social do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos".

De acordo com Campos (2011), que estudou o aumento da incorporação da mão de obra feminina no cultivo da soja no Rio Grande do Sul, tem-se que a ascensão da burguesia reforça a subordinação feminina, ao manter como funções e responsabilidades da mulher, o casamento e a maternidade, devido a sua valorização na família. Essa família consiste na do tipo monogâmica patriarcal, que possui como estrutura a tríade "pai-mãe-filhos". A partir desse pensamento, é que foi sendo limitada a participação da mulher no mercado de trabalho, pois a sua prioridade era assegurar a estabilidade familiar, o cuidado com a casa e com os filhos.

A autora supracitada explica que o processo de exclusão, ou de inserção precária, no mercado de trabalho é mais intenso para as mulheres, pois as mesmas encontram-se inseridas em atividades econômicas menos organizadas e com contratos

informais. O trabalho feminino tem sido mais representativo no setor de serviços[2], no qual ocorre o predomínio da informalidade, do trabalho temporário, das jornadas mais curtas e das menores remunerações. A concentração das mulheres nesse setor se deve ao fato de que as tarefas permitem a conciliação com a dupla jornada de trabalho feminina (trabalho doméstico e trabalho remunerado). Soma-se a isso a baixa participação feminina nas esferas sindicais, o que impede a organização das mulheres no enfrentamento da precarização de seu trabalho.

A divisão sexual do trabalho nas atividades agropecuárias é muito nítida – de um lado, o homem é incumbido pelo trabalho da lavoura e pela criação de animais de grande porte, enquanto que, por outro lado, a mulher encarrega-se de manter a horta, o pomar e a criação de pequenos animais. Contudo, muitas vezes, a mulher também trabalha nessas funções ditas masculinas, mas é mais raro vermos os homens se dedicando ao trabalho que é tido como feminino; apenas em casos excepcionais, nos quais tal atividade é a que assegura a economia da família, por exemplo, quando a principal produção são verduras ou frutas, nesse caso, o homem assume a administração dessas atividades, e o trabalho feminino é novamente secundarizado, considerado apenas como um auxílio.

Bourdieu (2011) defende que é na família que se dá, em primeira instância, a dominação masculina, pois é nela que há a precoce experiência da divisão sexual do trabalho e a representação legítima dessa divisão. Em seguida, a Igreja, ao apregoar uma moral familiarista e patriarcal, atribui uma inferioridade inata à mulher. A dominação masculina também é reforçada pela escola, que transmite suposições da representação patriarcal, influenciando na postura e decisões de meninos e meninas e a forma como veem a si mesmos. Por fim, o autor destaca o papel do Estado, que coloca e define a família patriarcal como princípio da ordem social e moral, e por reforçar através das leis uma visão androcêntrica (que privilegia o âmbito masculino).

Para Bourdieu (2011), as mulheres seriam as principais vítimas da política neoliberal, devido a redução da dimensão social do Estado e o favorecimento da desregulamentação do mercado de trabalho. Para este autor:

[2] Pesquisas realizadas Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), vinculado ao Ministério do Planejamento, indicam que o trabalho feminino se concentra em atividades como educação, saúde, assistência social, vestuário, serviços de beleza e serviços domésticos.

> A melhor prova das incertezas do estatuto atribuído às mulheres no mercado de trabalho reside, sem dúvida, no fato de que elas são sempre menos remuneradas que os homens, e mesmo quando todas as coisas são em tudo iguais, elas obtêm cargos menos elevados com os mesmos diplomas e, sobretudo, são mais atingidas, proporcionalmente, pelo desemprego, pela precariedade de empregos e relegadas com mais facilidade a cargos de trabalho parcial – o que tem, entre outros efeitos, o de excluí-las quase que infalivelmente dos jogos de poder e das perspectivas de carreira. (BOURDIEU, 2011, p. 110-111).

Há um debate intenso referente à interação das dimensões de gênero e classe. Existem pesquisadores e movimentos sociais que consideram as reivindicações de gênero secundárias, menos importante do que a luta de classes. Há uma visão errônea de que lutas como as de gênero, bem como as de raça/etnia, são lutas menores, da minoria, que comprometem a unidade da luta de classes, ameaçando desfragmentá-la. Há ainda autores que se preocupam em contextualizar a multiplicidade de movimentos e lutas, de forma equivalente, sem que haja sobrevalorização de um âmbito em detrimento de outro. Este é o caso de Nancy Fraser. Segundo essa autora, "a justiça hoje exige tanto redistribuição como reconhecimento", redistribuição e reconhecimento devem se sustentar, ao invés de se aniquilarem (FRASER, 2006, p.1).

Campos (2011) tece críticas à fragilidade do discurso de entidades políticas, partidos e movimentos sociais, que deixam a luta das mulheres em segundo plano, tratando-a como uma luta específica e, portanto, secundária.

Uma ilustração dessa situação no meio rural é explicada por Deere (2004). Segundo ela, ao estudar a participação das mulheres na luta pela reforma agrária no Brasil, as questões de gênero eram vistas como causadoras de divisões nos movimentos de luta pela terra; preocupava-se com a unidade do movimento, tanto que a autora menciona um documento de 1993, que delimitava explicitamente que a incorporação de mulheres deveria ser tratada como questão de classe e não como questão de gênero.

Nesse sentido, Fraser (2006) defende a existência de movimentos que trabalhem pelo reconhecimento cultural e pelas questões étnicas, de gênero e de sexualidade, alertando para o desenvolvimento que identifique e assegure a defesa das diferenças e que possam ser combinadas coerentemente com a política social de igualdade.

Para a autora supracitada, existem duas formas para se entender a injustiça: ela pode ser assimilada como injustiça material (econômica), ou como injustiça cultural (simbólica). Nesta ultima se insere a dominação cultural, o ocultamento e o desrespeito.

As duas abordagens exigem “remédios” e/ou soluções distintas. No primeiro caso, a solução encontra-se na reestruturação político-econômica (redistribuição de renda, reorganização da divisão do trabalho e controles democráticos de investimento). Para superar a injustiça cultural deve haver uma mudança cultural ou simbólica, uma revalorização das identidades desrespeitadas, reconhecimento e valorização positiva da diversidade cultural (FRASER, 2006).

As lutas de reconhecimento chamam a atenção para a especificidade de um grupo (mulheres, negros/as, indígenas, homossexuais etc.), visando afirmar o seu valor; enquanto as lutas de redistribuição agem de maneira contrastante, procuram abolir arranjos econômicos que embasam a especificidade do grupo, tendendo a promover uma *desdiferenciação* do grupo; cria-se uma tensão entre as duas lutas, uma priorizando a diferenciação, enquanto a outra visa à desestabilização da diferenciação. Têm-se então o dilema: redistribuição-reconhecimento (FRASER, 2006).

Há, todavia, grupos bivalentes, que não se encontram em nenhumas das duas extremidades (redistribuição – reconhecimento), mas apresentam características de ambos, são intermediários; combinam características da classe explorada com características da sexualidade desprezada (FRASER, 2006).

Fraser (2006) argumenta que o gênero e a raça são categorias que vivenciam coletividades ambivalentes, necessitam de redistribuição (pois são notáveis as diferenças de remuneração e a marginalização no mercado de trabalho) e de reconhecimento (visto que são vítimas do androcentrismo, do sexismo cultural, de violências físicas e simbólicas). Logo a autora conclui que:

> As feministas devem buscar remédios que dissolvam a diferenciação de gênero, enquanto buscam também remédios culturais que valorizem a especificidade de uma coletividade desprezada. Os anti-racistas, da mesma maneira, devem buscar remédios econômico-políticos que dissolvam a diferenciação “racial”, enquanto buscam também remédios culturais que valorizem a especificidade de coletividades desprezadas. (FRASER, 2006, p. 236).

Hodiernamente, os estudos de gênero devem conter um esforço em incorporar a interseccionalidade como uma ferramenta profícua de investigação. Essa intersecção se refere à justaposição de diferenças (de raça, de gênero, de classe, de idade, de orientação sexual etc.). Foi a imbricação dessas diferenças que fez emergir uma variedade de feminismos (feminismo cultural, feminismo humanista, feminismo marxista, feminismo

socialista, feminismo radical, feminismo negro, feminismo pós-estruturalista etc.) (CONCEIÇÃO, 2009).

A respeito da interseccionalidade nos estudos sobre gênero na Geografia, Silva (2009, p. 108), afirma que:

> A superação da noção essencializada de mulher, a aceitação de que não há uma única identidade capaz de abrigar todos os corpos passíveis de serem classificados como femininos, a pluralidade presente nas performances de gênero, compreendido agora como representação, e a emergência das críticas dos movimentos sociais envolvendo raças e sexualidades constituem uma busca intectual de contemplar as complexidades sociais.

Ao longo do tempo, ampliaram-se as áreas de atuação das auto-identificadas feministas, exatamente pelo movimento permitir a incorporação de diferentes temáticas, como além das mencionadas, a questão indígena, a questão das lésbicas, o ecofemismo, o feminismo popular, o feminismo acadêmico, o feminismo religioso (dentro de segmentos libertários da Igreja Católica), o sindicalismo, enfim, passou a integrar lutas de mulheres que não continham como única atividade a luta pelo feminismo autônomo, e isso garantiu a heterogeneidade do movimento. Nas palavras de Costa (2005, p.22): "Essa heterogeneidade de práticas pôs em destaque a reconfiguração da própria identidade política feminista latino-americana cristalizada na década de 1970 e princípio dos anos 1980, demonstrando o caráter plural, multicultural e pluriético destes feminismos".

De modo geral, é possível afirmar que, independente da corrente a qual se vincula, o feminismo contribui para a reconstrução de um mundo menos violento e opressor, que nos remete à desconfiança das coisas na forma como estão colocadas, de modo que desconfiemos da naturalidade atribuída às relações entre homens e mulheres. Não se trata, portanto, de uma guerra entre sexos, muito menos de igualar homens e mulheres, mas sim, numa luta contra discursos e práticas que propagam a ideia de que há alguma vantagem em ser homem ou ser mulher (CONCEIÇÃO, 2009).

A organização e hierarquização do trabalho ocorre de acordo com os sexos, ou seja, se atribuem valores distintos ao trabalho de acordo com quem o executa, homens e mulheres. No próximo item há a tentativa de explicar como se sustenta essa diferenciação, sobretudo no trabalho rural.

1.2 A histórica associação entre o trabalho das mulheres rurais e a "ajuda"

As Ciências Humanas, especialmente a Sociologia e a Antropologia, possuem um conjunto de autores que, ao longo do século XX, mais expressivamente a partir dos anos 1970, dedicaram-se às questões que cerceiam o universo das mulheres rurais; ainda que vários estudos não estivessem direcionados especificamente às mulheres, mas sim à família rural, de modo geral, percebia-se aspectos relevantes, que as sobrepunham a investigação da família. Há, no meio acadêmico, muitos estudos que discutem a abordagem das mulheres rurais sobre diversos âmbitos, como: casamento, herança, acesso à terra, representação política; todavia, estes e demais temas frequentemente perpassam a esfera do trabalho: "Há três temas fundamentais no debate sobre igualdade de gênero no meio rural, a saber, herança, casamento e acesso à terra, liga-se um elemento fundamentador que é a noção de "trabalho" (PAULILO, 2007, p. 13).

O trabalho doméstico das mulheres, sejam trabalhadoras urbanas ou rurais; corriqueiramente remete à ideia de ajuda, pois é um trabalho que não possui reconhecimento. No caso das trabalhadoras rurais, a invisibilidade do trabalho é ainda mais expressiva em virtude da dificuldade em se dissociar a unidade de produção e a unidade de reprodução e consumo, característica intrínseca da unidade agropecuária familiar, conforme frisa Heredia (1979, p. 17), ao estudar unidades familiares no nordeste do Brasil: "os membros que compõem a unidade camponesa, estão relacionados a *priori* ao processo produtivo e mediante laços de parentesco."

A divisão sexual do trabalho, fortemente evidenciada no espaço rural, no qual a divisão de tarefas segue uma discriminação pautada no sexo e idade dos membros da família, expressa a organização interna da unidade de produção familiar rural; e também uma diferenciação dos espaços existentes na casa, dos bens que a família possui, além de uma hierarquização entre seus membros.

A sustentação da tríade da família patriarcal (pai – mãe - filhos) está focalizada na figura masculina – pai ou marido. Sendo este o responsável pelo provimento familiar, o seu trabalho é tido como mais importante, o mais reconhecido. A falta de reconhecimento do trabalho feminino transmite a noção de que ele não gera valor econômico e social, não transforma a natureza através da capacidade física e mental, reafirmando a divisão sexual do trabalho (MELO, 2002).

A esfera do trabalho repercute sobre as demais abordagens porque a invisibilidade do trabalho feminino implica numa justificativa para a exclusão da mulher em outras instâncias, sobretudo no que concerne ao acesso à terra.

Tendo seu trabalho historicamente concebido como ajuda, a mulher rural foi progressivamente sendo alijada da propriedade da terra, seja via herança, seja através da participação nas políticas públicas, como as de assentamentos rurais. Nas entrevistas realizadas nessa pesquisa, como poderá se constatar no decorrer do trabalho, apenas uma entrevistada possuía a titularidade do lote no qual vive e trabalha. "A desvalorização das múltiplas tarefas femininas nas estatísticas oficiais – daí a expressão 'trabalho invisível' – é um reflexo da desvalorização que perpassa toda a sociedade e suas principais instituições, incluindo a família" (PAULILO, 2004, p. 245).

Ao se tratar do rural, as oposições entre o feminino e o masculino geram uma série de outras oposições, quanto às funções "trabalho-ajuda"; quanto aos espaços externos e internos, "público-privado"; quanto ao próprio espaço rural "roçado-casa"; quanto à criação que as famílias mantêm, "bichos do terreiro e animais"; entre outras.

Em uma pesquisa etnográfica, em meados dos anos 1970, na Zona da Mata, no estado de Pernambuco, Heredia (1979, p. 26) reforça as implicações que o trabalho cerceia em unidades de produção familiar, abarcando não somente uma divisão de tarefas, bem como toda uma estrutura material e simbólica no espaço rural:

> A concepção do que se define como *trabalho* permitiu-nos compreender e dar sentido à divisão das tarefas por sexo e, em resumo, levou-nos a compreender a oposição masculino-feminino. Esta oposição vai além de uma simples divisão de tarefas, expressando-se em outra oposição que é casa-roçado, esta ultima é que define efetivamente as esferas do que é trabalho e do que não é trabalho. A partir dessa oposição, articulam-se e se reforçam os papéis que cabem aos membros do grupo, expressando, em essência, as esferas de autoridade. Também a partir daí, os bens e outros objetos reconhecidos socialmente são classificados como femininos ou masculinos e, por conseguinte, também são hierarquizados.

Os estudos sobre as famílias rurais durante as décadas de 1970 e 1980 possuem um caráter etnográfico, permitindo uma compreensão mais profícua a respeito da divisão sexual do trabalho nas propriedades rurais. Destarte, quanto a este tema, lança-se mão de uma revisão bibliográfica pautada principalmente nos trabalhos de: Bourdieu (2002); Heredia (1979); Moura (1978); Paulilo (1989; 2004; 2007); Rossini (1993) e Carneiro (1998; 2001; 2007).

Houve, por muito tempo, uma divisão entre o trabalho feminino e o trabalho masculino, um “trabalho da casa” e um “trabalho da roça”, essa situação não foi completamente eliminada. “As lides domésticas são sempre “trabalho”, podendo ser especificadas como “uma ajuda” em relação ao trabalho na roça” (MOURA, 1978, p.19).

Sobre a divisão sexual do trabalho agrícola, Paulilo (1987), em estudo realizado em distintas regiões do país, como no sertão da Paraíba (predomínio da pecuária e do algodão), brejo da Paraíba (predomínio da cana-de-açúcar), sul de Santa Catarina (predomínio do fumo), e interior paulista, no município de Araçatuba (predomínio do café); demonstrou que mesmo em regiões diferentes, com lavouras e culturas variadas e predomínio de diversas atividades agrícolas, há uma realidade bastante similar: a discrepância de pagamentos entre homens e mulheres, sob a justificativa do trabalho “pesado” e do trabalho “leve”.

Segundo Paulilo (1987), a verdade omitida nesta distinção é que se qualifica o trabalho em função de quem o realiza, ou melhor, do sexo que o realiza: se o trabalho pode ser executado por mulheres, então é considerado como “leve”. Trabalho “leve” não é sinônimo de trabalho agradável, não significa que seja um trabalho desnecessário ou com pouco empenho de esforço, este tipo de trabalho pode ser estafante, dificultoso ou até mesmo nocivo à saúde. Essa classificação também é acompanhada por distinção de remuneração, na qual ganha mais o homem pelo trabalho “pesado”, mesmo que ambos os trabalhos demandem o mesmo tempo ou que o esforço físico exigido por um tenha como contraponto a habilidade, a paciência e a rapidez requeridas pelo outro (PAULILO, 1987).

No contexto histórico, Rossini (1993), ao analisar o trabalho da mulher no campo, defende que com a alteração do sistema de trabalho, do colonato para o assalariamento da mão-de-obra, houve mudanças significativas, sobretudo porque o pagamento da família deixou de ser efetuado de forma integrada e passou a ser feito individualmente. A autora explica que no regime de colonato havia um contrato assinado pelo homem, chefe da família, que recebia o ordenado familiar. As atividades eram, então, assim divididas: o homem coordenava as atividades; as crianças cuidavam da colheita e dos animais de pequeno porte, e as mulheres, além do trabalho doméstico, se dedicavam à produção dos valores de uso, dos cultivos da roça de subsistência e da colaboração na colheita do café. O pagamento da família, por ser coletivo, acrescia-se

quanto maior fosse o número de integrantes, esse fato influenciando o comportamento reprodutivo daquelas famílias.

Após a transformação do colonato em mão-de-obra assalariada, os familiares passam a receber um salário individual. De acordo com Barroso (1982) *apud* Rossini (1993, p.2): "Mulher, família e trabalho doméstico, que inclui educação e cuidados com os filhos, aparecem então, como elementos essenciais para a produção cotidiana e gerencial da força de trabalho".

A partir da revisão bibliográfica é possível notar que a divisão do trabalho tem início ainda na infância. As crianças costumam desempenhar atividades agrícolas somente após os dez anos de idade. Dos seis aos dez anos, as meninas auxiliam em tarefas domésticas, enquanto que os meninos exercem funções exteriores à casa, como cuidar do gado bovino, por exemplo (HEREDIA, 1979).

Em estudo realizado no sul do estado de Minas Gerais, Moura (1978) apresenta detalhes sobre as tarefas encarregadas às crianças. As meninas menores eram incumbidas por realizarem afazeres tipicamente domésticos, tais como: ascender fogo; pôr a mesa de refeição; enxugar utensílios lavados na cozinha; passar as roupas; estendê-las após a lavagem; fazer entrega das roupas que a mãe lavava para fora; moer milho; alimentar as aves etc.. A partir dos doze anos, as tarefas tornavam-se mais complexas: cuidar dos (as) irmãos e/ou irmãs menores; lavar e estender roupas mais pesadas, como lençóis, colchas, toalhas; cozinhar toda a refeição, bem como matar as aves para a refeição.

Já os meninos, desde tenra idade, eram estimulados a desenvolver atividades no roçado. Até os treze anos de idade tinham como funções: separar as vacas dos bezerros; alimentar os porcos; ajudar na capina e semeadura; conduzir bagageira ou charrete; auxiliar no engenho de açúcar; levar refeição para o pai e irmãos mais velhos no roçado. Após completarem treze anos de idade, suas atribuições se dirigiam mais profundamente ao trabalho agrícola, nas culturas de arroz e feijão, como a plantação, colheita e debulha; colher e manufaturar a cana-de-açúcar; conduzir os bois do arado para a preparação da terra; ordenhar e conduzir a boiada (MOURA, 1978).

Ao alcançarem a juventude, os rapazes passariam por um estágio de amadurecimento, ao ser-lhes concedidos uma pequena porção de terra para produção individual, os chamados "roçadinhos". Assim, o rapaz trabalhava concomitantemente em conjunto com a família e no seu próprio roçado, obtendo com a venda dos produtos

recursos para adquirir itens de uso pessoal. O progresso com o roçado individual representava o princípio da emancipação masculina, que seria concretizada com o casamento. Após o casamento, o rapaz não teria mais a obrigatoriedade de trabalhar no roçado de sua família paternal, dedicando-se apenas ao trabalho para provimento de sua nova família. As moças, embora também pudessem manter um roçado individual, com a finalidade de obtenção de recursos para gastos pessoais, somente ganhariam emancipação de fato, após o casamento (HEREDIA, 1979; MOURA, 1978). Logo:

> O que distingue de fato o indivíduo na sua condição de "emancipado" é a autonomia social que ele vai adquirindo (no caso do rapaz, com a primeira forma de acesso à terra) ou adquire (no caso da moça, a autonomia de decisão que, na condição de dona de uma "casa de morada" – seu lar – passa a ter) (MOURA, 1978, p. 24).

Os roçados individuais consistem ainda numa forma eficaz de aprendizagem e assimilação das técnicas agrícolas, por meio de transmissão geracional:

> Os roçados individuais têm uma importância significativa no processo de socialização dos membros da unidade. Essa socialização refere-se tanto à aprendizagem e adestramento das técnicas, como à formação de comportamentos adequados ao trabalho agrícola. Constitui-se também uma forma de internalização das formas do grupo, preparando-os fundamentalmente para a unidade que cada um deles constituirá no futuro (HEREDIA, 1979, p. 108).

A discriminação de atividades conforme o sexo prossegue na vida adulta de modo que a mulher torna-se predominantemente ligada à casa e aos afazeres domésticos; enquanto o homem dedica-se, sobretudo, às atividades agropecuárias e transações comerciais, exercendo autoridade absoluta sobre todas as demandas e organização da família: "O matrimônio propicia o ponto de partida para a divisão do trabalho dos sexos e depois, com a prole, das idades face a diferentes tarefas no âmbito de cada propriedade (MOURA, 1978, p.35).

As mulheres tinham como compromisso primordial os cuidados com as crianças; a arrumação e limpeza da casa; a preparação do alimento e de derivados do milho e do amendoim, pamonha e paçoca; a confecção de vassouras; alimentação de porcos e das aves criados no terreiro; costura e reparo de roupas; lavagem das roupas. No que tange ao roçado, as mulheres também desempenhavam atividades, especialmente a semeadura e limpezas periódicas que os cultivos requerem depois de serem plantados, além da debulha do feijão e moagem do milho (HEREDIA, 1979; MOURA, 1978).

Heredia (1979) ressalva que há casos nos quais as mulheres executam todo o trabalho do roçado. Em situações como: doença do pai, famílias nas quais as mulheres compõem a maioria dos membros, ou por ausência momentânea de homens. Porém, ainda que as mulheres assumam a realização das tarefas agrícolas, o fazem sempre sob as instruções e decisões dos homens, do pai da família. Mesmo não executando o trabalho, o controle de todo o processo continua concentrado nas mãos do homem:

> Neste caso, não se considera que as mulheres estivessem assumindo tarefas propriamente masculinas, mas sim que, de forma diferente, essas mesmas tarefas, que em outras circunstâncias seriam vistas como trabalho, passavam a ser consideradas como ajuda. Desta forma, indica-se que as mulheres, mesmo realizando as tarefas, estavam subordinadas às decisões e, em suma, à autoridade paterna (HEREDIA, 1979, p. 82).

> Se as atividades do roçado, em oposição às atividades da casa, são consideradas trabalho, dentro do âmbito específico das tarefas agrícolas nem todas são tidas como tal. Desta forma, o que a mulher faz no roçado não é caracterizado como trabalho, este se limita às tarefas realizadas especificamente pelos elementos masculinos, tanto o processo anterior ao plantio dos produtos, como também a ação de cavar buracos nos quais se efetua a semeadura (HEREDIA, 1979, p.80).

Compreende-se, assim, que mesmo realizando tarefas no roçado, a mulher não "trabalha". Ao homem, o trabalho na roça é predominante, portanto, suas atividades consistem na capinagem; limpeza; colheita; cuidados com os animais de grande porte, principalmente o gado; em relação à cana-de-açúcar o trabalho masculino está presente desde o preparo da terra até a elaboração em pequenos engenhos, da rapadura, produzida integralmente para a comercialização; aliás, os trâmites de negociação dos produtos, seja na feira ou no espaço domiciliar, é de responsabilidade exclusivamente masculina (HEREDIA, 1979; MOURA, 1978).

1.2.1. Os desdobramentos na alimentação da família

Um aspecto cultural destacado por Heredia (1979) refere-se à produção da farinhada, item básico da alimentação das famílias por ela estudadas. A produção da farinhada ocorre de acordo com uma forma bem delimitada quanto ao sexo dos

membros da família. As mulheres, esposas e filhas (jovens e crianças), vizinhas ou parentes, raspam a mandioca a ser processada. Elas também realizam a cevada, as crianças repassam a mandioca raspada para as mãos da mulher, que as coloca na trituradora (cujo processo de girar é feito pelos homens e rapazes). Os homens acrescentam e controlam a massa da mandioca na prensa. Na sequência, as mulheres peneiram a massa, enquanto as crianças a desfazem com a mão, para facilitar o peneirado. O interessante é que o manuseio da massa no forno, para seu cozimento é realizado pelos homens. Segundo a autora é, sobretudo, esta tarefa, na opinião dos entrevistados a responsável pela qualidade da farinha (HEREDIA, 1979).

O processo de fabricação de farinha também foi observado durante a pesquisa de campo da dissertação, embora seja realizado de forma diferente. Maria Augusta, assentada entrevistada, mencionou que a farinha de mandioca é uma alimentação típica que comia na terra natal, em Itabaiana Grande, no Sergipe. Em sua casa no lote, ela e a família produzem a farinha de mandioca, e nota-se uma divisão de trabalho de acordo com o sexo dos membros da família. O marido e o filho, por exemplo, colhem a mandioca e avaliam qual é o melhor destino para o produto. Caso decidam produzir a farinha, ela e a nora procedem com as demais etapas, descascam, lavam, ralam, e extraem o polvilho, a etapa da prensagem da massa, para extrair a umidade é realizada por todos os membros da família, enquanto a secagem e peneiração são realizadas por elas. Essa família produz a farinha visando ao autoconsumo.

Algumas etapas podem ser observadas através das fotos 1, 2 e 3:

Fotos 1, 2 e 3. Produção de farinha de mandioca no Assentamento Tucano

Fotos: Larissa Araujo Coutinho de Paula/ Trabalho de Campo/ 2014.

Na pesquisa de Moura (1978), o arroz é um produto essencial na alimentação da família, tal como a farinhada, entre os moradores da Zona da Mata de Pernambuco. A produção do arroz é responsabilidade masculina, desde o cultivo em si, até a negociação, já que o arroz na área estudada também serve como meio de conversão fundamental para a aquisição de outros bens, como roupas e remédios.

A alimentação é um aspecto de cunho cultural que foi abarcado por essas pesquisas. O pai de família, por ser visto como o responsável pelo roçado, que prevalece ao espaço doméstico, ao abastecer a casa com os alimentos considerados prioritários, é o primeiro a ser servido nas refeições. “A isto se soma também a concepção de que os

alimentos são um reforço para o *trabalho*, daí quem *trabalha* deve ser melhor alimentado" (HEREDIA, p. 93).

Há inclusive uma hierarquia entre os alimentos produzidos pelos diferentes sexos. Atribui-se ao arroz, feijão e carne bovina, como alimentos que provêm força e energia aos consumidores, são, portanto, alimentos mais importantes, ao passo que alimentos como hortaliças e frutas são considerados alimentos secundários, complementares, alimentos fracos. Essa valorização cultural dos alimentos reforça, no plano simbólico, o predomínio do trabalho masculino sobre o trabalho feminino na agricultura (WOORTMANN, 1985).

Essa classificação estabelecida de acordo com o sexo também repercute sobre a apropriação e criação dos animais que a família rural possui, como será detalhado no próximo item.

1.2.2 Os desdobramentos na apropriação dos animais

Os animais também são atribuídos segundo o sexo dos membros da família e, portanto, obedecem uma mesma hierarquia. Logo, os "bichos do terreiro", geralmente as aves, porcos e cabras estão subordinados aos animais do roçado, como o gado. Os animais do roçado são considerados mais importantes "na medida em que suprem as necessidades reconhecidas como secundárias quando os produtos do roçado não são suficientes para abastecer o consumo coletivo, considerado prioritário" (HEREDIA, 1979, p. 101).

Os bichos do terreiro são de responsabilidade feminina, mães e filhas são proprietárias desses animais, sua criação se dá com o objetivo de futura venda para aquisição de bens de consumo individual; todavia, em circunstâncias críticas, essa criação é incluída no âmbito coletivo (HEREDIA, 1979).

Os animais do roçado, por sua vez, pertencem à esfera masculina, sendo, portanto, utilizados pelo produtor no desempenho das suas atividades. O gado, por exemplo, ainda que forneça o leite das crianças; está mais voltado para o âmbito masculino por possuir um alto valor no mercado, sendo um animal bastante valorizado em termos monetários, possuindo ainda um caráter de reserva; e cuja acumulação

permite o aumento da renda da família, “seja através da compra ou assegurando a renda da mesma e a reprodução dos futuros ciclos agrícolas” (HEREDIA, 1979, p.103).

Observou-se na pesquisa de campo que em algumas famílias esse condicionamento dos cuidados com os animais de acordo com o gênero ainda se faz presente, com a inclinação masculina para a manutenção do gado, e uma maior atenção feminina aos animais de menor porte, como galinhas, porcos e cabras.

Na fala do senhor Francisco (entrevista realizada em Agosto de 2014), ele descreve a divisão de trabalho estabelecida entre ele e sua esposa, na qual fica expressa a diferenciação dos cuidados com os animais, de acordo com o sexo:

> Aqui nós trabalhamos assim, ela toma conta da casa, toma conta da horta, cria as galinhas. Ela trabalha nessa parte e eu trabalho na outra parte, eu tiro leite, eu arrumo cerca, essa parte. Ela toca uma parte e eu toco a outra.

A senhora Maria Cristina (entrevista realizada em Julho de 2014), outra assentada entrevistada, afirmou quando questionada sobre a divisão dos cuidados com os animais: “Quem cuida dos porcos sou eu, quem cuida do gado é ele”.

1.2. 3. Os desdobramentos referentes à comercialização

A comercialização também pertence à esfera masculina. É o marido/pai quem realiza a transação comercial, e, ainda que impossibilitado de realizá-la, seleciona um filho homem para a função, mas mantém o controle de tudo. Além de selecionar o filho, o marido/pai decide qual produto, a quantidade, como e em quais condições se dará a venda (HEREDIA, 1979).

A comercialização representa uma relação da família com o mundo exterior e, como o homem é o responsável pela família, cabe à ele representá-la. Apenas excepcionalmente, encontram-se mulheres vendendo produtos na feira; quando é necessário vender diferentes produtos num mesmo dia, ou quando os filhos homens não podem executar essa tarefa. Ainda assim, as mulheres não são autorizadas a vender qualquer produto, pois o pai de família: “reserva para si os produtos considerados fundamentais dentro do roçado, como por exemplo, a farinha de mandioca, o milho e o feijão. Por outro lado, a mulher ajuda o marido vendendo os produtos secundários, isto é, as verduras e frutas” (HEREDIA, 1979, p.85).

Heredia (1979) questionou um dos entrevistados acerca das razões que impediam as mulheres de venderem os produtos principais do roçado e as respostas baseavam-se no esforço físico exigido pelas tarefas, alegando que as mulheres teriam dificuldades para carregarem sacos com diferentes produtos. Contudo, a autora nos remete ao fato de que as mulheres carregam um peso maior, ao transportarem lenha e água para a casa, cotidianamente.

Embora os contextos da bibliografia que fundamenta essa discussão sejam distintos da realidade empírica deste trabalho, pode-se afirmar que essa questão possui uma intrínseca relação com o tema deste trabalho. Os programas de compras governamentais estudados, Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação da Agricultura Familiar (PNAE) apresentam essa peculiaridade, pois fomentam a aquisição de alimentos cuja produção esteve sempre predestinada à mulher, como hortaliças e frutas, produtos artesanais, como pães, doces e compotas. Ademais, quando questionadas na pesquisa de campo sobre quem realizava a comercialização, as mulheres afirmaram que os itens como leite ou produtos de lavoura, eram comercializados pelos seus esposos, ao passo que elas se restringiam à comercialização hortaliças, com as políticas de compras governamentais:

> Eu não gosto de mexer com leite, eu ajudo a cuidar das vacas, mas quem ordenha é o meu marido, é ele que negocia com o lacticínio também, e quando a gente vende mandioca para uma farinheira no Paraná é ele quem vai atrás, eu só fico mesmo na venda dos programas das hortas (PAA e PNAE) (Maria Isabel, entrevista realizada em Julho de 2014).

É possível afirmar que o modo como os cômodos da casa estão distribuídos também segue uma lógica de acordo a oposição binária dos sexos, como será abordado no item seguinte.

1.2.4. Os desdobramentos espaciais referentes à casa da família rural

O espaço físico da casa comporta, da mesma forma, diferentes atribuições relativas ao sexo dos membros da família, de forma que os cômodos são mais ou menos femininos e/ou masculinos, de acordo com a função que se realiza neles.

Bourdieu (2002), no texto intitulado "A casa ou o mundo às avessas", através de uma análise etnográfica, apresenta as características do povo kabila, explicando a forma como se estrutura a organização física e simbólica dos habitantes da aldeia. Destarte, as pessoas, objetos e funções atribuem especificações aos cômodos da casa, nos âmbitos feminino e masculino, como um jogo de oposições:

> A casa se organiza, assim, conforme um conjunto de oposições homólogas: fogo: água :: cozido : cru :: alto : baixo :: luz : sombra :: dia : noite :: masculino : feminino :: fecundante : fecundável :: cultura : natureza. Considerada em sua relação com o mundo exterior, mundo propriamente masculino da vida pública e do trabalho agrícola, a casa, universo das mulheres, mundo da intimidade e do segredo, a casa é ao mesmo tempo sagrada e ilícita para todo homem que não faz parte dela (BOURDIEU, 2002, p. 97-98).

Geralmente, as residências situadas nas pequenas propriedades rurais possuem um espaço frontal e um posterior, posicionados à frente dos cômodos da sala e da cozinha, denominados terreiros. O terreiro frontal dá acesso à sala, sendo considerado um espaço público, que serve como local de reunião com os vizinhos. O terreiro posterior (dos fundos) dá acesso à cozinha, local de maior acesso às mulheres. No terreiro posterior também são criadas aves domésticas e é onde costuma se localizar o chiqueiro dos porcos, além do pomar e da horta (HEREDIA, 1979).

A sala é um espaço de intermediação do interior. É também um espaço favorável ao pai de família, no qual ele pode descansar, ou se reunir para conversar com vizinhos e parentes. Por sua vez, a cozinha geralmente situa-se no lado oposto à sala, consiste num lugar de predomínio da mãe da família, no qual ela prepara os alimentos. Ao contrário da sala, na cozinha não transitam pessoas estranhas, só as adentram as mulheres - parentes ou vizinhas (HEREDIA, 1979).

Há diferentes tipos de casas nos lotes do Assentamento Tucano, algo muito comum, não apenas no assentamento em questão, mas em diversos outros, é a construção de mais de uma casa no mesmo lote, nas quais vivem geralmente os filhos

dos assentados que não possuem titularidade do lote. É comum construírem ao lado da casa dos pais outra residência, para viver com seus respectivos conjugues e filhos.

Pelas observações realizadas em campo se notou que a maioria das casas é de alvenaria, embora existam poucas casas de madeira, o padrão das casas difere, pois algumas possuem um melhor acabamento, mas no geral, as casas são bastante modestas, pequenas, com no máximo dois quartos, um banheiro, sala e cozinha.

Em algumas entrevistas foi possível observar o interior das casas. Isso ocorria quando as pessoas entrevistadas convidavam para adentrar. A maioria preferiu realizar as entrevistas do lado externo da casa, no terreiro. Poucos entrevistados convidavam para entrar nos cômodos e três famílias convidaram para fazer a refeição em suas casas. Foram momentos nos quais foi possível observar com mais intensidade alguns detalhes, como a divisão do trabalho doméstico, por exemplo. Em duas oportunidades foi possível visualizar que os homens almoçavam na sala, enquanto assistiam televisão, ao passo que as mulheres comiam na mesa da cozinha, com as crianças e idosos, enfim, com os demais moradores da casa. Além de cozinhar, lavar a louça e limpar a cozinha, algumas mulheres preparavam os pratos dos maridos e serviam as refeições para eles, da mesma forma também recolhiam os pratos quando os mesmos terminavam as refeições.

No que concerne aos espaços femininos, como a dispensa e o terreiro posterior, Moura (1978, p. 20) descreve os objetos presentes e as atividades exercidas pelas mulheres nesses espaços:

> Assim sendo, o trabalho feminino inclui atividades na "dispensa" – área coberta de telhas colada à parede posterior da habitação, onde se acha a porta da cozinha – e no "terreiro" – área coberta, de terra batida, que segue à "dispensa". Ao abrigo da primeira, encontram-se dependuradas na parede peneiras para debulhar milho e para debulha e cata de feijão. Ali estão também o aparelho manual de moer milho (para confecção da "quirera") e, eventualmente, um forno de barro para assar bolos e pães. Já no "terreiro" estão soltos frangos, patos e galinhas que por vezes circularão pela área coberta que compõe a "dispensa".

Na realização dos trabalhos de campo, algumas sutilezas marcaram essa diferenciação de atribuição de valores aos cômodos. Enquanto algumas famílias faziam a recepção no terreiro, as que convidavam para entrar na casa preferiam conversar na sala e, ao término das entrevistas, ofereciam um café. Era notável que, quanto mais se

sentissem confiantes e confortáveis com a interlocutora, permitiam que adentrasse a cozinha, do contrário traziam o café para tomar na sala, ou no terreiro.

A descrição feita por Moura (1978) da dispensa e do terreiro foram facilmente observadas em campo. De fato, na maior parte das casas há uma área paralela à porta da cozinha, onde se encontram instrumentos de trabalho feminino, como moedores, fogões à lenha, ou ainda fogões de barro, peneiras, mudas para plantio de hortaliças etc.. Já nos terreiros, como continuação da dispensa, estavam dispostos animais como porcos e galinhas, como demonstram as fotos a seguir:

Fotos 4, 5, 6 e 7. Áreas frontais e terreiros em lotes do Assentamento Tucano

Fotos: Larissa Araujo Coutinho de Paula/ Trabalho de Campo/ 2014.

No próximo item será discutido como se estabelece a questão da herança e da posse da terra, tendo em vista as relações de gênero na agricultura.

1.2.5. Os desdobramentos sobre a herança e o acesso à terra

Com relação à divisão sexual na herança, o trabalho de Moura (1978) é bastante ilustrativo. Em sua pesquisa, a autora percebeu que havia uma tendência entre os pequenos produtores rurais de evitar o fracionamento da terra e sua fragmentação em áreas descontínuas e, portanto, evitar a perda de "patrimônio territorial".

As vendas de terra para um homem de outro bairro consistia numa transação indesejável, pois implicaria na entrada de um estranho. Logo:

> Será mais aceitável uma nova mulher dentro de um determinado bairro em função de seu casamento com um homem tradicionalmente proprietário nele do que a presença de um novo proprietário de sexo masculino acompanhado de sua família, que será categorizado como um "de fora", granjeando aceitação lenta por parte dos habitantes tradicionais" (MOURA, 1978, p.17).

Como o trabalho feminino é considerado ajuda, entende-se que a mulher não trabalha a terra e, consequentemente, não pode negociá-la (bem como não negocia a produção); quem o faz é seu marido. O casamento se dá por comunhão de bens, transferindo ao marido a direção do empreendimento produtivo. E nos casos de mulheres solteiras possuírem um lote, é o seu irmão quem tramita a negociação (MOURA, 1978).

Embora a mulher não seja responsável por encargos que concernem à existência física da terra; por vezes lhe é atribuída a posse ou propriedade da terra; visando através do matrimônio, propiciar a transação comercial de terras, entre seu irmão e seu marido.

Sendo assim, a autora conclui que há uma relação intrínseca entre a divisão sexual do trabalho e a herança da terra:

> Estabelece deste modo um elo lógico que vai desde a circunscrição da mulher à unidade de consumo e que prossegue no seu caráter dependente para transacionar terra (por ser um "negócio", ao mesmo tempo que campo de trabalho produtivo masculino) e que culmina no fato de que não se "mantém" no *status* de proprietária econômica autônoma da terra. No caso do homem, sua circunscrição à unidade de produção, trabalhando a terra, responsabilizando-o necessariamente pelo "negócio" de terras e, por isso mesmo, pela condição de proprietário da terra. Nasce assim, no âmago da divisão do trabalho na unidade familiar, uma distinção entre as atribuições dos dois sexos que refletirão decisivamente nas regras de herança da terra, objeto deste trabalho (MOURA, 1978, p. 29).

Com o casamento, as terras de herança que a mulher possui e a terra pertencente ao marido, podem ter uma junção, embora não estejam fisicamente próximas, por meio da transação entre os cunhados:

> Ao invés de simplesmente trabalhar separadamente o lote seu e o da sua mulher, unidos juridicamente pelo casamento, o marido poderá querer comprar o lote de sua própria irmã, contíguo ao seu. Para obter dinheiro para esta compra, deve vender o lote que a mulher trouxe para o casamento. E haverá sempre um comprador potencial nessa transação, que é o irmão de sua mulher, interessado ele também pelo fato de o lote de sua irmã ser confrontante com o seu, em unifica-los em terras contínuas. O ciclo pode prosseguir indefinidamente, penetrando em todas as famílias. (MOURA, 1978, p. 42)

O casamento, então, além de permitir futura aquisição de um lote sororal próximo ao que o marido originalmente já possuía; possibilita ainda a aquisição de mão-de-obra feminina que, com o trabalho doméstico, complementará o trabalho agrícola (MOURA, 1978).

De acordo com Carneiro (2001), ao estudar as relações de gênero e as questões hereditárias entre pequenos agricultores no Rio De Janeiro, o trabalho feminino na agricultura familiar está subordinado às regras do contrato conjugal (casamento), se estabelecendo como um sistema de obrigações recíprocas entre os conjugues:

> Por isso ser agricultora não é uma profissão, mas um estatuto matrimonial. Quando casada, a mulher passa a dever várias obrigações frente ao marido, o que na agricultura implica em participar dos trabalhos na lavoura.” (CARNEIRO, 2001, p. 31).

No estudo de Moura, as mulheres solteiras são subordinadas mais intensamente. O irmão após vender a terra de sua esposa ao seu cunhado obtêm recursos para comprar o lote da própria irmã. Sem terra e sem a oportunidade de constituírem suas próprias famílias, as mulheres na condição de celibato permanecem sobre a autoridade paterna, vivendo e cuidando dos pais, ou morando e trabalhando na casa de irmãos e/ou irmãs (MOURA, 1978). E essa condição permanece atual, como pode ser evidenciado pela posição de Paulilo (2007, p. 7-8):

> A mulher que não se casa é duplamente excluída: nem terra, nem dote! Mora com os pais, cuida deles na velhice e, ao perdê- los, tem que ficar “encostada” na casa de uma irmã ou irmão, pagando sua manutenção através da realização de inúmeras tarefas e acesso quase nulo a alguma forma de renda.

Provavelmente por estas razões de subserviência ao marido e de ter o seu direito de gerir independentemente a propriedade familiar impedido, hodiernamente o casamento não representa mais uma atração tão grande para as moças que vivem no campo.

Recentemente, em pesquisa realizada no Rio de Janeiro, Carneiro (2001) constatou como raridade a existência de propriedades rurais com titulação conjunta, sendo mais frequente que o titular da propriedade seja apenas o homem, o marido. Observa-se, então, uma alteração no padrão de herança estudado por Moura (1978), já que no contexto atual, é comum o pai preferir deixar a terra para os filhos do sexo masculino, por acreditar que eles são mais aptos para administrar e trabalhar na agricultura (CARNEIRO, 2001). Para Paulilo (2007), a herança funciona como uma compensação pelas atividades ligadas à manutenção do patrimônio familiar, logo, ao serem excluídas do processo de herança, as mulheres sentem-se injustiçadas, pois têm o trabalho de toda uma vida sem reconhecimento.

De acordo com Paulilo (2004, p. 234), pode-se afirmar com segurança que são os filhos homens que herdam a terra e as mulheres costumam ter acesso à terra apenas pelo casamento. Há exceções, porém, em casos nos quais "não há descendência masculina, quando há uma filha casada que cuida dos pais na velhice, quando os pais possuem muita terra ou, ao contrário, quando a exploração agrícola não tem importância como meio de produção para os herdeiros homens".

Conforme mencionado anteriormente, essas circunstâncias geram nas mulheres, sobretudo as mais jovens, a necessidade de buscar autonomia através de trabalhos fora da área rural, aperfeiçoar os estudos ou migrar para as cidades. As filhas mulheres, como na maioria dos casos não é herdeira da terra, passam a serem mais estimulada do que os filhos homens, a prosseguirem os estudos, cursar uma graduação (CARNEIRO, 1998). Esse processo na medida em que se intensifica, engendra a "masculinização" das áreas rurais (CARNEIRO, 2007).

No item seguinte será melhor detalhado como se dá a distinção e desvalorização do trabalho das agricultoras de acordo com o critério de trabalho "leve" e trabalho pesado".

1.2.6. A origem da associação entre o trabalho feminino e a "ajuda"

Essa desvalorização do trabalho feminino e sua consequente classificação como trabalho "leve" decorre da valorização do homem como "chefe de família", o responsável pelo sustento dos seus familiares. O trabalho feminino então é tido como uma complementariedade ao trabalho masculino, um acréscimo à remuneração obtida pelo marido. O trabalho, quando remunerado, é pago de acordo com a posição que o homem e a mulher ocupam na hierarquia familiar.

Essa ideia do trabalho feminino como ajuda, como trabalho leve, transpareceu nos depoimentos de muitas entrevistadas. A senhora Maria de Fátima, já bastante idosa, com setenta e um anos, costumava se referir ao trabalho feminino e masculino, como leve e pesado, respectivamente:

> Ah, agora está mais fácil com esses programas, porque a mulher não precisa mais trabalhar no serviço tão pesado, você sabe, o trabalho na lavoura é muito pesado, eu e meu marido trabalhamos no pesado a vida toda para criar nossos filhos. É bom, mas agora com esses projetos de horta a mulher pode fazer um *trabalho leve*, que não exige tanto esforço, né? (Maria de Fátima, entrevista realizada em Agosto de 2014).

Uma entrevistada mais jovem, Maria Fernanda, de vinte e quatro anos, fez a mesma associação, entre trabalho leve e pesado, embora reconheça que muitas mulheres de sua família executam mais o trabalho pesado do que os homens:

> O meu marido me ajuda muito com as tarefas da casa, ele lava louça, lava roupas, a gente se ajuda. Mas, minhas tias, minhas avós, elas trabalham bastante assim... porque assim, o homem, ele gosta mais de tocar a roça, fora, *o trabalho mais pesado assim, fica para o homem*, né? E *o trabalho mais leve fica para as mulheres*. Mas, na minha família não é assim, porque o trabalho mais pesado fica para as mulheres (risos), porque elas fazem tudo, tudo, elas pegam uma égua chapeiam, areiam a terra toda, a minha tia mesmo que trabalha com a associação, ela não para nunca. A minha avó trabalhou muito tempo na terra, mas trabalhava sozinha, é um serviço pesado, ela desanimou. Tem um tio meu que ajuda a minha tia, tem homens que são diferentes, tudo depende do começo do casamento, do companheirismo, tem homem que pensa que serviço de casa é coisa de mulher, é um pensamento ultrapassado. Minha irmã mesmo é casada e é bem jovem, e o marido dela não ajuda em nada, o meu marido cozinha, arruma a minha filha para ir à escola, quando eu não posso fazer. *Talvez pelo meu marido ser da cidade, e o meu cunhado ser do*

> *sítio, pensam diferente* (Maria Fernanda, entrevista realizada em Agosto de 2014).

Muitas mulheres rurais vivem uma dupla jornada, pois trabalham nos afazeres domésticos e, paralelamente, dedicam-se às atividades urbanas e/ou agrícolas, assegurando a estabilidade familiar. Há uma ideia amplamente disseminada de que no meio familiar, o homem é responsável por provir a renda, enquanto a mulher deve prestar serviços (PAULILO, 2007, p.13): " Suas tarefas não remuneradas, ainda que de forma indireta, geram renda; portanto, o papel da mulher é tão econômico quanto o do marido, pois a família não poderia criar seus filhos sem o trabalho dos dois"

Considera-se, em termos de uma economia de mercado, que mercadorias produtivas são as passíveis de venda. Uma atividade econômica improdutiva é, portanto, aquela que não pode ser vendida, enquadrando-se nessa classificação, o trabalho doméstico (PAULILO, 2007).

O trabalho doméstico implica na execução de atividades não-produtivas, na produção de valores de uso e prestação de serviços. Para Rossini (1993, p. 10):

> O trabalho doméstico é a importante parcela da produção socialmente necessária. Entretanto, numa sociedade na qual a base é a produção de mercadorias, ele não é considerado um trabalho na acepção verdadeira da palavra, pois está fora da esfera da remuneração.

Para Paulilo (2004, p. 244-245):

> O capitalismo fez mais do que separar os meios de produção do trabalho e o espaço doméstico do espaço de produção. Foi a primeira vez na história que se tentou subordinar a sociedade ao mercado. Os princípios da antiga ordem social foram substituídos pelo princípio da permuta ou troca, cujo padrão subjacente era o padrão de mercado. E assim o único esforço físico ou mental que passou a merecer o nome de trabalho produtivo e a ser remunerado foi o despendido nas atividades consideradas econômicas. Daí a separação entre trabalho produtivo e não produtivo, nada fácil de se visualizar quando não há separação entre unidade familiar e de produção, como é o caso do campesinato. Quando a mulher faz queijo, por exemplo, pode fazê-lo para comer ou vender.

Paulilo (2007) afirma que, apesar de considerar importante a contribuição da corrente marxista, foi a partir das críticas à economia de mercado tecidas por essa corrente que emergiu a distinção entre trabalho produtivo (aquele que propicia mais-valia) e o improdutivo (que não propicia). A autora baseia-se na obra de dois principais

autores: Karl Polanyi e Hannah Arendt que, mesmo considerando a contribuição de Marx, posicionaram-se de forma crítica a essa distinção do trabalho. Polanyi argumenta que a economia de mercado transformou o trabalho, a terra e o dinheiro em mercadorias; todavia, esses três elementos não se comportam como mercadorias de fato, cunhando-os de mercadorias fictícias. Hannah Arendt elucida que, com a revolução industrial, todo o trabalho artesanal, que primava a utilização, passou a ser substituído pela produção industrializada, que tem como finalidade essencial, o consumo, e possuía um elevado nível de produtividade em comparação ao trabalho manual, artesanal e doméstico. Contudo, na era moderna, apesar das tentativas, não foi pensada de fato uma teoria que distinguisse com clareza os dois tipos de trabalho, tendo-se consecutivamente, pares opostos de definições, tais como: a diferenciação entre trabalho qualificado e não qualificado, e a divisão de todas as atividades em trabalho manual e intelectual.

É a partir dessa explicação que emerge a ideia tão internalizada do trabalho doméstico como improdutivo e inferior ao trabalho produtivo, atribuindo ao trabalho feminino o caráter de ajuda ao do homem/marido. Logo:

> A ideia de que só as atividades que podem ser vendidas são trabalho, faz com que mesmo quando a lógica não é a do esforço individualmente remunerado, caso da agricultura familiar, tenham maior importância as atividades daqueles que seriam mais valorizados no mercado de trabalho, ou seja, os homens (PAULILO, 2007, p.6).

Paulilo (2004) ressalta que a associação da mulher ao âmbito doméstico está tão internalizada, que se toma como natural a não-participação igualitária dos homens no trabalho doméstico; embora homens solteiros, que vivem sozinhos, reconhecem como trabalho (ou pelo menos têm de pagar) o serviço prestado por mulheres que fazem faxina em suas casas, ou que preparam sua comida nos restaurantes.

Acrescenta-se a condição subordinada da mulher ao homem, a delicada situação enfrentada pelas mulheres rurais no que diz respeito à herança, ao casamento e ao acesso à terra. Há internacionalmente uma vastidão de estudos da Sociologia e Antropologia Rural que comprovam a discrepância da posse e uso da terra entre mulheres e homens (PAULILO, 2007).

No item a seguir há uma apresentação de como se deram as reivindicações e lutas das agricultoras brasileiras pela terra e por melhores condições de trabalho.

1.3. As trabalhadoras rurais no Brasil e a luta pela terra e por melhores condições de trabalho

De acordo com Buarque (2005), atualmente, a dominação masculina ocorre sob aspectos simbólicos (opressão) e materiais (exploração), e a subordinação feminina tem sido marcada pelas expressões de: violência sexual e doméstica, segregação no mercado de trabalho, dupla jornada de trabalho, sub-representação nas instâncias de decisão e menor participação nas políticas públicas.

No Brasil, a crescente reivindicação das mulheres agricultoras pelo título da terra, pelo acesso ao crédito, pela capacitação e assistência técnica representam lutas que, muitas vezes, são tratadas em segundo plano pelos estudiosos da questão agrária, ou até mesmo pelos próprios integrantes de movimentos sociais (BUARQUE, 2005).

Segundo Amartya Sen (2000), a desigualdade de gênero afeta a vida de milhões de mulheres, restringindo as liberdades substantivas do sexo feminino. As liberdades substantivas se referem aos direitos que implicam na qualidade de vida das pessoas e que garantam a capacidade de participação nas decisões políticas de sua comunidade.

A invisibilidade do trabalho feminino e sua associação ao âmbito privado não é condição exclusiva do Brasil. Em pesquisa realizada por Lisboa e Lusa (2010) sobre a participação da mulher no desenvolvimento sustentável no Brasil, México e Cuba, as autoras verificaram que ainda persiste nos três países, a dificuldade em se estabelecer uma distribuição igualitária das tarefas domésticas: ao homem prevalece o poder sobre grandes decisões, enquanto à mulher, é quase que natural, a atribuição aos cuidados de âmbito familiar.

Apesar das dificuldades, as autoras concluem que nos três países, as mulheres desempenham funções importantes na gestão dos recursos naturais, já que muitas vezes cabe a elas, a provisão de alimentos para o sustento familiar, o cultivo e coleta de frutos, raízes, lenha, ervas medicinais, forragem para os animais, ramos e folhagens para o forro e a construção de suas casas, o cuidado com a água, atividades que exigem conhecimento sobre a ecologia e a natureza, contribuindo assim, para a gestão da biodiversidade e da agroecologia (LISBOA; LUSA, 2010).

Foi nesse contexto da importância da mulher na preservação e manutenção de recursos naturais que o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), posicionou-se, a partir de 2001, em combate ao modelo de agricultura pautado na monocultura, ao uso de

agrotóxicos e de sementes transgênicas, propondo a recuperação, produção e melhoramento de sementes crioulas, o cultivo de plantas medicinais, de árvores frutíferas e nativas, de proteção da água, de diversificação da produção de autossustento e de renda e de reeducação alimentar (LISBOA; LUSA, 2010).

Convém mencionar também, ainda que pontualmente, a importância da Marcha das Margaridas (MM), cuja primeira manifestação ocorreu no ano de 2000, e contou com o apoio do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR), sob o lema "2000 Razões Para Marchar: Contra a Fome, a Pobreza e a Violência Sexista". Desde então aconteceram outras marchas nos anos de 2003, 2007, 2011e 2015. As marchas acontecem no mês de agosto, em homenagem à Margarida Alves.

Margarida Maria Alves, nasceu em 5 de Agosto de 1933, na cidade de Alagoa Grande, Pernambuco. Dedicou sua vida ao ativismo e sindicalismo, trabalhou como presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de sua cidade natal e fundou o Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural. Devido à sua militância, acabou despertando o ódio de usineiros da região, sendo constantemente ameaçada, até ser assassinada em 12 de Agosto de 1993, na frente de seu filho e seu esposo (MENEZES; GAMA, 2013; SILVA, 2008).

As marchas das Margarias constituem uma ação estratégica das mulheres do campo, da floresta e das águas, e integram permanente a agenda do MSTTR e de movimentos feministas e de mulheres do Brasil. Como pauta, o movimento apresenta as seguintes propostas: reforma agrária ampla e massiva que valorize e fortaleça a agricultura familiar, geração de emprego, renda e ocupações produtivas, garantia dos direitos dos assalariados e assalariadas rurais, promoção de políticas públicas e garantia dos direitos sociais, o combate ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, a equidade de gênero/geração/raça/etnia (SILVA, 2008).

De acordo com Campos (2011), nas áreas rurais, quando a mulher torna-se economicamente ativa, ainda sofre com a desigualdade salarial, em maior proporção do que as trabalhadoras urbanas. Infelizmente, na maioria das vezes, as mulheres no meio rural não possuem remuneração monetária. Uma possível justificativa para essa questão diz respeito à posse da terra, a alta concentração de terras no Brasil é um dos problemas que impedem o desenvolvimento social.

Campos (2011), ao analisar os dados do Censo Agropecuário de 2006, conclui que, dos 51.175.489 estabelecimentos agropecuários do país, apenas 656.228 (ou seja, 13%) têm mulheres à frente da exploração agrícola. A autora destaca ainda que 46% das mulheres responsáveis pelo estabelecimento rural têm mais de 55 anos, o que torna possível deduzir que as mesmas assumiram essa posição após tornarem-se viúvas, já que a mulher apresenta maior longevidade que o homem.

Durante a pesquisa realizada no México[3], foi possível observar uma realidade muito similar com o Brasil, quanto ao acesso das mulheres à terra. Desde a reforma agrária mexicana, realizada em 1910, apenas os homens poderiam ser donos da terra, as mulheres apenas adquiririam a titularidade caso se tornassem viúvas. Somente após a intensificação das imigrações para os Estados Unidos, com um grande fluxo de trabalhadores rurais, muitas mulheres passaram a assumir a propriedade da terra (WARMAN, 2003).

Deere (2004), ao abordar a participação feminina na luta pela terra no Brasil, afirma que as mulheres raramente eram consideradas trabalhadoras rurais, seu trabalho era invisível, quer fosse como trabalhadoras de família não remunerada, quer como trabalhadoras assalariadas temporárias. Um aspecto interessante diz respeito ao reconhecimento profissional das trabalhadoras rurais. Giulani (2006), ao estudar os movimentos de trabalhadoras urbanas e rurais no Brasil, lembra que as trabalhadoras rurais realizaram uma campanha no país inteiro na ocasião do Censo Demográfico de 1991, incentivando suas companheiras a declararem sua profissão nas entrevistas como trabalhadoras rurais e não donas de casa:

> A mobilização é resultado da compreensão de que as estatísticas nacionais sempre têm subestimado a participação ativa das mulheres, produzindo uma visão simplificada, quando não errônea, de todas as atividades por elas desempenhadas no lar e fora dele. Seu objetivo explícito é corrigir os critérios da contabilidade nacional no sentido de adequá-los à identidade emergente das mulheres trabalhadoras rurais. De fato, elas não se reconhecem mais no estatuto de dona de casa que ajuda temporariamente os homens na agricultura; elas se consideram

[3] Foi realizada uma pesquisa com financiamento da Fapesp, entre os meses de novembro de 2014 a janeiro de 2015, cujo objetivo consistiu em investigar quais políticas públicas direcionadas às agricultoras eram executadas no México. Por se tratar de uma pesquisa geral, obtendo resultados a escala nacional e aprofundar apenas um estudo de caso muito pontual, optamos por não discutir os resultados na dissertação, porém pode-se inferir que a maior similaridade observada entre os dois países diz respeito às políticas de erradicação da pobreza, no Brasil, a Bolsa Família, e no México, o Programa Oportunidades.

> agricultoras, profissionalmente ativas, co-responsáveis nas decisões e na gestão das atividades produtivas (GIULANI, 2006 , p. 660).

Segundo Sen (2000), aumentar o número de mulheres responsáveis por estabelecimentos agrícolas é essencial para melhorar as suas condições de vidas, pois a propriedade de bens pode garantir à mulher mais poder nas relações familiares.

É rara a existência de propriedades rurais ou lotes de assentamentos rurais com titulação conjunta, o mais frequente é que o titular da propriedade seja apenas o homem, o marido (ou o companheiro). Esse fato se associa ainda com a questão da herança e a sucessão geracional no meio rural, pois geralmente o pai prefere deixar a terra para os filhos do sexo masculino, por acreditar que eles são mais aptos para administrar e trabalhar na agricultura, e pelos incentivos cada vez maior para que as filhas mulheres prossigam os estudos.

A superação da opressão historicamente vivida pelas mulheres, só pode ser alcançada através da condição de sujeitos das mesmas na luta por essa transformação. No sentido de que elas alcancem o bem-estar e o seu reconhecimento. Para Sen (2000), o bem-estar e o reconhecimento das mulheres são influenciados por variáveis como: "o potencial das mulheres para auferir uma renda independente, encontrar emprego fora de casa, ter direito de propriedade, ser alfabetizada e participar como pessoas instruídas nas decisões dentro e fora da família." (SEN, 2000, p. 222).

Giulani (2006), ao apresentar a história dos movimentos de trabalhadoras no Brasil, mostra o início da organização das trabalhadoras rurais. Segundo a autora, embora muitos conflitos que emergiram em organizações e mobilizações tenham como âmago as relações de trabalho e das atividades produtivas, existiram aqueles cuja criação estava ligada a outras esferas da vida social, como o âmbito familiar, tão peculiar às mulheres.

Até o final da década de 1920, no Brasil, as reivindicações sociais se restringiam às paredes das fábricas, não incluíam as especificidades do trabalho feminino, as reivindicações se referiam à fixação da jornada de trabalho, repouso semanal, férias anuais, assistência médica em casos de acidentes de trabalho e condições apropriadas de higiene na empresa. A cidadania social nesse período restringia-se aos homens (GIULANI, 2006).

> A projeção em primeiro plano do homem trabalhador acaba deixando na sombra, quase invisíveis, as péssimas condições de trabalho

> impostas às mulheres. Muitas vezes as trabalhadoras nem são reconhecidas como parte da população economicamente ativa; sua contribuição social reduzia-se ao papel de mantenedoras do equilíbrio doméstico (GIULANI, 2006, p. 641).

Após 1930, o Estado reconheceu como oficial a organização de sindicatos e a criação do Ministério do Trabalho, validando a legislação trabalhista em todo o país, todavia, a exclusão das mulheres permaneceu por mais três décadas. "Até o golpe militar de 1964, a noção de cidadania permanece vinculada ao emprego estável, assalariado e urbano" (GIULANI, 2006, p. 641). A previdência rural só se tornou acessível aos trabalhadores rurais em 1971.

> Até os anos 60, mais da metade da população brasileira reside no meio rural, inserida em regimes de produção familiar ou de assalariamento informal e instável. Mesmo nos centros urbanos, muitas das oportunidades de trabalho remunerado assumem as formas mais variadas, muito distantes do assalariamento formal (GIULANI, 2006, p. 642).

No período da ditadura militar, os militares produziram a chamada cidadania de recesso, retrocedendo os ganhos até então obtidos nos direitos trabalhistas, inclusive promovendo a repressão e perseguição aos sindicatos e suas lideranças. Mesmo as tentativas dos militares de acalmar os ânimos das camadas populares, continuaram a reproduzir a exclusão feminina:

> Buscando legitimidade junto à população, os governos militares ensaiam algumas políticas voltadas às condições de vida das camadas populares: programas de alfabetização, de assistência médico-hospitalar e de habitação. Mais uma vez, porém, tais programas reafirmaram a assimetria das relações entre homens e mulheres. Antes de tudo, considera-se como público-alvo dessas políticas a família institucionalmente constituída em torno do chefe de família – única autoridade reconhecida e incontestada, único representante das necessidades e das exigências de todos os familiares (GIULANI, 2006, p. 642).

No final da década de 1970, e no decorrer da década de 1980, cresceu a mobilização de diferentes setores da sociedade, que exigiam mais do que a redemocratização do país. As mobilizações vão para além das fábricas, ganhando espaços como as periferias e associações de bairro, tomando âmbito sobre as condições de vida das pessoas. A partir daí surge um diálogo entre as organizações sindicais e os movimentos sociais na luta por melhores condições de vida, despertando para algo

novo, o entendimento de que a população trabalhadora engloba os dois sexos (GIULANI, 2006):

> Assim como há uma confluência entre propostas de renovação da cultura sindical e os movimentos populares, também ocorre uma união entre os grupos de mulheres trabalhadoras, grupos feministas, algumas organizações sindicais, partidos e alguns setores que atuam nas instituições de administração do Estado. Vários desses grupos chegam, por caminhos diferentes, à necessidade de repensar a divisão sexual do trabalho (GIULANI, 2006, p. 647).

No que diz respeito às mulheres rurais, a autora explica que havia um pensamento de que mobilizar as trabalhadoras rurais seria difícil devido a sua situação irregular no mercado de trabalho e a ideia de que elas eram as principais depositárias e reprodutoras dos valores patriarcais no meio rural; hodiernamente, sabe-se que essas ideias não são verdadeiras.

> As experiências de vida relatadas pelas mulheres rurais mostram que em seu cotidiano não há uma clara distinção entre os limites do lar e do trabalho, entre as atividades domésticas e as tarefas agrícolas, entre as responsabilidades na educação dos filhos e a vida comunitária. No campo, a autoridade do chefe de família – do pai ou do marido – extrapola o espaço doméstico e muitas vezes impõe-se, negando a participação das mulheres nas decisões nas cooperativas, nos bancos, nas associações de produtores e nos sindicatos (GIULANI, 2006, p. 645-646).

Diferente do que ocorreu no meio urbano, a maioria das mulheres rurais não começou suas mobilizações em sindicatos, mas em pequenos grupos, de matriz religiosa, ligadas às pastorais, mas também em grupos de matriz laica. No caso religioso, havia uma forte influência da doutrina da Teologia da Libertação. Os grupos de mulheres ligados à Pastoral da Terra não reivindicaram apenas questões ligadas à esfera feminina e do lar, mas foram também uma forte base para movimentos de luta contra a ampliação do latifúndio no país (GIULANI, 2006).

Deere (2004) assevera que o movimento autônomo de mulheres rurais tem suas bases nas atividades dos comitês eclesiais de base nas décadas de 1960 e 1970, e durante a o processo de renovação do sindicalismo na década de 1980. Ela afirma que as mulheres só foram seriamente tratadas em um fórum nacional do movimento de trabalhadores em 1985, no Quarto Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG).

No início da década de 1980, em Santa Catarina, se iniciou a trajetória de lutas do Movimento de Mulheres Camponesas. Esse movimento contribuiu para o processo de superação das desigualdades de gênero, por meio de trabalhos de base que realizavam, as agricultoras tomaram conhecimento de sua condição e passaram a questionar as estruturas de dominação cultural, social e política que vivenciavam (LISBOA; LUSA, 2010).

Essa tomada de consciência e a inserção das questões de gênero pelo MMC propiciaram conquistas importantes para as mulheres rurais, como o Salário Maternidade, em 1994, o reconhecimento da profissão de agricultora, que lhes permitiu o acesso aos direitos trabalhistas, como a aposentadoria, a partir de 1995 (LISBOA; LUSA, 2010).

Destaca-se, assim, a participação das mulheres em movimentos de ocupação de terras, como por exemplo, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

> Na organização básica de acampamentos, as mulheres desempenham múltiplos papéis: são produtoras rurais, organizadoras das atividades domésticas e também muito ativas nas mobilizações constituídas para resistir à violência de policiais, proprietários ou especuladores. A precariedade dos acampamentos – onde não há condições mínimas de serviços, como água energia elétrica, escola, posto médico – tem colocado em evidência o valor da capacidade organizativa e da disciplina das mulheres, as quais conseguem manter estruturado não só o espaço doméstico de suas famílias, mas até os espaços comunitários do acampamento (GIULANI, 2006, p. 648-649).

Embora as assentadas que integram os sujeitos de estudo dessa pesquisa não estejam vinculadas a movimentos sociais, como se verá adiante, a figura feminina teve uma papel determinante para a organização do acampamento e a formação do Assentamento Tucano, sendo que a principal liderança do grupo foi uma mulher.

Deere (2004, p. 187) ressalta porém que, apesar das mulheres serem muitos visíveis na condução das ocupações de terra do MST, inclusive na linha de frente dos confrontos com a polícia, uma vez que os acampamentos estão constituídos, poucas mulheres participam tão ativamente e, até recentemente, havia poucas mulheres na liderança, seja do acampamento, do assentamento ou do MST:

> Observamos que, depois da conquista da terra, nos assentamentos, um grande número de mulheres volta a fazer apenas o trabalho interno, na roça, em casa ou com as crianças. Por isso, é necessário que as

> mulheres se organizem e participem da luta da classe trabalhadora em todas as suas instâncias.

Esse movimento contraditório da participação feminina no acampamento e, posteriormente, no assentamento já havia sido explicado anteriormente por Abramovay e Rua (2000), em uma pesquisa realizada por todo o país, financiada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), indicando a progressiva perda de participação política feminina após a consolidação do assentamento.

Abramovay e Rua (2000) mencionam que, com o tempo, as mulheres deixam de participar das reuniões, e quando o fazem, não têm uma participação efetiva, não emitem opiniões, são meras espectadoras, ou seja, após a conquista da terra, a divisão sexual do trabalho, tão combatida durante a fase de acampamento, ressurge e volta a delimitar às mulheres uma condição política inferior, restringindo-as ao espaço privado e doméstico, ausentes dos espaços públicos, das assembleias, bancos, acesso ao crédito.

Visando avaliar a participação política das mulheres na continuidade dos assentamentos, as autoras elencam itens importantes para essa análise: a presença feminina nas assembleias e reuniões; a ocupação das mulheres em cargos de direção nos movimentos sociais, o envolvimento feminino na produção familiar, a inserção em projetos e estratégias de geração de renda e, principalmente, a obtenção da titularidade da terra, umas vez que através disso as mulheres estariam juridicamente aptas a buscarem financiamento agrícola (ABRAMOVAY; RUA, 2000):

> Diversos assentados consideram a titulação um requisito para o acesso a créditos em condições mais vantajosas. Mais significativo ainda: o título de propriedade é visto como condição para se sentirem verdadeiros donos e investir, sem temer o risco de perder a terra. Há mulheres que compartilham também essa opinião: “é bom ser dono da terra, mas agora nós não podemos assumir”. Várias sentem-se assustadas diante da possibilidade de que “venham tomar a terra de nós”; “não somos donos de nada, não somos nada”. Nesse caso, o título seria um passaporte para a independência dos assentados/as e uma condição para o seu desenvolvimento: “Quando você tá com o título, você já pode se garantir que é dono, né? Que é proprietário. Então aqui, nós somos dono, não”.

Deere (2004) afirma que as mulheres brasileiras ganharam direito formal à terra como consequência do processo de alcançar a igualdade entre os sexos em todas as

dimensões legais, por meio da expansão dos direitos femininos na Constituição Federal de 1988.

A Constituição de 1988, em tese, deveria ter contribuído para ampliar a cidadania social das mulheres, porém, ainda existe uma considerável distância entre as demandas reivindicadas e a redação conclusiva do documento. Entre os direitos alcançados neste documento, alguns se referem mais especificamente às mulheres rurais, como a validade de todos os direitos trabalhistas também para os empregos na agricultura e o direito de registrarem em seu nome os títulos de propriedade da terra (GIULANI, 2006). Deere (2004) menciona que a distribuição e titulação conjuntas de terras no Brasil não é uma obrigatoriedade, mas sim uma opção.

> Além da inclusão de mulheres na reforma agrária, outros ganhos para as mulheres rurais na Constituição de 1988 incluíam o estabelecimento de direitos iguais para homens e mulheres rurais e urbanas em relação à legislação do trabalho e aos benefícios de previdência social. Foi estipulado que esses benefícios referiam-se às trabalhadoras assalariadas temporárias e permanentes, bem como às agricultoras familiares, incluindo as trabalhadoras familiares não remuneradas. Esses benefícios referiam-se às trabalhadoras assalariadas temporárias e permanentes, bem como às agricultoras familiares não remuneradas. Esses benefícios incluem, além do direito ao seguro desemprego por invalidez, 120 dias de licença-maternidade remunerada para as mulheres. Além disso, a idade de aposentadoria para as mulheres rurais foi estipulada em 55 anos e para os homens em 60 anos, ou após 30 anos de serviço para as mulheres e 35 para homens rurais de 60 anos, condições mais favoráveis do que para as trabalhadoras urbanas. Mulheres que eram trabalhadoras familiares não remuneradas na produção camponesa estariam aptas aos benefícios de aposentadoria diretamente, não mais somente como uma dependente do homem chefe de família (DEERE, 2004, p. 183).

Deere (2004, p. 181) afirma que a reivindicação pela titulação conjunta da terra, surgiu num congresso de mulheres trabalhadoras organizado em 1986 no Rio Grande do Sul:

> Foi proposto que o título da propriedade distribuído pela reforma agrária fosse emitido em nome do casal, independente de seu estado civil legal. Além disso, se a família é a base para a seleção dos beneficiários, então que os direitos da mulher chefe de família (viúvas, mulheres separadas, mães solteiras) à propriedade e aos benefícios da reforma agrária sejam reconhecidos.

Em 1985, durante o governo de José Sarney, foi criada uma instância política para atender as demandas das mulheres rurais, o Conselho Nacional de Direitos da

Mulher (CNDM), que entrou em declínio durante a presidência de Fernando Collor de Mello. O presidente Collor ainda vetou em 1991 a implementação da legislação de licença-maternidade remunerada para as mulheres da agricultura familiar (DEERE, 2004).

Segundo Deere (2004), a reforma constitucional de 1988, propiciou às mulheres os direitos formais à terra; mas isso foi resultado de um esforço para a erradicação da discriminação contra as mulheres em todos os âmbitos. Infelizmente, a conquista de igualdades formais não gerou um aumento de mulheres beneficiárias das políticas de reforma agrária, cuja percentagem permaneceu baixa até meados da década de 1990.

A participação das mulheres na reforma agrária foi um processo difícil. Deere (2004) alega que, de acordo com o Primeiro Censo da Reforma Agrária de 1996, apenas 19.905 mulheres haviam sido beneficiadas diretamente pela reforma agrária, representando 12,6% do total nacional de 157.757. Os percentuais apresentavam variações de acordo com as regiões do país, Sudeste (13,8%), Nordeste (13,4%), Norte (12,7%), Centro-Oeste (11,5%) e Sul (7,9%) (DEERE, 2004).

A autora afirma que os critérios de seleção do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) eram bastante desvantajosos para as mulheres, como por exemplo, o fornecimento de maiores pontuações para famílias que possuíam maior número de filhos homens (DEERE, 2004, p. 184):

> A discriminação contra a mulher era tal que os funcionários do INCRA tomaram por certo que mulheres sem marido ou companheiro eram incapazes de administrar uma gleba, a menos que elas tivessem um filho maior, e não era incomum para as mulheres que enviuvavam com crianças pequenas perderem seu direito a permanecer no assentamento de reforma agrária. Além disso, quando o filho mais velho da viúva era nomeado beneficiário, ela algumas vezes perdia o acesso à terra quando ele casava e formava sua própria família.

Entre os anos de 1996 a 2000, a autora argumenta que houve um aumento da política de assentamentos rurais no país e também da fração de beneficiárias. Para a autora, esse crescimento se deve, além da intensificação dos movimentos de mulheres no campo, e do reconhecimento das peculiaridades da luta feminina dentro dos movimentos rurais no geral, pois até então, não davam nenhuma prioridade ao direito das mulheres à terra. Da mesma forma, para a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), a CUT (Central Única dos Trabalhadores) e

os Movimentos de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTRs) a prioridade maior não era o acesso das mulheres à terra, mas sim o reconhecimento da profissão de trabalhadoras rurais, visando a obtenção de direitos sociais, como a previdência social.

As avós e a neta; Jerci Maccari, 2003.

Capítulo II: A Formação do Assentamento Tucano no contexto do município de Euclides da Cunha Paulista e a Organização de Mulheres do Assentamento Tucano (OMAT)

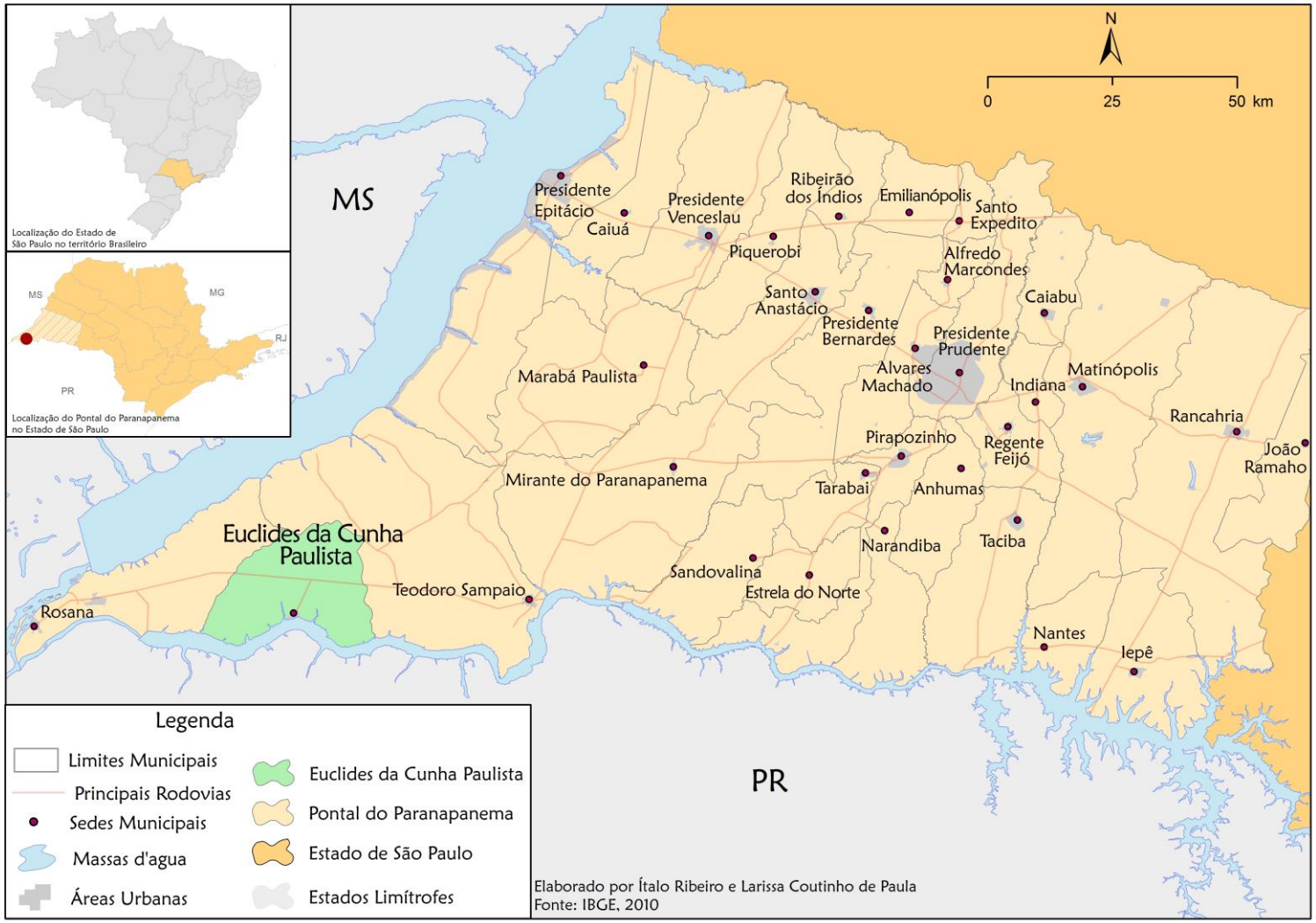
Até o momento procurou-se discorrer sobre os embasamentos teóricos que nortearam a interpretação da realidade estudada, tais como o conceito de gênero e a história da participação política das mulheres rurais. Neste capítulo, delimita-se espacialmente a área de estudo, explicando a formação do município de Euclides da Cunha Paulista, suas características agrária e socioeconômicas, o processo de luta dos acampados até resultar na formação do Assentamento Tucano, bem como o contexto de criação da Organização de Mulheres do Assentamento Tucano (OMAT).

2.1. O Município de Euclides da Cunha Paulista

A construção do objeto de pesquisa, que nesse caso não se constitui apenas como objeto, mas também enquanto sujeito, bem como a análise de sua espacialidade, é um esforço necessário durante toda a realização da pesquisa, ou seja, está sempre em continuidade e aperfeiçoamento, a partir das análises bibliográficas e da interação com os sujeitos pesquisados.

A espacialidade das mulheres e homens incorporados neste trabalho segue num contexto espacial ordenado a partir de diferentes escalas. Pode-se afirmar que, num plano regional, está inserido na região do Pontal do Paranapanema, no município de Euclides da Cunha Paulista (mapa1) perpassando o Assentamento Tucano, chegando ao núcleo principal do trabalho, que é a Organização de Mulheres do Assentamento Tucano (OMAT) e as relações interpessoais estabelecidas entre esses sujeitos. Apesar desta sequência, convém frisar que nada está rigidamente estruturado, há uma interação contínua e dinâmica, entre elementos, órgãos públicos e sujeitos que estão justapostos em todos os níveis mencionados.

Mapa 1. Localização do município de Euclides da Cunha Paulista

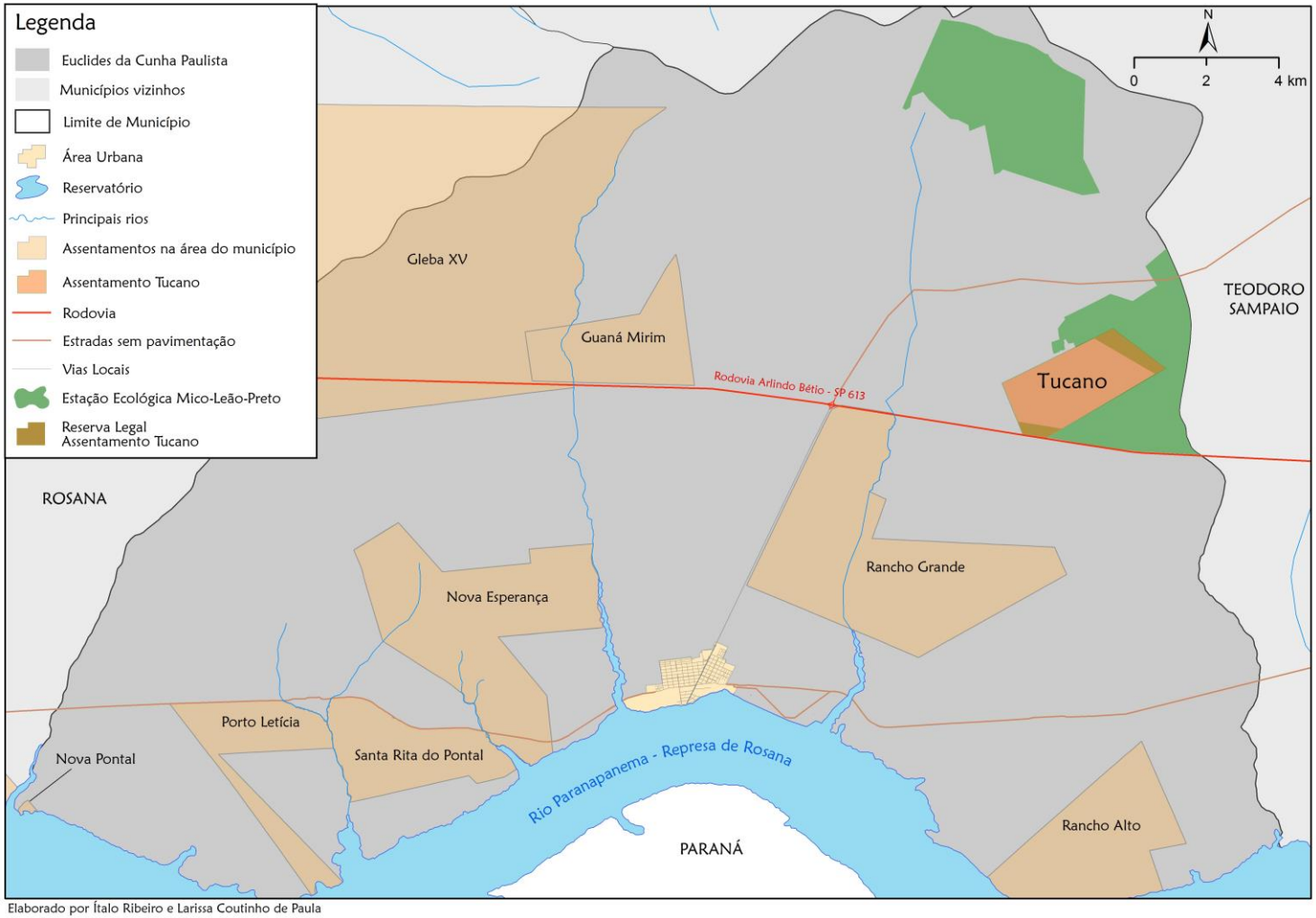


O núcleo urbano de Euclides da Cunha Paulista surgiu no ano de 1965 em virtude da criação do Ramal de Dourados (extensão da Estrada de Ferro Sorocabana, que deveria interligar os municípios de Presidente Prudente e Dourados - MS). No entanto, o plano não se concretizou, e a última estação foi a de Euclides da Cunha Paulista. Apesar de sua formação iniciar-se nos anos 1960, sua elevação à categoria de município ocorreu em 1993, pois até então era um distrito do município de Teodoro Sampaio (SOUZA, 2007).

A economia do município pautou-se, inicialmente, no extrativismo vegetal, graças à instalação de serrarias. Na década de 1970, ganharam importância as atividades agropecuárias, como pecuária mista e a produção de algodão, feijão e amendoim. Atualmente, além da produção de leite, também se destaca a produção de mandioca (no município há uma agroindústria produtora de farinha), realizada em pequenas propriedades e lotes rurais e, especialmente, nos assentamentos; e o leite, que é comercializado com lacticínios da região (SOUZA, 2007).

Foram implantados nove assentamentos rurais no município de Euclides da Cunha Paulista, como se pode verificar no mapa 2 (Gleba XV de Novembro, Guaná Mirim, Nova Esperança, Porto Letícia, Rancho Alto, Rancho Grande, Santa Rita Pontal, Santa Rosa e Tucano), nos quais residem 516 famílias, em uma área que se estende a 11.229,1 hectares (HESPANHOL, 2009).

Mapa 2. Localização dos assentamentos existentes no município de Euclides da Cunha Paulista



Elaborado por Ítalo Ribeiro e Larissa Coutinho de Paula
Fonte: IBGE, 2010; IBAMA, 2010; INCRA, 2012; ITESP; 2012

A população total de Euclides da Cunha Paulista equivale a 9.685 habitantes, sendo que destes 6.111 (63,09%) residem na área urbana do município e 3.474 (35,86%) residem na área rural (IBGE, 2015). Até o ano de 2010, o município possuía um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,704 e renda *per capita* de R$ 400,50, está inserido no Grupo 5 (Municípios mais desfavorecidos, tanto em riqueza quanto nos indicadores sociais) do Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS) (SEADE, 2010).

Em termos de empregos formais e rendimento, o setor de maior destaque atualmente é o de Serviços (58,88%), seguido respectivamente pelos setores de Comércio Atacadista e Varejista e do Comércio e Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas (17, 62%), de Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura (15,49), de Indústria (6,54) e, por fim, o de Construção (1,47) (SEADE, 2013).

Do ponto de vista da estrutura fundiária (tabela 1), entre as 825 unidades produtivas do município, 496 (60,1%) possuem entre 10 a 20 hectares, destaca-se ainda, o fato de apenas 10 unidades corresponderem aproximadamente à metade da área rural do município. (LUPA, 2007/2008).

Tabela 1. Área das Unidades de Produção Agropecuária em Euclides da Cunha Paulista, 2007/2008

Área das Unidades Agropecuárias/Hectares	Nº de Unidades	Total de Unidades (Hectares)
De 1 a 2	5	6,8
De 2 a 5	28	89,3
De 5 a 10	53	394,1
De 10 a 20	496	7.909,1
De 20 a 50	193	6.122,9
De 50 a 100	14	1.010,9
De 100 a 200	10	1.333,3
De 200 a 500	8	2.354,7
De 500 a 1.000	8	6.260,1
De 1.000 a 2.000	6	9.760,3
De 2.000 a 5.000	3	6.343,3
De 5.000 a 10.000	1	7.260,0

Fonte: Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, Projeto Lupa, 2007/2008. Organização: Larissa A. C. de Paula, 2015.

A forma ilegal e desordenada pela qual se deu a ocupação de terra no Pontal do Paranapanema gerou um processo de alta concentração fundiária, justificando,

posteriormente, a intensificação de movimentos sociais em prol da reforma agrária e a criação de assentamentos rurais na região (OLIVEIRA, 2001).

Segundo Oliveira (2001, p. 59), os sujeitos que participaram e participam da luta pela terra no Pontal se constituíram, em sua maioria: "camponeses ex-parceiros, meeiros e arrendatários que expulsos dos terrenos pelos latifundiários buscam o retorno à terra, como forma de garantir a sua reprodução social, acabando por modificar a estrutura fundiária da região".

Na visão de muitos pesquisadores, a atuação do Estado diante dos conflitos fundiários converteu-se em políticas compensatórias, com a implantação de assentamentos rurais. Esses assentamentos provocam alterações materiais e sociais no contexto dos municípios e de microrregiões nas quais se encontram inseridos.

A grilagem de terras na região do Pontal do Paranapanema teve início na segunda metade do século XIX, com a formação do grilo da fazenda Pirapó-Santo Anastácio, com área de 238 mil alqueires. A apropriação de terras devolutas na região se estendeu até os anos de 1990, apesar de lutas de resistência de posseiros e movimentos sociais isolados, e das fracassadas tentativas do Estado de impedir esse processo, fosse através da denegação de requerimentos de legitimação de terras, ou, posteriormente, com a criação de reservas florestais. Somente com o início das ocupações realizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é que esse cenário começou a sofrer alterações (FERNANDES; RAMALHO, 2001), de modo que o Pontal do Paranapanema se transformou na região com o maior número de assentamentos rurais e de famílias assentadas do estado de São Paulo.

> Os assentamentos criados no período 1984-1990 são resultados de lutas de movimentos sociais isolados e de posseiros. Na década de 90, o MST foi o principal movimento camponês que realizou ocupações no Pontal (FERNANDES; RAMALHO, 2001, p. 10).

Quanto à produção agropecuária municipal de Euclides da Cunha Paulista a área total destinada a culturas permanentes é de 52,2 hectares e a culturas temporárias é de 1.546,5 hectares, a área de pastagens equivale a 44.016,1 hectares, enquanto a área de vegetação natural corresponde a 2.773,6 hectares (LUPA, 2008). O número efetivo de rebanho bovino em 2006 correspondia a 63.448 cabeças (IBGE, 2006).

Nas tabelas 2 e 3, destaca-se como lavouras permanentes a banana, o café arábica e o café conilon, e quanto às lavouras temporárias, as mais produzidas, segundo o Censo Agropecuário de 2006, foram a cana-de-açúcar, o feijão, a mandioca e o milho.

Tabela 2. Principais lavouras temporárias cultivadas em Euclides da Cunha Paulista em 2006

Produto/ Lavouras Temporárias	Nº de Unidades produtoras	Quantidade produzida (Toneladas)	Valor de Produção (Mil R$)
Banana	6	3	6
Café Arábica (grão)	3	33	34
Café Conilon (grão)	7	2	5

Fonte: Censo Agropecuário, IBGE, 2006.
Organização: Larissa A. C. de Paula, 2015.

Tabela 3. Principais lavouras permanentes cultivadas em Euclides da Cunha Paulista em 2006

Produto/ Lavouras Permanentes	Nº de Unidades produtoras	Quantidade produzida (Toneladas)	Valor de Produção (Mil R$)
Cana-de-açúcar	11	16.063	858
Feijão de cor em grão	6	1	1
Mandioca	111	26.375	4.398
Milho (grão)	73	2.160	490

Fonte: Censo Agropecuário, IBGE, 2006.
Organização: Larissa A. C. de Paula, 2015.

No próximo item se iniciará a exposição a respeito do processo de formação do assentamento estudado.

2.2. O Assentamento Tucano

O Assentamento Tucano (mapa 3) foi criado em novembro de 1991, com extensão territorial de 664,83 hectares, dividida em 35 lotes, numa área média de 18,99 hectares (PICHININ, 2009).

Em entrevista realizada junto ao técnico da unidade local (foto 8) da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), ele informou que estão assentados atualmente 35 famílias, compreendendo aproximadamente 75 pessoas residindo no Assentamento Tucano. O ITESP é o órgão estadual responsável pelas políticas agrária e fundiária, e colabora com a União na reforma agrária, destinando terras públicas estaduais para o assentamento de trabalhadores rurais sem terra, também colabora na

prestação de assistência técnica aos produtores rurais assentados e na realização de vistorias em terras particulares (ITESP, 2015).

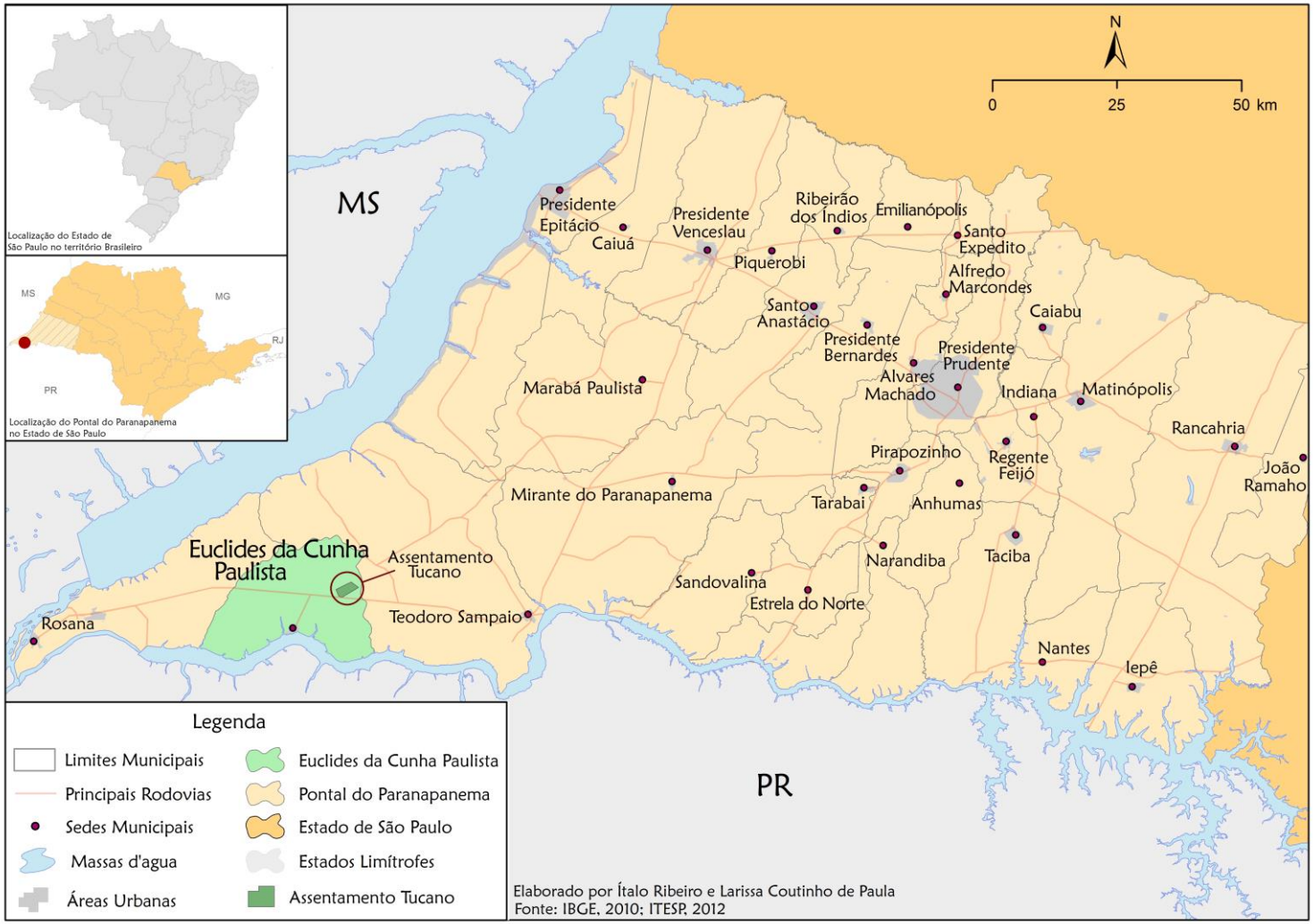
Foto 8. Instituto de Terras de São Paulo (ITESP) em Euclides da Cunha Paulista

Foto: Larissa Araujo Coutinho de Paula/ Trabalho de Campo/ 2014.

Os homens e mulheres que integrariam mais tarde o Assentamento Tucano, em Euclides da Cunha Paulista, eram pequenos arrendatários e parceiros expropriados nos municípios de Presidente Epitácio e Presidente Venceslau, entre os anos de 1979 e 1984, que passam então a residir na periferia do distrito do Campinal (Presidente Epitácio) e no município de Presidente Venceslau (OLIVEIRA, 2001).

No Distrito do Campinal, próximo do reassentamento Lagoa São Paulo, surgiram dois acampamentos de trabalhadores que reivindicavam terras, aguardando a promessa de desapropriação da Fazenda Lagoinha e a formação do assentamento. Tratava-se de dois acampamentos que totalizavam 255 famílias, um deles localizado na estrada vicinal que interliga Presidente Epitácio ao distrito do Campinal: o Lagoa São Paulo; e o Caiuazinho, próximo ao Ribeirão Caiuá e ao município de Presidente Epitácio, que atraíam moradores das localidades, sobretudo, aqueles que fugiam do assalariamento, expropriação e desemprego. Oliveira (2001) narra que as condições das famílias assentadas eram precárias, moravam em barracos de lona, madeira bruta ou toldos, havia restrições quanto à higiene, alimentação e água.

Mapa 3. Localização do Assentamento Tucano no município de Euclides da Cunha Paulista



A senhora Maria Conceição, tesoureira da OMAT, relembra as dificuldades enfrentadas durante o acampamento:

> Vixe! Foi muito difícil, foi muita briga, muita luta, foi muito difícil. Só que a gente trabalhava de boia-fria, a gente tinha aquele medo porque a gente saia e deixava os filhos na beira na estrada, um monte de criança, os mais velhos cuidando dos mais pequenos, então a gente tinha medo de chegar em casa e ter acontecido o pior né? Um acidente ou uma pessoa que passasse, mexesse com eles. Às vezes nós revezávamos para cuidar das crianças, mas tinham dias que não dava para fazer isso. Teve uma senhora ali que perdeu um sobrinho, que atropelaram de carro indo para escola, então tudo isso a gente tinha medo, mas a gente ia levando como não tinha outro jeito, e a gente tinha aquele sonho, aquela convicção de pegar o lote, então ia tocando, foi muito difícil. Teve muitas coisas boas que hoje a gente tem saudade né? Mas teve muitas coisas ruins também (Maria Conceição, entrevista realizada em 30 de Julho de 2014).

Transcorridos os primeiros meses da formação do acampamento, ocorreu um desentendimento entre as lideranças do grupo, que eram uma mulher e um homem. De acordo com Oliveira (2001), esse conflito se deu devido às opiniões que divergiam quanto ao apoio que o acampamento recebia de um determinado político da região. Isso acabou dividindo o grupo, cinquenta pessoas passaram a seguir o líder e o restante passou a ser conduzido por uma mulher, a senhora Maria das Dores, principal coordenadora do acampamento e interlocutora entre os acampados e as autoridades locais. Esta senhora descreveu com detalhes várias situações que se passaram até a conquista da terra. No longo trecho a seguir, ela conta resumidamente como foi o processo de formação do assentamento depois da alteração da localização do acampamento, é interessante a forma como ela própria se coloca e as peculiaridades que um acampamento conduzido por uma mulher possuía, levando a concluir, que o fato de uma mulher ter sido a liderança, trouxe um desconforto menor por parte das autoridades e do proprietário da terra.

> Eu vim de Sergipe para o Campinal em 1984. Fiquei no acampamento da Lagoa São Paulo, foi lá onde começamos a nossa luta, que durou seis anos e três meses, aí com o tempo, o político e o militar que nos ajudavam recomendaram a gente a vir para Euclides. Não foram todos que vieram, veio mais ou menos umas trinta famílias, muitos não quiseram vir porque não acreditavam. Nós viemos para Euclides, abrimos o cadeado da fazenda, mas não mexíamos em nada, ninguém cortava um arame, até o cadeado que nós arrebentamos compramos outro para colocar no lugar. E ali ficamos durante oito meses, fomos entrando, fazendo roçado, plantando mandioca e milho, até que o próprio fazendeiro se sentiu com vontade de dar essa terra para nós. Aí um dia eu estava em casa, e nós tínhamos um costume no acampamento, de ninguém entregar ninguém, apareceu um carro muito bonito, o fazendeiro veio com polícia, perguntando onde eu estava, e alguns colegas do acampamento me aconselharam a sair pelos fundos do meu barraco, mas eu não saí, porque nós não estávamos fazendo nada de errado, estávamos atrás de um direito nosso! Então, eles encontraram o meu barraco, e me perguntaram se eu era a liderança do grupo, eu disse que sim, e perguntaram com qual permissão nós invadimos a fazenda, eu respondi que não invadimos, até porque nós estávamos com os barracos na beira da estrada e não na fazenda. O fazendeiro perguntou o motivo de estarmos fazendo aquilo, eu disse que foi por precisão, pois antes todos os fazendeiros arrendavam terra para nós, e depois de um tempo ninguém queria arrendar mais e não tínhamos o que fazer. Eu não sabia que o fazendeiro, o dono das terras estava presente, ele me disse a senhora é muito corajosa, não? Eu respondi que não, que eu era a mulher mais medrosa do mundo, mas eu estava fazendo aquilo porque não tinha outro jeito e que se ele tivesse terra pra arrendar para nós, nós sairíamos da beira da estrada e arrendava a terra dele para trabalhar. Ele deu risada, ofereci café, eles beberam e foram embora. Depois de quinze dias ele ligou perguntando se eu poderia ir em Presidente Prudente, eu fui. Então, o fazendeiro disse, escute senhora, eu vou ceder aquelas terras para vocês porque é uma mulher que está tomando conta e porque ela não mentiu, isso em 1991, não lembro o dia, mas foi em março. Então ele ofereceu um ônibus para levar todos os acampados para o DAF em Presidente Prudente, para assinar os papéis e pegar as terras (Maria das Dores, entrevista realizada em 29 de julho de 2014).

A senhora Maria das Dores, por ter sido a representante dos acampados e conseguir manter a coesão do grupo em prol da conquista pela terra, revelou que recebeu propostas de latifundiários, para adquirir terras em outro estado e abandonar a liderança do grupo, visando assim desarticular o movimento:

> Um fazendeiro até chegou a me oferecer quarenta alqueires de terra e dez cabeças de vaca leiteira no Mato Grosso para que eu abandonasse o acampamento. Eu recusei, pois estava na estrada para conseguir um pedaço de terra para todos os meus companheiros, eu não ia me

> vender e deixar meus companheiros na beira da estrada. Eu tenho honestidade, e meus companheiros como ficariam? Eu dizia que no dia que nós ganhássemos a terra, cada companheiro ia ganhar um alqueire, mas eu não queria ganhar terra e deixar meus companheiros sem nada (Maria das Dores, entrevista realizada em 29 de julho de 2014).

Ela afirmou que, mesmo após a conquista da terra e a formação do assentamento Tucano, continuou ajudando na organização e negociação de outros acampamentos, e que foi por muitos anos a representante das mulheres do Pontal no Estado de São Paulo.

Por intermédio de um político, o acampamento passou a contar com o auxílio da Defesa Civil e do Corpo de Bombeiros de Presidente Prudente e de Mirante do Paranapanema para a obtenção de alimentos. Era também fornecido leite para as crianças acampadas, por meio da Igreja Católica de Presidente Epitácio. O político, por sua vez, levava as lideranças dos acampados até a cidade de São Paulo, durante as negociações com o governador. Conforme relata Oliveira (2001, p. 69): "Apesar das precariedades do acampamento este ia se mantendo. Mesmo com todas as dificuldades enfrentadas, os acampados resistiram à fome, ao frio, ao calor, as chuvas, traçando um objetivo e buscando atingi-lo."

Não bastassem as adversidades, os assentados foram surpreendidos com uma ordem de despejo, requerida pelo proprietário da fazenda Lagoinha, área de contestação jurídica. A ação da polícia foi violenta "os barracos que não fossem desmontados pelos acampados eram destruídos pelos tratores." (OLIVEIRA, 2001, p. 70).

A senhora Maria das Dores, contendo as lágrimas, descreveu como ocorreu o despejo mencionado pelo autor. Segundo a antiga liderança, foi uma situação muito triste, que ocorreu numa manhã chuvosa, e cuja violência e desgaste emocional ocasionou na morte de uma companheira:

> Em Epitácio, na divisa, perto de um córrego, nós sofremos despejo, numa madrugada chegou um policial na minha porta, e ele me avisou que haveria um despejo, que viriam com máquinas e derrubariam todos os barracos. Um dos acampados tinha um 'fusquinha', fui até ele para tentar avisar o povo, para tentar ao menos tirar as coisas dos barracos. Tinha uma senhora muito idosa acampada, e nós estávamos com receio de dizer para ela sobre o despejo, porque ela não podia passar por emoções fortes. Mas no momento uma moça falou, deu a notícia para ela de um jeito meio bruto, sabe? Ela se assustou e faleceu, perdemos essa companheira. Quando foi por volta das nove, dez horas da manhã, estava chovendo, apareceram as máquinas, só se via o povo gritar e chorar. Vieram com a polícia camburões e vários

> cachorros também, perdemos quase tudo. Então, fomos para a divisa da Lagoa São Paulo, na entrada da agrovila, e refizemos os barracos, depois de três dias chegaram caminhões com doações de cobertor, colchão, comida. Lá nós ficamos por mais de seis anos (Maria das Dores, entrevista realizada em 29 de julho de 2014).

As famílias montaram acampamento na Lagoa São Paulo, permanecendo no local em 1988. Em novembro do mesmo ano, os acampados receberam a notícia de que as terras da Fazenda Lagoinha lhes seriam concedidas em breve. Assim, os coordenadores do assentamento foram conduzidos pelo político que prestava-lhes auxílio até Brasília, onde obtêm a promessa do ministro responsável pelo Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD), da criação do assentamento num prazo de três (3) meses.

Oliveira (2001) pontua a importância da presença do político, pois segundo ele criou-se um grande laço de amizade e confiança entre o mesmo e os assentados, de modo que "os acampados não tomavam nenhuma decisão sem consulta-lo" (p. 71). Essa relação também servia como alívio de tensões, uma vez que ao apoiá-los, o deputado também "agia em favor do sistema social vigente, fazendo o papel de mediador dos conflitos que estariam prestes a eclodir na região." Após dois meses da viagem à Brasília, o ministro do MIRAD morre num acidente de avião, levando consigo a promessa que fez aos acampados.

Em entrevista concedida durante o trabalho de campo, a atual presidente da associação teceu comentários sobre a ajuda que recebiam do político em questão:

> A Igreja ajudava de vez em quando, quando a gente estava precisando. Quem ajudou muito nós quando éramos acampados, foi um político, foi uma pessoa que sempre esteve presente com nós lá no acampamento. Ele corria atrás pra ver como que estavam as negociações das fazendas, foi indo, até que foi por influência dele que nós viemos para cá. (Maria Glória, entrevistada realizada em Janeiro de 2014).

A interferência desse político, embora possa ter facilitado as negociações para a conquista da terra e patrocinado doações de mantimentos e demais itens, gerou implicações políticas para os assentados enquanto grupo. Como os acampados não estavam vinculados a nenhum movimento social, não tiveram uma base política, o que implica atualmente na organização dessas pessoas e na identidade que têm de si próprios, no modo como se reconhecem enquanto agricultores/as, assentados/as,

negros/as e mulheres. Em diversos momentos os entrevistados demonstraram uma postura de resistência aos movimentos sociais, associando o MST, por exemplo, à baderna, confusão e violência.

> O MST foi várias vezes tentar se entrosar com a gente, mas eu sempre recusava, nós queríamos ganhar na paz, não com brigas. [...] Nunca passamos fome, nas dificuldades vinham caminhões de colchão, de mercadoria, que o corpo de bombeiros e o político doavam para a gente, nos ajudavam muito. Nós nunca nos envolvemos com o MST, nós tínhamos medo, não tínhamos nenhum movimento por trás. Era um movimento de trabalhadores rurais. Se nós estivemos com algum movimento teria muita brigas, lutas. Nós nunca cortamos cerca de ninguém, nunca matamos boi de ninguém, nunca pegamos nada de ninguém, mas também, em compensação, nunca faltou nada para nós (Maria das Dores, entrevistada em 29 de Julho de 2014).

Em 1989, o fazendeiro que solicitou o despejo dos acampados em 1986 das proximidades da fazenda Lagoinha, propõe aos acampados retornarem e ficarem nos barracos, as margens da rodovia. Durante esse período ocorre também a proposta de um Major, responsável pelo comando da polícia militar de Presidente Prudente, por intermédio do político, de deslocamento para uma área próxima ao município de Teodoro Sampaio e o então distrito de Euclides da Cunha Paulista. Naquele momento, havia restado no acampamento Lagoa São Paulo apenas 74 famílias. Conforme Oliveira (2001, p. 74): “Algumas haviam ficado no outro acampamento (Caiuazinho) ou com a liderança masculina, quando houve a divisão do grupo e as demais desistiram do acampamento e dispersaram para outras áreas”.

Segundo a atual presidente da associação, a senhora Maria Glória, havia uma grande descrença de que as terras em Presidente Epitácio lhes seriam concedidas através de reivindicações:

> Saímos de Epitácio, porque lá parecia que as terras não iam sair nunca. Fomos despejados várias vezes lá. Nós ficamos em frente à fazenda, eles nos despejavam. Nós dávamos um tempo, e voltávamos de novo. Aí foi indo, até que nós desistimos, porque o fazendeiro estava ganhando direto a questão (Maria Glória, entrevista realizada em Janeiro de 2014).

A fala de uma das associadas entrevistada no trabalho de campo exemplifica a cisão que o grupo sofreu, quando muitos optaram por permanecer em Presidente Epitácio:

> Não foi todo mundo que estava de acordo em vir pra cá (de Presidente Epitácio para Euclides); então ficou um pouco o pessoal lá (em Presidente Epitácio), aqui a área era pequena, e mesmo depois de acampados teve algumas famílias que voltaram pra trás, e os que ficaram conseguiram a terra aqui, e os que foram pra lá, conseguiram lá também (Maria Alice, entrevista realizada em Janeiro de 2014).

A presidenta da associação afirma que:

> Em Epitácio chegou a ter uma média de 50 a 60 famílias, era um acampamento muito grande. Aí quando viemos pra cá, rachou no meio. Ficou uma metade pra lá, e a outra metade veio pra cá, não veio todo mundo e alguns que vieram voltaram. Os que voltaram, fizeram isso por causa do lugar, achavam que aqui era o fim do mundo, não quiseram nem entrar na terra! Pois aqui, como de fato, é o final do estado de São Paulo, né? (Maria Glória entrevista realizada em Janeiro de 2014).

Oliveira (2001) relata que essa proposta gerou o apoio dos homens e a recusa e desconfiança das mulheres, acreditando ser uma estratégia do fazendeiro para desarticular o movimento. Com o apoio do Major, que havia ordenado a Polícia Militar a auxiliar as quarenta e cinco famílias de acampados, estes partem então para a fazenda Tucano, sendo que vinte e nove famílias se recusaram a ir. Apesar das ameaças de um vereador local e de um corretor de terras, os acampados, tomados por muita coragem, organizaram um novo acampamento na fazenda Tucano, tendo como garantia apenas a autorização por escrito do Comandante da Polícia Militar de Presidente Prudente de que poderiam ocupar a fazenda. Todavia, a polícia local procurou os acampados e tentou coagi-los a retornarem a Presidente Epitácio, contudo, desistiram de força-los a sair, após terem a palavra de honra da mulher líder do grupo de que os acampados não ficariam dentro da fazenda e sim à margem da Rodovia SP-613 (que interliga os municípios de Presidente Prudente e Rosana). “A polícia recuou com o argumento que confiaria em uma mulher e verificaria se ela cumpriria a palavra, uma vez que os homens não cumpriam.” (OLIVEIRA, 2001, p. 49).

> Deste modo as famílias que formavam o acampamento Lagoa São Paulo se instalaram nas proximidades da fazenda Tucano, permanecendo no local e utilizando-se de estratégias de ocupação até então desconhecidas; parte da fazenda era ocupada, arada e plantada, enquanto as famílias permaneciam às margens da rodovia. Desta forma não havia ações de desocupação contra os camponeses, por não estarem residindo dentro da propriedade (OLIVEIRA, 2001, p. 81).

A fala de uma das entrevistadas no trabalho de campo ilustra a descrição do autor, no que diz respeito à conquista da terra pelos assentados:

> O processo de formação do assentamento foi bem demorado, o acampamento começou em 1985, em Presidente Epitácio, aí a gente teve invasão de terra e voltava para o acampamento de novo, tinha despejo na época, tudo. A gente ficou acampado em Epitácio até 1991, depois viemos para cá (Euclides da Cunha Paulista). A gente ficou acampado um pouco ali em baixo, no asfalto; depois a gente entrou para área emergencial, onde a gente ficou 2 anos; depois saiu a desapropriação da terra, quando cada um ficou com seus lotes definitivos (Maria Alice, entrevista realizada em Janeiro de 2014).

Em 1990, os acampados sofreram um incêndio, devido ao longo período de estiagem e as queimadas que se faziam na região, o que resultou em grande destruição no acampamento, com a queima de barracos, pertences dos acampados e seus animais de criação. Um mês após o incêndio, os acampados receberam a notícia de que a Imobiliária Vilandra havia negociado as terras da Fazenda Tucano com o Governo do Estado (OLIVEIRA, 2001).

Os acampados seguiam cultivando as terras da fazenda Tucano e abrigando-se as margens da rodovia. Trabalhavam como volantes, para complementar seus rendimentos, eles também recebiam cestas básicas da Defesa Civil de Presidente Prudente (OLIVEIRA, 2001).

> O movimento social durou 6 anos e 8 meses, ficando aquelas pessoas acampadas as margens da rodovia, sob sol e chuva, sendo discriminadas, humilhadas e expulsas das áreas onde ocupavam. Contudo, persistiram em sua luta por terra, passaram por dificuldades sim, mas resistiram e atingiram seu objetivo numa luta exemplar. (OLIVEIRA, 2001, p. 84).

Durante a entrevista, Maria Glória, a presidenta da OMAT reconhece as dificuldades que ela e suas/seus companheiras/os tiveram de enfrentar para conseguir a terra, “Pra pegar terra, tem que enfrentar a lona, né? Tem seu preço”. De acordo com ela, suas ações não tinham ligação com nenhum movimento social específico, “Nós não tínhamos movimento, nós éramos nós mesmos, com a cara e a coragem”.

É interessante que no decorrer de tantos anos de luta por um “pedaço de terra”, as vidas dessas pessoas foi sendo edificada, nas estradas, nos acampamentos que formavam à beira das estradas, pessoas se casaram, filhos nasceram, tudo durante a fase

do acampamento, ou seja, a condição provisória de um acampamento não impediu que a vida dessas pessoas seguisse seu curso:

> Eu nasci em Presidente Epitácio, no acampamento. Foi bem difícil, né? Porque no acampamento você não tem recursos, não tinha terra, não tinha onde morar, onde plantar para tirar o alimento, tinha que trabalhar de boia-fria para os outros, minha mãe que me conta, porque eu não lembro. Mas ela conta que foi uma fase bem difícil. E quando a gente veio morar aqui, no começo, até organizar tudo foi um pouco difícil, depois melhorou (Maria Fernanda, entrevista realizada em 01 de Agosto de 2014).

A união dos acampados fazia com que criassem estratégias que facilitavam sua sobrevivência, vários entrevistados narraram que durante a fase do acampamento para conseguir sobreviver tinham de trabalhar como boias-frias. As mulheres que tinham filhos pequenos revezavam entre si para cuidar das crianças enquanto as demais trabalhavam:

> Muitas mulheres também iam ia para roça, né? Para trabalhar, não ficavam só no acampamento, mas assim, as mulheres assim, quando não podiam ir porque estavam com filho pequeno, elas revezavam, uma vizinha ia numa semana a outra ia outra semana, para as crianças não ficarem sozinhas (Maria Conceição, tesoureira da OMAT, entrevista realizada em 30 de Julho de 2014).

Esse sentimento de união foi um elemento importante para que os acampados persistissem na luta pela terra, e mesmo após conquistarem seus lotes, mantiveram-se unidos para conseguir melhorias. Uma entrevistada que nasceu no acampamento e cresceu enquanto o assentamento era construído, descreve como havia uma ligação estreita de companheirismo entre as pessoas, tanto para confraternizações, quanto para o trabalho:

> Eu acho que independente de qualquer coisa, aqui todos somos uma família, eu conheço as pessoas há mais de vinte anos, convivendo juntos, têm muita união, isso é bom. Antigamente fazíamos muitas festas, festas juninas, festas dos dias das mães, dia das crianças, eram os jovens quem organizavam. Eram unidos também no trabalho, porque era assim, uma pessoa plantava, todos se uniam e colhiam a roça daquela pessoa, e era assim com todo mundo, não precisava pagar mão-de-obra (Maria Fernanda, entrevista realizada em 01 de Agosto de 2014).

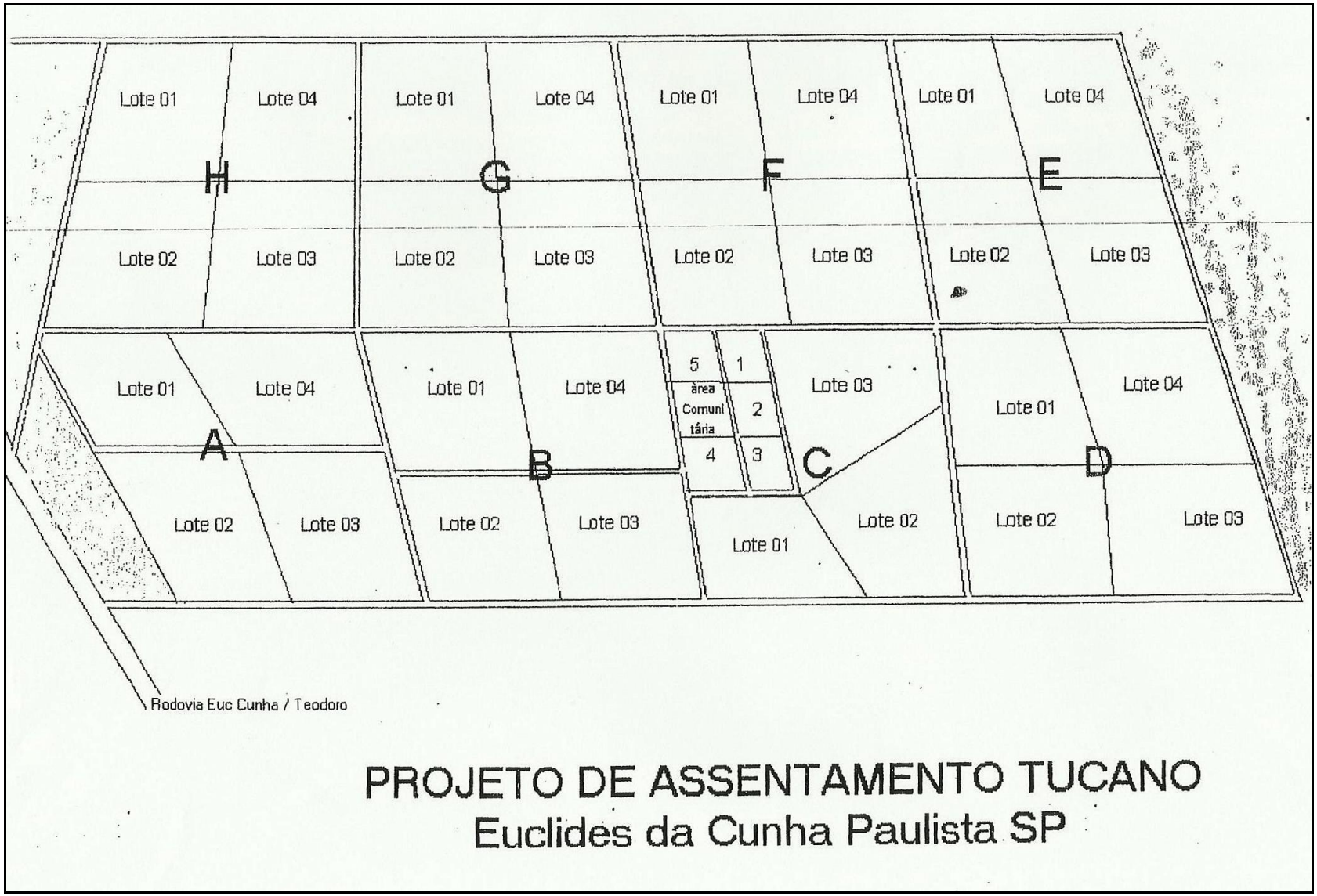
Em 31 de outubro de 1990, os acampados se dirigiram à Presidente Prudente para assinarem o termo de posse das terras. Havia então, 35 famílias, já que dez delas, desiludidas retornaram à Presidente Epitácio (OLIVEIRA, 2001).

Pelo acordo celebrado entre o Governo do Estado de São Paulo e a Imobiliária Vilandra, 664 hectares (30%) da fazenda Tucano foram desapropriados para fins de reforma agrária e 1.524 hectares (70%) ficaram com a imobiliária. A área de 665 hectares que ficou em posse do Governo do Estado de São Paulo, posteriormente foi dividida em 37 lotes (figura 1), dos quais 31 possuem área de 14,52 hectares; seis (6) possuem áreas de apenas 3,63 hectares e um lote cuja área é equivalente a 192, 1 hectares foi destinada à reserva florestal (OLIVEIRA, 2001).

A senhora Maria das Dores, antiga liderança, relembrou alguns detalhes que se deram após a oficialização do assentamento:

> Então nós começamos, o Estado nos ajudou, tombaram um alqueire de terra para cada assentado, nos deram sementes de feijão, nós plantamos e colhemos, depois veio os projetos do Itesp, que nos ajudaram muito. [...] Eu saí do assentamento porque eu não aguentei mais trabalhar, fiquei viúva. Minhas forças acabaram, então eu vim para a cidade. Mas para mim, a maior riqueza da minha vida foi quando eu consegui o meu sítio, eu me sentia dona do meu sítio, a maior riqueza da minha vida era ser dona do meu sítio.

Figura 1. Esquema de divisão de lotes do Assentamento Tucano em Euclides da Cunha Paulista



Organização: ITESP, Euclides da Cunha Paulista.

Já instalados (fotos 10 e 11), após construírem os barracos para moradia, os assentados, em mutirão, construíram um barracão que viria a ser a primeira escola do Assentamento Gleba Tucano. Posteriormente, exigiram da prefeitura a contratação de professores e merenda para as crianças. “As mulheres assentadas se encarregavam de fazer a merenda escolar para as crianças, no interior de um barraco ao lado de onde funcionava a escola. Diariamente todas as mães dos alunos iam se revezando no preparo da merenda escolar em um fogão a lenha (sic)” (OLIVEIRA, 2001, p. 87). Infelizmente, essa escola mencionada pelo autor não está mais em funcionamento.

Fotos 9 e 10 Placas com informações do Assentamento Tucano

Fotos: Larissa Araujo Coutinho de Paula/ Trabalho de Campo/ 2014.

Em termos de infraestrutura, após a demarcação dos lotes, construção dos barracos e de benfeitorias (cercas, plantio de árvores frutíferas etc.), houve o plantio de feijão, com apoio de maquinário oferecido pela Companhia de Desenvolvimento Agrícola do Estado de São Paulo (CODASP) e doações de sementes recebidas pelo Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP). Com o rendimento da primeira colheita, as famílias compraram mais bovinos, investiram nas moradias, compraram eletrodomésticos, movidos a pilhas ou baterias.

Segundo o técnico do ITESP, as principais potencialidades do Assentamento Tucano são a localização e a fertilidade das terras. Entre as dificuldades está a perfuração de poços artesianos para o acesso à agua, pois o assentamento localiza-se num ponto muito alto, distante do lençol freático. Esse problema foi citado por alguns assentados durante as entrevistas:

> Aqui o que falta é fazer mais um poço né? Porque a água é muito pouca no poço, tem hora que falta água aqui. E como a gente mexe com horta, a gente precisa de água, sem água não dá para plantar muita coisa. De vez em quando falta água, fica uns três, quatro dias sem água, por causa de problemas na bomba. Já teve época que morreu muita verdura da minha horta, sem água elas morrem mesmo (Maria Elisa, entrevista realizada em 01 de Agosto de 2014).

Em termos de produção agrícola:

> A maior produção do Tucano no geral é leite e mandioca. Em terceiro lugar estão as hortaliças, pois elas são produzidas visando prioritariamente a inserção nos programas de aquisição. Muitos produzem horta para autoconsumo, porém a produção maior desses itens é para atender os programas de compras (Eduardo, entrevistado em Janeiro de 2014).

A energia elétrica só chegou ao assentamento após a concessão de financiamento do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA). A benfeitoria seguinte obtida foi a perfuração de um poço tubular e a canalização da água do poço nos lotes. A escola rural foi substituída e melhorada pela prefeitura de Teodoro Sampaio.

A luta das famílias assentadas por melhorias prossegue mesmo após a conquista da titularidade da terra, pois estão sempre buscando melhorias, seja em infraestrutura, qualidade de vida, ou condições de produção agrícola. Uma das assistentes sociais do município de Euclides da Cunha Paulista, que também é assentada, na entrevista expressou seu descontentamento em relação à falta de atenção dada a esse público:

> [...] o assentamento, ele é esquecido. Eu não vejo assim um assentamento incluído com a cidade, eu vejo ele assim esquecido, porque a maioria dos benefícios (políticas assistencialistas) são para o pessoal da cidade, a maioria a concentração está na cidade...é minoria. **Entrevistadora**: então a maioria dos que recebem estão na cidade? **Entrevistada:** Sim, os assentados não tem o perfil de precisar, porque no assentamento você sobrevive. Eu acho que é mais difícil você sobreviver na cidade, porque *no assentamento você vai instruir seu filho que tem que sobreviver da própria terra que está ali*. Acho que o assentamento não precisa muito dessas políticas. Há sim alguns casos que a gente sabe que não é toda família que tem, porque o que eu vejo também é *muita falta de orientação no assentamento*, não tem, o ITESP passa lá de vez em quando, não é sempre que tem a orientação, porque eu vejo assim, *se você faz um assentamento você tem que dar condições pra aquela família trabalhar*, você colocar aquela família lá e se esquecer dela não adianta porque, *por mais financiamento que a família vai pegar, se ela não tiver orientação, não saberá utilizá-lo, e vai torna a passar necessidade*, aí vai vim para o setor de assistência. A própria falta de capacitação no assentamento é um problema, porque se os assentados quiserem fazer

> um curso da prefeitura, tem que se deslocar até a cidade e muitos não possuem veículo (Cristina, assistente social, entrevistada em 01 de Agosto de 2014).

Outro problema é a questão de transporte, o assentamento está muito distante da sede municipal, e existem muitas famílias que não possuem veículo próprio. Essas pessoas dependem do ônibus que transporta os estudantes até as escolas da cidade, pois corriqueiramente precisam dirigir-se à cidade para comprar alimentos, fazer exames médicos, enfim. Porém, utilizar o ônibus escolar, infelizmente tem causado problemas, sobretudo pela manipulação da política municipal:

> Tem sido humilhante tentar utilizar o transporte das crianças da escola para ir para à cidade, e sobra muito lugar, o ônibus vai quase vazio. A gente vive isso há muito tempo, o transporte é da prefeitura, e tem briga política. O candidato chega aqui e se você não fecha com ele, e ele ganha, você sofre quatro anos, é quatro anos sofrendo sem uma estrada, você sofre com tudo, vira uma perseguição política, não adianta você pedir nada. E a gente sofre muito preconceito com isso (Maria Fernanda, entrevista realizada em 01 de Agosto de 2014).

Procurou-se traçar um perfil dos assentados entrevistados para compreender de uma forma geral suas características. A maioria dos entrevistados (18 representando 85%) está no assentamento há mais de vinte anos, e participaram do árduo processo de luta pela terra, fazendo parte do grupo desde o acampamento. A maior parte são pessoas casadas (16 ou 80%); apenas uma pessoa afirmou ser divorciada.

Quanto à distribuição dos lotes, 18 (90%) afirmaram que o titular da terra é o esposo, sendo que apenas uma mulher, que é desquitada, possui a titularidade do lote em que vive. Há muitas pessoas que não foram alfabetizadas (6 ou 30%), ou que possuem apenas o Ensino Fundamental Incompleto (9 ou 45%). A maior parte das pessoas (17 ou 85%) se autodeclarou parda.

Há algumas pessoas que contam com aposentadoria (6 ou 30% das entrevistadas) e uma senhora que é pensionista. Em termos de produção agropecuária, a comercialização se dá principalmente através dos programas de compras institucionais, como o PAA e o PNAE, e com lacticínios; há duas famílias que comercializam mandioca com uma farinheira no estado do Paraná.

É inquestionável a importância da participação feminina na coesão do movimento na fase de acampamento até a formação do assentamento. Em 1998, com o assentamento já implantado, algumas mulheres, inclusive a líder do acampamento, se

organizaram e formaram um grupo com o objetivo de intercambiar idéias, bem como o levantamento de recursos para o custeio dos estudos de seus (suas) filhos/as. Entre as atividades desenvolvidas por este grupo estavam a fabricação de sabão caseiro e o cultivo de mandioca, comercializados no assentamento e nos municípios próximos:

> Esse grupo de mulheres surgiu assim, nós queríamos fazer uma associação, aí resolvemos fazer um grupo de mulheres, num lote comunitário, fazíamos sabão para vender, éramos em quinze mulheres, mas não deu certo (Maria das Dores, entrevista realizada em 29 de Julho de 2014).

> Nós começamos a fazer sabão, criar frango, depois fizemos pão, mas foi desanimando, isso começou em 2001, mas não foi para a frente, éramos umas dez mulheres. Começou a ter falta de confiança, muitas dificuldades, aí não vingou (Maria Conceição, entrevista realizada em 30 de Julho de 2014).

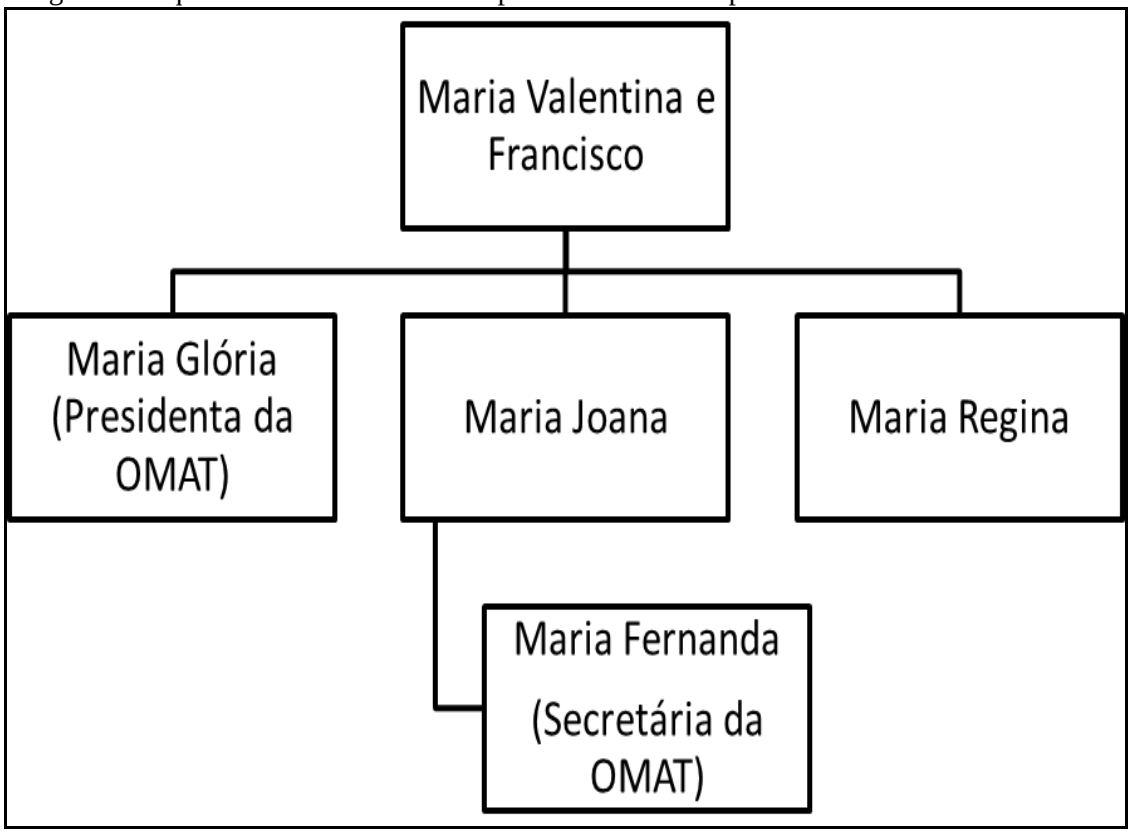
Esse grupo de mulheres foi a primeira tentativa de formar uma associação no assentamento e, apesar de ter sua continuidade interrompida, em certa medida propiciou as bases para a associação criada posteriormente.

No que diz respeito à origem das pessoas entrevistadas, nota-se que embora a maioria (12 ou 60%) seja oriunda de municípios do interior do estado de São Paulo, inclusive da região do Pontal do Paranapanema, nos municípios como Presidente Epitácio, Martinópolis, Piquerobi, Mirante do Paranapanema, Álvares Machado, Caiuá, Marabá Paulista; há um número considerável de pessoas que nasceram em municípios de outros estados, tais como na Bahia, Paraná e Sergipe. Na verdade, muitos entrevistados apresentam algum grau de parentesco: são pais, mães, filhas, irmãs, avós, avos, netas. Foi possível inferir, pelos relatos, o caminho migratório que foi realizado pelas gerações de famílias que compõem o assentamento. Um casal entrevistado, por exemplo, nascidos em Sergipe, migrou para o Paraná, onde trabalhou muito tempo como arrendatários, até decidirem migrar outra vez para o estado de São Paulo, no Pontal, iniciando a participação na luta pela terra, onde ficaram acampados até conseguirem os lotes no Assentamento Tucano. É interessante que a família foi formada nessa trajetória, alguns filhos nasceram no Sergipe, outros em São Paulo.

É importante descrever como se dão esses laços familiares (figuras 2, 3 e 4) já que configuram relações diferenciadas no assentamento e na própria associação, além de reforçarem a identificação das pessoas com o lugar, dando-lhes um sentimento de pertencimento àquela terra. Nas histórias contadas através de gerações, os assentados

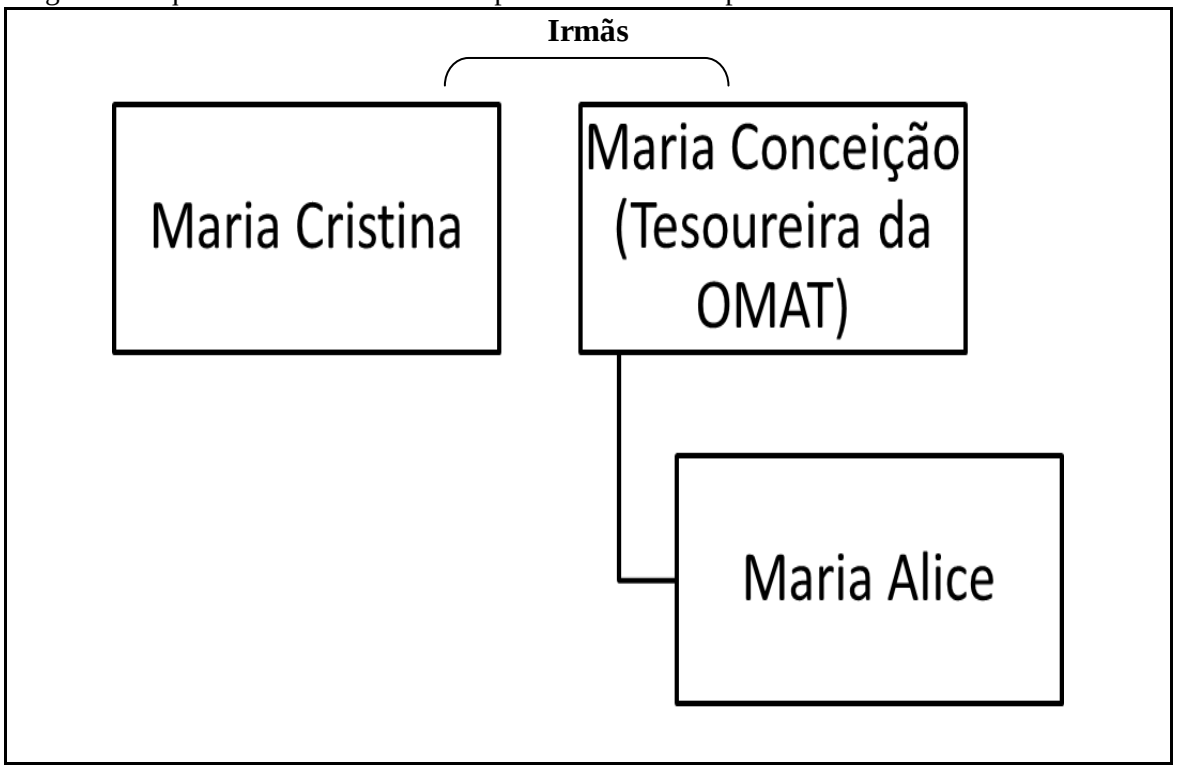
mais jovens passam a reconhecer o sofrimento e a luta que seus familiares travaram para conquistar a terra, e isso implica na autoestima e no seu reconhecimento enquanto assentados. Isso ficou muito evidente nos relatos dos familiares da presidenta da associação, oriundos de Sergipe. A senhora Maria Valentina e o senhor Francisco são os pais de Maria Glória (atual presidenta da OMAT), Maria Regina e Maria Joana, que por sua vez é mãe de Maria Fernanda (secretária da OMAT) Todos são associados da OMAT.

Figura 2. Esquema indicando o nível de parentesco entre as pessoas entrevistadas na OMAT



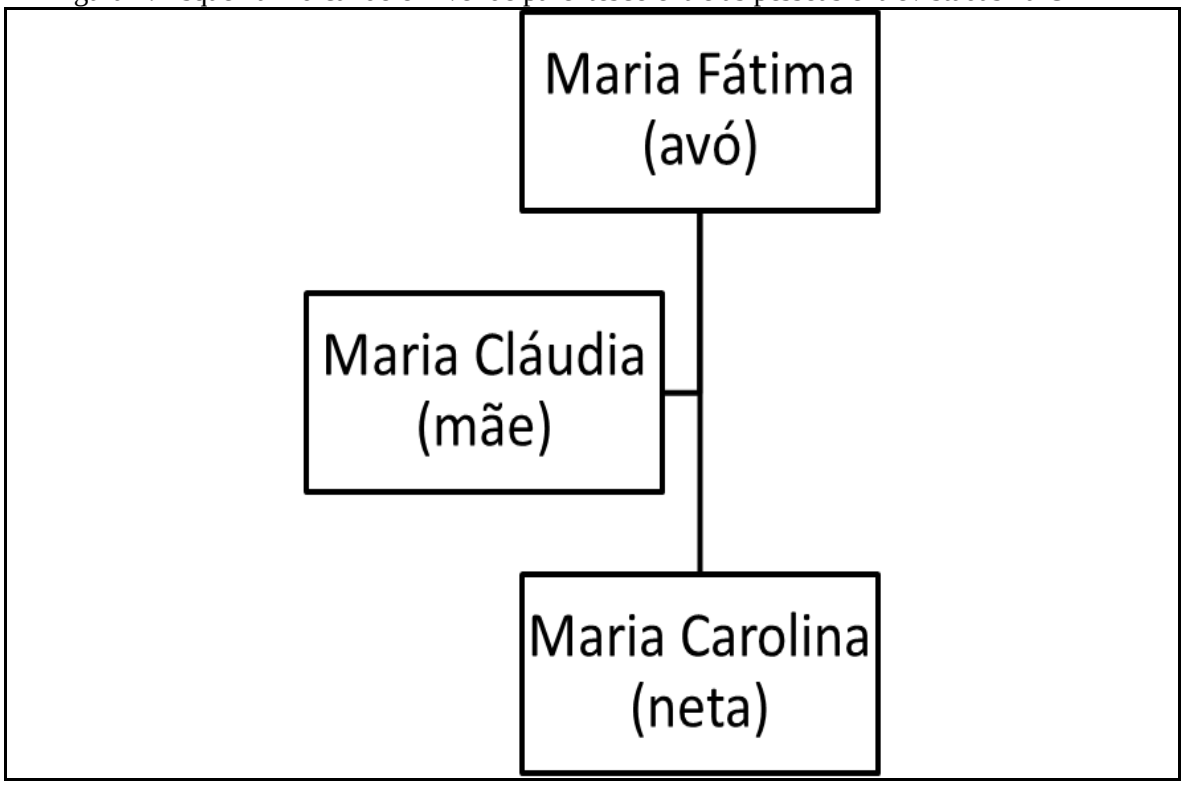
Organização: Larissa Araujo Coutinho de Paula, 2014.

Figura 3. Esquema indicando o nível de parentesco entre as pessoas entrevistadas na OMAT



Organização: Larissa Araujo Coutinho de Paula, 2014.

Figura 4. Esquema indicando o nível de parentesco entre as pessoas entrevistadas na OMAT



Organização: Larissa Araujo Coutinho de Paula, 2014.

Em várias passagens das entrevistas, a história dessa família se confunde com o processo de formação do assentamento. Foi possível perceber o quanto eles estão ligados e o orgulho que a neta nutre pelo passado de sua família.

> Eu acho que *aqui todo mundo tem a mesma história* quase, porque somos da mesma época, viemos da mesma luta, do mesmo sofrimento. Então, o que você vai ouvir, vai mudar só algumas palavras né? (Maria Regina, entrevista realizada em 30 de Julho de 2014).

> Eu tenho muita dó dos meus avós, eles tiveram uma vida muito sofrida, trabalharam muito, minha avó até hoje trabalha no sítio, ela parou um pouco porque está com problema de saúde. Mas eles trabalharam muito e hoje a aposentadoria é uma mixaria, mas a vida é assim mesmo. *Eu tenho muito orgulho do nosso passado, eu sou muito feliz por morar aqui*, tenho minha mãe, meus irmãos... a minha mãe conta histórias, sabe o que é você não ter um calçado para calçar? (Choro)... Meu avô veio do Norte com a minha avó, e toda a vida moraram no que era dos outros, hoje em dia eles têm a casinha deles, não é uma casa de luxo, mas para a gente hoje em dia é conforto, para quem morou toda a vida em casa de tábua, de coqueiro. Eu fico muito contente de morar aqui, de estar perto deles, tenho muito orgulho da história deles, criaram sete filhos, que são guerreiros, trabalhadores, apesar de todas as dificuldades. Eles foram guerreiros (Maria Fernanda, entrevista realizada em 01 de Agosto de 2014).

Todas as pessoas que migraram disseram que fizeram isso por conta das dificuldades econômicas que sofriam em seus locais de origem, sendo corriqueiramente citados a fome, o excesso de trabalho e o baixo rendimento econômico, a insuficiência de terras, a escassez de chuva, os problemas de saúde e de infraestrutura.

Duas falas foram mais emblemáticas nesse sentido, na primeira, uma senhora, Maria Rosa, nascida em Martinópolis, cujos pais migraram do estado de Alagoas, relembra as motivações que os fizeram partir. Na outra, a senhora Maria Valentina inicia a descrição da trajetória da família já mencionada:

> Era um lugar muito sofrido, eu lembro das histórias que a minha mãe contava, *era um lugar seco e muito sofrido. Não tinha água, não chovia em época certa*. Aí foi quando os meus pais resolveram vir para São Paulo, fazer a vida aqui, experimentar se aqui era melhor do que lá. Minha filha, pensa num sofrimento, a *minha mãe carregava sete léguas de água, na cabeça!* Lavava as roupas nas pedras, era sofrimento demais, acho que hoje em dia a gente não aguenta isso não, né? Eu tenho muita saudade da minha mãe, ela era muito forte, eu sempre lembro dela quando eu faço fubá; ela pisava o milho no pilão para fazer fubá (Maria Rosa, entrevista realizada em 31 de Julho de 2014).

> Nós saímos do Sergipe porque *a situação era muito difícil, nós não tínhamos dinheiro nem para comprar leite, meus filhos foram criados sem leite*, naquele tempo o estado de Sergipe era muito pobre, ninguém tinha carro. O *meu filho mais velho morreu "à mingua"* porque não tinha um carro para levar ele para ser socorrido. *O tempo que eu morei no Norte eu nunca conheci um médico, eu nunca fiz um pré-natal, eu ganhava meus filhos de parto normal, em casa, com as parteiras*. Adoecia uma pessoa, "morria à mingua", ou se tratava com algum remédio do mato, algum chá. Alguém falava tal chá é bom, então a gente ia lá no mato pegava a erva para fazer chá. Era muito difícil lá, por isso viemos para cá, primeiro para o Paraná, né? Eu tive três filhos no Estado do Sergipe, naquele tempo a gente vinha para São Paulo de pau-de-arara, um caminhão coberto cheio de bancos. Daí viemos para o Paraná, colher algodão, moramos trinta anos lá. No Paraná eu tive mais quatro filhas, morávamos na fazenda dos outros (Maria Valentina, entrevista realizada em 01 de Agosto de 2014).

O senhor Francisco e dona Maria Valentina já viviam no Paraná com a família, trabalhando em terras de terceiros. Ele tinha um irmão que morava no estado de São Paulo e estavam há muito tempo sem se comunicarem. Entretanto, ao retomarem o contato, o irmão lhe propôs que saísse do Paraná com a família, e que fosse para o interior de São Paulo, já que lá havia a possibilidade de conseguir terra, como narram a avó e a neta:

> Eu tinha um cunhado que morava perto de Presidente Epitácio e ele estava sumido, mandamos uma carta para ele, para ter notícias dele, e *ele respondeu a carta falando para a gente ir para São Paulo, porque estavam dando terra e ele já tinha pegado o sítio dele*. Aí fomos sem mudança, viemos de mala e cuia, a mudança nós deixamos numa casa de um sítio de um colega, guardado com chave, trancado. Deixamos porcos, galinhas, tudo lá, e fomos para o acampamento. Então nós ficamos sete anos acampados na Lagoa São Paulo, para ganhar um lote, e fomos ganhar aqui (Maria Valentina, entrevista realizada em 01 de Agosto de 2014).

> Eles contam que na fase do acampamento eles tiveram que dormir no meio do mato, né? Meu avô já morava no Paraná, e um dia *ele chegou para a família e disse que ia embora para São Paulo, porque um irmão dele estava no estado de São Paulo, e disse para ele que lá estavam dando terra para as pessoas.* Aí a família toda veio, porque todos moravam juntos, passaram noites em cima do mato, mas Deus abençoou e todos pegaram sítio (Maria Fernanda, entrevista realizada em 01 de Agosto de 2014).

A senhora Maria Glória, presidente da OMAT, é uma pessoa de muita fibra, sempre apontada pelos demais como uma mulher esforçada e corajosa. Através do relato de vida de sua mãe, a senhora Maria Valentina, é possível perceber que esse

comportamento mais ativo da filha está relacionado com a história da própria família, mais precisamente, de sua mãe. Trata-se de uma senhora que, apesar de uma vida difícil, procurou manter-se otimista e perseverante, em muitos momentos ela se emocionou, e emocionou a interlocutora, ao contar detalhes da sua trajetória:

> Fui criada na roça desde pequena, fui criada sem pai, nunca estudei. Mas já fiz outros trabalhos além de terra, já fiz pintura, faço artesanato de palha. Eu faço à noite, de dia não dá tempo de fazer (Maria Valentina, entrevista realizada em 01 de Agosto de 2014).

Essa senhora, dentre todas as pessoas entrevistadas, foi a que se mostrou mais disposta a conversar, demonstrou tamanha confiança que contou detalhes pessoais, desde sua infância e juventude no Sergipe até a vida no assentamento.

Ela disse que se casou muito jovem, era adolescente, tinha apenas treze anos de idade, enquanto o seu esposo, o senhor Francisco, tinha dezenove anos de idade. Seu pai havia migrado para São Paulo em busca de melhores oportunidades, quando sua mãe ainda estava em sua gestação. O pai prometeu voltar para buscar a família, mas isso não ocorreu. A sua mãe cuidou sozinha de quatro filhos:

> Minha mãe trabalhava na farinheira, era braçal, trabalhou na farinheira muitos anos para criar quatro filhos e nunca quis se casar de novo, muitas esposas dos fazendeiros pediam para minha mãe doar os filhos para elas, mas nós nunca nos separamos da minha mãe. A minha mãe era tudo na minha vida, eu nunca me separei dela, ela morreu aqui no assentamento, aqui tem uma foto nossa, olha (foto 12) (Maria Valentina, entrevista realizada em 01 de Agosto de 2014):

Foto 11. Dona Maria Valentina e sua mãe

Foto: Larissa Araujo Coutinho de Paula/ Trabalho de Campo/ 2014.

> Não tínhamos nem cama, a cama de deitar era o banco de sentar. A mulher do fazendeiro que minha mãe trabalhava doava comida, caldeirão de carne para minha mãe levar para a gente comer, eu não gosto nem de me lembrar disso que já começo a chorar... era um tempo muito difícil lá no Norte (Maria Valentina, entrevista realizada em 01 de Agosto de 2014).

Por ter passado a infância distante do pai, ela sempre teve uma aproximação forte de seu avô, ao qual costumava se referir como pai:

> Eu lembro muito da minha avó e do meu avô, pais da minha mãe, porque ele foi o pai que eu conheci. Meu avô e eu íamos no rio pescar, ele gostava muito de comer peixe. Eu nunca fui medrosa de nada, na época da seca o rio se separava, ficava um poço aqui e outro lá, e os peixes ficamvam sem ter para onde correr, ficava mais fácil para pescar, e eu falava para o meu avô: - Pai! Você fica aí, que eu vou lá no rio pescar um peixinho para nós comer. E eu ia montada numa égua, e levava uma espingarda para matar as cobras que ficavam na beira do rio. E eu chegava em casa com uma mala desse tamanho, cheia de peixe, com tudo quanto é variedade de peixe, eu nunca tive medo de água, sabia nadar muito bem. Eu chegava com os peixes e eu e o meu avô comíamos tanto peixe, assado, cozido, com muita pimenta, tanta pimenta que depois a gente passava açúcar nos lábios que ficavam ardendo. Aí nesse tempo eu estava grávida do meu primeiro filho, e sentia muito desejo de comer peixe. Nós comíamos no chão, não tinha banco, nem nada, minhas panelas eram de barro. Lá

> no Sergipe a gente só comia arroz no dia de sexta-feira da paixão, parece que era um dia especial para o povo do Norte, a gente comprava um pouco de arroz e comia naquele mesmo dia, sem óleo nenhum, nem banha de porco, nem nada, por isso que o povo do Norte é sadio (Maria Valentina, entrevista realizada em 01 de Agosto de 2014).

Ela também menciona a respeito do artesanato que aprendeu a fazer sozinha enquanto ainda vivia no Nordeste, e ainda o faz, para se distrair (fotos 13 e 14), são cestos e enfeites de mesa feitos com palha:

> O artesanato eu já fazia no norte, eu aprendi da minha própria cabeça. Eu fazia jereré, que é um tipo de um crochê, eu usava o jereré para pescar no rio, pegava uma peneira redonda e pregava num cipó, como se fosse um coador, inventei isso para pescar. Eu fiava na roda, para tecer o fio da rede, minha mãe era fiandeira, ela me ensinou. E eu fazia jereré, fazia o cesto, fazia cestinha de cipó paras as mulheres ricas colocarem ovos, guardarem as coisas em cima das mesas. Eu pintava, fazia as pinturas com esse papel de bandeira que o povo enfeita as igrejas no tempo de São João e de quadrilha, eu molhava o papel, e ele soltava uma tinta, aí eu fazia listras, amarela, vermelha e azul no artesanato, para enfeitar, e vendia para as mulheres ricas. Deus dá um jeito para toda pessoa, e Deus me deu essa inteligência para fazer artesanato. E a minha avó levava os meus cestos para vender na cidade (Maria Valentina, entrevista realizada em 01 de Agosto de 2014).

Fotos 12 e 13. Artesanato feito pela senhora Maria Valentina

Foto: Larissa Araujo Coutinho de Paula/ Trabalho de Campo/ 2014.

O choro da dona Maria Valentina, ao mergulhar nas lembranças de seu passado sofrido no Sergipe, da convivência com a mãe, do modo de fazer seu artesanato, nos remete a uma dimensão espacial e temporal que embora tenha ficado para trás, resiste, e existe em sua memória e no fazer de seu artesanato. O artesanato de dona Maria

Valentina representa um conjunto de emoções e lembranças de um lugar que permanece vivo em seu coração.

O assentamento, diante de todo o histórico de formação exposto, bem como os laços familiares e de proximidade articulados ao longo dos anos por essas pessoas, circunscreve-se num âmbito de fortes conexões e de identidade, o que lhe configura a atribuição de lugar.

Assim como o território, o lugar também é um conceito polissêmico que, ao longo das correntes geográficas, foi sendo trabalhado de acordo com cada perspectiva, econômica, social, cultural.

Moreira e Hespanhol (2008) apresentam uma síntese de como o conceito de lugar foi incorporado e desenvolvido pelas perspectivas teórico-metodológicas da Geografia Humanística e da Geografia Crítica, mostrando que, apesar de tratarem do conceito de formas distintas, ambas as visões se complementam.

Na perspectiva humanista a análise do lugar pressupõe a valorização dos valores, da identidade, do enraizamento, das gerações. Ao passo que, na perspectiva crítica prevalecem as relações entre variáveis externas e internas, de modo mais abrangente e menos subjetivo. O lugar adquire um caráter material e dialético, formando pares – interno e externo, novo e velho, local e global, subjetivo e objetivo, aparência e essência, mediato e imediato, real e simbólico (Moreira e Hespanhol, 2008).

Do ponto de vista da Geografia Humanista e fenomenológica, cujas temáticas abordadas se voltaram mais aos valores humanos, a relação com os lugares e as paisagens culturais, estabelecendo uma relação com a humanidade, a História, a Literatura e a Filosofia, o lugar adquire outra especificidade. Para Tuan (1980), o que mais atribui a especificidade ao lugar são as ligações afetivas, os sentimentos despertados pelo ambiente, pela percepção que, por sua vez, transformam um espaço em lugar. É nesse sentido que surge o termo Topofilia, numa associação entre sentimento e o lugar.

Segundo Moreira e Hespanhol (2008), para compreender o lugar, deve-se considera-lo não como a soma de objetos, mas sim como um sistema de relações que se exprimem por pares de contradições: subjetivo-objetivo, aparência-essência, mediado-imediato e real-simbólico. A identidade do lugar é então composta por uma localização física estática, as atividades, os significados e o espírito do lugar. Hodiernamente, o

lugar é considerado uma construção socioespacial resultante de uma relação contraditória e combinada de cooperação e conflito.

O lugar é, ao mesmo tempo geral, pelas influências externas e globais; e particular, pois carrega uma singularidade única, por isso, é importante considerar também os movimentos que reproduzem as contradições (SANTOS, 1999).

O lugar pode ainda ser tomado a partir de um sentido global, como proposto por Massey (2008), o que implica em compreendê-lo a partir da intersecção de um conjunto variado de correntes e interações que agem em um leque de escalas espaciais. De modo que os lugares se definem pelas relações socioespaciais que se entrecruzam, isso lhes proporciona um caráter distinto. A concepção de lugar para essa autora baseia-se no modo como a mesma compreende o espaço, que está sempre em devir, indeterminado, em construção, nunca acabado, no qual há uma simultaneidade de histórias (MASSEY, 2008).

Desse modo, Massey (2008) explica que a utilização de escalas para a análise envolvem os espaços, os sujeitos e as formas de organização do trabalho. A interação entre as escalas geográficas e as dinâmicas das relações que entrecruzam os lugares resultam dessa intersecção de dinâmicas locais e globais, e é isso que dá especificidade aos lugares. O espaço é visto de forma relacional, em conexões e desconexões simultâneas com o tempo, portanto, assim como o espaço, os lugares não são fixos e imóveis, não são estáticos e nem neutros.

2.3 A Organização de Mulheres do Assentamento Tucano (OMAT) e a perspectiva dos jovens do assentamento

A Organização de Mulheres do Assentamento Tucano foi oficialmente fundada em 07 de janeiro de 2001, sendo então constituída pelas mulheres do Assentamento Tucano.

O objetivo da associação era organizar as assentadas para o aumento da renda, já que as principais dificuldades enfrentadas na fase de sua criação correspondiam às despesas básicas de documentação. Em termos de infraestrutura, a associação possui na atualidade uma sede própria, instalada no Assentamento Gleba Tucano.

Segundo o técnico em agropecuária do ITESP entrevistado, a formação da OMAT está relacionada ao esvaziamento de um lote no assentamento que, a princípio, era destinado aos jovens. Os jovens assentados formaram um grupo e passaram a administrar o lote para produção comunitária, porém o projeto não vingou: "A perspectiva em relação aos jovens é ruim, viu. Porque não tem uma política pública voltada para eles. Infelizmente, a tendência é que eles saiam do assentamento, ficam só os mais velhos" (Eduardo, técnico do ITESP, entrevista realizada em 13 Janeiro de 2014).

Esse processo de envelhecimento da população rural já foi apontado por alguns pesquisadores. O envelhecimento rural, bem como a masculinização do rural são processos que se vinculam ao êxodo rural, que tem se tornado cada vez mais seletivo, direcionando às cidades, a população jovem e preferencialmente feminina (SACCO; CALDAS; COSTA, 2006).

Muitas jovens que vivem no campo buscam autonomia através de trabalhos fora da agricultura e da área rural, aperfeiçoamento dos estudos ou migração para as cidades. As filhas mulheres, como na maioria dos casos, não são as herdeiras da terra, passam a ser mais estimuladas do que os filhos homens, a prosseguirem os estudos (CARNEIRO, 1998; 2007).

A situação dos jovens no assentamento é bastante delicada. Durante os trabalhos de campo, foi possível entrevistar somente uma jovem, a Maria Carolina, de dezesseis anos de idade, que confidenciou seus sonhos e o preconceito que sofre na escola.

Atualmente, a confluência de elementos urbanos nas áreas rurais, as implicações das relações campo-cidade, a industrialização da agricultura, a presença da informática, da mídia nos espaços rurais e a forma como esses espaços têm sido inseridos na lógica da globalização, provocam novas experiências e percepções para a população rural. Há, aos poucos, uma ruptura com a dualidade rural-urbana. Esse processo tem implicações principalmente na vida da juventude rural.

O choque cultural vivenciado pelos jovens do campo os conduz a uma ambiguidade, entre o "ficar e o sair", tentando unir o "melhor de dois mundos". Ao mesmo tempo em que desejam sair para estudar e ter uma profissão, também persiste, muitas vezes, a vontade de permanecer no local de origem, devido aos laços de parentesco e amizade, e a ideia de qualidade de vida e de segurança atribuída ao rural. (CARNEIRO, 1998).

Através da entrevista feita com a jovem foi possível perceber que a princípio, a relação entre os jovens do campo, assentados do Tucano e da cidade (Euclides da Cunha Paulista) é tensionada constantemente no convívio escolar.

A escola, além do papel de instituição formadora e educativa, representa um espaço de socialização, onde os jovens convivem entre si e podem desenvolver diversas experiências individuais e coletivas (KUHN, 2014).

Essa convivência é tensionada devido principalmente ao preconceito que se impõe sobre o público assentado, expressa por ofensas e apelidos pejorativos, sempre remetendo à condição de assentados, às relações estabelecidas com a terra, como pode ser observado nesse trecho:

> Ah, tem muito na escola (preconceito). Esses dias, esse mês, que nós estamos no terceiro bimestre, né? Aí *eles chamaram a gente de pé sujo, chamaram de "glebeira"*. Eu fico quieta, né? Porque se for combater de frente aí dá uma confusão, mas eles não param, eles continuam. Eu fico 'baixa', isso é um preconceito, né? [...] Ficaram sabendo que eu acordava às cinco horas da manhã, até hoje eles ficam me "zuando", falam que a gente é pé sujo... aí eu ás vezes dou risada porque pelo amor de Deus! [...] Eu falo que eles são sustentado por a gente (risos), as alfaces, abóboras, essas coisas tudo é daqui, eu falo, mas eles não ligam, não, aí que eles vêm para cima mesmo (Maria Carolina, estudante, entrevistada em Agosto de 2014).

O dilema entre "ficar e sair" também é evidenciado nas falas da entrevistada. A adolescente mencionou que tinha interesse em cursar faculdade de direito. Quando questionada sobre onde gostaria de viver, depois de formada ela respondeu:

> **Entrevistada:** Olha... É porque Direito é uma coisa acho que em cidadezinha pequena não dá, e sítio também acho que não dá, acho que pretendo ir bem longe, né? Porque uma cidadezinha assim igual Euclides da Cunha, sítio acho que não sei. **Entrevistadora**: Hum, você pretende mudar então? **Entrevistada:** É. ***Entrevistadora:*** *Mas você gosta de viver no assentamento ou você preferiria morar na cidade?* ***Entrevistada:*** *Não, eu não gosto de cidade, eu gosto de sítio.* **Entrevistadora**: Você não gosta de cidade? **Entrevistada:** Não! **Entrevistadora:** Porque você não gosta? **Jovem:** Ah, sei lá, é muito barulhento, sabe? É uma coisa que, sei lá, não sei explicar, é estranho. Já acostumei também no sítio, desde criança moro no sítio, então não tenho vontade não. **Entrevistadora:** Por que você acha que existam tão poucos jovens aqui? **Entrevistada:** Acho que porque falta emprego. Acho que vai fazendo dezoito anos aí vai embora, quer trabalhar e não quer trabalhar em roça, que acha o serviço muito duro né? Aí vai embora. Acho que é isso (Maria Carolina, estudante, entrevistada em Agosto de 2014).

Outra entrevistada, a mais jovem entre as mulheres que compõem a pesquisa também teceu comentários a respeito do preconceito vivido no ambiente escolar:

> Eu senti preconceito inúmeras vezes na escola, por ser assentada. *Eu morei dois anos na cidade, mas não me adaptei, por casa do barulho, eu gosto do silêncio, de vida sossegada, acordar de manhã cedo e escutar os passarinhos cantando*, é costume, já. Na escola *nos chamavam de pé sujo, glebeiro, hoje em dia chamam isso de bullyng, mas quando eu estudava isso não tinha nome*. Eles tiravam onda com a cara da gente, acho que agora melhorou mais, acho que era também porque *eu era muito tímida, porque a pessoa do sítio ela é tímida, né?* Eu acho que morar na cidade não quer dizer que você é melhor do que ninguém, tem gente que mora na cidade e come pior do que a gente que está no sítio (Maria Fernanda, entrevista realizada em 01 de Agosto de 2014).

Circulando pelo assentamento para realizar as entrevistas raramente se encontrava algum jovem. Segundo informações dos assentados entrevistados, a maioria dos jovens do Tucano trabalham fora, principalmente numa usina de cana-açúcar, a ETH Bioenergia. Esses jovens desempenham atividades como tratoristas, trabalham no corte de cana, na limpeza ou serviços gerais, alguns não chegam sequer a terminar o Ensino Médio, começam a trabalhar e desistem dos estudos, principalmente os rapazes.

> Não tem muitos jovens no assentamento porque não tem recurso. A maioria casa muito cedo, *os jovens do assentamento casam muito cedo*, todo mundo que eu conheço. Eu mesma casei com dezessete anos, a maioria casa bem jovem. Acho que porque *a gente não tem muita perspectiva não, muitos sonhos, aqui a gente leva uma vida simples, e por aí vai, a gente quer trabalhar para sobreviver, e tocar a vida da gente até onde Deus permitir*. Aqui no sítio, se você reparar, as pessoas que estão nas casas, são pessoas de mais idade, a maioria dos jovens não fica no sítio mais. Não tem incentivo para você plantar. Para ter uma renda boa para uma família é difícil sobreviver do sítio (Maria Fernanda, entrevista realizada em 01 de Agosto de 2014).

Além da escassez de oportunidades de trabalho, há a falta de lazer e atividades recreativas. Mesmo que o jovem goste de trabalhar na terra, dificilmente consegue ser agricultor, sempre estará sob a tutela do pai, já que não possuem a titularidade do lote, por isso são impedidos de fazerem financiamentos ou participarem dos programas. Há inclusive, muitos jovens que se casam cedo e constroem uma casa no lote dos pais, vivendo como agregados: “Tinha que incluir o filho jovem na declaração de aptidão ao Pronaf, mesmo ele sendo agregado. Ou por o nome dele na caderneta de campo. Porque

o jovem está ali no lote do pai, para incentivar" (Maria Conceição, entrevistada em 30 de Julho de 2014).

A condição do jovem em relação ao acesso à terra da terra e do seu reconhecimento enquanto agricultor, caso tenha a intenção de trabalhar com o campo, é algo importante, já que estão submetidos a um processo de socialização diferente dos jovens urbanos, depende da posição que ocupam na divisão social do trabalho dentro do lote, ou sítio (KUHN, 2014).

Apesar de todas as adversidades, nota-se que há jovens que gostam de viver no campo, pois valorizam a luta da família para conseguir a terra, a tranquilidade, e a possibilidade de trabalhar por conta própria, sem estar subordinado à um chefe.

> Um dia, eu já falei para o meu marido, *um dia eu quero ter um sítio, para terminar a minha vida sossegada no sítio*. Quero ter um sítio para eu viver e morar, quero estudar, fazer pedagogia, mas quero trabalhar na terra, viver no conforto do sítio. *Não é ruim morar no sítio, é bom. Se eu tivesse um sítio meu e conseguisse tirar meu sustento, eu viveria só da agricultura, eu investia e cuidaria dele para poder trabalhar só no sítio.* Eu falo pra minha mãe direto, para ela investir no sítio dela, para ela trabalhar no sítio, para ela não precisar acordar às cinco horas da manhã para trabalhar na cidade, na prefeitura. *Se você trabalha no sítio, e o sol está quente, você vai para a casa e descansar*, e espera uma hora em que o sol está mais fresco. Tudo no sítio, se você tiver cabeça, dá lucro. *No sítio da família da gente, a gente tem um porto seguro*, porque mesmo que lá fora seja bom, aqui é difícil arrumar serviço, se você não trabalhar na usina, você tem que ajudar o pai e a mãe no sítio. É uma vida bem sofrida, mas é um porto seguro, mesmo que eu não tenha a escritura da terra (Maria Fernanda, entrevista realizada em 01 de Agosto de 2014).

Com relação aos pais, as opiniões divergem, alguns afirmam que gostariam que os filhos trabalhassem com a agricultura, pela qualidade de vida, por estarem próximos da família e por terem um trabalho mais autônomo:

> Por mim todos os meus filhos iam trabalhar na roça, com a gente, todos seriam agricultores, eu nunca trabalhei de empregada, sabe? Aí de vez em quando vem as bronca, é ruim, né? E aqui *trabalhando por conta, ninguém da bronca em ninguém*. Mas é a opção deles também, né? Eles preferem trabalhar na usina, eu tenho que respeitar (Maria Joana, entrevista realizada em 31 de Julho de 2014).

Entre aqueles que não desejam que o filho siga com o trabalho no campo, a maior justificativa é a falta de valorização profissional, o baixo rendimento financeiro e o desgaste físico do trabalho no campo. A própria moça que disse gostar de viver no

campo, não está segura se gostaria que a filha fosse agricultora, exatamente por essas razões:

> Não sei seu gostaria que minha filha fosse agricultora, a gente desanima, sabia? Porque você vai mexer na terra e não dá lucro, aqui no assentamento com esses projetos da horta, o pessoal se animou um pouco, mas antes era só gado, e a maioria trabalhava fora para sobreviver, ganhar o pão de cada dia. *Mas eu não queria que ela fosse agricultora, para ser sincera, eu quero que minha estude, que ela conheça o mundo, que ela saia pra fora, que ela tenha aquilo que eu não tive a oportunidade de ter* (Maria Fernanda, entrevista realizada em 01 de Agosto de 2014).

> Nenhum dos meus filhos trabalha com agricultura, a mais velha é secretária num consultório e o do meio trabalha de tratorista, eu queria mais que eles trabalhassem para professor, que se formassem para doutor, mas não deu certo, né? E queria também que meu filho fosse advogado, o mais novo, vamos ver o que é que vai dar ainda, né? *Eu nunca quis que eles fossem agricultores, porque é muito sofrido, melhor ter o estudo deles, para ter coisas melhores*. Ficar só na terra cavando tatu, minha filha, cavando terra que nem tatu, que nem eu estou?! Minha filha, o negócio é difícil! (Maria de Lourdes, entrevista realizada em 31 de Julho de 2014).

No que diz respeito aos jovens, um aspecto positivo é que hoje a juventude rural vivencia uma mobilidade física e virtual muito mais intensa do que as gerações passadas. Mobilidade física, devido principalmente a uma maior acessibilidade aos meios de transporte e das melhores condições das estradas rurais. E mobilidade virtual, através do acesso a informação, via mídias como a televisão e a internet, acaba propiciando que tomem conhecimento de diversos fenômenos regionais, nacionais e até mesmo internacionais, as distâncias se estreitam (CARNEIRO, 2007).

Como bem ilustra Carneiro (2007, p. 57):

> Essa situação de estreitamento das distâncias, do estar, ao mesmo tempo no "lugar", na localidade, ou na sede do distrito, e estar sofrendo os efeitos das dinâmicas de "fora", na localidade, de escala nacional ou global, certamente não afeta apenas a percepção sobre o mundo, mas também afeta a maneira como as populações rurais, de pequenos agricultores, por exemplo, pensam e organizam suas próprias vidas.

Essas pessoas, sobretudo os de gerações mais recentes, passam a ter um olhar voltado para fora, experimentam novas formas de relações, de consumo, de valores, novas formas de se pensar a produção agrícola, como por exemplo, a agroecologia.

A OMAT foi a primeira associação do Assentamento Tucano, sendo que atualmente há mais uma associação, porém informal, que ainda não foi registrada. Essa associação, de acordo com a tesoureira da OMAT, consiste num grupo formado por alguns homens assentados, em parceria com o Instituto Ipê, para um projeto de árvores nativas, porém, quando o convênio acabou a associação se desfez.

A OMAT foi criada e é administrada por mulheres desde sua fundação. No início era um grupo muito pequeno, com aproximadamente sete mulheres, na medida em que foi se expandindo, sobretudo após a participação em políticas públicas, a associação passou a aceitar homens como membros, como explicita o trecho da entrevista com a atual presidenta da associação, a senhora Maria Glória**:**

> Hoje a OMAT possui trinta associados/as, mas por conta do PAA, essas pessoas participam do PAA. A maioria é mulher, homem é pouquinho. No começo da associação éramos apenas 9 pessoas, começou só com a diretoria mesmo. Aí ficamos com essa associação, aí foi quando apareceram essas políticas do governo, né? E nós estamos participando delas. *Os homens começaram a entrar na associação depois do PAA, de dois anos pra cá. Eles vieram só por causa do PAA, do dinheiro do PAA!* Tem alguns homens, que só representam, mas são as mulheres que produzem. Eles só têm o nome, porque tem que ter um pouquinho de nome deles envolvidos, né*? Mas aqui são as mulheres mesmo que produzem, são quem tem a iniciativa de produzir, de plantar, de tudo* (entrevista realizada em 13 de Janeiro de 2014).
>
> Na época de criação, a OMAT era um grupinho pequeno, mas daí com o projeto das hortaliças; aí apareceu mais pessoal interessado, aí teve mais associados (Maria Alice, associada da OMAT, entrevista realizada em 13 de Janeiro de 2014).

Além das associações, a sociedade civil mantem a organização de grupos coletivos de interesse através de outras formas, tais como: as cooperativas, os sindicatos, as organizações não governamentais e os movimentos sociais (OLIVEIRA, 2010).

As associações são definidas como: uma sociedade civil sem fins lucrativos, estando amparadas legalmente pelo Artigo 5º da Constituição Federal, gerando receitas através de taxas, doações, fundos e reservas; não realizam operações comerciais, mas auxiliam no processo, tendo como objetivo prestar serviços de interesse econômico, técnico, legal, cultural e político aos seus associados (OLIVEIRA, 2010).

As formas de organização de agricultores surgiram na década de 1980 e têm sido inseridas nos debates governamentais, também por pressão do Banco Mundial, como estratégia para a participação em políticas públicas e de desenvolvimento rural. Consistem num elemento importante para que os agricultores se articulem e tenham acesso ao crédito, à infraestrutura, às facilidades de comercialização etc.

A importância das associações no que concerne às políticas públicas fica evidente na fala do técnico entrevistado:

> Há assentamentos que não têm organização, e hoje só sai na frente quem está organizado; sobretudo no que diz respeito à programas de compra direta de alimentos via governo, há a necessidade de estar inserido numa organização formal; então, os assentamentos que já têm associação formal saem na frente (Eduardo, entrevistado em 13 Janeiro de 2014).

Oliveira (2010) ressalta que as associações e as cooperativas de agricultores podem ser viabilizadas para melhorar as condições destes e para a conscientização coletiva, como também podem servir para a manipulação política.

As organizações de mulheres rurais representam uma primeira etapa na conscientização e reivindicação coletiva por melhorias de condições de vida e trabalho, ademais, por meio das organizações elas podem mais facilmente acessar políticas que lhes forneçam crédito, implementos agrícolas, canais de comercialização, além de ser um espaço propício para discussão e debates.

De acordo com o técnico do ITESP, além da OMAT, há uma associação em outro assentamento de Euclides da Cunha Paulista, a Nova Esperança, que também é dirigida por mulheres.

A OMAT atualmente recebe apoio da prefeitura para o transporte dos produtos comercializados no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). O ITESP desenvolve trabalhos de assistência técnica no Assentamento Tucano e auxilia na elaboração de projetos e no transporte de produtos comercializados com o Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social (PPAIS).

Em termos de infraestrutura, a Associação possui uma sede própria dentro do assentamento, conforme descrito por uma das associadas: “Tinha uma casa lá, na sede lá. A OMAT tem um “lotinho”. Elas conseguiram arrumar a casa, assim, não está

praticamente arrumada, mas conseguiram dar uma melhorada.” (Maria Alice, entrevistada em Janeiro de 2014).

De acordo com a presidenta:

> Hoje a infraestrutura da associação está fraca, ela não tem praticamente quase nada, a associação. Tem uma sede ali em cima, mas somos sempre nós que cuidamos dela, e está meio largada, tem uma casa lá, que começamos fazer, mas ainda não terminamos, então está meio largadinha. Em virtude de sermos mais sós eu e ela (a tesoureira) que toma a frente; e nós com muitos problemas que temos na nossa casa e no nosso sitio; e além de correr atrás das coisas nós temos que produzir também, aí nós não damos conta de tudo, de deixar tudo organizado e bonitinho na infraestrutura da associação” (Maria Glória, entrevistada em Janeiro de 2014).

A presidenta e uma associada entrevistada comentaram com orgulho uma das conquistas que a associação já obteve: a criação de um centro de informática, que oferecia cursos para crianças e idosos. Apesar de não terem acesso à internet, eram ministrados cursos de digitação e informática. Este centro ficou em funcionamento por três anos (foto 14).

Foto 14. Centro de Informática atualmente desativado no Assentamento Tucano.

Foto: Larissa Araujo Coutinho de Paula/ Trabalho de Campo/ 2014.

A presidenta nos informou que no início da associação existiam cursos, a maioria estava voltado para culinária, como processamento de leite, panificação; no entanto, hoje se encontra dificuldades no estabelecimento de convênios para este fim; até porque poucas associadas têm manifestado interesse pelos cursos, independente do tema abordado.

> Nunca mais tiveram cursos aqui pra nossa associação, nunca mais nós inventamos curso, não. Nesse ponto, ficamos meio desativados, porque as mulheres também aqui perderam o interesse dos cursos. Às vezes tem uns cursos, o Itesp convida a gente, nós chamamos elas para participarem, mas elas não querem ir, estão desmotivadas. *Elas se acomodaram, acham que é só produzir ali no quintal, ficar dentro de casa; não querem buscar outra coisa lá fora. É um comodismo mesmo delas*, a gente até tenta, mas não estamos conseguindo puxá-las, não. Em julho de 2013 eu fiz o curso de pão, em São Paulo, foi o último curso que eu participei. Pelejamos pra achar, eu tenho uma companheira lá que anda comigo, e na época a menina dela adoeceu e ela não pode ir, e tinham vagas para as duas, já tinham reservado o hotel e tudo, né? Não achei outra assentada para ir comigo, tive que ir sozinha. E fui, eu vou, eu não tenho medo de jeito nenhum, encaro mesmo." (Maria Glória, entrevistada em Janeiro de 2014).

Com relação à situação financeira da associação, a presidenta afirmou que atualmente, após a inserção dos integrantes nas políticas públicas de aquisição de alimentos, passou-se a cobrar 10% do que as/os associadas/os obtêm com o PAA. Esse dinheiro é utilizado para pagar os gastos com o escritório de contabilidade e para a manutenção da associação. A prestação de contas dos projetos da associação é realizada trimestralmente.

No quesito de auxílio financeiro, a presidenta afirma: "Nunca recebemos nenhum dinheiro da prefeitura, aqui nós andamos com as nossas próprias pernas mesmo" (Maria Glória, entrevistada em Janeiro de 2014).

> Eles disponibilizam o transporte para o PAA, faz dois anos. Nos primeiros anos, eles não vinham. Eu tinha um Del Rey velho aí; e dava duas a três viagens com esse Del Rey para levar as coisas. Aí, depois nós conversamos com o prefeito que saiu, e ele ajeitou o carro para nós. Antes eu levava a produção de todo mundo e cobrava uma taxa a parte. (Maria Glória, entrevistada em Janeiro de 2014).

O gênero é uma dimensão de desigualdade social no território rural, e seu reconhecimento depende da: constatação de uma hierarquia entre homens e mulheres, na qual as últimas sofrem a subordinação e desvalorização; a formulação de propostas

que promovam a equidade entre os sexos; desenvolvimento rural, por meio de políticas sociais; na constatação e enfrentamento da baixa participação feminina nos espaços de discussão e decisão política (BUARQUE, 2005).

De acordo com o técnico do ITESP, a OMAT está um pouco parada, há uma desunião na associação, apenas duas mulheres, as principais lideranças se mantêm ativas,

> O restante do grupo não dá o apoio que deveria, a OMAT é uma associação, mas acaba geralmente fazendo frente apenas duas mulheres, a atual presidenta e a tesoureira, O pessoal é desanimado, eles querem as coisas muito imediatas, são muito imediatistas. Esses projetos (políticas públicas) tem que ter organização, tem que ter paciência (Eduardo, entrevistado em 13 de Janeiro de 2014).

Na opinião do técnico do ITESP, a OMAT trouxe melhorias perceptíveis na vida das mulheres que a integram, principalmente das lideranças. Além da associação, elas também participam de reuniões junto aos Conselhos Municipais:

> O que eu vejo, por exemplo, a própria presidenta da OMAT mesmo, no início do assentamento era uma mulher que a gente quase não se via, era uma mulher meio apagada, digamos assim; hoje ela está ativa, corre atrás das coisas, é bem participativa, chama para as reuniões e ela vai. *Ela participa mais do que o próprio marido*. No início ele vinha mais no escritório do ITESP, hoje em dia ela vem mais do que ele (Eduardo, entrevista realizada em 13 de Janeiro de 2014).

Segundo o técnico, as duas principais representantes da OMAT têm buscado motivar as demais mulheres da associação para engajar-se mais na associação e participar de políticas públicas, como o Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social (PPAIS). Mais recentemente, por exemplo: "Houve uma primeira chamada, que participou mais gente, mas o pessoal estava meio desanimado, logo na primeira. Daí na segunda chamada, elas nem insistiram muito, elas tentam motivar o pessoal, mas está difícil" (Eduardo, entrevista realizada em 13 de Janeiro de 2014).

O técnico que acompanhou a fase inicial da formação da OMAT, disse que no início havia um receio grande por parte dos homens e que hoje estão mais acostumados, embora ainda existam alguns que mantêm resistência:

> Eu já ouvi comentários dos próprios associados como: *quem tem que mandar é o homem*; que a mulher tem que ficar na cozinha, você sabe que esse ditado é antigo, né? Mas eles não tomam nenhuma atitude, só

> sabem criticar (Eduardo, entrevista realizada em 13 de Janeiro de 2014).

O machismo infelizmente também se manifesta de uma forma material, através da violência física. A assistente social entrevistada nos narrou alguns casos de violência contra a mulher que aconteciam nos assentamentos do município. Segundo ela, um dos casos ocorria pelo vício ao álcool e, infelizmente, são poucas as assentadas que conseguem tomar a decisão de se afastar e/ou denunciar os companheiros agressores. Entende-se que muitas mulheres não expõem o problema por medo de ameaças e constrangimento, além de pensar nos impactos que isso geraria sobre os filhos:

> É a situação né? Se tem filho fica com medo de o filho passar necessidade e ela passar também, está ruim com ele, mas pior sem ele. Então elas aguentam, né? E têm casos que está na própria cultura, né? *Às vezes o homem vê o pai agredindo a mãe e acha que isso é normal, depois, quando vira marido, ele bate na esposa, achando que isso é normal porque ele via o pai fazendo*, então deve ser normal, que para corrigir a esposa tem que bater (Cristina, entrevistada em 01 de Agosto de 2014).

Umas das entrevistadas afirmou que sua mãe, tesoureira da associação, costuma reclamar que sofre com o machismo de alguns homens presentes no grupo: "É a única associação que tem que é presidida por mulher, as outras é tudo homem, então tem um certo preconceito" (Maria Alice, entrevistada em Janeiro de 2014).

A presidenta da associação, em vários momentos da entrevista, enfatizou que o preconceito e o machismo dos homens ainda são bastante intensos.

> *Eu enfrento muito preconceito dos homens. Tem um homem aqui muito machista*, tem vez que a gente pega feio mesmo, de discussão. Aqui já teve uma associação de homens, mas os homens não foram capazes nem de registrar ela. O presidente que ficou nessa associação dos homens, ele ficou quatro anos de presidente, ele não foi capaz de registrar essa associação, ficou na informalidade. (Maria Glória, entrevistada em 13 de Janeiro de 2014).

Muitos chegam a confrontá-la diretamente, discordando e/ou desconfiando de suas ações:

> Eles falam e querem impor, né? *Porque eu sou mulher então eles acham que eu não tenho capacidade dessas coisas*. Não são todos os homens que agem assim, são uns dois ou três. Eles discordam e querem que eu faça da maneira que eles querem. Eu falo não é assim, de jeito nenhum! Esses dias eu estava sentada aqui na mesa, com

> outro cabra e eu tive que falar umas boas verdades pra ele, falei olha você tá se comportando que nem uma criança mimada quando quer bala e doce; e essas coisas não são assim! As coisas têm que ser do jeito que é pra ser, principalmente com esse programa do PAA, porque é um programa muito exigente, você tem que seguir as normas tudo direitinho, tudo certinho; não é do jeito que a pessoa pensa e quer não! (Maria Glória, entrevistada em 13 de Janeiro de 2014).

A presidenta da OMAT acredita que essas discordâncias e discussões não são apenas expressão de uma mera discrepância de ideias, mas uma forma para provocá-la:

> Eu sinto que é para me provocar, pra ver se eu perco a paciência, *para eles acharem um pezinho para tirar minha posição*. As mulheres deles orientam para não fazerem isso, me confrontar, diz para eles conversarem direito, sem encrenca, sem brigas, as coisas não se resolvem com ignorância. As coisas se resolvem conversando, né? (Maria Glória, entrevistada em 13 de Janeiro de 2014).

Os homens que a criticam, segundo ela, só sabem fazer isso, não propõem melhorias, nem vão atrás do interesse coletivo, não querem assumir as responsabilidades da associação:

> Somos sempre nós duas quem vamos atrás das coisas (ela e a tesoureira). Aqui é assim, quando eu saio de presidente, ela entra; e vice e versa; agora eu vou sair, e ela vai entrar. Eles criticam, mas não querem essa responsabilidade, na hora de pegar na cabeça mesmo, vamos lá?! Não pegam não, filha! De jeito nenhum! Na reunião já ficam, olha vocês se candidatam , é livre, aberto para qualquer um, vocês não querem se candidatar?! Não, eu não! Quando os meninos vêm fazer uma reunião aí do Itesp, que tem alguma coisa, que precisa de alguém, né? Dizemos que está aberto, que todos podem entrar. E respondem: Não! Deixa elas mesmas, elas já estão na liderança! E mesmo que a gente tente convencê-los, fica por isso aí mesmo (Maria Glória , entrevistada em 13 Janeiro de 2014).

A presidenta explicou que no Assentamento Tucano, bem como nos demais assentamentos do município, são os homens quem são titulares dos lotes. Há pouquíssimos lotes nos quais as mulheres são titulares: “Mesmo assim fazemos o possível para que as mulheres assinem os projetos, colocamos no nome delas” (Maria Glória, entrevistada em 13 de Janeiro de 2014). As pessoas entrevistadas não souberam dizer quantos lotes do assentamento têm mulheres como titulares. Na pesquisa de campo notamos apenas uma mulher que possuía a titularidade do lote no qual vive, ela é divorciada.

Apesar do esforço feito pelas lideranças no sentido de colocar em evidência as mulheres associadas, priorizando que seus nomes estejam nos contratos formais dos programas de compras governamentais (PAA, PNAE e PPAIS); há casos em que isso não é possível, como por exemplo, homens que não têm esposa, que são solteiros ou viúvos. Mas, há um outro agravante, já que de acordo com a presidente, existem homens que não aceitam que sua mulher tenha o nome no projeto: "*Tem aqueles que não deixam a mulher ir nem na reunião*. Aqui entre nós ainda existe isso. Elas ajudam e tudo, mas eles não permitem que ela assine, que ela ponha o nome dela. *Na minha associação*, acho que deve ter uns dois, três casos desses." (Maria Glória, entrevistada em 13 de Janeiro de 2014).

Na opinião da presidenta, a participação também é baixa entre as mulheres. Ela acredita que as associadas estão acomodadas e desanimadas: "A participação é baixa porque as mulheres não querem ter compromisso, ficam só empurrando pra gente, elas não querem ter um compromisso, elas querem só receber" (Maria Glória, entrevistada em 13 de Janeiro de 2014).

Embora a OMAT possua uma quantidade considerável de integrantes, trinta ao todo, o grupo está calcado em apenas duas mulheres, que dispõe de seu tempo e entusiasmo para alçar melhorias para associação e para o assentamento como um todo. Nota-se que a OMAT está tão arraigada a essas duas mulheres, que é possível cogitar o fim do grupo diante da ausência de uma delas:

> Pra conseguir as coisas tem que sair de casa. Não é dentro de casa que você vai conseguir chegar um PAA, ou qualquer outra coisa, né? Você tem que sair, tem que correr atrás. Elas se acomodaram, acham que é só produzir ali no quintal, ficar dentro de casa; não querem buscar outra coisa lá fora. É um comodismo mesmo delas, a gente até tenta, mas não estamos conseguindo puxá-las, não. Eu sei que está difícil, eu estava até conversando com a minha colega, que é tesoureira, disse: Vixe Maria! *Quando eu ou você morrer, o negócio vai ficar complicado* (Maria Glória, entrevistada em 13 de Janeiro de 2014).

Grande parte das integrantes da OMAT são mulheres, casadas, de meia-idade, entre quarenta e cinquenta anos. Como afirma a presidenta: "A maioria são mulheres, mais idosas e casadas, a maioria acompanhou o grupo desde o acampamento em Epitácio, e são dos estados do norte ou nordeste" (Maria Glória, entrevista realizada em 13 de Janeiro de 2014).

Percebe-se também que o nível de escolaridade dessas mulheres é baixo, há mulheres que possuem apenas o Ensino Fundamental Incompleto e algumas que são analfabetas, nunca frequentaram escola, e afirmaram que só sabem "assinar o nome". Algumas assentadas retomaram aos estudos recentemente, por causa das políticas públicas, como se verá mais adiante. O que torna-se evidente em muitas falas, é o fato de não terem estudado porque eram impedidas pela família, muitas exigiam que filhas e filhos apenas trabalhassem, outras permitiam apenas ao filho homem, o direito de estudar:

> **Entrevistadora:** E por que a senhora não estudou mais? Não tinha como, era longe, sua mãe não deixava? **Entrevistada:** Naquele tempo o pai colocava a gente para trabalhar (Maria Odete, assentada, associada a OMAT, entrevistada em 01 de Agosto de 2014).

> **Entrevistadora:** A senhora voltou a estudar ano passado? **Entrevistada:** É, eu comecei na 5º série, eu fiz a 5º, a 6º, a 7º, 8º, terminei a 8º ano passado, comecei o 1º, já terminei o 1º agora e agora eu e outra assentada estamos começando o 2º ano. ***Entrevistadora:*** *A senhora disse que seu pai não deixava você estudar, por quê?* ***Entrevistada:*** *Por falta de condições e pra trabalhar né, e um pouco de machismo também porque para ele, a mulher não precisava estudar, e era filho de pobre não precisava estudar*. **Entrevistadora:** Então seus irmãos estudavam, os filhos homens? **Entrevistada:** Não. **Entrevistadora:** Então nenhum, nem mulher nem homem? ***Entrevistada:*** *Os filhos homens o meu pai deixava estudar, ele queria que o meu irmão continuasse os estudos até ele aguentar, mais aí ele não quis.* **Entrevistadora:** E as filhas mulheres não podiam? **Entrevistadada:** Não, *as mulheres tinham que cuidar da casa, que trabalhar, e se estudassem e aprendessem demais iam escrever carta para o namorado (risos), aí ele não deixou* (Maria Conceição, assentada, tesoureira da OMAT, entrevistada em 30 de Julho de 2014).

Com relação à participação na associação, 15 (75%) das pessoas entrevistadas afirmam que são associados à OMAT desde a sua criação, em 2001, o restante (5 ou 25%) passou a integrar o grupo entre os anos de 2011 e 2013. A maioria das pessoas (18 ou 90%) afirmou que participa da associação principalmente visando à inscrição nas políticas públicas, uma vez que, estar associado ou cooperado num grupo de agricultores é um pré-requisito para a participação em muitos programas.

Os problemas mais mencionados na avaliação sobre a efetividade da associação se referem: a administração, a falta de recursos, ao atraso no recebimento dos

pagamentos, a falta de regularidade das reuniões, que resulta na escassez de informações e comunicação entre os membros.

Diálogo no Paiol, Jerci Maccari, 2004.

Capítulo III: Os efeitos das políticas públicas na vida das agricultoras da OMAT

Neste capítulo, se enfocará as políticas públicas estudadas, a explicação sobre como estão sendo operacionalizadas e quais resultados têm gerado para as mulheres do assentamento em questão.

3.1. As políticas públicas para as mulheres rurais

Não há uma definição concreta para o termo "política pública". Este é um tema que possui diversas interpretações, consonante a cada perspectiva teórica e disciplina que se debruça sobre seu estudo. As políticas públicas consistem num tópico de estudo de diversas áreas, tais como: a Política, o Direito, a Filosofia, a Administração, a Economia, a Sociologia e também a Geografia.

Uma definição bastante ampla é dada por Amabile (2013, p. 390):

> Políticas públicas são decisões que envolvem questões de ordem pública com abrangência ampla e que visam a satisfação do interesse de uma coletividade. Podem também ser compreendidas como estratégias de atuação pública, estruturadas por meio de um processo decisório composto de variáveis complexas que impactam a realidade.

Para Teixeira (2002), as políticas públicas podem ser interpretadas como diretrizes ou princípios norteadores de ação do poder público, sendo explicitadas e sistematizadas em leis, programas e linhas de financiamento. O autor também entende a não-ação ou omissão, a decisão dos representantes do poder político, por não fazer algo como uma manifestação de política pública.

De acordo com o autor supracitado, a elaboração de políticas públicas pode ser definida com cinco perguntas, definindo: Quem?, O quê?, Quando?, Com que consequências? E para quem? Ele ainda diferencia políticas públicas de políticas governamentais. Uma política governamental pode ser apenas estatal, mas não pública, pois para adquirir o caráter de pública, é necessário que haja o debate público, que as políticas empreendidas se destinem ao encontro dos reais interesses da população.

As políticas públicas podem ser agrupadas por diferentes critérios: quanto ao grau de intervenção, se estrutural ou conjuntural; quanto à abrangência dos benefícios, se universais, segmentais ou fragmentadas; quanto aos impactos: se distributivas, se

redistributivas ou regulatórias. Além disso, a concepção de políticas públicas pode variar conforme a orientação política (TEIXEIRA, 2002).

Segundo Teixeira (2002), é preciso considerar que as políticas públicas são um processo dinâmico, com negociações, pressões, mobilizações, alianças ou coalizações de interesse. As etapas que compreendem uma política pública são: a elaboração de um diagnóstico participativo estratégico; a identificação de experiências anteriores; o debate público e mobilização da sociedade civil; a definição de alternativas, compreendendo a gestão, recursos, cronogramas, parâmetros de avaliação, detalhamento de modelos e projetos e constate avaliação.

Além do governo, há outros agentes que interferem na execução dessas políticas, como por exemplo: as associações, as ONGs (Organizações Não Governamentais), os órgãos do setor público e privado.

Após o final da década de 1980, com a Nova Constituição e a descentralização político-administrativa, a estruturação de políticas públicas passou a congregar, além dos mais variados níveis de gestão política (federal, estadual, municipal), ministérios ligados às distintas funções. Tem sido cada vez mais comum a existência de políticas estabelecidas num sistema de relações intergovernamentais e de parcerias as mais diversas com a sociedade civil (ARRETCHE, 2002).

Todavia, convém frisar, como apontam Silva e Bassi (2012, p. 27): “a agenda pública é um jogo de poder onde se constrói legitimidades e ilegitimidades e a escolha de alguns valores em detrimento de outros, mesmo que de forma implícita” (SILVA; BASSI, 2012, p. 27). Isso se justifica pelo fato de que na elaboração de demandas que substanciam as políticas públicas, não há igualdade entre os segmentos sociais, há determinados segmentos com maior poder político e econômico, cujas demandas são mais prontamente atendidas, em comparação aos demais. Embora possam originar-se a partir das demandas e da pressão exercida pela população, as políticas públicas são formuladas por quem detém o poder.

Na agricultura, as políticas públicas tiveram, ao longo dos anos, um importante papel na reconfiguração do campo brasileiro, desde o incentivo à modernização agrícola, por meio de subsídios financeiros, a partir de meados da década de 1960, tendo seu esgotamento com a crise econômica nos anos 1980, resultando em um cenário de agravamento do problema ambiental, intensificação da concentração fundiária, expulsão

dos pequenos produtores, crescimento urbano desordenado, enfim, consistiu num processo que desencadeou inúmeros problemas.

Da mesma forma, na retomada de medidas mitigadoras para o caos gerado, foram criadas políticas públicas de caráter diferenciado para o campo. A princípio com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em 1995, no governo de Fernando Henrique Cardoso. Durante o governo de Luís Inácio Lula da Silva, na década de 2000, são criadas novas políticas públicas voltadas prioritariamente para aqueles que, até então, se viam marginalizados em relação à agricultura empresarial (que foi e permanece sendo, no âmbito da agricultura, o foco de investimentos do Estado): os pequenos agricultores.

As políticas estudadas na pesquisa foram criadas exatamente nesse período, na década de 2000, sendo articuladas com um projeto mais geral, o Programa Fome Zero (PFZ), durante o governo Lula.

Atualmente, a organização e gestão de políticas públicas rurais que contêm enfoque de gênero, concentram-se principalmente nas ações de dois ministérios: o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), em parceria com a Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres (SPM).

Essas políticas são diretamente voltadas ao público feminino, como o Pronaf Mulher e o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR), ou indiretamente, como o Programa Bolsa Família, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

É importante mencionar que a inclusão da perspectiva de gênero nas políticas públicas nem sempre ocorre de uma forma clara, já que é comum confundir-se gênero com a categoria de mulher, como se gênero fosse apenas um sinônimo para mulheres, porém, não o é (COS-MONTIEL, 2000).

As políticas que contenham uma perspectiva de gênero devem buscar múltiplos objetivos: igualdade entre a distribuição de recursos, transformação sociocultural no cotidiano, maior qualidade de vida entre mulheres e homens e a construção de mentalidades múltiplas e flexíveis sobre a feminilidade e a masculinidade, deve-se questionar as relações de poder entre homens e mulheres. No entanto, são poucas as políticas públicas que buscam transformar de fato a natureza das relações sociais (STROMQUIST, 2000).

A incorporação da igualdade de gênero na agenda política é algo internacionalmente reconhecido, sobretudo nas políticas que têm como escopo o desenvolvimento social. Isso é resultado de um longo e intenso trabalho de diferentes esferas comprometidas com a causa, organizações de mulheres, movimentos feministas, comunidades acadêmicas, Organizações das Nações Unidas, instituições financeiras internacionais e organizações não governamentais (VALLE, 2010).

De acordo com Butto e Leite (2011), no Brasil, as mulheres rurais correspondem a metade da população rural, são ao todo mais de 15 milhões de mulheres rurais, dentre as quais, uma parte significativa não ter acesso a direitos básicos, educação ou documentação, tampouco são devidamente reconhecidas como agricultoras.

As reivindicações das agricultoras têm ganhado novos contextos com o passar dos anos, a partir do final dos anos 1980, as principais reivindicações pautavam-se na igualdade de direitos à terra na política de reforma agrária, acesso à previdência social, reconhecimento profissional, direito de se sindicalizar e serem incluídas no bloco de notas fiscais do produtor rural. Nos anos mais recentes entraram na pauta de suas reivindicações temas mais específicos, como acesso ao crédito, às políticas de comercialização e assistência técnica especializada, à segurança alimentar e nutricional familiar e à agroecologia (BUTTO; LEITE, 2011).

A criação de um organismo governamental em nível federal auxiliou no atendimento às demandas das agricultoras, a Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres (SPM), criada em 2002, como um órgão vinculado ao Ministério da Justiça e, a partir de 2003, elevada ao *status* de ministério. A este órgão cabe a tarefa de coordenar políticas de diferentes ministérios e demais órgãos federais, estimular a participação e controle da sociedade civil e firmar ações conjuntas com Governos Estaduais e locais. Também foram criadas institucionalidades de gênero no interior do Ministério da Saúde e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). No MDA foi criado o Programa de Ações Afirmativas, cujas ações são financiadas via cooperação internacional e que viabilizou uma pequena assessoria com a elaboração de medidas que facilitassem a participação das mulheres nas políticas públicas de desenvolvimento rural. Em 2003, no governo Lula, visando à promoção de ações transversais, foi criada a Assessoria Especial de Gênero, Raça e Etnia (AEGRE), com distintas secretarias do Ministério e das Superintendências Nacionais do INCRA (BUTTO; LEITE, 2011).

> As institucionalidades e as políticas voltadas à promoção da igualdade de gênero no campo são muito recentes, se encontram num momento de consolidação e ainda necessitam ganhar escala, processo que também deve ser acompanhado do fortalecimento da agenda econômica na organização dos movimentos sociais de mulheres indo além da formulação de demandas (BUTTO; LEITE, 2011, p. 20).

A seguir serão explicadas mais detalhadamente as políticas públicas estudadas neste trabalho, seus objetivos, a operacionalidade das mesmas, bem como os resultados obtidos através da participação das assentadas da OMAT.

3.2. Pronaf Mulher

O Pronaf-Mulher é uma das modalidades do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, direcionada exclusivamente às agricultoras familiares, assentadas, arrendatárias, parceiras, meeiras, pescadoras artesanais extrativistas e quebradeiras de côco, que possuam renda anual bruta a partir de R$ 2.000,00, o valor do financiamento pode chegar até o limite de R$ 36.000,00 (MDA, 2012).

O contexto de criação do programa remete à verificação, em 2001, pelo Programa de Ações Afirmativas do MDA, de que o crédito rural para as mulheres não ultrapassava 10% do total concedido. Foi então criada a Portaria nº 121 de 22 de maio de 2001, que estabelecia que, no mínimo de 30% do Pronaf, deveria ser destinado preferencialmente às agricultoras. A alteração não surtiu mudanças, sendo então criado no Plano Safra 2003-2004, o Pronaf-Mulher, a princípio não se tratava de uma linha de crédito específica, mas de um sobreteto, um valor adicional de 50% no montante de recursos das linhas C e D (BRASIL, 2005).

O Pronaf-Mulher prevê o acesso à linha de crédito para investimento para agricultoras, cujos valores estão distribuídos de acordo com cada categoria: Grupo A – mulheres integrantes de unidades familiares assentadas de reforma agrária ou beneficiárias do crédito fundiário. Grupo A/C – mulheres egressas do Grupo A ou do PROCERA. Grupo B – agricultoras familiares com renda bruta anual de até R$ 4 mil. Grupo C – agricultoras familiares com renda bruta anual acima de R$ 4 mil e até R$ 18 mil. Grupo D - agricultoras familiares com renda bruta anual acima de R$ 18 mil e até

R$ 50 mil. Grupo E – agricultoras familiares com renda bruta anual acima de R$ 50 mil e até R$ 110 mil.

Essa política foi criada no Plano Safra 2003/2004, porém, só se tornou uma linha de crédito específica no Plano Safra 2004/2005. O programa visa fornecer crédito às pequenas agricultoras, enquadradas no Pronaf, independentemente de sua condição civil. O investimento pode ser solicitado individualmente ou em grupo (para aquisição de máquinas e implementos agropecuários e estruturas de armazenagem, de uso comum) (MDA, 2012).

Quanto à participação no programa pelo país, a princípio, foram realizados 2.486 contratos em 2005, totalizando um montante de R$ 21.585.505,00 emprestados, sendo distribuído regionalmente da seguinte forma: o Sul passou a responder por 50,9% das operações, seguido pela região Nordeste (21,4%) e o Centro-Oeste com 17% (BRASIL, 2005).

Há uma série de problemas que dificultam a ampliação dos financiamentos do Pronaf Mulher, como:

> [...] em relação às condições prévias de acesso ao crédito: a terra, a infra-estrutura, a ausência de documentação, as relações familiares e o endividamento das famílias agricultoras; do crédito em si como a sua normatização, as garantias exigidas, a disponibilidade dos recursos; das relações institucionais entre agentes financeiros, sindicatos rurais, bancos, empresas de assistência técnica e sua relação com as mulheres trabalhadoras rurais, bem como do nível de informação disponível sobre o Pronaf (BRASIL, 2005, p. 32).

Rosa (2011), em estudo sobre o Pronaf Mulher no Assentamento Guanabara em Amambai, no Mato Grosso do Sul, afirma que embora o Pronaf-Mulher tenha surgido a partir de reivindicações das agricultoras e de suas organizações, o programa ainda não propiciou mudanças consideráveis na vida das mulheres rurais. O autor menciona que as mulheres do município estudado souberam do programa através do MMC; ao procurarem a assistência técnica, os técnicos desconheciam o programa, e quando buscaram a agência bancária, sofreram com o desinteresse da gerente. A gerente vinculou a dívida do esposo com o Pronaf-Mulher, e então o limite de créditos das famílias foi ultrapassado.

Menegat e Farias (2010), pesquisadoras que também se dedicaram ao Pronaf-Mulher no Mato Grosso do Sul, identificaram um total de 36 beneficiárias em três assentamentos estudados. As autoras verificaram que a maioria das beneficiárias

utilizou os recursos do programa para financiar a compra de matrizes leiteiras. Outros investimentos em menor quantidade foram: a aquisição de equipamentos para a montagem de pequenas indústrias de processamento de carne de frango e mandioca, e equipamentos para a instalação de unidades de produção de massas e biscoitos.

As autoras ressalvam que, apesar dos projetos se direcionarem para a produção de itens que culturalmente são atribuídos a mão-de-obra feminina, como a criação de pequenos animais (aves), produção de mandioca, pães e biscoitos, essas mulheres têm a oportunidade de agregar valores de processamento/industrialização à sua produção, além de aprenderem a administrar o investimento em termos empresarial e contábil (MENEGAT; FARIAS, 2010).

O Pronaf-Mulher foi pensado como uma extensão do Pronaf, por isso Menegat e Farias (2010) defendem que o programa deve ser desvinculado do primeiro programa, para evitar que se reproduzam situações de subserviência das mulheres em relação aos homens, para que os interesses desses últimos não prevaleçam em primeiro plano.

Alves (2006), que se dedicou ao estudo do Pronaf-Mulher no oeste do Rio Grande do Norte, também verificou o desconhecimento por parte dos funcionários de agências bancárias sobre a existência do programa, muitos inclusive, reproduziam preconceitos em relação às mulheres, menosprezando a capacidade e iniciativa das mesmas. Em seu estudo, a autora ainda constatou a falta de apoio das associações e dos sindicatos rurais às iniciativas das mulheres. Outra questão importante apontada em seu estudo diz respeito à DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf):

> Um elemento de natureza prática, mas que também tem a ver com a forma como a mulher trabalhadora rural é vista é a questão da DAP. É interessante destacar a questão relativa a DAP – declaração de aptidão ao PRONAF- que muitas mulheres encontram dificuldade de conseguir, destacando-se a morosidade, a falta de estrutura dos órgãos que a emitem para atender o aumento da demanda, o que se fundamenta em grande medida numa visão de que as mulheres não são consideradas agricultoras de fato e portanto não podem ser de direito (ALVES, 2006, s/n).

Na pesquisa realizada por Alves (2006), a autora observou que um dos efeitos da participação das mulheres nos investimentos do programa é a tendência de alguns homens passarem a se desresponsabilizarem pelo sustento familiar, deixando apenas para o encargo das mulheres. Ademais, ela salienta que o Pronaf Mulher ainda apresenta vários entraves, desde a divulgação, o acesso ao recurso até a aplicação do mesmo, já

que não há orientação adequada para instruir as mulheres sobre as possibilidades de investimentos.

São apontados como principais dificuldades para as mulheres obterem o Pronaf, a falta de documentação básica e de título de propriedade da terra. Há ainda casos nos quais o endividamento do esposo é desconhecido pelas mulheres, o que as impossibilita de fazerem a solicitação, já que o Pronaf visa ao atendimento da unidade familiar, tendo um beneficiário que a represente, a legislação brasileira prevê que dívidas em família constituídas por um casal são de responsabilidade compartilhada, mesmo que algum membro desconheça a dívida. Outro empecilho, já mencionado, diz respeito à Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), pois apenas um titular representa toda a família (BRASIL, 2005).

Em relação à DAP, no Plano Safra 2004/2005, o documento, que é obtido via sindicatos, empresas estaduais de assistência técnica e extensão rural e outros órgãos credenciados, passou a ser feito obrigatoriamente em nome do casal, visando incentivar a participação das mulheres no programa (BRASIL, 2005). Ainda assim, é raro encontrar famílias que possuam a DAP no nome do casal.

No caso estudado, isso ficou evidente na fala de um entrevistado, funcionário da Secretaria municipal da Agricultura em Euclides da Cunha Paulista, durante o trabalho de campo:

> **Entrevistado:** Para emitir a DAP aqui a gente pede o RG, o CPF, o talão do produtor, pede o imposto de renda, são cinco ou seis documentos, tem uma listinha aqui que a gente tem, deve estar rodando por aí, mas a princípio mesmo os mais requisitados são esses: o RG, o CPF, o talão produtor, uma cópia do projeto. Normalmente quando vai pedir a DAP é para mandar o projeto, né? E o imposto de renda para ver se a renda dele é maior como produtor, se ele não tem uma renda terceirizada que pode ser maior que a renda dele de produtor. **Entrevistadora:** Mas geralmente essas pessoas para as quais vocês emitem a DAP, elas procuram por quê? Por causa do PRONAF ou pra participar do PAA? **Entrevistado:** Olha, é pra tudo um pouco, mas geralmente a maioria é justamente para programas de financiamento. **Entrevistadora:** E a maioria das DAP emitidas assim, no geral, você acha que são para homens ou para mulheres? Por que a DAP é uma por família, né? **Entrevistado:** É uma por família. Não, *quem procura mais é homem ainda*. (Maurício, funcionário da Secretaria Municipal da Agricultura de Euclides da Cunha Paulista, entrevista realizada em 29 de Julho de 2014).

Quanto à utilização do Pronaf-Mulher em Euclides da Cunha Paulista, o técnico do ITESP afirmou que, aproximadamente dez mulheres já conseguiram o financiamento, foram poucas e os contratos são referentes ao ano de 2008, todavia, nenhuma mulher da OMAT foi contemplada. Segundo ele, cada beneficiada do município recebeu um valor em torno de R$ 3.000,00 e a maioria delas investiu na aquisição de gado leiteiro. Na época, os responsáveis pelo financiamento alegavam que se o marido tivesse dívidas, a esposa não poderia ser beneficiária do mesmo.

Nota-se um descontentamento por parte da presidenta em relação a essa política:

> *Esse Pronaf-Mulher, ninguém vê ele, não, filha. Isso aí ficou só no* papel. *Isso aí só colocaram "Mulher" no meio.* Acho que aqui pelo Itesp de Euclides só umas duas ou três que acessaram, que eu conheço, elas são do Gleba XV. *Eu fui atrás, mas era muita burocracia, emperravam nas contas do marido, porque o marido é o titular do lote e não sei o que lá, e ficava nessa história*. Falavam que se o marido tivesse dívidas a mulher não poderia fazer o empréstimo, mas eu conheço mulheres que o esposo devia e que mesmo assim conseguiram. Eu e meu marido já usamos o Pronaf-investimento, conseguimos R$ 22.000,00, usamos para comprar gado no ano passado (figura15). Mas aqui a maioria do povo não gosta de mexer com essas coisas, a maioria das famílias usou o Procera, no passado. Se falar em financiamento coletivo para as mulheres da associação elas batem na gente! (Maria Glória, entrevistada em 13 de Janeiro de 2014).

Foto 15. Criação de gado leiteiro em lote do Assentamento Euclides da Cunha Paulista

Foto: Larissa Araujo Coutinho de Paula/ Trabalho de Campo/ 2014.

Apesar de o Pronaf possuir uma linha de crédito específica para a mulher, prevalece uma lógica desigual de gênero, já que o valor de crédito disponível para as mulheres é inferior ao valor destinado à linha geral de financiamento do Pronaf (geralmente acessada pelo público masculino). E ainda, pelo Pronaf contemplar a família, quando um membro acessa uma linha de crédito, os outros membros são automaticamente impedidos de solicitar outro recurso durante a vigência do financiamento (ALVES, 2005; LISBOA; LUSA, 2010).

Esse empecilho foi evidenciado durante as entrevistas com as agricultoras da OMAT:

> Muitas mulheres daqui já foram atrás do Pronaf-mulher, mas aí chega no banco o marido tinha dívidas, e se o marido deve, a mulher não pode pegar o financiamento. Eu já pensei em pegar, mas aí já tinha a dívida no nome do meu marido, do Pronaf comum, aí eu nunca fui atrás, sempre eu escutava que as outras iam procurar, mas que nunca dava certo. Uma vez mesmo eu estava no banco e uma mulher lá foi pegar, e aí por causa de uns troquinhos que o marido dela tinha em débito, ela não pegou (Maria Conceição, entrevistada em 30 de Julho de 2014).

Foi possível constatar que, infelizmente, embora 85% (17 pessoas) das famílias entrevistadas tenham utilizado o Pronaf para realizar investimentos agropecuários, apenas 30% (14 pessoas) afirmaram conhecer o Pronaf-Mulher, e ainda assim, trata-se de um conhecimento muito superficial sobre o que é o programa. Todas as famílias que utilizaram o Pronaf tinham como titular do financiamento o esposo e utilizam o recurso para a aquisição de gado, principalmente.

Nas falas a seguir é explícito o descontentamento e indignação das assentadas diante de um direito que dispõem, porém não têm acesso:

> Então, eu mesma aqui, eu nunca ouvi dizer que foi feito isso, não. *Então eu nem sei se tem também, esse recurso só para as mulheres aqui*... Mas é bom né, a gente saber, mas às vezes tem tanta burocracia que você nem consegue acessar isso aí sabia? *Direito a gente tem, mas...a "burrocracia" né, porque não é nem burocracia é "burrocracia" mesmo* (Maria Regina, entrevista realizada em 30 de Julho de 2014).

> Pronaf-Mulher?! Hum... eu já vi passar algo sobre isso na televisão, às vezes passava pela televisão, mas só pela televisão. *Acho que é uma dessas coisas bonitas que a gente só vê no papel* (Maria Isabel, entrevista realizada em 31 de Julho de 2014).

Além da oportunidade de utilizar o recurso de um empréstimo, esses programas deveriam ter um acompanhamento, ou uma instrução inicial, explicando as possibilidades de aplicação do dinheiro. O que mais se observa entre os pequenos agricultores é a utilização do Pronaf para aquisição de bovinos, tanto para corte quanto para a produção de leite. É compreensível que isto ocorra, é algo cultural, pois as famílias têm o gado como uma reserva de valor para crises financeiras. No entanto, é justo que saibam que há outras possibilidades. Essa ideia de utilização do Pronaf para a aquisição de bovinos já está tão arraigada que uma entrevistada, ao ser questionada sobre ter ou não utilizado o Pronaf, respondeu: "O Pronaf? Você está falando daquele programa para compra de gado, né? A gente usou sim!" (Maria Cláudia, entrevista realizada em 01 de Agosto de 2014). A assentada disse que ela e o esposo, em comum acordo, utilizaram o financiamento para a aquisição de gado leiteiro, mas que o empreendimento não deu certo, e tiveram que vender os animais, antes mesmo de quitarem a dívida.

3.3. Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural

O Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR) foi criado em 2004, com o objetivo de garantir a cidadania das trabalhadoras rurais via a emissão gratuita de documentos civis e trabalhistas e de acesso aos direitos previdenciários, por meio de mutirões de documentação. A importância dessa política consiste no fato de que a posse de documentação é uma condição básica para o acesso a qualquer outra política pública (MDA, 2012).

Todo indivíduo sem documentação tem sua cidadania comprometida. Através do subregistro de nascimento, é possível ter ideia da dimensão desse problema no contexto brasileiro. Em 2007, 12,2% dos bebês nascidos no país não tiveram seu nascimento registrado em cartório. Os maiores números de subregistro de nascimentos estão no Norte e no Nordeste, e a maior estimativa de bebês sem certidão de nascimento foi detectada em Roraima: 43% (BRASIL, 2010).

Os motivos que contribuem para essa situação são: a dispersão dos órgãos emissores e a quantidade de documentos a serem emitidos, desconhecimento da população sobre direitos civis e trabalhistas, distância dos centros urbanos (área onde se

concentram os órgãos emissores de documentos), custos de emissão etc. (BRASIL, 2010).

Segundo Busanello (2009), o PNDTR emite a documentação gratuita dos seguintes documentos: Carteira de Identidade, Cadastro de Pessoa Física, Carteira de Trabalho e Previdência Social, Registro no Cadastro do Instituto Nacional de Seguridade Social, Carteira de Pescadora. Caso haja demanda de atendimento do público masculino, os serviços serão garantidos desde que suprida toda a demanda de atendimento das mulheres.

O PNDTR é operacionalizado por meio de parcerias governamentais entre: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Ministério da Justiça (MJ), Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH), Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Secretarias de Segurança Pública dos Governos Estaduais, Receita Federal, Caixa Econômica Federal e Banco do Nordeste. E também via parceria junto aos movimentos sociais: Secretaria Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), Secretaria da Mulher Extrativista, Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE), Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF), Setor de Gênero do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) (BRASIL, 2010).

A partir dos anos 1990, surgiu uma nova demanda dos movimentos sociais, reivindicada principalmente pelas mulheres, a documentação, que se constituiu num processo elementar para a cidadania (BUSANELLO, 2009).

Em 1997, foi lançada a campanha “Nenhuma Trabalhadora Rural sem Documentos”, realizada pela Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR), através da mesma, ocorreram os primeiros mutirões de documentação no país (BUSANELLO, 2009).

Com a manifestação “Marcha das Margaridas”, a reivindicação por documentação foi ampliada. Isso porque, de acordo com Busanello (2009, p. 2):

> [...] sem documentos elas não preenchiam os requisitos para o cadastro das acampadas e, portanto, não se habilitavam para a seleção das famílias, não conseguiam acessar o crédito através do Pronaf, não tinham acesso aos benefícios da Previdência Social, encontravam dificuldades para serem atendidas em estabelecimentos de saúde, educação, não podiam assinar contratos, abrir contas bancárias, dentre outras dificuldades. E para piorar a situação, uma mulher sem documentos ficava ainda mais limitada aos vínculos familiares, porque dependia da representação de outras pessoas (pai, irmãos, marido, vizinhos, etc.) para poder formalmente se manifestar, como por exemplo, assinar contratos ou outros documentos.

Em meio a esse contexto é que foi criado pelo Governo Federal o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR). O programa é coordenado pela Assessoria Especial de Gênero, Raça e Etnia do MDA juntamente com a Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento e do INCRA. Em sua execução, o programa integra a ação de organismos do Governo Federal, de governos estaduais, por meio das Secretarias de Segurança Pública, articulados em Comitês Gestores Nacionais e Estaduais (BUSANELLO, 2009).

No nível estadual, o PNDTR é operacionalizado pelas Delegacias Federais do Desenvolvimento Agrário e Superintendências Regionais do INCRA, que possuem a atribuição de executar os mutirões itinerantes e coordenar o Comitê Gestor Estadual. É o Comitê que realiza a análise da demanda por documentação nos respectivos Estados e faz o planejamento dos mutirões (BUSANELLO, 2009).

O objetivo do programa consiste em:

> [...] assegurar às mulheres da agricultura familiar, acampadas, assentadas da reforma agrária, atingidas por barragens, quilombolas, pescadoras artesanais, extrativistas e indígenas, o acesso aos documentos civis e trabalhistas, de forma gratuita e nas proximidades de moradia, através de mutirões itinerantes (BUSANELLO, 2009, p. 3).

Além disso, o PNDTR foi institucionalizado com o objetivo de articular diversos agentes públicos e a sociedade civil, contribuindo para reforçar o aspecto de política de desenvolvimento territorial do Programa Territórios da Cidadania (SOUZA; HESPANHOL, 2012).

Os mutirões do programa fazem parte de um conjunto de ações do governo federal com foco nos 120 municípios dos Territórios da Cidadania, a maioria das demandas concentra-se nas regiões Norte e Nordeste (BRASIL, 2010).

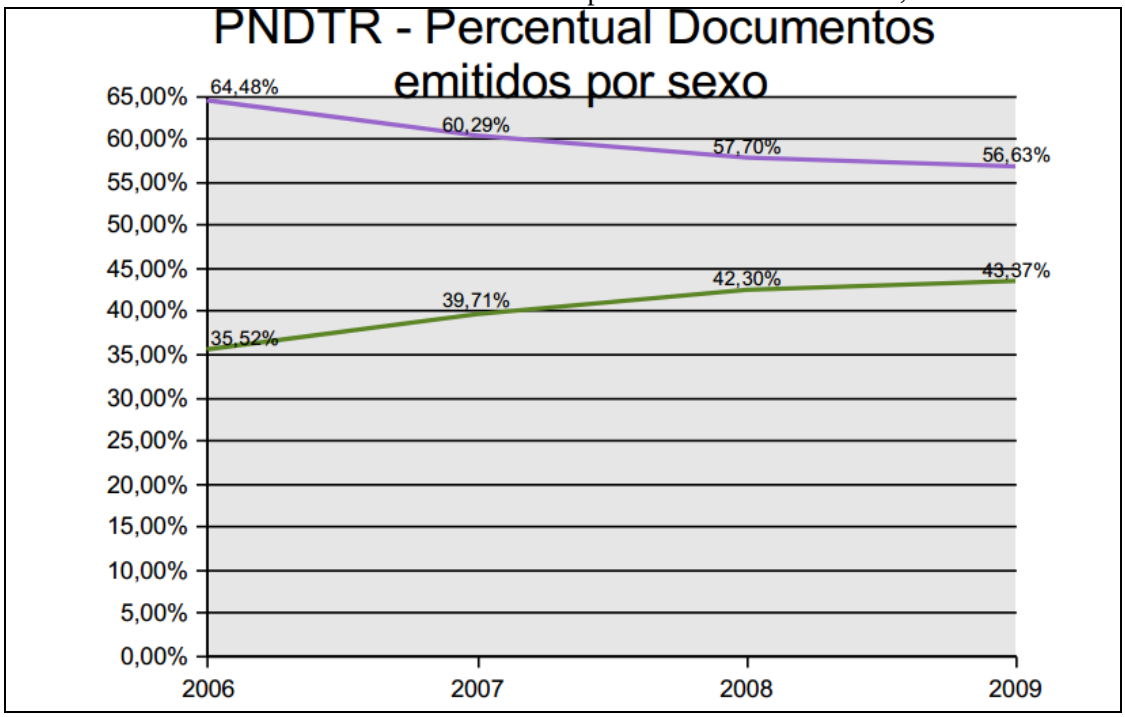
Souza e Hespanhol (2012) ressaltam a importância do PNDTR no alcance da cidadania das mulheres rurais, pois, através da documentação pessoal podem acessar recursos de outros programas de inclusão social, como por exemplo, o Bolsa Família. Além da emissão de documentos, o programa ainda prevê ações educativas, para esclarecer as beneficiárias sobre o uso dos documentos e como participar das demais políticas para as famílias rurais.

Os mutirões são realizados nas comunidades quilombolas e nos assentamentos rurais. O PNDTR também atua através de Unidades Móveis de Atendimento, o Expresso Cidadã, levando serviços de emissão de documentos até as trabalhadoras rurais, agilizando e facilitando a entrega dos documentos. O Expresso Cidadã conta com uma infraestrutura de veículos equipados com acesso à internet (SOUZA; HESPANHOL, 2012).

Em pesquisa em nível nacional, foi averiguada a execução do PNDTR entre os anos de 2006 e 2009. Em 2006, o total de documentos emitidos para mulheres foi de 97.098 (64,48%) e para homens 53.497 (35,52%). Já em 2009 (até o segundo trimestre anual) 178.776 (56,63%) mulheres obtiveram documentação através do programa, e 136.937 homens (43,37%) também foram contemplados. A região na qual houve o maior número de emissão de documentos foi o Nordeste (BUSANELLO, 2009).

Todavia, em termos percentuais, a autora conclui que, apesar do aumento gradativo de documentos emitidos ao longo dos anos, esse aumento não se refletiu no percentual de mulheres atendidas com documentos civis e trabalhistas, pelo contrário, houve uma redução no quantitativo de documentos emitidos para mulheres. Isso pode ser observado no gráfico elaborado pela autora supracitada, no qual a linha lilás refere-se à execução anual de documentos femininos, e a linha verde aos masculinos.

Gráfico 1. Percentual de Documentos emitidos por sexo em nível estadual, de 2006 a 2009



Fonte: BUSANELLO, 2009.

Busanello (2009) aponta como principais obstáculos encontrados pela população rural no acesso à documentação: a falta de capilaridade dos órgãos, as distâncias de suas residências até a sede dos órgãos emissores, a cobrança de taxas e a comprovação de imagem através de fotografias. Daí a importância do programa, pois através dos mutirões itinerantes, a emissão é executada gratuitamente, nas áreas rurais, próximas às moradias das famílias:

> Em termos estritamente legalistas e constitucionais, homens e mulheres são iguais perante a lei, entretanto, sabemos que a letra da lei não é transposta/implementada integralmente na prática. Ainda existem enormes desigualdades entre mulheres e homens, e para que esse quadro seja revertido é preciso atuar de forma diferenciada (BUSANELLO, 2009, p. 10).

Algo interessante é que o machismo está tão arraigado socialmente e juridicamente que, além de todas as adversidades colocadas para que as mulheres obtenham a documentação, há normas legais que também as prejudicam.

O estado civil da mulher determina a emissão da Carteira de Identidade, pois mulheres casadas, viúvas ou divorciadas, devem obrigatoriamente, apresentar a Certidão de Casamento, porém, a exigência não é válida para os homens (BRASIL, 2010).

A filiação sindical era direito exclusivo dos homens até os anos 1980, e as mulheres rurais só poderiam sindicalizar-se pela carteira do pai, do marido ou do irmão. Ainda é comum quando emitem a Carteira de Trabalho e Previdência Social, algumas mulheres se declararem como donas de casa e não como agricultoras. A comprovação do exercício da atividade rural pode ser feita com um dos seguintes documentos: contrato de arrendamento contemporâneo, parceria ou comodato rural; comprovante de cadastro do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); bloco de notas de produtor rural e/ou nota fiscal de venda realizada por produtor rural; declaração de sindicatos de trabalhadores rurais, de pescadores ou colônia de pescadores devidamente registrada no Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA), como também declaração fornecida pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), homologada pelo INSS (BRASIL, 2010).

As trabalhadoras rurais também são cadastradas na Previdência. Elas se enquadram como seguradas especiais, ou seja, que produzem em regime de economia familiar, sem utilização de mão-de-obra assalariada. As seguradas especiais e seus dependentes têm direito a auxílio-doença, aposentadoria por invalidez, aposentadoria por idade, salário-maternidade, pensão por morte, auxílio-reclusão e auxílio-acidente (BRASIL, 2010).

Algumas declarações contidas na II Revista do Programa Nacional da Documentação da Trabalhadora ilustram a importância do programa. Uma beneficiária afirma que: “Para tirar o RG (Registro Geral), eu teria que gastar quase R$ 30,00 com foto e passagem de ônibus para o município de São Raimundo Nonato (Piauí) (a mais de 40 quilômetros de casa). Com o mutirão, recebi o documento em pouco tempo e sem pagar nada. Esse programa é bom demais” (BRASIL, 2010, p. 21).

Uma funcionária comenta que: “algumas mulheres têm as mãos tão calejadas pelo trabalho pesado que é complicado fazer a leitura da digital. Chegam cansadas, queimadas do sol. Quando entregamos a Carteira de Identidade é uma alegria. Elas se tornam cidadãs de verdade” (BRASIL, 2010, p. 25).

Em relação ao Pontal do Paranapanema, ocorreram em 2006 mutirões nos municípios de Teodoro Sampaio e de Presidente Epitácio; e em 2007 um mutirão no município de Rosana, sendo que assentadas e assentados da região sem documentação foram transportados até essas cidades. Em Euclides da Cunha Paulista, apenas 10 famílias participaram, obtendo documentos como Registro Geral (RG) e Cadastro de

Pessoas Física (CPF), porém, os funcionários de órgãos públicos entrevistados nos trabalhos de campo não souberam informar se alguma mulher do Assentamento foi beneficiada. Estava previsto para o mesmo ano um mutirão no município de Euclides da Cunha Paulista, mas na época, segundo o técnico da Casa da Agricultura entrevistado, a prefeitura não forneceu apoio para sua realização.

Nas entrevistas, apenas uma mulher afirmou ter obtido documentação através do programa: "Eu conheço esse programa, uma vez fui em Rosana, para fazer alguns documentos para o meu filho. Mas não conheço mais ninguém do assentamento que foi, aqui não tem muito problema com isso, de falta de documento" (Maria Joana, entrevistada em 31 de Julho de 2014).

Dentre as assentadas entrevistadas, apenas três mulheres afirmaram ter conhecimento da existência do programa.

3.4. Programa Bolsa Família

O Programa Bolsa Família (PBF) foi criado pela Lei 10.836 de 9 de janeiro de 2004 e regulamentado pelo Decreto 5.209 de 17 de setembro de 2004. É um programa de transferência direta de renda com condicionalidades, que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza. De acordo com Art. 18 do Decreto 5.209 que regulamenta o Bolsa Família, as famílias em situação de pobreza e extrema pobreza são aquelas que possuem renda familiar mensal *per capita* de até R$ 140,00 (Cento e quarenta reais) e R$ 70,00 (Setenta reais), respectivamente (SOUZA; HESPANHOL, 2011).

O Bolsa Família é considerado o maior programa de transferência de renda do mundo e é utilizado como estratégia pelo Governo Federal no combate à pobreza, funcionando através da transferência de renda aos grupos mais pobres da população (SILVA, 2014).

A mulher é a beneficiária responsável pelo recurso da política. De forma similar aos demais países da América Latina, a partir dos anos 1990 passaram a implementar políticas de combate à pobreza, cujo benefício é condicionado às exigências nas áreas de educação e saúde. De forma que as famílias beneficiadas tenham que manter obrigatoriamente crianças e adolescentes de seis a quinze anos com frequência escolar

de, no mínimo, 85% das aulas por mês; quanto à saúde, as crianças menores de sete devem estar com a vacinação em dia, tendo seu crescimento e desenvolvimento comprovado. As mulheres de quatorze a quarenta e quatro anos, gestantes ou não, também fazem acompanhamento de saúde (SILVA, 2014).

O programa prioriza as mulheres como beneficiárias devido ao fato de que elas investem o benefício na família e nos filhos, diferentemente dos homens, que costumam destinar o recurso para si próprios. Esse pensamento reforça a vinculação da identidade feminina com a maternidade, apesar de recentemente, as mulheres serem orientadas para o mercado de trabalho (SILVA, 2014).

A pesquisa de Silva (2014) sobre o PBF em Vila Barca, na Região Metropolitana de Belém, indica que a maioria das beneficiárias do programa não concluiu o ensino fundamental, ou seja, tiveram menores oportunidades de estudo, levando à conclusão de que o programa está reafirmando as funções maternais à mulher, desestimulando que a mulher vivencie outras experiências no âmbito público (SILVA, 2014).

Esses são os paradoxos existentes no programa, pois se, por um lado, prevê a autonomia financeira (ainda que pequena) e um poder de compra e de consumo às mulheres beneficiárias, por outro, não incorpora o rompimento com a vinculação da mulher às atividades domésticas (SILVA, 2014).

Por isso Silva (2014) propõe que o programa deveria, além de conceder recursos, executar uma política de formação e qualificação para que as mulheres busquem a inserção no mercado de trabalho.

Um programa semelhante ao Bolsa Família é operacionalizado no México, o Programa Oportunidades. Trata-se de um programa de cunho federal, criado em 1997, com o objetivo de combater a pobreza, intermedia ações da Secretaria da Educação, da Secretaria da Saúde, do Instituto Mexicano de Seguridade Social e da Secretaria de Desenvolvimento Social, e Governos Estaduais e Municipais. Esse programa concede uma transferência econômica para mulheres rurais, com a exigência de que as mesmas assistam palestras, ou prestem serviços de limpeza em postos de saúde, ruas, parques, praças etc.

Para Espinosa (2011), que estudou o Programa Oportunidades, este não tem sido uma medida eficaz no combate à pobreza, tampouco tem servido para fortalecer a posição das mulheres na família e na comunidade, pois o programa apenas utiliza a

mulher para que a transferência chegue à família, eximindo os homens das responsabilidades com a casa e os filhos, reforçando o estereótipo da mulher rural restrita ao espaço doméstico, funcionando como um meio de controle pessoal e social sobre as mulheres.

Uma questão interessante levantada pela autora supracitada é a de que a distribuição de dinheiro para as mulheres nem sempre significa uma maior equidade de gênero. Um exemplo diz respeito ao destino dos programas de planejamento familiar e de seus recursos financeiros, que majoritariamente são atribuídos às mulheres, de modo a reforçar que a responsabilidade e os riscos que implicam no uso de contraceptivos às mulheres. Se essas políticas fossem pensadas e elaboradas desde o início sob uma perspectiva de gênero, entenderia que o planejamento familiar é responsabilidade do casal, do homem e da mulher. A mesma situação ocorre nos programas de combate à pobreza, que ao atribuírem às mulheres a responsabilidades pelas despesas domésticas e os cuidados com os filhos, reforçam a desigualdade entre homens e mulheres (ESPINOSA, 2004).

Essa associação das mulheres com a pobreza na agenda política é explicada por Cos-Montiel (2000). Segundo o autor, as mulheres de países tidos como de "terceiro mundo", quando eram de alguma forma consideradas pelas agencias internacionais, sempre foram atreladas à pobreza, sendo consideradas como um obstáculo para o desenvolvimento. Nas palavras do autor: "Las mujeres del tercer mundo eran vistas como "especímenes exóticos, víctimas oprimidas, objeto sexuales o los miembros más atrasados e ignorantes de las sociedades 'atrasadas'" (COS-MONTIEL, 2000, p. 35).

Esse discurso foi incorporado por aqueles que elaboram políticas públicas nos países mais pobres, de uma forma acrítica e, em muitos casos, interpretando a mulher como um impedimento à modernidade e ao desenvolvimento (COS-MONTIEL, 2000).

De acordo com Stromquist (2006), que estudou a incorporação do conceito de gênero em políticas públicas na América Latina, na atualidade existem muitos discursos nacionais a favor da questão de gênero, visando atrelar a mulher ao desenvolvimento, no entanto, raramente esses discursos reconhecem a perspectiva feminista. Além disso, muitas vezes aqueles que elaboram as políticas públicas se esquecem que ainda é forte a presença do patriarcado:

> El patriarcado no se refiere solamente al poder que los hombres derivan de su papel tradicional como jefes de familia, sino también de los beneficios y privilegios que el Estado les otorga mediante distribuciones diferenciadas en múltiples áreas de la vida social, económica y política (STROMQUIST, 2006, p. 15).

Nesse contexto, surgiu o termo feminização da pobreza, porém, a condição subordinada de muitas mulheres não se limita apenas ao plano econômico, pois há mulheres que não estão em situação de pobreza extrema, mas passam por outros tipos de problemas, como a violência familiar, a inseguridade pessoal, a escassez de oportunidades educacionais e profissionais etc. (COS-MONTIEL, 2000).

Cos-Montiel (2000) afirma que é perigoso associar a pobreza às mulheres, pois cria-se a ideia de que a pobreza da mulher é resultado de sua incapacidade de integrar-se ao processo de desenvolvimento, desconsiderando-se as barreiras estruturais mais amplas que afetam esse processo. É necessário estimular a criação de projetos e políticas que de fato gerem impacto na equidade de gênero, não programas que reforçam ainda mais a divisão sexual do trabalho e, consequentemente, a subordinação feminina.

As críticas às políticas de transferência de renda que utilizam a mulher como intermediadora se baseiam no fato de que as mesmas priorizam a redução da desigualdade econômica e não a desigualdade entre homens e mulheres, partindo do pressuposto da falta de acesso das mulheres ao capital, ao crédito, à propriedade, porém acabam reduzindo a igualdade de condições de gênero à problemática da pobreza (VALLE, 2010).

> El diseño y soluciones solamente para mujeres sin introducir acciones deliberadas dirigidas a desaparecer la desigualdad surgida de la diferencia sexual, deja intacto el poder y con ello “se empuja a las mujeres a un círculo de cambio sin transformación (VALLE, 2010, P. 33).

Em Euclides da Cunha Paulista, foi destinado um valor de R$ 1.847.659,00 para a transferência a beneficiários do programa Bolsa Família. No assentamento estudado, foi possível verificar que essa política, apesar de todas as limitações e contradições apresentadas pela bibliografia, é valorizada pelas mulheres beneficiárias, principalmente por representar uma autonomia, financeira, pois com o recurso do programa não precisam mais consultar o marido antes de adquirir os produtos que desejam.

> **Entrevistadora:** A senhora recebe Bolsa Família ou já recebeu? **Entrevistada:** Eu recebia, mas foi cortado. **Entrevistadora:** Por que foi cortado? **Entrevistada:** Porque meu filho trabalha, mas ele é dependente, né? Não deveria ter cortado porque ele é dependente. **Entrevistadora:** E ajudava a senhora, o que a senhora tem a dizer a respeito do Bolsa Família? **Entrevistada:** Ajudava, a minha Bolsa Família me ajudava. **Entrevistadora**: A senhora usava pra quê? **Entrevistada:** Ah, a pessoa precisa, uma mulher não precisa comprar o que ela tem vontade? Aí então, mesmo que eu ganhasse aqueles setenta reais me ajudava, aí quando foi ontem que eu fui ver me deu uma tristeza, quando passo lá estava cortado. [...] **Entrevistadora**: E teve alguma coisa assim, que a senhora queria muito comprar e conseguiu comprar com o dinheiro do Bolsa Família? **Entrevistada:** Teve, sim. Mas agora que cortaram, eles (marido e filhos) vão ter que pagar sozinhos. **Entrevistadora:** O quê? **Entrevistada:** Uma panela (risos). **Entrevistadora:** Alguma outra coisa que a senhora comprou pra senhora mesma? **Entrevistada:** Às vezes alguma roupa, calçado... *É ruim ficar pedindo dinheiro para o marido, filha. Por mais que você trabalha, mas é ruim, ele pergunta para quê você quer aquele dinheiro, precisa dar explicação* (Maria Isabel, entrevista realizada em 31 de Julho de 2014).

Entre o total de assentadas que foram entrevistadas, seis (30%) mulheres são beneficiárias do programa e outras seis (30%) disseram que já foram contempladas pela política, embora não recebam mais. A avaliação de todas as mulheres, sem exceção, com relação ao programa é bastante positiva. A maioria delas vê a possibilidade de utilizar o recurso para adquirir alimentos, gás, utensílios domésticos, medicamentos, material escolar, roupas e calçados para os filhos, ou ainda o pagamento de contas, como a de energia elétrica, como se pode observar nos seguintes trechos de falas das entrevistadas:

> Eu tinha o Bolsa Família, agora eu não recebo mais, eu fiquei muito abalada quando cortaram o meu bolsa família, porque era o dinheiro que eu pagava energia, comprava meu gás, quando cortaram eu fiquei muito derrubada. Cortaram por causa da minha aposentadoria. A aposentadoria é boa, mas é um dinheiro pouco, falta em casa. *Tem vezes que eu fico sem energia, deixo cortar, porque eu não posso passar fome para pagar.* Já aconteceu até de eu fazer empréstimo para pagar os meus talões de energia. *Agora eu tinha que comprar um remédio para mim que custa mais de cento e cinquenta reais, e eu já não estou mais usando esse remédio, porque o meu dinheiro não dá, e eu não posso ficar sem esse remédio, porque eu tenho problemas nos ossos, nos nervos, no coração, são remédios caros, e minha bolsa família me ajudava muito, por isso eu me abalei*. Pela minha idade, eu ainda poderia trabalhar muito para me manter, mas acontece que não posso, tenho problema de saúde, tudo o que eu vou fazer é devagar,

> porque as mãos não ajudam (Maria Rosa, entrevista realizada em 31 de Julho de 2014).
>
> Eu recebo o Bolsa Família, para mim é muito bom. É um dinheiro que já me salvou, muitas vezes. Teve épocas aqui que eu pensava meu Deus não tem nada! Aí eu fui na cidade, tirei o dinheiro do Bolsa Família e foi o que me ajudou. *Eu uso mais para alimentos, carne, frutas, a gente gosta de comer bem, aliás, quem não gosta?* (Maria Cláudia, entrevista realizada em 01 de Agosto de 2014).
>
> **Entrevistadora:** E o que a senhora acha desse dinheiro do programa (Bolsa Família)? **Entrevistada:** É um dinheirinho que ajuda a gente, né? Eu mesma, se um dia chegar a cortar, para mim vai fazer muita falta. **Entrevistadora:** A senhora usa para quê esse dinheiro? **Entrevistada:** *Eu uso para pagar a conta de energia (*Maria Odete, entrevista realizada em 01 de Agosto de 2014).
>
> Ah, *eu já usei o Bolsa Família, comprei muitas roupas e calçados para os meus meninos irem estudar*. Também me ajudava a pagar uma conta de energia, tem horas que você não tem nada e esse dinheiro serve muito (Maria Ângela, entrevista realizada em 30 de Julho de 2014).

As falas das entrevistadas permitem a conclusão do quanto essa política, apesar de oferecer um valor modesto, é importante para a manutenção dessas famílias. E ainda que muitas críticas tenham sido tecidas ao programa, acusando-o de restringir a equidade de gênero ao viés econômico, é perceptível a relevância do programa na amenização da fome e da pobreza extrema, além de propiciar autoestima para as suas beneficiárias, já que podem auferir uma renda mensal e com a mesma adquirir itens para si mesmas ou para sua família, sem necessitarem da aprovação de seus companheiros.

3.5. Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

O Programa Nacional de Alimentação Escolar consiste num canal de comercialização para a agricultura familiar. Essa política tem como objetivo garantir a alimentação saudável do público escolar, por meio da aquisição de produtos oriundos da agricultura familiar, ao passo em que também cria um canal de comercialização para os pequenos agricultores. O programa foi criado em 1955, quando era conhecido como Campanha de Merenda Escolar, desde então o mesmo passou por várias alterações (MDS, 2012).

Através da lei nº 11.947, promulgada no ano de 2009, tornou-se obrigatório que 30% dos recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) sejam utilizados na aquisição de gêneros alimentícios produzidos pela agricultura familiar, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas. O limite de comercialização anual por cada pessoa cadastrada é de até R$ 20.000,00 (MDS, 2012).

O modelo de agricultura atual baseado na agricultura intensiva, mecanizada, com a utilização de produtos químicos, além de gerar consequências sociais e ambientais, também repercute em problemas alimentares, para além da subnutrição, como aumento de sobrepeso e de doenças crônicas não transmissíveis. Essa situação fez com que o Estado brasileiro, revisse a abordagem adotada nas políticas públicas, incorporando o conceito de segurança alimentar e nutricional sustentável (SAN), de modo que houvesse uma maior aproximação entre os pequenos agricultores – produtores de alimentos - e os consumidores, interligando o campo e a cidade (TRICHES; FROEHLICH; SCHNEIDER, 2011).

De acordo com Real (2011):

> [...] com as políticas de SAN, observa-se a intenção da compra estratégica governamental de alguns fornecedores desfavorecidos – como é o caso dos pequenos agricultores. Com este intuito, a visão do Estado sobre aquisições públicas volta-se não apenas para o menor preço e a concorrência, mas também passa a considerar outros valores, tais como o social, ambiental e a saúde (REAL, 2011, p. 86).

Retomando o contexto histórico da alimentação escolar no Brasil, o passo inicial dessa política se deu em 1955 com a Campanha Merenda Escolar (CME). Vinculada ao Ministério da Educação, de base federal e dotada de autonomia administrativa e técnica, a campanha captava recursos de organizações internacionais, como a *Food and Agriculture Organization* (FAO), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), a *United States Agency for International Development* (USAID) dos Estados Unidos, e o Programa Mundial de Alimentos (FROEHLICH, 2010).

Em meados da década de 1970, os recursos do programa passaram a ser financiados pelo Ministério da Educação e gerenciados pela Campanha Nacional de Alimentação Escolar, até que em 1979 o programa tem seu nome alterado para Programa Nacional de Alimentação Escolar, cujos objetivos consistiam em melhorar o nível nutricional das crianças e diminuir a evasão escolar (FROEHLICH, 2010).

A partir da Constituição Federal de 1988, a alimentação escolar torna-se um direito e passa a ser inserida mais intensamente nas políticas públicas. A Constituição Federal também previa a descentralização de recursos orçamentários para execução de serviços públicos, incluindo a alimentação escolar. Na fase neoliberal do governo Collor, em 1990, todos os programas de alimentação e nutrição foram desestruturados e extintos.

Em 1993, durante a presidência de Itamar Franco, ocorreu o Movimento pela Ética na Política, no qual estava inserida a Campanha da Ação contra a Fome, a Miséria e pela Vida, liderada pelo sociólogo Herbert de Souza (Betinho). A pressão realizada pelo movimento no sentido de apontar a fome como um grave problema no país contribuiu para que em 1994 o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) realizasse a I Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. A atuação desse órgão impulsionou ações a favor da descentralização da merenda escolar. A descentralização, oficializada em 1994, através da Lei 8.913 foi uma alternativa frente aos problemas da gestão centralizada da política, que gerava custos com aquisição e transporte, desperdício e perda de validade e deterioração dos alimentos (FROEHLICH, 2010).

Atualmente, os objetivos do PNAE no que concerne ao público escolar, consiste em suprir as necessidades nutricionais dos alunos, reduzir a evasão escolar e incentivar hábitos alimentares saudáveis (FROEHLICH, 2010).

Além de contribuir para o trabalho no meio rural (facilitando a comercialização e gerando renda), a compra dos alimentos através do programa incentiva o consumo sustentável, gerando saúde para os consumidores e causando menos danos ao meio ambiente (REAL, 2011).

Outro fator interessante do programa é a possibilidade de reeducação alimentar que o mesmo propicia. A infância consiste numa fase em que são estabelecidos os hábitos alimentares, ao atingir crianças e adolescentes o PNAE pode influenciar positivamente esse público e suas respectivas famílias para que tenham uma alimentação mais saudável (TRICHES; FROEHLICH; SCHNEIDER, 2011).

Em uma pesquisa sobre o PNAE no município de Dois Irmãos, na região metropolitana de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, Triches, Froehlich e Schneider (2011) evidenciaram como aspectos positivos do programa a escolha dos agricultores por formas de plantio e produção diferenciados, tais como alimentos orgânicos e

tradicionais, o incentivo a organização dos agricultores, a garantia de venda da produção, o aumento da renda e a diminuição do êxodo rural.

Entre os entraves do programa, Froechlich (2010) avalia que há municípios nos quais os gestores mantêm resistência na aquisição de alimentos através do PNAE, devido ao receio de que o agricultor não consiga entregar a produção dentro dos prazos estipulados, pelo risco de defasagem dos preços ao longo da vigência dos projetos, pelos limites burocráticos, ou ainda por ingerência política. Há também problemas no sentido da qualidade dos alimentos processados e de origem animal, já que sua produção exige diversos trâmites previstos pela vigilância sanitária. Nesse sentido, a referida autora propõe uma reavaliação das exigências sanitárias.

Do ponto de vista do desenvolvimento rural, o PNAE representa para as famílias agricultoras um canal de comercialização na escala municipal ou regional, no qual alcança-se preços mais justos pelos produtos e garantia na continuidade do fornecimento (FROEHLICH, 2010).

O PNAE em Euclides da Cunha Paulista é operacionalizado de forma individual, e não por associações, como o PAA. As famílias que participam dessa política levam semanalmente os alimentos produzidos diretamente à Cozinha Piloto, onde são preparadas as refeições para alunos de sete escolas públicas locais (três escolas localizam-se nos assentamentos rurais: Santa Rita, Agrovila e Zangarini). Essa Cozinha Piloto (fotos 16, 17, 18 e 19) existe há quinze anos.

Fotos 16, 17, 18 e 19. Estrutura da Cozinha Piloto de Euclides da Cunha Paulista

Fotos: Larissa Araujo Coutinho de Paula/ Trabalho de Campo/ 2014.

Segundo informações do técnico da Casa da Agricultura Municipal, os produtos comercializados via PAA e PNAE são hortaliças, frutas e raízes. Ele afirmou que já ocorreu problemas com os alimentos entregues, quando os mesmos não apresentavam cuidados higiênicos ou com as embalagens, nesses casos, os agricultores receberam apenas uma advertência verbal por parte da Prefeitura.

De acordo com a nutricionista entrevistada, o PNAE é operacionalizado em Euclides da Cunha Paulista desde 2008. Para participarem, os agricultores fazem um contrato com a prefeitura concordando em fazer as entregas semanais. Ela afirmou que procura fazer a listagem de alimentos de acordo a produção dos agricultores, acrescentando ou eliminando determinados produtos da lista, de acordo com a produção das famílias, e com a aceitação por parte dos estudantes (alguns alimentos são mais consumidos pelos alunos, como a alface, a mandioca, a poncã, porém, há outros que são rejeitados, como o jiló, o quiabo e a berinjela). Os alimentos mais solicitados são as verduras, as frutas (como mamão e banana); além de alimentos de maior produção local, tais como a mandioca, o maracujá, o maxixe o e limão. A quantidade de agricultores participantes no município tem crescido:

> A cada ano tem aumentado. Ano passado mesmo (2013), uma menina que trabalha aqui comigo, falou que tinha uns vinte e cinco participantes; esse ano (2014) a gente já tem quase quarenta, aumentou bastante (Patrícia, nutricionista, entrevista realizada em 01 de Agosto de 2014).

A avaliação que a nutricionista faz do programa é positiva, mas ela menciona que infelizmente há uma verba total para ser gasta com a política, essa verba poderia ser aumentada, de modo a ajudar mais os agricultores. As entregas ocorrem de acordo com um projeto, às vezes os agricultores entregam um pouco além da quantidade de produtos estipulada, e ela tem que pedir para que eles diminuam as entregas, antes que ultrapassem a cota.

O técnico do ITESP entrevistado nos informou que em relação ao PNAE, o município de Euclides da Cunha Paulista apresenta uma baixa participação no programa, embora existam famílias associadas à OMAT que participam do programa, ele não soube precisar a quantidade delas.

Entre as pessoas entrevistadas nos trabalhos de campo realizados no Assentamento Tucano, 13 (65%) afirmaram que participam do PNAE. Neste grupo, oito (61,5%) delas participam do programa desde 2011; quatro (30,7%) começaram a participar da política em 2012 e apenas um (7,6%) afirmou que começou a fazer entregas para o PNAE mais recentemente, em 2013. Dentre as 13 pessoas que participam do programa, dez (76%) são mulheres e estão oficialmente cadastradas como fornecedoras do PNAE.

Do ponto de vista das agricultoras e agricultores participantes, todos demonstraram que é vantajoso entregar os produtos que compõem a merenda escolar, por causa da renda obtida e devido ao fato de estarem inserindo produtos mais saudáveis para o consumo das crianças. Algumas críticas foram feitas com relação ao valor, pois o consideram baixo, à falta de transporte do assentamento até a Cozinha Piloto (motivo pelo qual muitos assentados não participam do programa) e à administração do programa feita pela gestão municipal:

> O programa da merenda, mesmo sendo administrado pela prefeitura, falta organização, porque, por exemplo, eu já parei de entregar, vai fechar segunda-feira a nota, a gente fecha a nota segunda feira e a prefeitura fica duas três semanas para depositar o dinheiro na conta, a gente fica esperando, não tem agilidade no pagamento. E o governo tem que comprar mais da gente, ainda compra pouco (Maria Cláudia, entrevista realizada em 01 de Agosto de 2014).

3.6. Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

Inserido no bojo das políticas do Programa Fome Zero, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi criado em 2003. Assim como o PNAE, também se trata de um importante canal de comercialização institucional para os pequenos agricultores. Entre os objetivos gerais dessa política estão: o apoio à comercialização dos produtos da agricultura familiar, através da aquisição com dispensa de licitação; a contribuição para a diminuição da insegurança alimentar, por meio da distribuição destes produtos; a formação de estoques estratégicos de alimentos; e a valorização de produtos regionais (MDS, 2012).

Executado há mais de dez anos no país, o PAA conquistou reconhecimento em nível internacional, fazendo com que o Brasil firmasse acordos de transferência de conhecimento para a implantação de projetos-pilotos semelhantes em alguns países africanos: Etiópia, Malaupi, Moçambique, Níger e Senegal (TAKAGI; SANCHES; SILVA, 2013).

De acordo com Mielitz (2013), em 2011, em nível nacional, o PAA quadriplicou o número de agricultores participantes, com um total de 161 mil fornecedores nas distintas modalidades do programa, o número de beneficiários chegou a 20 milhões, sobretudo na modalidade Doação Simultânea, no qual se inscrevem mais de 20.300 instituições. Apesar dos avanços quantitativos e qualitativos, permanecem municípios em regiões com grande parcela da população em estado de insegurança alimentar e com número considerável de agricultores familiares, nos quais o programa ainda não é executado. A maior intensidade de participações concentra-se nos estados da Região Sul e Sudeste.

Mielitz (2013, p. 67) também ressalta que o principal público a ser atendido pelo programa, ou seja, assentados, extrativistas, pescadores, quilombolas e demais categorias de agricultores familiares, ainda não representa a maior parcela de participantes do programa, o que "evidencia ainda mais a concentração dos beneficiários 'mais consolidados' em desfavor dos historicamente mais necessitados e das regiões mais carentes" (MIELITZ, 2013).

Apesar dos problemas, são muitos os efeitos positivos do programa. O referido autor destaca o estimulo à diversificação produtiva em áreas e regiões de predomínio de

monoculturas, o que propicia a redução da vulnerabilidade social dos agricultores (MIELITZ, 2013). Num balanço:

> Dados seu relativo pouco tempo de existência e suas diversas facetas inovadoras, em se tratando de políticas públicas no Brasil, articulando os três níveis de governo, múltiplos ministérios e órgãos subalternos; e organizações da sociedade civil, a resolução dos problemas tem se dado num ritmo adequado, apesar de ainda perdurarem diversas dificuldades (MIELITZ, 2013, p. 71).

Essa política é operacionalizada através de cinco modalidades: Compra Direta da Agricultura Familiar; Formação de Estoque pela Agricultura Familiar; Incentivo à Produção e Consumo do Leite; Compra para Doação Simultânea; e a Compra Institucional, criada recentemente.

A Compra para Doação Simultânea, a qual se enfocou nesta pesquisa, destina-se a promover a articulação entre a produção de agricultores familiares e as demandas locais de suplementação alimentar e nutricional de escolas, creches, abrigos, albergues, asilos, hospitais públicos e outros, e dos programas sociais da localidade, tais como bancos de alimentos, restaurantes populares e cozinhas comunitárias, resultando no desenvolvimento da economia local, no fortalecimento da agricultura familiar e na geração de trabalho e renda no campo. Essa modalidade é operacionalizada pela CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento) com recursos do MDS. O valor atualmente vigente comercializado por agricultor (a) ao ano é de, no máximo, R$ 6.500,00 (MDS, 2012).

A modalidade PAA Doação Simultânea, em especial, permite que sejam comercializados produtos manufaturados, como bolos, doces, conservas, queijos etc. Estes produtos geralmente são produzidos pela mão-de-obra feminina. Esse é um ponto que pode auxiliar no fortalecimento das agricultoras, sobretudo quando estão organizadas em associações e cooperativas. A participação das mulheres no programa se tornou tão evidente, que o Governo Federal, a partir de 2013, tornou obrigatória a participação de, pelo menos, 40% de mulheres em cada iniciativa da modalidade de Compra com Doação Simultânea. Para a modalidade Formação de Estoques pela Agricultura Familiar, a cota mínima exigida é de 30%.

A participação ativa das mulheres não apenas na produção, mas em outras etapas da atividade agropecuária, como o comércio, mesmo que de forma pequena, gera uma série de benefícios a essas mulheres, como o aumento da renda e a autonomia

econômica. Este último exemplo é importante, pois tendo seu próprio dinheiro, a mulher não se encontra mais tão submissa ao homem, o que a possibilita adquirir seus objetos pessoais sem necessitar de autorização do marido, situação considerada por muitas mulheres como constrangedora e humilhante. Por essa razão, é importante para as mulheres que seu trabalho tenha uma remuneração específica, separada da do homem.

Segundo Siliprandi e Cintrão (2013, p. 121), a participação das mulheres na modalidade Doação Simultânea gerou uma grande diversidade de produtos comercializados (produtos tradicionais e regionais, produtos de pesca e mariscagem, produtos processados - polpas e doces de frutas), uma inclusão de cerca de trezentos produtos diferentes em nível nacional:

> [...] com semelhanças e recorrências (que refletem o sistema produtivo da agricultura familiar), mas também com variações que refletem a cultura e as potencialidades de produção de cada região, reforçando os efeitos positivos do PAA enquanto política estruturante que reforça a produção de alimentos e a segurança alimentar das famílias (produtoras e beneficiárias das doações).

Além do sentido econômico, outros fatores positivos advêm da participação das mulheres no PAA, como demonstram Siliprandi e Cintrão (2011, p. 4):

> Outro fator muito valorizado pelas participantes é o aumento da sua sociabilidade, porque deixam de ficar presas somente ao espaço doméstico. Há ainda um aumento na sua autoestima, um maior reconhecimento junto às famílias e às comunidades, o aprendizado de novas tecnologias e a valorização da vivência de novas experiências.

Estima-se que o trabalho feminino empregado na produção de alimentos adquiridos pelo PAA, seja muito superior ao que demonstram os dados oficiais de participação divulgados pelo programa. No entanto, o trabalho feminino torna-se obscurecido e invisível, quando infelizmente, na maior parte dos contratos de participação no programa, são os maridos quem estão formalmente cadastrados como fornecedores, por meio da Declaração de Aptidão (DAP), que é emitida apenas no nome do responsável pela terra.

Como no caso dos assentamentos há poucos lotes com titulação conjunta e nas propriedades convencionais os pais preferem deixar a terra para os filhos homens, há pouca representatividade feminina na documentação da terra, e mesmo mulheres que nem sequer possuem documentos básicos, como Cadastro de Pessoa Física (CPF) e

Registro Geral de Identificação (RG). Outros fatores podem interferir na emissão da DAP para mulheres, como o machismo manifestado por funcionários de órgãos de assistência aos agricultores, como secretarias de agricultura e bancos (SILIPRANDI; CINTRÃO, 2011).

Siliprandi e Cintrão (2011) analisaram a participação feminina no PAA no ano de 2008 em termos quantitativos e qualitativos. A pesquisa empírica envolveu distintas modalidades do programa por meio de estudos de caso em quatro estados, quais sejam: Rio Grande do Sul e Maranhão (Compra Direta com Doação Simultânea), Minas Gerais (PAA Leite) e na Bahia (Formação de Estoque). Uma importante conclusão a que chegaram as autoras diz respeito à produção de leite. Demonstrando que as relações de gênero na produção de leite adquirem interpretações diferentes, dependendo do contexto histórico, econômico e cultural. Enquanto em Minas Gerais, o leite é um produto culturalmente ligado ao masculino, pela visão de que para essa atividade é necessário força física e virilidade; no Rio Grande do Sul trata-se de uma atividade tipicamente executada pelas mulheres (SILIPRANDI; CINTRÃO, 2011).

Em Euclides da Cunha Paulista, o PAA começou a ser operacionalizado no ano de 2010, quando então, a única associação participante era a OMAT, o valor total do projeto foi de R$ 38.667,77. Em 2011 participaram quatro associações, somando um valor total de R$ 597.585,14. No ano de 2012, sete associações participaram do PAA e o valor dos projetos foi de R$ 873.171,98. Em 2013 não houve nenhum projeto firmado com as associações do município. E, por fim, em 2014, participaram três associações, cujo valor total dos projetos foi de R$ 1.170.000,00.

A existência da associação permite e facilita a inserção dos agricultores nas políticas públicas. Entre os anos de 2010 e 2012, o número de mulheres da OMAT oficialmente cadastradas como fornecedoras do programa aumentou. Em 2010, apenas nove pessoas estavam cadastradas, sendo cinco homens e quatro mulheres; já em 2012, houve um total de 27 cadastrados, sendo 12 homens e 15 mulheres. Em 2014, também houve um total de 27 participantes, porém com maior quantidade de mulheres cadastradas, 18, enquanto o número de homens foi de 09 inscritos.

Desde 2010, tem ocorrido o aumento de tipos de produtos entregues ao PAA, sendo que a maioria dos alimentos são folhagens e brássicas: alface, almeirão, brócolis, cebolinha, cheiro-verde, chicória, couve-flor, espinafre, repolho e rúcula; produtos de horta, área na qual culturalmente há maior emprego da mão-de-obra feminina.

Segundo informações repassadas pelo técnico do ITESP, por meio de entrevista, as entregas para o PAA ocorrem semanalmente. Atualmente, o transporte utilizado para entrega é cedido pela prefeitura, anteriormente era a presidente quem os transportava, em veículo particular.

Nas entregas, os agricultores levam às segundas-feiras os alimentos até o Centro Comunitário do assentamento e, posteriormente, um caminhão da prefeitura os recolhe e transporta até o Banco de Alimentos do município (foto 20). O Banco de Alimentos é recente, foi criado em setembro de 2013, constituindo-se no local em que as famílias beneficiárias de programas sociais recebem os produtos. Os alimentos são destinados às famílias carentes do município. Há um grupo de funcionários da prefeitura que entrega diretamente os alimentos às famílias.

Foto 20. Banco de Alimentos em Euclides da Cunha Paulista

Foto: Larissa Araujo Coutinho de Paula/ Trabalho de Campo/ 2014.

De acordo com o técnico da Secretaria Municipal de Agricultura entrevistado:

> A prefeitura não repassa nada para as associações. A gente tem um banco de alimentos, que é o que a prefeitura abriu né? Que a CONAB exigiu um tempo atrás, pra receber doação da CONAB, dos produtos que a CONAB compra dos produtores rurais. Então a prefeitura paga o aluguel do local onde está o banco de alimentos, mas para as entregas o trabalho é feito por funcionários da assistência, da prefeitura e alguns voluntários, a prefeitura não paga voluntário, mas quem coordena são os funcionários da prefeitura, da assistência e da

> Secretaria da Agricultura (Maurício, técnico da Secretaria Municipal de Agricultura de Euclides da Cunha Paulista, entrevistado em Agosto de 2014).

Do ponto de vista dos assentados da OMAT, a maioria avalia o PAA positivamente, sendo que uma das entrevistadas sugeriu a inclusão do leite nos projetos da associação, porém, há questões sanitárias que impedem que isso ocorra, já que o leite deve ser pasteurizado antes de ser entregue.

> **Entrevistadora:** E como que foi pra participar do PAA, o que a senhora teve que fazer? **Entrevistada:** Assim, nós nos juntamos, né? Com a associação e foram montados os projetos, foi algo que fortaleceu a associação né? **Entrevistadora:** Vocês entregam, semanalmente? **Entrevistada:** É uma vez por semana, toda segunda feira... Vem o caminhão da prefeitura e busca, né? Nos reunimos com os produtos na escola, na área comunitária do assentamento, todo mundo leva as verduras, legumes, essas coisas e o caminhão pega lá e leva pra cidade. **Entrevistadora:** E quais benefícios que a senhora tem tido ao participar desse programa? **Entrevistada:** É o que eu falei, é sempre uma renda que vem, é para dentro de casa mesmo, né? E a gente se sente mais... é, com bastante autoestima, é que a gente manda para as pessoas que não tem, né? Então isso deixa a gente contente, né? Porque as pessoas que moram na cidade, muitas não têm condições de comprar, vai lá e pega, sem pagar nada, né? *Mas acho que o programa poderia melhorar, poderia incluir leite na entrega, porque muitos aqui criam gado leiteiro, a gente entrega para o laticínio, né?* (Maria Regina, assentada, associada a OMAT, entrevista realizada em Agosto de 2014).

Uma das associadas entrevistadas também avaliou positivamente as políticas públicas, sobretudo o PAA e o PNAE. Segundo ela, essas políticas são a garantia de um efetivo canal de comercialização: “A gente tem a segurança para o produto, porque para gente mexer sem ter um lugar certo pra vender, então aí fica difícil. E a gente vende sabendo que vai receber e recebe tudo de uma vez” (Maria Alice, entrevistada em Janeiro de 2014).

De acordo com ela, a alimentação da sua família também melhorou após a participação nesses programas: “Verduras, pra gente produzir só um pouquinho para a gente já é mais difícil; então como a gente produz pra vender, a gente tira pra casa também. Então mudou muito a nossa alimentação” (Maria Alice, entrevista realizada em Janeiro de 2014).

A participação no PAA e PNAE gerou mudanças na paisagem do assentamento, já que muitas famílias passaram a produzir em maior escala hortaliças (fotos 21, 22, 23

e 24). Como menciona a presidenta: “Depois que começaram esses negócios de programas do governo, essas políticas públicas, aí a gente pegou firme nas hortas” (Maria Glória, entrevistada em Janeiro de 2014).

Fotos 21, 22, 23 e 24. Cultivo de Hortaliças pelas assentadas do Tucano

Fotos: Larissa Araujo Coutinho de Paula/ Trabalho de Campo/ 2014.

No geral, entre as pessoas entrevistadas, 14 (70%) delas afirmaram participar do PAA, dentre elas, 11 (78,5%) das pessoas cadastradas como fornecedoras são mulheres e apenas 3 (21,4%) dos inscritos eram homens. A maioria (9 ou 64,2%) disse que participa do PAA desde 2011.

As entrevistadas levantaram vários benefícios obtidos com a participação no PAA. Um deles é a autoestima, por ter o trabalho reconhecido e, ao mesmo tempo, ver que o alimento produzido por elas servirá para amenizar a fome de muitas pessoas. Além disso mencionam como é prazeroso lidar com as hortas. Algumas entrevistadas

afirmaram o quanto isso é importante, inclusive recordaram que elas próprias já passaram por situações difíceis no acampamento, não tinham como se alimenarem, o que as faz, de certa forma, se identificarem com os receptores dos alimentos, isso é observado nos seguintes trechos das entrevistas realizadas:

> Tem muita gente que quer comer um pé de alface, uma couve, e não pode comprar, né? *Então eu me sinto orgulhosa por participar desse programa da Conab, porque eu produzo para levar para quem não tem o que comer* (Maria de Lourdes, entrevista realizada em 31 de Julho de 2014).

> Eu sou aposentada por problema de saúde, meus braços não ajudam muito. Eu estava parada já faz um tempo, sem fazer nada, me dava até tristeza, até depressão, sabe? Eu não fazia nada, ficava parada só. Agora com esses projetos de horta, da merenda e da Conab eu voltei a mexer com a horta, aos poucos. *Quando eu fico triste, porque eu sou muito sozinha, sabe? Eu vou mexer com a horta. A horta é uma terapia para mim* (Maria Odete, entrevista realizada em 01 de Agosto de 2014).

> Eu acho que esse programa da Conab tem muita fartura, porque hoje eu vejo todo mundo ter fartura, todo mundo, até os que não têm terra, porque entrega muita coisa, muito legume, muita verdura, se eu não tenho uma coisa para entregar, outra pessoa tem, aquela outra pessoa tem uma coisa diferente que eu não estou podendo entregar, então de tudo o pessoal da cidade recebe, *não é todo dia que a gente tem um feijão apra por no fogo, não é todo dia que a pessoa poderia ter uma salada na mesa, de verdura, de legumes, não era todo dia que as mulheres poderiam dar uma fruta para as crianças, uma vitamina de frutas para dar para as crianças*. Seria bom abrir para ir o leite nos projetos também, porque o leite é caro para as famílias comprarem, é barato para a gente vender, ainda mais quem trabalha de boia-fria, não pode comprar essas coisas. *Nós mesmos não tínhamos como alimentar bem no acampamento, mas depois que nós pegamos nosso lote, graças à Deus é uma fartura, pois todo dia você acha uma fruta para comer, você vai na sua horta e pega uma verdura* (Maria Rosa, entrevista realizada em 31 de Julho de 2014).

> Eu já fui uma vez numa entrega do PAA, fico contente porque quantas pessoas precisam de comida, né?... Do jeito que eu precisei um dia, porque eu fiquei foi oito anos, na beira de um asfalto, filha. Eu vi a dificuldade que é, às vezes quando chegava dia de sexta- feira santa muita gente não entregava leite em laticínio, aí o homem passava com aqueles leites, doando. Que alegria, minha filha, a gente pegar um pouco de leite! Desse mesmo jeito, aqueles lá que a gente pega os alimentos e leva para eles na entrega, tenho certeza que eles recebem com muita alegria. Nós recebemos o dinheiro, nós plantamos, mas eu tenho certeza que quem pega lá na frente também fica contente! (Maria Isabel, entrevista realizada em 31 de Julho de 2014).

A questão da renda e da efetividade de um canal de comercialização também foi destacada pelas entrevistadas. Uma delas chegou a dizer que o PAA resgatou a sua autoestima porque não precisou mais vender seus produtos na cidade, à preços irrisórios; outra mencionou que depois do PAA passou a trabalhar apenas no seu lote, abandonando o trabalho de diarista na cidade:

> O valor do PAA é baixo, mas a gente acha baixo em relação ao mercado, mas é uma coisa que funciona né? Você plantou, colheu e entregou, você recebe. Só que para nós o mercado pega mais barato para revender, *se a gente for vender na rua a gente vende no preço do mercado, um pouquinho menos*. Nós esperamos que dure, que dure sempre esses programas. Uma vez o responsável pela Conab de São Paulo, veio aqui para explicar essa mudança, de que agora tem que ter uma porcentagem de mulheres no projeto da Conab. Acho que é mais para incentivar as mulheres, porque a maioria dos projetos vêm mais para os homens, os homens que são titulares, e as mulheres ficavam de fora (Maria Conceição, entrevista realizada em 30 de Julho de 2014).
>
> Chegou um momento de muita dificuldade de dinheiro em casa, e eu *precisei ir vender minha produção na rua, aquilo para mim era humilhação né?* Vender na rua, eu não gosto. Um dia eu fui com o meu esposo e falei para ele "vai junta tudo essas verduras, para a gente trazer embora!" Porque *a gente chegava lá com quatro pés de alface para vender por um real, e as pessoas ainda achavam caro, queriam pagar cinquenta centavos, né?! Era muito humilhante!* Agora com o PAA, dá para a gente produzir com a tranquilidade de saber que já tem quem vai comprar, e por um valor menos injusto (Maria Joana, entrevista realizada em 31 de Julho de 2014).
>
> O programa da Conab foi muito bom, porque com ele você tem a independência do seu ganho, tem a sua renda e pode trabalhar no que você gosta. *Antes desse programa eu não tinha nada, eu saia de casa de madrugada para trabalhar na cidade, como diarista, hoje já faz três anos que eu não vou em casas para varrer o quintal de ninguém, para mim isso é ótimo! Eu trabalho dentro do que é meu, e faço o que eu gosto.* Além disso, eu vejo que o meu trabalho é reconhecido, que o que eu produzo vai para pessoas que não têm o que comer. A minha autoestima hoje é outra, outro dia eu até falei para a minha filha para ela tirar uma foto minha com um pé de alface que planto e colocar na internet (risos) (Maria Cláudia, entrevista realizada em 01 de Agosto de 2014).

Embora a avaliação das participantes seja bastante positiva, foram apontados alguns problemas, como o baixo valor pago pelo programa, a exigência de diversidade de produtos a ser entregues, o excesso de burocracia, a impossibilidade de incluir o leite nos projetos e o atrasos no pagamentos:

> Ah, de ruim, sabe o que acontece aí, porque tem gente igual nós aqui que tem algum tipo de dificuldade, tem muitas vezes que a horta pega praga, às vezes formiga como as verduras, então o pessoal quer plantar aquilo que produz mais e dá menos pragas. Aí o que acontece, quando todo mundo tem muito alguma coisa, chega lá eles não querem pegar, isso é ruim. Aí foi cortando alguns produtos, chicória foi cortada, berinjela, foi cortado jiló, e outras coisa mais, então aí sei lá, nessa parte aí ficou ruim né? *Cada um tem que plantar um tipo de coisa para não ter um produto só em excesso* (Maria Regina, entrevista realizada em 30 de Julho de 2014).

> Os projetos do PAA *têm que incluir leite*, não só coisas para comer assim, eles poderiam ter um projeto para a gente entregar leite para as pessoas. Que a gente entrega para o laticínio né? E o laticínio paga para a gente, poderia ter um projeto assim. Porque *eu já estou cansada de entregar o leite e esses lacticínios não pagarem, tem muito lacticínio falindo* (Maria Cristina, entrevista realizada em 30 de Julho de 2014).

> Poderia melhorar um pouco a burocracia, *a burocracia é grande*. A burocracia, eu vou te contar, *se não tiver coragem, desanima*. O valor dos projetos é baixo, principalmente o do PAA. Porque para gente que produz bastante num instante pega esse dinheiro, completa a cota. Você tem que ficar limitando assim, para esticar mais um pouquinho, né? A gente se programa, para as entregas. O PNAE esse ano foi muito ruim, muito fraco, tirava aí uns 200 ou 300 reais por mês, parece que com a gestão desse novo prefeito, vai reduzir mais ainda" (Maria Glória, entrevistada em Janeiro de 2014).

A presidenta da OMAT expressa uma opinião bastante positiva acerca das políticas públicas de comercialização, afirmando que sua família tem a renda bastante ampliada ao somar os valores obtidos em cada programa:

> Bom, para mim foi muito bom. Melhora bastante, porque a gente que tem que trabalhar com a cara e a coragem é difícil, né? Não dá para ter renda todo mês. E assim você junta um pouquinho dum canto e um pouquinho do outro; e quando chega no final do mês , você tem uma rendinha boa. Melhorou bastante a vida da gente, depois que começou esses programas públicos, essas políticas públicas aí. (Maria Glória, entrevistada em Janeiro de 2014).

No que concerne à alimentação da família, ela afirma que houve pouca diferença, pois ela produz verduras há muitos anos; antes de existirem essas políticas e as vendia na cidade, na feira; porém, com a participação nas políticas, deixou de fazê-lo.

Nota-se ainda uma melhoria na autoestima da entrevistada: "Pra mim todas essas políticas são boas. Nossa autoestima melhorou, já dá para a gente comprar um carrinho

para gente andar, dá para a gente viver melhorzinho" (Maria Glória, entrevistada em Janeiro de 2014).

3.7. Demais Políticas Públicas

As políticas públicas discutidas consistem naquelas que foram enfocadas desde o início da pesquisa, entretanto, nos trabalhos de campo vieram à tona outras políticas das quais os integrantes da OMAT também participam.

Segundo o técnico do ITESP, a OMAT é a única associação de Euclides da Cunha Paulista, na qual seus integrantes participam do Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social (PPAIS). É uma política do Governo do Estado de São Paulo criada em 2011, que estipula a exigência de compras de, no mínimo 30% de produtos da agricultura familiar, com recursos estaduais para o abastecimento de órgãos estaduais (presídios, hospitais, escolas etc.). O valor teto de comercialização no programa é de R$ 12.000,00 por família.

Apenas duas famílias têm participado do PPAIS em Euclides da Cunha Paulista: as famílias da presidenta e da tesoureira da OMAT. Segundo informações repassadas pelo técnico entrevistado, os alimentos são entregues no presídio mais próximo, localizado no município de Marabá Paulista.

De acordo com a presidenta da OMAT:

> O PPAIS, ainda está engatinhando, mas nós estamos tentando entrar nele. Nós participamos da primeira chamada em Janeiro de 2013; e depois não entramos mais, porque não dávamos conta da demanda que pediam. Aí, agora em 2014 nós começamos a participar de novo, esse ano quero ver se fico direto, o ano inteiro (Maria Glória, entrevistada em Janeiro de 2014).

Um aspecto interessante observado, já mencionado anteriormente, é a retomada dos estudos por parte das lideranças da OMAT, por influência das políticas públicas, para entender melhor a elaboração dos projetos e o processo de operacionalização das mesmas:

> Faz tempo que parei de estudar e voltei depois desses negócios que nós começamos a participar, desses projetos. Depois do programa microbacias II. Olha, nós andamos tanto mexendo com esse projeto da Microbacias II, que tinha dias que saiamos daqui e ficávamos o dia

> todo, inteirinho, dentro da Faculdade Toledo em Presidente Prudente, pois foi a Toledo que fez o projeto para nós. *Aí eu falei, não! Eu tenho que estudar, porque eu fico no meio desse povo. Esse povo fica somando matemática lá, mexendo com tudo, fazendo cálculo e eu estou alí, "boiando". Então, eu tenho que aprender também, e me matriculei na escola* (Maria Glória, entrevistada em Janeiro de 2014).

Segundo a presidenta, faltaram cinquenta pontos para que o projeto da OMAT fosse aprovado no Programa Microbacias II. Ela afirma que outras associações tiveram projetos aprovados, pois estavam mais próximas de Presidente Prudente, tendo maior acesso ao comércio, mas, o projeto em si era o mesmo, envolvia a olericultura, com a implantação de *packing house*. O rapaz que elaborou o projeto, um estudante de direito das Faculdades Integradas Eufrásio de Toledo, em Presidente Prudente, disse que o mesmo só não foi aprovado devido à dificuldade para escoamento da produção.

O Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável – Microbacias II foi criado em 2011, após o fim do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas (PEMH), em 2008. Este último programa, que contou com o apoio financeiro do Banco Mundial, foi elaborado em 1987, com o objetivo de mitigar danos ambientais causados pela adoção do pacote da "Revolução Verde" (insumos, máquinas, sementes melhoradas, engenharia genética). Os Estados do Paraná e de Santa Catarina foram os primeiros a formularem políticas com esse viés (NEVES NETO, 2011).

O PEMH concedia benefícios individuais e coletivos para que as famílias rurais, com terras de até 50 hectares, manejassem de forma adequada os recursos naturais de sua propriedade (água e solo), o enfoque desse programa era dado às bacias hidrográficas e havia uma preocupação em estimular a criação de associações e cooperativas de agricultores. Já o atual Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável – Microbacias II volta-se mais para as cadeias produtivas. O Microbacias II também conta com financiamento do Banco Mundial, consiste num projeto da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado executado pela Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) e pela Coordenadoria da Biodiversidade e Recursos Naturais da Secretaria do Meio Ambiente (CBRN) e visa, além do enfoque ambiental, aumentar a competitividade e produtividade dos agricultores (NEVES NETO, 2011).

O Microbacias II subvenciona até 70% do valor total das propostas aprovadas que contemplem um investimento coletivo, de associação ou cooperativa, voltada para o mercado. Também oferece apoio individual nas propriedades dos agricultores

integrantes do grupo da proposta, se esses investimentos estiverem relacionados com a produção coletiva (NEVES NETO, 2011).

A presidenta vê o Microbacias II como um programa com bastante potencial, pois "agrega valor aos produtos". A dificuldade é a contrapartida financeira, visto que recentemente, segundo o técnico entrevistado "passou a ser financiado pelo próprio produtor" (Maria Glória, entrevistada em Janeiro de 2014).

De modo geral, é possível concluir que as políticas públicas de fato trouxeram melhorias na vida dos assentados, e propiciaram mudanças significativas na vida das mulheres, em termos financeiros, mas também comportamentais.

> *Elas ficaram mais autônomas, né? Elas são donas do próprio dinheiro, não precisam ter tanta dependência do marido, né? Porque a maioria delas entregam mas tem agora seu dinheiro para comprar o que quiser: um móvel para casa, qualquer coisa.* Então, eu acho que isso foi de grande valia pra elas, né? Antigamente tudo o que queria comprar em casa tinha que ser com o consentimento do marido, se tivesse no orçamento, se coubesse no orçamento ia comprar, se não, não né? E agora parece que elas estão mais independentes com esse dinheiro. Eu noto uma diferença nas mulheres, sim. Por mais pequena que seja, você consegue ver a diferença (Cristina, assistente social, entrevistada em Agosto de 2014).

> Ah percebe, a gente percebe uma diferença nas mulheres, porque elas aprenderam que elas têm que ser independente né? Porque assim, a gente não pode depender do homem mesmo que seja um bom relacionamento, não tem condições do homem sozinho trabalhar no lote, não tem condições do homem manter tudo, ele não dá conta né. Então a mulher tem que aprender e muitas aí aprenderam a ser independente né? *Elas passaram a trabalhar, ter o "dinheirinho" delas né? Pra ajudar na casa, ela têm as coisinha delas, fazem as coisa dela, então é muito bom, foi muito bom, tem muitas que aprenderam a ser independentes.* Incentivou né? Elas trabalharem mais no lote, serem valorizadas (Maria Conceição, entrevistada em Agosto de 2014).

O próximo e último capítulo consiste numa tentativa de esforço em discutir como se dão as relações de gênero no cotidiano do assentamento, verificando em quais aspectos as políticas públicas têm contribuído para estabelecer relações menos desiguais entre homens e mulheres, além de explicitar o conflito existente entre as próprias mulheres.

As Semeadoras II, Jerci Maccari, 2005.

Capítulo IV As relações de gênero na OMAT e no cotidiano das agricultoras: mulheres em conflito?

Como mencionado no início do trabalho, no decorrer da pesquisa criou-se um imaginário de como seria o perfil das mulheres da OMAT e de como estariam estabelecidas as relações entre mulheres e homens na associação. Essas pré-considerações advindas sobretudo, das leituras realizadas, condizem parcialmente, com a realidade estudada, uma vez que o conflito entre as pessoas associadas não está restrito às relações entre homens e mulheres, mas também entre as próprias mulheres. Este último tipo de relação, desafortunadamente, não é uma situação explorada nos estudos sobre gênero, daí a dificuldade em encontrar uma bibliografia que auxiliasse na explicação desse fenômeno. Porém, nem sempre a teoria pode ser aplicada integralmente sobre a realidade estudada, "como luvas para as mãos"; aliás, isso é prejudicial, no sentido de limitar as possibilidades que cada panorama, inserido numa determinada dinâmica espacial e temporal, se apresenta.

Nesse sentido, nesse último capítulo, há a tentativa de evidenciar os conflitos existentes entre homens e mulheres, no cotidiano e na associação; e entre as próprias mulheres, sobretudo no âmbito da OMAT. Há a tentativa de relacionar esses conflitos com a discussão sobre o poder e problematizar esses tensionamentos a partir da discussão geográfica dos conceitos de território e de lugar.

Foi possível apreender que há tensões nas relações estabelecidas entre homens e mulheres, seja no âmbito familiar (da casa), no nível mais cotidiano e na OMAT, principalmente no que se refere à administração da associação.

Os conflitos e as disputas por poder são elementos que transparecem nas entrevistas realizadas. Cada mulher apresenta uma inserção diferente nas políticas públicas. Há mulheres que têm de fato uma participação efetiva, enquanto há outras que apesar de produzirem os alimentos entregues aos programas, nem sequer estão cadastradas como fornecedoras. Nos casos em que a participação feminina é mais forte, nota-se que há uma postura mais crítica e determinada das mulheres envolvidas no próprio âmbito familiar, destacando-se as duas lideranças, dona Maria Glória e dona Maria Conceição. É perceptível a forma como elas se colocam diante da própria família, decidindo ativamente sobre a produção, as finanças, enfim, demonstrando um nível de poder igual ou mais elevado em relação aos seus companheiros.

O interesse em deter o poder não está circunscrito apenas às relações familiares, mas está presente também na associação. Nesse caso é ainda mais evidente, já que em

alguns momentos, a presidenta se refere à OMAT, como “minha associação”, não se destaca essa observação no sentido moral, mas sim reforçando como essa identificação do sujeito com o grupo ao qual integra e administra é intensa, indicando ainda uma consciência desse poder que é exercido.

No que se refere ao arranjo do poder entre homens e mulheres no caso analisado, percebe-se que há diversos tipos de relações estabelecidas. Há mulheres mais ativas e mais determinadas, que já possuem uma trajetória pessoal, na qual a mulher teve um papel destacado na manutenção da família; há mulheres que mantinham uma postura mais secundária diante de seus esposos, porém, com a participação nas políticas de compras institucionais passaram a se impor mais; há ainda casos nos quais o poder parece estar disposto de forma equilibrada entre o casal; o fato é que os assentados, homens e mulheres, têm consciência desses diferentes tipos de arranjos.

As relações de gênero são mais perceptíveis no quesito do trabalho, na organização e na divisão das atividades domésticas e agropecuárias.

A presidenta explica que, a princípio, seu esposo achou ruim o seu envolvimento com a associação, porque seria necessário que ela se ausentasse do lote por mais tempo. Apesar de, segundo Maria Glória, não haver distinções de trabalho entre ela e o marido, ela, bem como outras associadas, utiliza o termo “ajuda” ao afirmarem que os maridos executam o trabalho de fazer a comida ou a limpeza, ou quando comentam que elas também realizam atividades agrícolas com os esposos, indicando um entendimento de que há funções que são “naturalmente” destinadas às mulheres e outras tidas como “masculinas”, como demonstram os seguintes trechos de entrevistas:

> Não aqui não tem divisão de nada. Todo mundo faz a mesma coisa, todo mundo concorda com a mesma coisa. Ele cozinha e limpa a casa também. Ontem mesmo foi o dia dele *me ajudar* a limpar isso aqui. Aqui somos só nós dois, né? Então... Ele levanta cedo, e vai pra mangueira tirar leite, e eu vou fazer ração paras as vacas. (Maria Glória, entrevistada em Janeiro de 2014).

> Meu marido *me ajuda*, ele lava a casa, lava a roupa, cozinha, varre, ele não é aquele tipo de homem que só se escora na mulher. No programa da merenda o cadastro foi feito no meu nome, sei lá o porquê. Eles falam que horta é coisa de mulher, mas o homem não pode trabalhar numa horta? Ele pode! O homem não pode *ajudar* a cuidar de casa? Ele pode! Porque ele come, ele usa roupa limpa, então ele tem que fazer as coisas também! (Maria Rosa, entrevista realizada em 31 de Julho de 2014).

> É, às vezes *ele me ajuda*, é assim, às vezes varre uma casa, alguma coisa, né? E seu eu estiver trabalhando, eu também *ajudo ele* na roça, né? Mas assim, passar pano no chão, limpar as coisas, cozinhar, sou que quem faço (Maria Odete, entrevista realizada em 01 de Agosto de 2014).

> Tem que ser tudo junto porque é uma coisa familiar, né? Mas meu marido *não me ajuda com as coisas de casa*. Ele fica mais na parte da roça mesmo, mas o trabalho na horta também é puxado, eu gostaria que ele me ajudasse (Maria Joana, entrevista realizada em 31 de Julho de 2014).

> Aqui no nosso caso é quase exceção, nós dois trabalhamos juntos, em tudo juntos, mas *na maioria dos lotes a mulher trabalha num canto e o homem em outro*. Aqui não, nós dois nos ajudamos, em todo o serviço, na casa e na roça (João, entrevista realizada no dia 01 de Agosto de 2015).

> O meu marido de manhã vai pra mangueira né, aí nós vamos molhar a horta, juntar esterco, é assim, é um ajudando o outro, eu só não mexo com leite né, quem tira o leite é o meu esposo (Maria Regina, entrevista realizada em 30 de Julho de 2014).

A questão do trabalho é muito marcante nesse interím das relações entre homens e mulheres. Não diz respeito apenas à divisão do trabalho, se doméstico ou produtivo, há mais detalhes, como por exemplo a intensidade do trabalho. As mulheres entrevistadas ainda mantêm a ideia de que o trabalho que exige mais força, mais agilidade, está ligado ao gênero masculino:

> Eu sempre fui muito gulosa para trabalhar, por isso hoje estou doente, eu colhia trezentos quilos de algodão naquela época do acampamento, arrancava oito ruas de feijão de mil metros até às dez horas, *não tinha homem nenhum que trabalhava do mesmo tanto que eu*, os homens todos ficavam com raiva de mim, porque eu trabalha mais e ganhava mais, porque o feijão a gente ganhava por rua que colhia (Maria Valentina, entrevista realizada em 01 de Agosto de 2014).

As políticas públicas provocaram alterações nas relações de gênero no assentamento, isso é inegável. Foram mudanças em diversos âmbitos: economicamente, pois muitas mulheres agora possuem, ainda que de forma modesta, uma renda própria, vinculada ao seu trabalho; possuem uma maior interação e sociabilidade entre si, têm o reconhecimento da importância de seu trabalho, o que implica na autoestima. Porém, é possível inferir que esses resultados não são de mérito exclusivo das políticas públicas, afinal, quem faz as políticas são as pessoas. Em todo o seu ciclo, a política pública é conduzida pela ação humana, são as pessoas quem a elaboram, de acordo ou não, com

as demandas sociais, são as pessoas quem as executam, quem as avaliam, enfim, por isso, a mesma política pública pode ter respostas distintas em cada local.

As mulheres estudadas, ao se apropriarem das políticas, reorganizaram suas vidas pessoais e a coletividade do assentamento para alcançar as melhorias advindas dessas políticas. As políticas são um meio, instrumentos que elas utilizaram para conseguir autonomia e qualidade de vida. Como cada sujeito encontra-se envolto por um conjunto de valores, num espaço dotado de um contexto histórico e social específico, com tramas de poder diferenciadas, embora os resultados para cada assentada possam ter algumas semelhanças, eles são diferentes, pois cada uma se articulou às políticas a sua maneira. Isso explica o fato de algumas mulheres tomarem a frente dos projetos, das negociações, da administração da associação, e como consequência têm um crescimento pessoal mais elevado, ao passo que outras participam com menor intensidade e obtêm resultados diferentes. Tudo depende da postura que a mulher tem diante desses projetos e de como se dá o arranjo de poder dentro da família, já que há situações nas quais os maridos interferem demasiadamente nas decisões e organização familiar.

Algumas mudanças nas relações de gênero surgiram após a inserção das famílias na associação e nas políticas públicas. A lógica dessas alterações está vinculada à participação nas políticas e as assentadas demonstraram isso durante a pesquisa de campo, como é possível perceber através dos seguintes trechos de entrevistas:

> Muita coisa mudou depois dessa associação, a gente tinha um monte de sítios que não produziam nada, hoje, pelo menos em cada sítio, tem uma horta, antes não tinha isso. Os maridos trabalhavam para fora e as mulheres ficavam dentro de casa (Maria Fernanda, entrevista realizada em 01 de Agosto de 2014).

> Para as mulheres, esses programas mudaram muita coisa, eu vejo as mulheres sendo mais valorizadas pelo o que elas fazem, e tendo mais vontade de plantar, de adubar, e os maridos perguntam "Vocês estão loucas, vocês nunca viram serviço? Só sabem falar de horta, horta e mais horta (fotos 25 e 26)!" E as mulheres tudo em cima, trabalhando mais e mais. Você precisa ver, essas mulheres daqui que mexem com horta, elas só falam em horta, dão dicas uma para a outra, a maioria está animada. Algumas até trabalham com o marido, mas a maioria são as próprias mulheres. A presidente da associação mesmo, *apesar dos nossos desentendimentos* eu reconheço que ela é muito trabalhadora, é ela quem toma a frente nesse trabalho, *não é o marido não*. A horta dela é linda, é uma mulher sacudida. Ela me ajudou muito, me ensinou a fazer canteiro, a semear a semente, nessa parte eu

> não esqueço o que ela fez, eu tiro o chapéu para ela. Hoje se eu preciso bater um canteiro, eu não tenho que esperar o meu marido, eu mesma vou lá e faço sozinha (Maria Cláudia, entrevista realizada em 01 de Agosto de 2014).
>
> Hoje *as mulheres vão comprar o que elas querem, porque elas têm o dinheiro delas*. Eu mesma, antes se eu quisesse comprar alguma coisa, eu tinha que ir atrás do meu marido, agora eu tenho a minha autonomia (Maria Isabel, entrevistada em 31 de Julho de 2014).
>
> É porque aqui tem muita gente que mexe só com leite, né? E quem mexe mais com o leite é o homem, né? Então, eu acho que elas (as mulheres) devem se sentir inferiores, né? Porque aquilo ali quem fazia eram os homens, não era algo do trabalho delas, elas não tinham a renda delas mesmas, depois com esses programas, a coisa mudou (Francisco, entrevista realizada no dia 01 de Agosto).

Fotos 25 e 26. Hortas para os programas de compras institucionais no Assentamento Tucano

Fotos: Larissa Araujo Coutinho de Paula/ Trabalho de Campo/ 2014.

Um fator interessante é que a maioria das pessoas entrevistadas, mesmo os homens, manifestaram uma opinião positiva no fato de a associação ser gerenciada por mulheres. Mas, nesse caso, a questão do gênero também ficou explícita, pois ao justificar a sua preferência, as pessoas sempre faziam uma descrição das qualidades que a mulher possui. É o que a geógrafa Linda McDowell (1999) denomina de dualidades oposicionais, entre o que é masculino e o que é feminino, de modo que as qualidades masculinas são supervalorizadas e as qualidades femininas são tidas como primárias, baseadas na emoção. Por isso, as características que as pessoas entrevistadas utilizavam para justificar essa preferência pela mulher são historicamente ligadas à construção do gênero feminino, como o otimismo, o altruísmo, a humildade e falta de ambição, a conformidade. Apenas uma entrevistada atribui às mulheres características como a

força, a coragem e a atitude. Um entrevistado, inclusive menciona que as mulheres obtêm mais conquistas porque despertam maior sensibilidade nas pessoas:

> A mulher ela é mais *otimista*, ela pensa mais no futuro, não que os homens não pensem, mas *a mulher é mais otimista com a vida*. Pela minha tia, todo mundo estaria trabalhando no seu sítio, com sua horta, sua roça. Se fosse homem seria diferente, para pior, eu acho que eles são mais desligados, tem gente que só quer para si, não quer para o próximo, né? O pouco que essa associação anda é pela força de vontade de algumas mulheres (Maria Fernanda, entrevista realizada em 01 de Agosto de 2014).

> Eu acho melhor a associação ser administrada pelas mulheres porque o homem tem uma ideia e a mulher já tem outra, o homem trabalha de uma maneira e a mulher trabalha de outra. Cada um de nós tem um pensamento. O homem já pensa da maneira dele, já quer fazer diferente. Isso aí é a mesma coisa que a presidência lá da república, tem a presidente e a vice-presidente, quando tem a reunião, faz a votação para eleger os cargos, assim funciona a associação [..] *As mulheres não pensam alto, e os homens querem cada vez mais, as mulheres se conformam com qualquer coisa, os homens não* (Maria Valentina, entrevista realizada em 01 de Agosto de 2014).

> Na minha visão, eu acho que *a mulher tem atitude*, ela tem *coragem*, a mulher só se for uma mulher fraca que nunca fala não, mas a mulher, ela vê lá na frente, e dá certo, não dá? E a mulher, eu não sei todas, mas eu sou assim, eu vejo lá no final o que vai acontecer, nós temos essa profecia da nossa boca. *Temos mais atitude*, mais fôlego para fazer as coisas, a mulher não desanima, *ela é corajosa, a mulher nasceu e aguenta tudo* (Maria Cláudia, entrevista realizada em 01 de Agosto de 2014).

> Acho bom a associação ser administrada por mulher. A *mulher tem mais disposição para ir atrás das coisas* do que o homem, né? Eu vejo isso aí desde o acampamento. E *a mulher acredita mais*, aqui em casa mesmo, eu não queria mexer com bicho de seda (fotos, 27 e 28), pensava que não ia vingar, mas a minha mulher insistiu, ela tinha esperança que era uma boa oportunidade, e ela estava certa. Sempre era a mulher que tinha mais facilidade para conseguir as coisas, *não sei se o pessoal é mais sensível com as mulheres* (João, entrevista realizada em 01 de Agosto de 2014).

> É porque *os homens não acreditam muito nas coisas*, não. *As mulheres são mais de acreditar*, vai em busca, vê se vai dar certo, se não der também ela não desiste, homem não, né? *Homem eles são mais desacreditados*, qualquer coisa: "ah, não vou atrás disso, que isso não vai dá certo? Acho que é por isso que fico aí associação das mulheres, mas tá todo mundo junto (Francisco, entrevista realizada em 01 de Agosto de 2014).

Fotos 27 e 28. Produção de bicho de seda por família no Assentamento Tucano

Foto: Larissa Araujo Coutinho de Paula/ Trabalho de Campo/ 2014.

Do ponto de vista das instituições públicas, muitas mulheres ainda se sentem discriminadas, menos valorizadas do que os homens, muitas vezes é esse o motivo que as impedem de se informarem a respeito de crédito rural, por exemplo. Isso evidencia o quanto as relações também perpassam pela dimensão de gênero nas instituições públicas, nos bancos, nos órgãos destinados à assistência técnica, nos espaços públicos como um todo.

> *Tudo o que tem a ver com banco é o meu marido quem resolve, eu não mexo com nada, não tenho leitura pra mexer com essas coisas*. As poucas vezes que eu fui, fui muito mal atendida, tenho colegas daqui do assentamento que também não gostam de ir ao banco. *Parece que o povo que atende não gosta de falar com mulher, eles pensam que a gente não tem capacidade para entender as coisas* (Maria Ângela, entrevistada em 30 de Julho de 2014).

> *Eu não gosto de resolver coisas de banco, porque tudo tem que se passar pelo proprietário do lote. O lote aqui está registrado no nome do meu esposo.* Acho que quase todos os lotes aqui no Tucano são assim, está no nome do marido. Você sabe né minha filha, como eram as coisas para a mulher? Mulher não existia, não! Nos talões de nota do produtor só foram colocar o nome da mulher num dia desses (Maria Joana, entrevistada no dia 31 de Julho de 2014).

As lideranças colocam a todo o momento que o maior problema na direção da associação, além do desgaste pela acumulação de trabalho, é a desconfiança e o confronto com alguns associados do sexo masculino.

Nota-se que a organização e a gestão da OMAT estão de fato concentradas em duas mulheres, ou seja, a atual presidente e a tesoureira, já que ambas alternam o cargo na presidência. Isso evidencia uma sobrecarga de funções para essas duas mulheres, pois não há um compartilhamento na execução das atividades, não há uma consciência de coletividade. A presidenta menciona suas dificuldades:

> A minha maior dificuldade é para sair, porque aqui é só eu e ele (o marido). Aí tem vezes que ele precisa largar o trabalho no lote para me levar na cidade e eu não dirijo. Mas tenho vontade de aprender, isso aí me complica um pouco. Eu moro no final do assentamento, daqui até o asfalto são quatro quilômetros e, várias vezes, eu vou a pé direto daqui até o asfalto, para de lá pegar o ônibus (Maria Glória, entrevistada em Janeiro de 2014).

Soma-se à desunião do grupo, um sentimento de desconfiança quanto à integridade das ações realizadas pelas lideranças, já que muitas vezes atrasos nos pagamentos dos programas provocam desconforto nas mesmas, diante dos comentários que escutam no assentamento e na cidade:

> O problema é que às vezes a gente manda a prestação de contas lá pra cima e eles acham que a gente tem acesso a esse dinheiro do governo. E não é assim, né? Você não tem acesso à essas coisas. Essas coisas precisa esperar, eles ordenarem, mandar de lá para cá, depositar. E eles acham que nós somos as responsáveis. E às vezes eu fico mal com isso, porque muitos vão lá na rua, vão no Itesp e falam um monte, desconfiam de mim. A desconfiança é um problema que eu estou enfrentando muito *na minha associação*, e até você explicar... E isso parte mais dos homens, os mesmos que ficam me criticando (Maria Glória, entrevistada em Janeiro de 2014).

As entrevistas mostraram que há uma instabilidade nas relações entre as próprias mulheres. Embora, quando questionadas se gostariam que a OMAT fosse presidida por homens, muitas assentadas, mesmos as que demonstraram insatisfação e descontentamento com a administração vigente, afirmaram, como já exposto, que preferem que mulheres sejam as responsáveis pela associação e que não consideram positiva a gerência masculina.

É possível inferir que muitas desconfianças seriam sanadas caso houvesse mais diálogo, mais reuniões entre os associados, caso as informações sobre o funcionamento das políticas fossem mais detalhadas entre os demais associados, porém, a presidenta informou que não costuma fazer muitas reuniões, porque os associados se encontram toda semana num determinado local do assentamento para entregar os produtos

comercializados no PAA. Então, se há algum informe, algum aviso, eles são repassados ali, no momento das entregas. As reuniões formais ocorrem ocasionalmente, quando há a necessidade e, segundo a presidenta, a participação é baixa.

Isso configura um problema dentro da associação, pois é algo que compareceu em praticamente todas as entrevistas realizadas. Há muitas reclamações no sentido de que os projetos dos programas de compra, como o PAA e o PNAE, demoram para serem aprovados, de que há atraso nos pagamentos, e não são apenas os homens que se colocam insatisfeitos com essas questões, as mulheres também se manifestaram. Há uma falta de compreensão dos termos burocráticos que as políticas envolvem, levando os associados a acreditarem que são as lideranças as culpadas por esses problemas. Todos disseram que deveria haver mais reuniões e que todas as informações deveriam ser transmitidas para os associados, e isso faz com que os mesmos vejam a OMAT como um grupo no qual não há organização:

> Não sei como essa associação ainda está de pé, sabe por quê? Porque as pessoa precisam desse ganho que a CONAB dá, entendeu? Mas se as pessoas tivessem outro meio de viver não estava no meio dessa associação, desorganizada desse jeito. Eu mesmo já debati muito com a presidenta uns tempos desses, por causa negócio de atrasar projeto, atrasar pagamento (Roberto, entrevista realizada em 31 de Julho de 2014).

> Fazemos reuniões às vezes, é mais para tratar algum assunto do projeto, fazemos na antiga escola. Mas a participação é muito baixa, vão mais as mulheres, alguns homens vão, algumas pessoas falam, outras só escutam. Os homens reclamam quando as coisas atrasam, pensam que é por nossa culpa, mas isso vem de cima. São mais os homens que reclamam, *eu vejo mesmo por dentro de casa, por mais que a gente faça, o marido sempre acha algum defeito, e lá fora também não é diferente, eles pensam que o que eles fazem está bem feito, e o que a gente faz está errado* (Maria Conceição, entrevista realizada no dia 13 de Janeiro de 2014).

> Nós enfrentamos muito preconceito, desconfiança, às vezes os maridos não deixavam as mulheres participarem, mas hoje esses próprios maridos estão participando. *Acho que eles pensavam que a gente ia incentivar a mulher a sair de casa, não sei, não entendo o motivo* (Maria Glória, entrevista realizada no dia 30 de Julho de 2014).

Para a presidenta e a tesoureira, essa pressão e desconfiança é maior por parte dos homens, mas durante as entrevistas ficou claro que as mulheres também estão descontentes nesse aspecto. É complicado pensar em uma solução para o problema, pois

embora seja melhor que ocorram mais reuniões, é possível que as mesmas pessoas que reclamam da falta delas, não compareçam, ou não tenham uma participação efetiva, colocando seus pontos de vista, concordando ou discordando das decisões. É evidente também que para muitos associados, homens e mulheres, a associação represente apenas uma forma de acesso às políticas públicas, já que a reunião de agricultores em associações e cooperativas é uma das pré-condições para a participação em muitas políticas, sobretudo as de compras institucionais.

Esses desentendimentos também se dão entre as próprias mulheres, como se percebe nas falas a seguir:

> Sabe, sobre a associação ser presidida por mulheres, às vezes eu penso que é bom, às vezes eu penso que não. *Essas mulheres daqui são muito paradas* e o pessoal fala muito, né? *Se achassem uns homens de coragem, seria melhor, não seria?!* (Maria de Lourdes, entrevista realizada no dia 30 de Julho de 2014).

> Olha a associação trouxe muitas coisas boas, essas verduras mesmo, *as mulheres aqui só andavam desocupadas*, pelo menos tem esse negócio pra fazer, para se ocupar, antes andavam passeando na casa de um e de outro, falando da vida dos outros, agora com essas hortas ocupam o tempo na horta (Maria Arminda, entrevista realizada no dia 01 de Agosto de 2014).

> *Deveria ter homens na associação, para ter mais atividade, mais força pra correr atrás das coisas*, as mulheres daqui do Tucano já estão idosas também. Tinha que ter uma pessoa de fora, mais desenvolvida para ajudar a gente (Maria Rosa, entrevista realizada no dia 31 de Julho de 2014).

O maior conflito observado entre as mulheres ocorreu entre a presidenta da OMAT, Maria Glória e uma antiga associada, Maria Cláudia. Houve um desentendimento entre as duas em virtude de alguns questionamentos feitos pela associada no sentido financeiro, o que implicou na exclusão de Maria Cláudia por parte da presidenta:

> [...] mas também já aconteceu da própria pessoa querer sair da associação, uma mulher daqui, se desentendeu com a presidenta, saiu e está em outra associação, mas isso não é bom, *só que essa mulher era terrível, queria que tudo fosse do jeito dela, aí ela saiu da associação* (Maria Conceição, entrevista realizada em 30 de Julho de 2014).

> Eu era associada da OMAT há três anos, agora estou na associação do Assentamento Santa Rosa, porque me tiraram daqui. A presidenta daqui me tirou, tivemos uns problemas aí da parte dela, eu fui falar e ela não gostou, foi erro dela, né? Eu não acho certo isso até hoje, eu vou voltar pra cá ainda, se Deus quiser. Foi um negócio que ela fez

> errado aí, um direito meu, dos juros do banco, e ela não aceitou e tirou eu. Ela me passou esse dinheiro dos juros, mas me tirou da associação. Se ela tivesse falado em uma reunião que ela precisava desses juros para associação, eu concordaria com ela, mas ela não falou nada. *Mas eu vou voltar para a OMAT, a associação que eu pertenço é aqui e não lá, eu moro aqui e não lá! Ela não tem o direito de fazer isso comigo, problema a gente discute e resolve, não exclui as pessoas* (Maria Cláudia, entrevista realizada em 01 de Agosto de 2014).

Esse conflito ratifica os confrontos entre as próprias mulheres no que se refere ao poder. A presidenta da associação demonstra ser uma pessoa de personalidade forte e, em muitos momentos, transparece ter prazer na autoridade que exerce no grupo. Por outro lado, a ex-associada, Maria Cláudia, também se manifesta como uma pessoa enérgica pelo seu depoimento e, pelos comentário da outra associada, que dizia que ela queria tudo ao seu modo, por isso ambas entraram em enfrentamento.

É possível afirmar, diante dos relatos e da história do assentamento, que algumas mulheres sentem a necessidade de ter o controle sobre situações que envolvem os demais. A própria liderança do acampamento, a senhora Maria das Dores, afirmou que se afastou daquele antigo grupo formado pelas assentadas para a produção e venda de itens como sabão e frangos, porque não gostava de ser "mandada" e sentia que algumas mulheres queriam se sobressair, exercer autoridade sobre as demais.

Outra tentativa de organização frustrada foi um grupo regional de mulheres, formado apenas por mulheres assentadas do Pontal do Paranapanema, foi através desse grupo que obtiveram a sala de informática. A tesoureira da OMAT, Maria Conceição, narrou que era muito interessante participar do grupo, pois elas assistiam palestras sobre educação e saúde, organizavam-se para exigir melhorias nos assentamentos, porém, depois de um tempo algumas mulheres do MST começaram a participar, e elas tinham uma postura diferente, recusando a interferência da prefeitura, do ITESP, do INCRA, queriam uma autonomia total do grupo de mulheres, de modo que os recursos que o grupo recebia desses órgãos foram diminuindo e o grupo se desfez. É visível que as mulheres articuladas a partir da base de um movimento social manifestam-se com uma postura distinta, talvez mais crítica em relação ao apoio de órgãos públicos e demais instituições. Todavia, o que parece ser mais verdadeiro, é que esse grupo se enfraqueceu, assim como o antigo, pela concorrência de poder que provavelmente se travou entre essas mulheres. Parece que, quanto mais intensa é a conduta da mulher no sentido de se posicionar à frente dos problemas, colocar-se nos debates e de representar

a si e aos demais; menor é a possibilidade dela se colocar em situação de subalternidade, diante de um homem, e menos ainda diante de outra mulher, há uma grande resistência.

O sujeito é produto das relações de poder, ele exerce o poder, porém, o poder de outrem também é exercido sobre ele, e as formas de exercício de poder são instáveis, podem sofrer contestações, rupturas, modificações. O exercício do poder é múltiplo, as relações de poder não se apresentam de forma linear, mas como feixes que se interligam, como uma rede que perpassa vários âmbitos, gerando novas formas de poder. Nessa dinâmica, o sujeito se constitui através de elementos subjetivos e imposições externas, e se há poder, também há resistência e reação, por isso o poder está por toda a parte, não se restringe ao Estado, ou às instituições e acordos jurídicos (FOUCAULT, 2008).

García (2004), ao analisar a participação da mulher na reforma agrária do Pontal do Paranapanema, afirma que a produção e reprodução do espaço se estruturam por relações de poder, na qual se insere a questão de gênero.

Como já mencionado, o gênero é uma forma primária de significar relações de poder. As relações de poder se estabelecem entre diferentes sujeitos, homens e mulheres, e se materializam, em acampamentos ou assentamentos rurais. Esses lugares podem ser compreendidos como escalas geográficas e as relações de gênero devem ser entendidas como parte das práticas espaciais (GARCÍA, 2004).

A questão de gênero, bem como as políticas públicas têm sido trabalhadas sob a perspectiva territorial. Embora seja necessário reconhecer que as discussões implicadas no corpo de algumas políticas e em muitas de suas análises não correspondam com fidedignidade ao que se compreende por território na Geografia.

Nos estudos territoriais, a escolha da escala espacial é de suma relevância para a observação dos fenômenos analisados, a mesma funciona como “um prisma que permite desvendar processos sociais, econômicos e singulares”. As escalas não são fixas, são continuamente redefinidas, contestadas, reestruturadas (BRANDÃO, 2007, p. 20).

Ao fazer referência à obra de Foucault, Raffestin (1993) afirma que o poder é parte intrínseca de toda relação. De modo que: “Sendo toda relação um lugar de poder, isso significa que o poder está muito ligado intimamente à manipulação dos fluxos que atravessam e desligam a relação, a saber, a energia e a informação” (RAFFESTIN, 1993, p. 54).

O território, por sua vez, constitui-se num espaço marcado pelo poder, é um espaço no qual houve trabalho, seja em termos de energia ou de informação. O autor salienta que: “o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção, a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder” (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

Souza (2005) também considera o território como um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder. Todavia, sua noção de poder opõe-se ao sinônimo de dominação e violência, alertando para o fato de que o território não deve ser associado exclusivamente ao Estado-Nação, no sentido de governança.

Os territórios, ao terem como itens estruturantes o espaço e o poder, podem existir nas mais diversas escalas, em nível local, municipal, regional, estadual e internacional, além de também serem formados em diferentes escalas temporais, dias, meses, anos ou séculos (SOUZA, 2005).

Souza (2009, p. 9) afirma que o território é a primeira maneira de dar significado às relações de poder, sendo, portanto, um primeiro campo no qual o poder se articula. De modo que: “independentemente da maneira como o território é considerado - categoria empírica ou categoria analítica – ele sempre surge para mapear um campo específico de relações, com referência às relações sociais de poder, quer onde estejam os sujeitos concretos e suas representações”.

A interpretação do poder pelo autor supracitado não abarca apenas o poder a partir da repressão e negação, mas no poder assimétrico. Segundo ele, as relações de poder não estão externas aos sujeitos, elas constituem os sujeitos e se justapõe à outras relações (sexual, política, demográfica, econômica etc.) (SOUZA, 2009).

Haesbaert (2005, p. 1) explica que território “em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional ‘poder político’. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação”.

De acordo com Reis (2005), o poder se manifesta nas relações, em processos, estruturas, códigos, linguagens e objetos. As relações de poder entre os indivíduos não são iguais e nem se situam nas mesmas escalas, da mesma forma também não são estáticas, mas dinâmicas.

O território, de acordo com Santos (2006, p. 7), não se limita apenas a uma base material, “não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas

superpostas". Apesar da forte associação do território com uma base física, natural e material, que suscitou as ideias de nação e de Estado Nacional, o autor enfatiza a questão da identidade e do sentimento de pertencimento ao definir o conceito: "O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence".

Logo, para Santos (2006, p. 7), por ter o poder como um componente que o distingue, também implica em ações, forças, paixões:

> O território é o lugar onde se desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as riquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações de sua existência.

Para Brandão (2007), o território é resultado da produção social, de conflitos e lutas, é socialmente construído, baseado nas relações sociais e não em relações entre os objetos, de forma dinâmica e multidimensional, por isso não pode ser concebido como um mero receptáculo.

Assim o "território é nexo, ligadura e junção de confluências e conflitualidades de projetos de sujeitos sócio-políticos [...] é unidade privilegiada de reprodução social, denominador comum, desembocadura, encarnação de processos diversos e manifestação de conflitualidades (BRANDÃO, 2007, p 14-18).

Souza (2009, p. 11) alerta para o equívoco de tratar como sinônimos espaço e território, "neste aspecto, o espaço é uma projeção humana, objetivação da vida, como sentido de sua existência e os territórios são apropriações concretas exercidas por estas ações (práxis) que expressam dimensões materiais e imateriais".

Segundo Haesbaert (2005), desde sua origem, o conceito de território nasce com uma dupla conotação, material e simbólica, implicando simultaneamente dois termos, terra-*territorium* e terreo-*territor* (terror, aterrorizar), de modo que provoca distintos sentimentos, uma identificação positiva para os que dele se apropriam e medo para os que são impedidos de usufrui-lo.

A funcionalidade do território se dá a princípio por ser usado como recurso, através da proteção, abrigo ou da extração de matérias-primas. E no plano simbólico, com o aumento das identidades territoriais. Ambas as dimensões, a funcional (dominação) e a simbólica (apropriação) se interseccionam no território. Daí a afirmação de que todo território é simultaneamente funcional e simbólico, já que o

domínio dos indivíduos sobre o espaço se dá tanto para a realização de funções, quanto para a produção de significados. A primeira distinção do território deve focar na análise dos sujeitos que o constroem (indivíduos, grupos sociais, Estado, instituições), isso implica numa multiplicidade de agentes/ sujeitos envolvidos (HAESBAERT, 2005).

A territorialidade, por sua vez, incorpora dimensões políticas, econômicas e culturais, e se refere ao modo como os indivíduos utilizam a terra, como se organizam no espaço e como dão significado ao lugar (HAESBAERT, 2005).

Os grupos sociais utilizam formas diferenciadas para apropriarem-se e manterem-se no território, essas estratégias podem ser de cunho afetivo, cultural, político econômico, entre outras. De modo que a territorialidade pode se expressar de forma mais flexível, ou mais arraigada e fechada, logo a territorialidade apresenta variações, de acordo com a escala (nível local, cotidiano, regional, nacional ou supranacional) (HAESBAERT; LIMONAD, 2007).

As relações de gênero compõem uma das dimensões que integram o território, como aponta Haesbaert (2005, p. 8) baseado nas ideias de Zambrano (2001):

> O autor (Zambrano) parte da definição de território como "o espaço terrestre, real ou imaginado, que um povo (etnia ou nação) ocupa ou utiliza de alguma maneira, sobre o qual gera sentido de pertencimento, que confronta com o de outros, e organiza de acordo com os padrões de diferenciação produtiva (riqueza econômica), social (origem de parentesco) e *sexo/gênero (divisão sexual dos espaços)* (Grifo nosso) e [sobre o qual] exerce jurisdição.

A abordagem da identidade é outra vertente importante na construção do território, pois o poder e a identidade não são opostos, se complementam, já que a identidade é socioculturalmente construída e reconstruída em diversos contextos e escalas, por herança de valores ou por forças hegemônicas que visam legitimar uma homogeneidade identitária e cultural, de modo que "todo território, ao ser estabelecido, passa a apresentar características identitárias e relações de poder especializadas" (RITTER, 2011, p. 99).

Zambrano (2010) destaca uma perspectiva interdisciplinar para a compressão do território, que dialogue não apenas com o âmbito econômico, mas também com o cultural, político, antropológico e jurídico, visto que são as vidas cotidianas, os costumes e os poderes que produzem as dinâmicas territoriais.

É nesse sentido que Zambrano reforça a necessidade de compreensão de territorializações mediante identidades individuais e coletivas ancoradas nas especificidades étnicas, religiosas, sexuais, geracionais, raciais e físicas, que exercem pressão pela aplicação de direitos, segundo suas especificidades. Ter consciência dessas condições permite que o pesquisador entenda as relações entre território, multiculturalismo e diversidades:

> Así se ha entendido la relación de los términos territorio, multiculturalismo y diversidades: territorios (espacios y sus representaciones), multiculturalismo (políticas y ayuda social a la diversidad cultural) y diversidades (sujetos particulares diferenciados y sus demandas individuales y colectivas) (ZAMBRANO, 2010, p. 10).

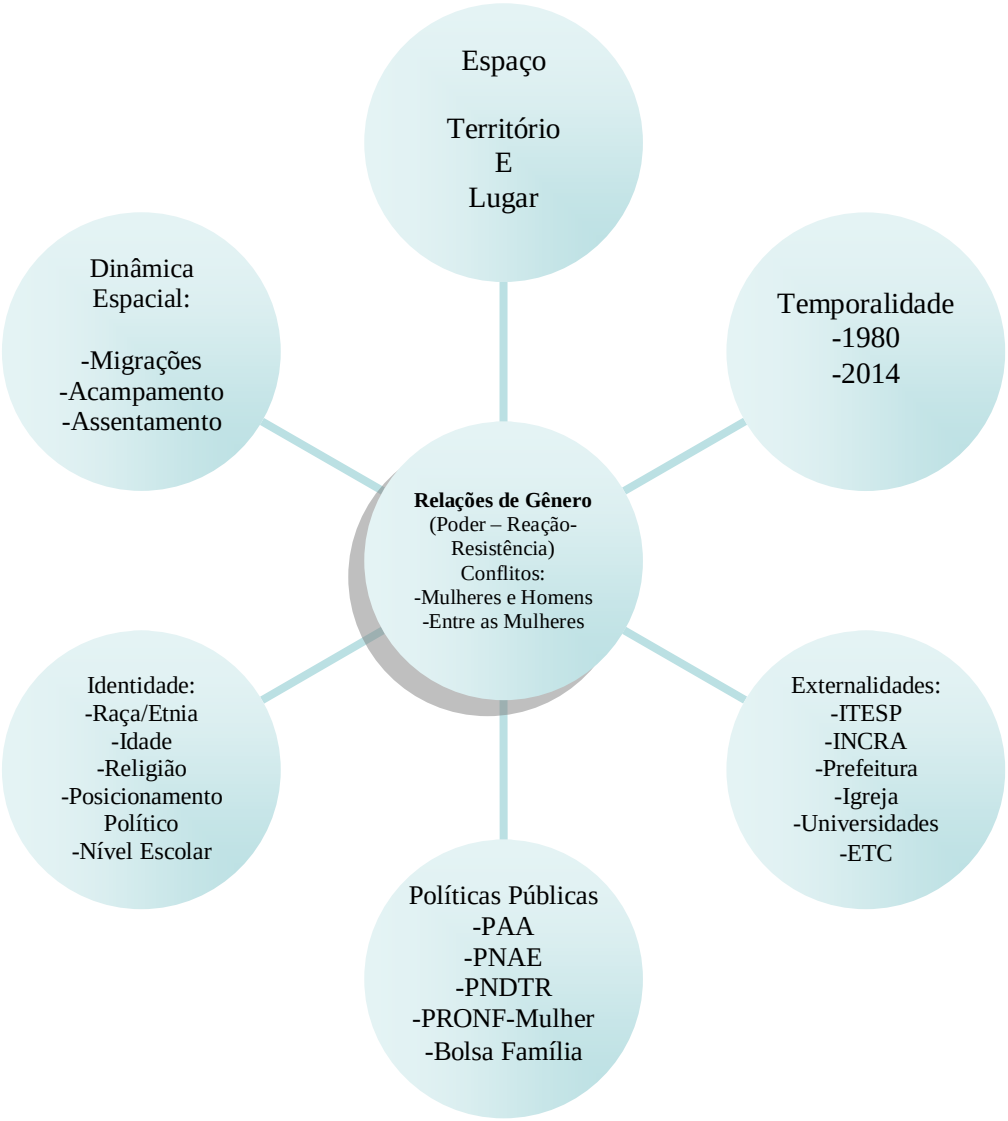
Zambrano (2010) descreve o caso da Colômbia, onde até o início dos anos 1990, as principais reivindicações por especificidades diziam respeito aos grupos de indígenas e de negros, porém, atualmente há outros sujeitos em questão, cujas reivindicações abarcam condições de gênero, deficiências físicas e mentais, idade, opção sexual, condição migracional etc. É o que o autor denomina coloquialmente de "diversidades da diversidade". Isso faz com que haja novas formas de reelaboração ou ressignificação territorial.

> El respeto de la dignidad humana solo es posible cuando se respeta a las personas en su singularidad, en su diferencia, es decir, con arreglo a la diversidad. Ese acto permite entender dentro de marcos de razonabilidad otros derechos como el desarrollo libre de la personalidad y el de la intimidad (ZAMBRANO, 2010, p. 11).

As mulheres da OMAT estão sob a iminência de relações com elementos externos ao assentamento, geralmente são instituições que desenvolvem projetos no local – funcionários de órgãos municipais ou do ITESP, intermediários (atravessadores), igrejas, universidades, ONG's -, elementos com os quais há troca de informações, de valores, a interação cultural, religiosa, técnica e social.

Nesse sentido há toda uma complexa rede de interferências observada no caso das mulheres da OMAT, e todas essas inter-conexões foram consideradas para estudar a relevância das políticas públicas na vida dessas mulheres, conforme observa-se na figura 5.

Figura 5. Esquema das possíveis interações e multiplicidades vivenciadas pelas mulheres assentadas



Organização: Larissa Araujo Coutinho de Paula, 2015.

As relações de gênero inegavelmente são espacializadas, por isso podem ser interpretadas a partir do território, como foi discutido anteriormente, bem como a partir do lugar, como será exposto mais adiante. Essas relações não condizem apenas entre mulheres e homens, mas também entre as próprias mulheres, são relações mediadas pelo poder. Essas pessoas possuem uma história circunscrita numa dinâmica espacial e temporal, muitas delas são migrantes, vieram de estados como a Bahia, Sergipe, Paraná,

e passaram pela fase de luta pela terra nos acampamentos, até conseguirem os lotes nos quais vivem.

As políticas públicas, muitas delas mediadas pela associação, OMAT, chegam até essas mulheres, que já possuem uma identidade definida, diferentes trajetórias de vida, raça/etnia, posicionamento político, idade, nível de escolaridade, relacionamentos familiares; os resultados das políticas estudadas, ou seja, PAA, PNAE, PNDTR, Pronaf-Mulher e Bolsa Família, terão diferentes intensidades de acordo com essas características, e ainda de acordo com o apoio ou não, de órgãos públicos que às assistem, e se pensarmos nas infinitas conexões que se estabelecem, pode-se afirmar que dinâmicas regionais, nacionais e até mesmo internacionais, também repercutem em maior ou menor intensidade, nesse contexto.

A pesquisa teve como maior enfoque a escala local, por se tratar, de uma associação, a OMAT, inserida numa trama de relações muito particulares, como um assentamento. Apesar da pesquisa pautar-se na escala do cotidiano, da microescala, é preciso tomar o cuidado de considerar as interlocuções com outras escalas. Como menciona Massey (2000), é preciso pensar o lugar não como algo limitado, "defensivo", mas voltado para fora, aberto, ativo, em expansão, um lugar com o sentido global, adaptado à compressão de tempo-espaço. O espaço e tempo estão interligados, "para existir tempo, deve existir espaço" (MASSEY, 2004, p. 13).

As mulheres estudadas não se encontram limitadas em fronteiras rígidas, isoladas, não permaneceram inertes após a conquista da terra. Essas mulheres vivenciam novas experiências, principalmente as novas gerações.

Essa observação está em consonância com a definição de espaço trazida por Massey (2004). Para a autora, o espaço é produzido por inter-relações, desde o nível intimamente pequeno até a imensidão do global; é um espaço no qual coexistem distintas trajetórias, marcadas pela multiplicidade, pelas inter-relações. O espaço nunca se encontra finalizado, *está sempre em construção*. Nas suas palavras: "O espaço, então, é o produto das dificuldades e complexidades, dos entrelaçamentos de relações, desde o inimaginavelmente cósmico até o intimamente pequeno" (p.17).

Essa inter-conexão defendida pela autora, também está presente na discussão proposta por Smith (2000), ao analisar as escalas geográficas. Para esse autor, as escalas são construídas ativamente, e as escalas (corpo, casa, comunidade, cidade, região,

nação, globo) não são separadas rigorosamente, mas apresentam conexões, estão interligadas.

Relações de gênero são relações sociais, e relações sociais são relações de poder, este, por sua vez, conforme salienta Haesbaert (2005), pode ser exercido desde formas violentas, até as mais sutis, simbólicas.

Acampamentos e assentamentos comportam lugares “masculinos e femininos”, o que implica em espaços de socialização apropriados e produzidos por cada gênero, ocorrendo uma divisão funcional do espaço (GARCÍA, 2004).

Como as relações de gênero estão imbricadas pelo poder, é comum que se procure explicá-las por meio do território, porém, este não é o único caminho possível. Já que o espaço e o lugar também são conceitos que permitem a politização do discurso, também evidenciam o conflito, a dominação, a resistências, elementos imbricados nas relações de poder (TURRA NETO, 2015).

Segundo Turra Neto (2015), o conceito de lugar pode ser interpretado como um intermediário entre espaço e território, uma vez que é no lugar que há a relação e o confronto entre a identidade e a diferença, mediadas pela materialidade.

Logo, as relações de gênero apresentam a possibilidade de serem analisadas sob o âmbito de mais de um conceito geográfico, e não apenas pelo território, como tem sido feito pela maioria dos pesquisadores. Não optou-se por realizar essa abordagem neste trabalho por ter-se privilegiado o conceito de território, porém, reconhece-se que há outras possiblidades de análises.

A Força da Mulher II, Jerci Maccari, 1999.

Considerações Finais

Apesar de todas as condicionalidades existentes e da inserção da preocupação com o trabalho feminino nas políticas públicas ser relativamente recente, particularmente no Brasil, é notório que essas políticas estão sim engendrando alterações na vida das mulheres rurais que delas participam.

É possível afirmar que o objetivo principal que norteou essa pesquisa foi alcançado, as políticas estudadas, sobretudo o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Bolsa Família, têm provocado efeitos positivos no assentamento como um todo, e na vida das mulheres estudadas.

Embora existam problemas relacionados aos atrasos nos pagamentos, ou à aprovações de projetos, descontentamento quanto aos valores comercializados, os saltos positivos advindos das políticas são maiores. As políticas incitaram alterações na própria paisagem do Assentamento Tucano, pois o mesmo era caracterizado principalmente pela produção de leite, feijão, mandioca, batata-doce, os programas geraram mais diversidade produtiva, através da inserção do cultivo de hortas e pomares. Isso repercute na alimentação das famílias inscritas, já que possuem uma maior variedade de alimentos para o autoconsumo, ademais, os programas de compras institucionais têm se estabelecido como um canal confiável de comercialização para as famílias assentadas.

A despeito de conflitos que emergem entre as pessoas associadas à Organização de Mulheres do Assentamento Tucano (OMAT), homens e mulheres, pode-se afirmar que o critério de criações de grupos organizados para a participação nos programas de compras institucionais também é positivo, já que apesar dos problemas de desacordos, baixa participação nas reuniões, entre outros, se estimula a coletividade e a execução de projetos comuns entre as pessoas associadas, além de propiciar o protagonismo feminino, através do empenho das lideranças. E de toda forma, o conflito é algo inerente à qualquer grupo.

No que se refere ao PAA e ao PNAE, os resultados são os mais diversos, desde a relativa autonomia financeira que as mulheres participantes logram, até a autoestima por conseguirem obter recursos do trabalho que executam, assim, as mulheres não se sentem apenas como meras ajudantes, e têm uma liberdade maior para adquirir itens ou investir em projetos que nutrem para si. O retorno aos estudos é outro destaque, embora não seja um efeito que foi tomado por muitas agricultoras, é algo importante pois é um impulso

que as próprias mulheres tomaram no sentido de melhorar suas condições de vida, e reaver algo que lhes foi negado durante a vida, o direito ao conhecimento.

O Bolsa Família, por sua vez, apesar das constantes críticas das quais o programa é alvo, também revelou sua importância no sentido de ser uma renda modesta, mas que complementa o orçamento das famílias que são beneficiárias da política, e também no sentido de que a mulher tem a iniciativa de utilizar esse dinheiro para despesas familiares, aquisição de alimentos, de itens escolares e roupas para os filhos, pagamento de contas de manutenção da casa, como a energia elétrica, ou ainda em alguns casos, a compra de objetos para si mesmas, que embora sejam utensílios simples, são valorizados por elas.

Quanto ao Pronaf-Mulher, que visa financiamentos agropecuários para inciativas femininas individuais ou em grupos; bem como o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR), infelizmente não foram observados resultados, já que a maior parte das pessoas entrevistadas, tanto homens quanto mulheres, desconheciam a existência dos mesmos. Em se tratando do PNDTR, conclui-se que no caso do assentamento em questão, a inacessibilidade do programa não causa grandes comprometimentos, uma vez que não foram verificados problemas relacionados à documentação pessoal, mas seria de utilidade, a transmissão de informações a respeito da previdência social, por exemplo, pois muitas assentadas não sabem como devem proceder para obter esse direito. Já o Pronaf-Mulher seria uma política de grande utilidade, tanto em termos de projetos individuais, quanto coletivos, pois já existe um grupo de mulheres estabelecido (apesar de existirem homens inseridos), porém o alcance dessa política implica em muitas barreiras que precisam ser descontruídas: primeiro, no que diz respeito à coesão das mulheres envolvidas, para a solicitação de um financiamento em conjunto; segundo, no que concerne à burocracia e à vinculação das dívidas que os esposos possuem com as linhas tradicionais de investimento do Pronaf. De toda forma, a participação nessa política, caso venha a ocorrer, deve antes ser acompanhada e bem direcionada, no sentido de que o projeto financiado abra de fato oportunidades diferenciadas de renda, como processamento de alimentos manufaturados, por exemplo, e não apenas mais recursos para a compra de gado bovino que, apesar das vantagens, não apresenta novas possibilidades para os trabalhadores rurais, sobretudo para as mulheres. O que preocupa nesses dois programas é o total desconhecimento por parte das mulheres. E um direito conquistado através de uma

longa história de reivindicações por todo o país, porém, dos quais a maioria das agricultoras não têm acesso, nem sequer sabem da sua existência.

Essa insuficiência das políticas públicas também foi observada em nível da administração pública local (municipal), pois existem políticas que se iniciam, porém, não há uma continuidade, é o caso da escola de informática, que foi um triunfo obtido por meio das exigências do grupo de mulheres, mas hoje é uma infraestrutura que está inoperante. Isso remete ao depoimento da assistente social, quando ela, que por sinal também é assentada rural, menciona que os assentamentos, depois de oficializados, são esquecidos pelo poder público municipal e estadual. Neste quesito, a precária infraestrutura e a ausência de atividades recreativas, a inexistência de transporte até a sede municipal, repercute efeitos negativos predominantemente sobre o público mais jovem, que aos poucos está deixando o assentamento.

No que se refere às relações de gênero, foi possível apreender que há sim uma divisão sexual do trabalho, no que diz respeito ao trabalho doméstico e agropecuário e que isso está implicado nas relações familiares. Foi possível observar que há tensionamentos entre mulheres e homens, e que esses conflitos são mais fortes entre as lideranças da associação. Mas, curiosamente, existe também confrontamentos entre as próprias mulheres, e apesar dessa situação ser compreensível, pois as relações de poder são inerentes ao ser humano, não é um tema amplamente discutido por pesquisadores do tema.

As relações de gênero não estão circunscritas apenas na associação ou no assentamento, mas extrapolam para as demais escalas e dimensões da vida pública, já que as entrevistadas demonstraram descontentamento com os serviços públicos, sobretudo os bancos, afirmando que evitam utilizar tais serviços ou buscar esclarecimentos para crédito rural, pois costumam ser preteridas pelos funcionários.

O mais interessante é perceber que, uma mesma política reflete diferentes resultados sobre a vida das mulheres, já que cada uma delas, enquanto sujeito, possui diferentes trajetórias de vida, estão inseridas em famílias com distintos arranjos de poder, possuem uma identidade peculiar, diferentes posicionamentos políticos, religiosos, enfim, toda essa complexidade de tramas implica em efeitos diferenciados dos programas. Há mulheres que se envolvem demasiadamente, que aproveitam ao máximo as oportunidades trazidas pelos programas, há outras, que infelizmente, estão sujeitas a uma forte dominação masculina por parte de seus esposos, e nem sequer

podem ter seus nomes cadastrados nos programas ou frequentar reuniões. Isso ocorre porque, em seu escopo, as políticas podem ter a intencionalidade de propiciar melhorias e reconhecimento do trabalho feminino, porém, elas não alcançam o âmago das relações de gênero, são relações muito intrínsecas, que não são alteradas apenas a partir de uma relativa autonomia financeira, embora isso também seja importante, são relações profundas e complexas que só podem ser alteradas pela base.

Do mesmo modo, apesar de reconhecer a importância dessas políticas públicas, há de convir que quem está de fato executando transformações são as próprias mulheres, as política nada mais são do que instrumentos utilizados para tal fim, já que as políticas desde sua elaboração, até a sua execução e análise, dependem da ação humana. A ampliação das melhorias advindas das políticas públicas depende de como as mulheres se inserem nelas, de sua participação na elaboração de projetos, seu engajamento na produção e operacionalização das mesmas, ao ter impedido o direito de serem cadastradas nos programas, ou de frequentarem as reuniões, elas passam a ser omitidas, e o trabalho que desempenham é ocultado.

Apesar das mulheres rurais terem alcançado muitas conquistas, ao longo de anos de luta e reivindicações, ainda há muito o que se fazer. As trajetórias de diversas agricultoras, sob a influência de diferentes culturas, contêm um fator comum que interliga todas elas: o machismo. Além do machismo, as mulheres rurais sofrem com outro agravante, o trabalho não remunerado, trabalho que é reconhecido apenas como ajuda, que é desvalorizado. A falta de independência financeira dessas mulheres, em muitos casos, lhes restringe o poder de decisão nas escolhas e planos da família.

Toda a inferiorização da agricultora e do trabalho por ela executado, impinge a marginalidade em diversas situações, dentro da própria casa, e dos bens que a família possui, como já demonstraram muitas autoras; e no âmbito público, nas negociações com os bancos; nos órgãos de assistência técnica; nos sindicatos e organizações coletivas, quando estes últimos existem.

Embora a OMAT seja um grupo “de mulheres”, muitas assentadas têm receio de participar mais ativamente das atividades desenvolvidas, ou são impedidas por seus companheiros.

Destarte, a continuidade das ações da associação fica sobre o encargo de apenas duas mulheres (a presidenta e a tesoureira), que se desdobram para cumprir os objetivos

da associação e tentar engajar as demais associadas nos projetos de políticas públicas, enquanto simultaneamente trabalham em suas casas e lotes.

As relações de gênero na associação são bastante conflituosas, pois as lideranças que conduzem o grupo têm de lidar com o constrangimento de críticas, intrigas, desconfiança, oriundas, majoritariamente, do público masculino. Talvez a própria ampliação e fortalecimento da associação esteja sendo impedida devido ao machismo, que ainda é muito presente no assentamento em questão, mesmo que em sua origem, tenha sido admitida uma mulher como líder. No entanto, o interessante é que há uma tensão e disputa de poder entre as próprias assentadas envolvidas na associação. A autoridade e o sentimento de posse da associação por parte da presidenta é algo evidente nas entrevistas.

Convém frisar que o machismo não é facilmente observado, pois é velado. Apenas num frequente aprofundamento do cotidiano das famílias é que ele se manifesta, nos detalhes, muitas vezes sutis e quase imperceptíveis. Um dos entrevistados afirmava não ter nada contra a administração da OMAT ser vinculada às mulheres, afirmava com segurança que não admitia nenhuma postura machista; por outro lado, fez críticas constantes à organização da associação, tomou a decisão de participar da entrevista no lugar de sua esposa, e informou que nenhum dos programas que a família participa, está no nome dela, todos constam como fornecedor apenas ele, o "chefe da família". Outras situações na pesquisa de campo deixaram transparecer o machismo, como quando uma possível entrevistada (uma mulher jovem, com cerca de vinte e oito anos), cordialmente se recusou a participar da entrevista, alegando que, por ordens de seu esposo, não poderia dar nenhuma informação para desconhecidos, na ausência dele. Ou ainda, quando uma assentada narrou sua história, dizendo que só se tornou titular do lote após ela e o marido se divorciarem, pois o ex-marido, ao se desentender com a atual companheira, temia que esta reivindicasse o direito à terra.

Um fato que confluiu para a baixa politização das assentadas e assentados foi a interferência de um político local enquanto ainda eram acampados. Conforme algumas pessoas afirmaram durante as entrevistas, eles não fizeram parte de nenhum movimento social no processo de luta pela terra, nota-se inclusive, na fala de alguns, um certo preconceito em relação a esses movimentos, um tom pejorativo, como se estivessem associados à desordem. Isso repercutiu em toda a formação de uma consciência coletiva dos assentados, dificultando a autoidentificação dessas pessoas, ao se afirmarem

enquanto homens, mulheres, negros, migrantes, enfim, toda uma série de características das quais encontram-se inseridas.

Roupa no varal, Jerci Maccari, 2001.

Bibliografia

ABRAMOVAY, M. RUA, M. G. **Companheiras de luta ou coordenadoras de panelas?** As relações de gênero nos assentamentos rurais, UNESCO, 2000.

ALVES, M. F. P. Dificuldades no acesso ao crédito pelas mulheres rurais: Discutindo a experiência do PRONAF mulher no oeste potiguar. In: **VII Congresso latino-americano de Sociologia Rural**, 2006, Quito. VII Congresso latino americano de Sociologia Rural, 2006. v. p. 1-23.

AMABILE, A. E. N. Políticas Públicas. In: CASTRO, C. L. F. (Org.); GONTIJO, C. R. B. (Org.); AMABILE, A. E. N. (Org.) . **Dicionário de Políticas Públicas**. 1. ed. Barbacena: Editora da Universidade do Estado de Minas Gerais - Eduemg, 2012. v. 1. 242p .

ANDRÉ, I. M. O gênero em geografia: introdução de um novo tema. **Finisterra**, Lisboa, v. 25, n. 50, p. 331-348, 1990.

ARRETCHE, M., T. S. Uma contribuição para fazermos avaliações menos ingênuas. In: BARREIRA, M. C. R. N.; CARVALHO; M. C. B. (Orgs**). Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais**. São Paulo: IEE/PUC. 2002.

BERENI, L.; CHAUVIN, S.; JAUNAIT, A.; REVILLARD, A. **Introduction aux Gender Studies: manuel des études sur le genre**. Bruxelas: De Boeck, 2012.

BERGAMASCO, S. M. P. P.; NORDER, L. A. C. **O que são assentamentos rurais?** São Paulo, Brasiliense, 1996 (Coleção Primeiros Passos, 301).

BOURDIEU, P. A casa ou o mundo às avessas. In: CORREA, M. **As Sociedades Segmentares & a Antropologia**. Textos Didáticos, Unicamp. Campinas, 2002.

BOURDIEU, P. O camponês e seu corpo. In: **Revista Sociologia Política**, Curitiba, 26 p. 83-92, jun. 2006.

BOURDIEU, P. **A Dominação Masculina**. Trad. KÜHNER, M. H. 10ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2011. 160 p.

BUARQUE, C. A dimensão de gênero no mundo rural brasileiro contemporâneo. (IN) MIRANDA, C.; COSTA, C. **Série Desenvolvimento Rural Sustentável: Desenvolvimento Sustentável e Perspectiva de Gênero.** V. 2. Brasília: IICA, 2005.

BUSANELLO, E. **O Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural e o atendimento às mulheres rurais**. Projeto de Cooperação Técnica – "Apoio às políticas e à participação social no desenvolvimento rural sustentável"- IICA/MDA – NEAD. Brasília, 2009.

BUTTO, A.; LEITE, R. **Políticas públicas para mulheres rurais no Brasil**: avanços recentes e desafios. 2011. Disponível em:http://www.aslaru.org>. Acesso em: 12 ago. 2014.

BRANDÃO. C. Territórios com Classes Sociais, Conflitos, Decisão e Poder In: ORTEGA, A. C.; ALMEIDA F., N. A. (organizadores) (2007). **Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária**. Campinas, Editora Alínea, 2007.

Brasil, Ministério do Desenvolvimento Agrário. Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. **Cirandas do Pronaf para mulheres**. Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2005.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. **I Revista do Programa Nacional da Documentação da Trabalhadora Rural**. Programa Nacional de Documentação da Mulher Trabalhadora Rural 2004 –2006. Relatório de Gestão: Ter documento é um direito. Toda mulher quer respeito, 2006.

CAMPOS, C. S. S. **A face feminina da pobreza em meio à riqueza do agronegócio**. Buenos Aires: CLACSO, 2011. 208 p.

CARNEIRO, M. J. O ideal rurbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: SILVA, F. C.; SANTOS, S.; COSTA, L. F. C. (Org.). **Mundo Rural e Política**. Campus, Rio de Janeiro, Campus, p. 95-118, 1998.

CARNEIRO, M. J. Herança e Gênero entre Agricultores Familiares. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n.1, p. 22-55, 2001.

CARNEIRO, M. J. Juventude e novas mentalidades no cenário rural. In: CASTRO, E. G. (Org.); CARNEIRO, M. J. (Org.). **Juventude Rural em Perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

COLOGNESE, Silvio Antonio; MÉLO, José Luiz Bica de. A técnica de entrevista na pesquisa social. **Cadernos de Sociologia:** Porto Alegre, 1998, v. 9, 143 – 159p.

CONCEIÇÃO, A. C. L. Teorias feministas: da "questão da mulher" ao enfoque de gênero. **RBSE**, v. 24, 738-753, dez. 2009.

COS-MONTIEL, F. Atacando la punta del iceberg: ¿Por qué las políticas de combate a la pobreza no garantizan la equidad en género? In: SCHMUKLER (coord.). **Políticas públicas, equidad de género y democratización familiar**. Instituto Mora. San Juan, Michoacán, México, 2000.

COSTA, A. A. A. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. **Revista Gênero**, Niterói, v. 5, 9-35, jun. 2005.

DEERE, C. D. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. **Revista Estudos Feministas**, UFSC, vol. 12, N. 1/2004.

ESPINOSA, G. Presupuestos sensibles al género. In: **Tecnologia em um marco de política económica sistémica**. México: Universidad Autónoma Metropolitana, 2004.

ESPINOSA, G. Feminización de lo rural y políticas públicas: nuevas realidades y viejas políticas. In: **La UAM ante la sucesíon presidencial: Propuestas de política económica y social para el nuevo gabierno**. México: Universidad Autónoma Metropolitana, 2011.

FERNANDES, B. M. ; RAMALHO, C. B. Luta pela terra e desenvolvimento rural no Pontal do Paranapanema - SP. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 43, p. 239-254, 2001.

FRASER, N. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era "pós-socialista". Trad. SIMÕES, J. S. **Cadernos de campo**, São Paulo, n. 14/15, p. 231-239, 2006.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. 25ª edª. Rio de Janeiro: Graal. 2008.

FROEHLICH, E. **A capacidade de "fazer diferente":** os condicionantes legais e as estratégias de governança na implementação do Programa de Alimentação Escolar em Dois Irmãos e Tapes (RS). Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

GARCÍA, M. F. **A luta pela terra sob enfoque de gênero: os lugares da diferença no Pontal do Paranapanema.** (Tese de Doutorado) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

GIBBS, Graham. **Análise de dados qualitativos**. Porto Alegre: ArtMed, 2009.

GIULANI, P. C. Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira. In: PRIORE, Mary Del (org.). **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

GOUVEIA, T. CAMURÇA, S. **O que é gênero?** 4ed. Gênero e Cidadania e DED-SACTES, 2004.

HAESBAERT, R. Da Desterritorialização à Multiterritorialidade. In: **X Encontro de Geógrafos da América Latina**, 2005, São Paulo. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina, 2005.

HAESBAERT, R.; LIMONAD, E. O território em tempos de globalização. **GEO UERJ**. Rio de Janeiro, n.5, p. 7-19, 1º semestre 2007.

HALL, M. M. **História Oral**: os riscos da inocência. In: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, Secretaria Municipal de Cultura, Departamento do Patrimônio Histórico. O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: DPH, 1992. 4 p.

HESPANHOL, R. A. M. Estrutura produtiva agropecuária e acesso ao PRONAF na raia divisória São Paulo – Paraná – Mato Grosso do Sul. In: **48º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**. Anais do 48º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Campo Grande, 2009.

HEREDIA, B. M. A. **A Morada da Vida**: trabalho familiar entre pequenos produtores do nordeste do Brasil. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979, 164p .

LISBOA, T. K.; LUSA, M. G. Desenvolvimento sustentável com perspectiva de gênero – Brasil, México e Cuba: mulheres protagonistas no meio rural. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.16, 871-887, set/dez. 2010.

LOURO, G. L. Nas redes do conceito de gênero. In: LOPES, M. J. D.; MEYER, D. E.; WALDOW, V. R, (orgs.). **Gênero e saúde.** Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 1996.

MARRE, J. A. L. A construção do objeto científico na investigação empírica. Cascavel: **Seminário de Pesquisa do Oeste do Paraná** – UNIOESTE, 1991. (Digitado).

MASSEY, D. **Pelo espaço**: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand, Brasil, 2008. 312 p.

MASSEY, D. Filosofia e política da espacialidade: algumas considerações. **GEOgraphia**, Rio de Janeiro, ano 6, n. 12, p. 7 – 23, 2004.

MASSEY, D. Um sentido global do lugar. In: ARANTES, A. A. (org.). **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000. p. 176 – 185.

McDOWELL, L. **Género, identidade y lugar:** un estudio de las geografías feministas. Ediciones Cátedra. Madrid, 1999. 399p.

MEIHY, J. C. S. B. **Manual de história oral**. 4a. ed. São Paulo: Loyola, 2002. 246 p.

MELO, L. A. Injustiças de Gênero: o trabalho da mulher na agricultura familiar. In: **V Encontro Internacional Fazendo Gênero.** Florianópolis, Outubro de 2002. Anais do V Encontro Internacional Fazendo Gênero. Universidade Federal de Santa Catarina, 2002.

MENEGAT, A. S.; FARIAS, M. F. L. Pronaf mulher: perspectivas para o empoderamento feminino nos assentamentos rurais do estado de mato grosso do sul. In **VIII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural** - Porto de Galinhas, 2010.

MENEZES, E. F.; GAMA, A. A busca pela visibilidade: a marcha das margaridas e a trajetória de conquistas para mulheres rurais. In: **V NEER**- As representações culturais no espaço: perspectivas contemporâneas em geografia, 2013, CUIABÁ.

MIELITZ NETTO, C. G. A. Dez anos de PAA e a constituição de uma estratégia nacional de segurança alimentar. In: Grossi, M. D.; Kroeff, D. R. (Org.). **PAA: 10 anos de aquisição de alimentos**. 1ed.Brasília: Brasil, 2013.

MOREIRA, E. V. ; HESPANHOL, R. A. M. . O lugar como uma construção social. **Formação (Presidente Prudente)**, v. 2, p. 48-60, 2008.

MOURA, M. M**. Os herdeiros da terra**. São Paulo: Hucitec, 1978,100p.

NEVES NETO, C. C. O Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável - Microbacias II. **Fórum Ambiental da Alta Paulista**, v. 07, p. 181-194, 2011.

OLIVEIRA, A. R. **Gleba Tucano**: A conquista de um pedaço de chão. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2001.

OLIVEIRA, A. R. **O associativismo na região do Pontal do Paranapanema-SP**: limites e possibilidades para o desenvolvimento rural. Tese [Doutorado em Geografia]. Presidente Prudente: UNESP, 2010.

OLIVEIRA, P. S. Caminhos de construção da pesquisa em ciências humanas. In: Paulo de Salles Oliveira. (Org.). **Metodologia das ciências humanas**. 1 ed. São Paulo: Hucitec / UNESP, 1998, v. 1, p. 17-26.

PAULILO, M. I. S. O peso do trabalho leve. **Ciência Hoje**. v. 5, n. 28, p. 64-70, jan./fev. SBPC: Rio de Janeiro, 1987.

PAULILO, M. I. S. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **Revista Estudos Feministas**, CFH, v. 12, n.01, p. 229-252, 2004.

PAULILO, M. I. S. Trabalho Doméstico: reflexões a partir de Polanyi e Arendt. **Revista Cadernos de Pesquisa**. Programa de Pós-Graduacao em Sociologia Politica, Universidade Federal de Santa Catarina, v. 35, p. 1-9, 2007.

PERROT, M. **Os excluídos da história**. Paz e Terra. São Paulo, 2010.

PICHININ. E. S. **As Transformações Históricas e a Dinâmica Atual da Paisagem no Município de Euclides da Cunha Paulista/SP**. Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista/ Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2009 – Dissertação (Mestrado em Geografia).

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. Trad: Maria Cecilia França – São Paulo: Ática, 1993. 269 p.

RAGO, M. Os feminismos no Brasil: dos "anos de chumbo" à era global. **Revista Labrys Estudos Feministas**, v.3, 1-12, jan/jul. 2003.

REAL, L. C. V. **A problemática da produção e consumo de alimentos e o lugar da alimentação escolar – uma revisão de literatura**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

REIS, J. (2005). **Uma epistemologia do território**. Coimbra, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais.

RITTER, C . Reflexões Epistemológicas sobre os "Territórios de Identidade". **Revista geografar** (UFPR), v. 6, p. 95/5-109, 2011.

ROSA,W. J. **O Pronaf-Mulher**: Conquista sem acesso. Dourados: UFGD 2011.

ROSSINI, R. E. Geografia e Gênero: A mulher como força de trabalho no campo. **Informações Econômicas**, São Paulo, v.23, 1993.

SACCO dos A., F. ; CALDAS, N. V. ; COSTA, M. R. C. Pluriatividade e sucessão hereditária na agricultura familiar. In: **XLIV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural**, 2006, Fortaleza.

SANTOS, M. O retorno do território. **Observatorio Social de América Latina**. Año 6 no. 16 (jun. 2005-). Buenos Aires : CLACSO, 2005.

SANTOS, R. J. Pesquisa empírica e trabalho de campo: algumas questões acerca do conhecimento geográfico. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, 11 (21, 22), p. 111 – 125, 1999.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995, p. 71-99

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. Trad. MOTTA, L. T. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 409 p.

SILIPRANDI, E. ; CINTRÃO, R. As mulheres agricultoras e sua participação no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). **Revista Segurança Alimentar e Nutricional**. 18(2), NEPA/UNICAMP, 2011.

SILIPRANDI, E. ; CINTRÃO, R. Dez anos de PAA e a constituição de uma estratégia nacional de segurança alimentar. In: Grossi, M. D.; Kroeff, D. R. (Org.). **PAA: 10 anos de aquisição de alimentos**. 1ª ed.Brasília: Brasil, 2013.

SILVA, J. M. Um ensaio sobre as potencialidades do uso do conceito de gênero na análise geográfica. **Revista de História Regional** 8(1): 31-45, 2003.

SILVA, J. M. Geografias feministas, sexualidades e corporalidades: desafios às práticas investigativas da ciência geográfica. In: SILVA, Joseli Maria. (Org.). **Geografias subversivas**: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades. 1ed. Ponta Grossa: Todapalavra, 2009, v. 1, p. 93-114.

SILVA, B. G. **A Marcha das Margaridas**: resistências e permanências, 2008. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, UNB.

SILVA, M. A. M. Gênero e educação em um assentamento rural. Relato de uma experiência. In: Tânia Suely Antonelli Marcelino Brabo. (Org**.). Gênero, educação, trabalho e mídia**. 1ed. São Paulo: Ícone, 2010, v. 1, p. 115-138.

SILVA, C. L.; BASSI, N. S. S. Políticas Públicas e desenvolvimento local. In: Christian Luiz da Silva (Org). **Políticas Públicas e Desenvolvimento Local**: instrumentos e proposições de análise para o Brasil. Petrópolis, RJ. 2012. Editora: Vozes.

SILVA, L. C. M. Mulher e trabalho no programa bolsa família. In: Brasil, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Avaliação de políticas públicas: reflexões acadêmicas sobre o desenvolvimento social e o combate à fome**, v.1: Introdução e temas transversais - Brasília, DF: MDS; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2014.

SMITH, N. Contornos de uma política espacializada: veículo dos sem teto e a construção da escala geográfica. In: ARANTES, A. (org.). **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000. p. 132 – 175.

SOUZA, M. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. (IN) CASTRO, Iná Elias de; CORREA, Roberto Lobato; GOMES, Paulo Cesar da Costa. **Geografia:** Conceitos e Temas. 7º Ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2005, 352p.

SOUZA, J. G. Limites do território. **Agrária** (São Paulo. Online), v. 10, p. 99 130, 2009.

SOUZA, S. P. **Assentamentos rurais e novas dinâmicas socioeconômicas:** o caso dos municípios de Rosana, Euclides da Cunha Paulista e Teodoro Sampaio – SP. Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista/ Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2007 – Dissertação (Mestrado em Geografia).

SOUZA, S. P.; HESPANHOL, R. A. M. Análise Comparativa do Programa Bolsa Família nos territórios da cidadania do Pontal do Paranapanema, Vale do Ribeira e Sudoeste Paulista-SP. In: Anais do **VI Encontro de Grupos de Pesquisa "Agricultura, Desenvolvimento Regional e Transformações Socioespaciais**". Presidente Prudente, FCT/UNESP, 2011.

SOUZA, S. P.; HESPANHOL, R.A.M. O Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural no contexto dos Territórios da Cidadania do estado de São Paulo. In: **XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária**. Uberlândia, Outubro de 2012. Anais do XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária.

STROMQUIST, N. **La construcción del género en las políticas públicas:** perspectivas comparadas desde América Latina. IEP (Instituto de Estudios Peruanos). Lima, 2006.

TAKAGI, M.; SANCHES, A; SILVA, J. G. Dez anos de PAA e a constituição de uma estratégia nacional de segurança alimentar. In: Grossi, M. D.; Kroeff, D. R. (Org.). **PAA: 10 anos de aquisição de alimentos**. 1ed.Brasília: Brasil, 2013.

TEIXEIRA, C. E. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na formação da realidade.** Salvador: AATR, Bahia, 2002.

THIOLLENT, M. J. M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. São Paulo: Editora Polis, 1980.

THOMPSON, P. **A voz do passado**: história oral. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998. 383 p.

TRICHES, R. M.; FROEHLICH, E.; SCHNEIDER, S. Relações de produção e consumo: a aquisição de produtos da agricultura familiar para o Programa de Alimentação Escolar no município de Dois Irmãos (RS). In: Schneider. S; Gazolla M.. (Org.). **Os atores do desenvolvimento rural**. 1ed. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2011, v. 1, p. 253-268.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia:** um Estudo da Percepção, Atitudes e Valores do Meio Ambiente. 2a. edição. Editora Difel. São Paulo, 1980.

TURRA NETO, N. Espaço e Lugar no Debate sobre Território. **Geograficidade**, v. 5, p. 52, 2015.

VALLE, A. M. T. Políticas públicas, mujeres y género. In: VALLE, A. M. T.; TINAT, K.; VELASCO. **Los grandes problemas de México:** VIII Relaciones de Género. Colegio de México, México DF, 2010.

ZAMBRANO, C. V. Territorios plurales, cambio sociopolítico y gobernabilidad cultural. **Boletim Goiano de Geografia** 21(1): 9-49. 2001 jan.-jul.

ZAMBRANO, C. V. Territorio, diverdidad cultural y trabajo social. **Trabajo Social**, Bogotá, p. 9-24, 2010.

KUHN, C. **Juventude Rural de Laranjeiras do Sul**: espaços de lazer, sociabilidade e territorialização. 2014. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós Graduação em Geografia) - Universidade Estadual do Centro-Oeste.

WARMAN, A (2003). **"La Reforma Agraria Mexicana, una visión de largo plazo"** FAO. http://www.fao.org/DOCREP/006/J0415T/j0415t09.htm.

WOORTMANN, K. Comida, a família e a construção do gênero feminino. **Série Antropologia**, Brasília, v.50, p.1-43, 1985.

O último cafezinho, Jerci Maccari, 2005.

Anexos

ROTEIROS DE ENTREVISTAS UTILIZADOS NOS TRABALHOS DE CAMPO

ANEXO A. QUESTÕES E TEMAS NORTEADORES DA ENTREVISTA: TÉCNICO DO ITESP

Data

Hoarário:

Nome do entrevistado:Escolaridade:

Cargo/FunçãoTempo de atuação:

1) Há quanto tempo trabalha no Itesp de Euclides da Cunha Paulista?

2) Quais funções você desempenha?

3) Quais trabalhos o ITESP tem realizado no Assentamento Tucano?

4) Na sua opinião quais as pricipais potencialidades e problemas desse assentamento?

5) Quantas famílias existem atualmente no Assentamento Tucano?

6) Quais políticas públicas têm sido, ou foram, implementadas no Assentamento Tucano?

Poderia informar sobre as seguintes políticas públicas:

PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) (gestão do programa, modalidades, detalhes dos projetos aprovados para a OMAT, periodicidade das entregas, entidades receptoras, transporte e qualidade dos produtos etc);

PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) (gestão do programa, detalhes dos projetos aprovados para a OMAT, transporte e qualidade dos produtos);

PNDTR (Programa Nacional de Docuemntação da Trabalhadora Rural) e (mutirões realziados no município; quantidade de assentadas benefiadas no Assentamento Tucano e na OMAT)

Pronaf-Mulher (Quantidade de mulheres que acessaram essa política, emq eu foram aplicados os recursos).

7) Poderia por favor, explicar como se dá a implementação de cada uma dessas políticas.

8) Essas políticas também são implementadas em outros assentamentos do município?

9) Qual sua opinião sobre essas políticas?

10) Você percebe que há uma autonomia entre as mulheres do Assentamento Tucano?

11) Como se dá a atuação das mulheres na Organização de Mulheres do Assentamento Tucano (OMAT)?

12) Algumas delas se destacam? Quais e Por quê?

13) A liderança da associação é uma mulher. Na sua opinião como os homens se sentem e reagem em relação à isso?

14) Essas mulheres acessam as políticas mencionadas? E como se dá esse acesso?

15) Quantas mulheres acessam essas políticas no assentamento em questão e na OMAT, especificamente?

16) Quantas mulheres na OMAT possuem DAP? Como se dá o processo dessa documentação?

17) Há alguma política pública direcionada aos jovens do assentamento? Qual? Como é executada?

18) Poderia indicar outras pessoas que podem colaborar com a pesquisa?

19) Há arquvivos digitais com informações e dados sobre o Assentamento Tucano e a execução dessas políticas no Assentamento Tucano? Em caso afirmativo, poderia disponibilizá-lo?

20) Há alguama base ou shape do Assentamento Tucano para elaboração de material cartográfico. Em caso afirmativo, poderia disponibilizá-lo?

ANEXO B. QUESTÕES E TEMAS NORTEADORES DA ENTREVISTA: PRESIDENTA DA OMAT

Data:

Horário:

Nome da entrevistada:

Escolaridade:

Tempo de atuação na OMAT:

1) Há quanto tempo a senhora é associada à OMAT? E há quanto tempo preside a associação?

2) A senhora é agricultora há quanto tempo? Já exerceu outra atividade? Qual? Quando?

3) A senhora é casada? Qual atividade seu companheiro exerce? E seus filhos? O que eles fazem?

4) Há quanto tempo a senhora reside no Assentamento Tucano? A senhora era acampada? Ou comprou o lote?

5) O lote que a senhora mora está registrado no nome de quem, da senhora, do seu esposo, ou de ambos?

6) Atualmente, quantos associados possui a OMAT? E quantos asssociados havia na época da sua criação?

7) O nome da associação sugere que a mesma seja composta por mulheres, mas recebi informações de que também há homens associados. Como se deu a isnerção dos homens? E por que?

8) Como os homens se sentem sendo presididos por uma mulher? Você já sentiu preconceito de gênero?

9) Quais ações e atividades são realizadas por meio da associação?

10) Há alguma taxa cobrada dos associados? Em caso afirmativo, quanto? E para quais fins?

11) Quando a associação foi criada? Quem a presidiu no início?

12) Qual é o perfil e a origem dos (das) asssociados (as)? Há jovens associados?

13) A associação recebe algum fomento ou subvenção municipal?

14) Quais projetos o Itesp tem desempenhado em prol da OMAT?

15) Você ou os s (as) associados (as) acessam alguma dessas políticas:

PAA (Programa de Aquisição de Alimentos)

PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar)

PNDTR (Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural)

Pronaf-Mulher

16) Em caso afirmativo, em sua opinião como avaliam essas políticas?

17) No caso do PAA e PNAE, há quanto tempo a associaçaõ está inscrita nesses programas?

18) A maioria das DAPs são das associadas ou dos associados?

19) Para onde são destinados os alimentos, no caso do PAA e PNAE?

20) Na sua opinião, quais são as principais dificuldades que a OMAT e o Assentamento Tucano enfrentam hoje?

21) Como é a infraestrutura da OMAT?

22) E quanto às reuniões, ocorrem com qual frequência? A participação é efetiva?

23) Quais conquistas a OMAT já alcançou desde sua fundação?

24) Quanto às demais associadas, a senhora acha que elas já sofreram ou sofrem preconceito por serem mulheres? Comente à respeito?

25) Quando será as próximas reuniões da OMAT? Posso acompanhar algumas delas?

26) A senhora pode, por favor, me passar seu contato (e-mail, telefone), para que eu possa contatá-la?

ANEXO C. QUESTÕES E TEMAS NORTEADORES DA ENTREVISTA: MULHER QUE LIDEROU O ACAMPAMENTO

Data:

Hoarário:

Nome da entrevistada:

Escolaridade:

Profissão:

1) Onde a senhora viva antes da formação do acampamento?

2) Qual tipo de atividade a senhora e sua família exerciam nesse período? Já eram agricultures? Em que condições?

3) De onde eram as famílias acampadas Lagoa São Paulo e Caiuazinho?

4) Quais eram as condições econômica e social no acampamento na quele período?

5) A senhora se lembra quantas pessoas e famílias viviam nos dois acampamentos?

6) Num determinado momento houve uma separação do grupo, o que motivou isso?

7) A senhora foi uma grande intermediadora entre os acampados e as autoridades. Em algum momento, se sentiu receosa ou que sofria preconceito por parte dos homens acampados?

8) Como se dava as reivindicações e negociações com o poder público?

9) Houve muita violência por parte da polícia nas ações de despejo?

10) Um político acompanhou a luta de vocês (acampados) pela terra. No entanto, haviam acampados que desconfiavam das atitudes dele. Qual é a opinião da senhora sobre isso?

11) No longo processo de luta pela terra, muitas famílias deixaram o acampamento, reduzindo aos poucos, batsante significativamente o número de acampados. A senhora poderia dar sua opiniao a respeito?

12) Quantos acampamentos foram formados e em quais locais, até chegarem na fazenda Tucano?

13) Ao formar o acampamento na fazenda Tucano, vocês optaram por cultivar nas terras da propriedade, porém permanecendo na margem da rodovia. Quem foi o (a) resposável por essa estratégia?

14) No momento de posse das terras, a senhora se lembra quantas famílias existiam no acampamento?

15) Após a posse das terras, quais novos desafios surgiram? E como lidaram com os mesmos?

16) Em 1998 surge um grupo de mulheres no assenatemnto. Como esse grupo se formou e quais eram seus objetivos?

17) Há quanto tempo a senhora trabalha com agricultura?

18) Quais profissões seus filhos exercem? Algum deles é agricultor? Em caso negativo, a senhora gostaria que algum deles fosse?

19) Enquanto foi assentada, quais atividades e culturas a senhora e sua família desenvolviam no lote?

20) A senhora era/é casada? Havia alguma distinção entre o trabalho realizado pela senhora e pelo seu companheiro?

21) A senhora acredita que ainda existe preconceito e desvalorização do trabalho da mulher na agricultura? Por quê?

22) Por quais razões a senhora vendeu lote e veio morar na cidade?

23) A senhora já participou ou conhece alguma mulher que tenha participado das seguintes políticas públicas: Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); Programa Nacional de Docuemntação da Trabalhadora Rural (PNDTR) e Pronaf –Mulher?

24) Quais vantagens e desvantagens a senhora vê nessas políticas? Na sua opinião elas podem contribuir para a vida das agricultoras? Por que?

ANEXO D. QUESTÕES E TEMAS NORTEADORES DA ENTREVISTA: TESOUREIRA DA OMAT

Data:

Nome Completo:

Contato/ e-mail ou telefone

1) Você rabalha como agricultora? Há quanto tempo exerce essa profissão? Já exerceu outra atividade? Qual e por quanto tempo?

2) Qual é a sua cidade de origem? Há quanto tempo reside em Euclides da Cunha Paulista? O que o motivou a se mudar do local de origem? Como se sente em relação ao seu local de origem? Há alguma tradição ou costume que preservou?

3)Como se deu o processo de luta pela formação do assentamento Tucano?

4) Onde a senhora vivia antes de se integrar ao acampamento?

5) Como se deu a organização na fase do acampamento? Havia alguma liderança?

6) Como é a composição de sua família? Quantas pessoas residem na casa? Qual é a idade e ocupação delas?

7) O seu esposo trabalha? O que ele faz? E seus/suas filhos/as?

8) Atualmente quantos/as associados/as existem na OMAT? Há quanto tempo a senhora é associada na OMAT? O seu esposo também é associado?

9) Como tem sido a organização da associação? Além da senhora e da presidenta mais algum membro participa das atividades administrativas?

10) E com relação a participação dos membros. Eles/elas participam das reuniões, expõem suas opiniões?

10) O que tem mudado na sua vida, desde que passou a participar da OMAT?

11) Explique como se deu o processo de fundação da associação? Quem participou disso? O que motivou a sua criação?

12) Como se dá a questão burocrática e financeira da OMAT? É cobrada alguma taxa dos/as associados/as?

13) Desde a fundação da OMAT, como tem oscilado a quantidade de homens e mulheres associados/as? As mulheres ainda são maioria?

14) E quanto a participação dessas mulheres? Elas têm uma participação efetiva? Nas reuniões e projetos? São elas, a maioria das cadastradas como fornecedoras do PAA e do PNAE?

15) A senhora sente que alguma dessas mulheres são restringidas pelos respectivos esposos de participarem mais ativamente da OMAT? Como? Em quais situações percebeu isso?

16) Com relação ao público associado, a senhora poderia traçar um perfil geral do mesmo, sexo, idade, cidade/estado de origem, profissão?

17) Há alguma mulher mais jovem associada? Há jovens no assentamento? Quantos aproximadamente? E quais atividades realizam?

18) Como tem sido a relação entre as mulheres e os homens integrantes da OMAT? É uma relação harmoniosa ou conflituosa? Por quê?

19) Na sua opinião por que desde a sua fundação nenhum homem assumiu o cargo de presidência ou tesouraria?

20) A quem pertence a titularidade do lote no qual sua família vive?

21) A senhora ou algum membro de sua família já utilizou o Pronaf? Qual modalidade? Qual valor? E o que foi realizado com o valor?

22) A senhora ou alguém de sua família participa ou já participou de alguma política pública? Como o PAA, PNAE? Quem possui a DAP na sua família?

23) E quanto ao PPAIS? Alguma pessoa de sua família já participou do programa? Quem estava cadastrado/a?

24) Alguém de sua família recebe ou já foi beneficiário do Programa Bolsa Família?

25) A senhora ou alguma mulher da sua família já participou de políticas como o Pronaf-Mulher ou o PNDTR?

26) Qual é a sua avaliação sobre as políticas públicas mencionadas? Quais os aspectos positivos e negativos das mesmas?

27)Na OMAT as mulheres associadas participam das políticas citadas? No caso do PAA e do PNAE, a maioria dos cadastrados/as são homens ou mulheres? Quem é responsável pela elaboração dos projetos?

28) Os/as seus/suas filhos/as pretendem continuar se dedicando à agricultura? O que a senhora pensa a respeito?

29) Atualmente como a senhora vê a situação do assentamento? Houve melhorias desde sua criação? O que é preciso melhorar?

ANEXO E. ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA FUNCIONÁRIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA DE EUCLIDES DA CUNHA PAULISTA

Data:

Nome Completo:

Função/Cargo:

1) Há quanto tempo exerce essa função?

2) Quais são os projetos ou quais são as ações de apoio que a Prefeitura Municipal desenvolve junto aos assentamentos rurais no município?

3)Existe alguma ação específica voltada para o Assentamento Tucano?

4) Há subvenção fiscal para alguma das associações de produtores/as rurais?

5) Quantos assentamentos existem atualmente no município de Euclides da Cunha Paulista? Quais são? E quais são suas características?

6) Qual a sua opinião sobre a presença dos assentamentos no município? A existência dos mesmos é positiva? Por quê?

7) Quais são os principais problemas enfrentados pelos assentados/as rurais atualmente? Quais ações municipais têm sido tomadas visando atender essas demandas?

8) Quais políticas públicas de nível estadual e federal, dirigidas aos pequenos produtores/as têm sido implantadas recentemente no município? Como se dá o apoio da Prefeitura para a viabilização das mesmas?

9) Quais foram os benefícios e quais as limitações geradas por essas políticas para o município, sobretudo para os/as assentados/as?

10) Há quanto tempo e de quê forma tem ocorrido a operacionalização das seguintes políticas públicas para o público assentado:

-Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

-Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

-Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Mulher (Pronaf-Mulher)

-Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR)

Na sua opinião quais as vantagens e problemas das seguintes políticas públicas?

11) Qual é o órgão responsável pela emissão da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) no município? E como ocorre o procedimento para o cadastro?

12) Há alguma política pública municipal destinada às mulheres ou aos jovens rurais? Ou são oferecidos cursos de capacitação para esse público?

ANEXO F. ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Data:

Nome Completo

Função/Cargo:

1) Há quanto tempo exerce essa função?

2) Há alguma política ou projeto realizado pela Prefeitura Municipal destinado as mulheres agricultoras/ assentadas no município? Quais? Em caso negativo, por que não?

3) Há alguma política ou projeto municipal que contemple o público assentado, de forma geral?

4) Já ocorreram casos de violência contra a mulher nos assentamentos de Euclides da Cunha Paulista? O que foi feito a respeito?

5) Pela sua experiência enquanto assistente social, pelo o que você tem observado e escutado, como você descreveria a situação das mulheres assentadas? Quais são os principais problemas que elas enfrentam?

6) Você conhee alguma política de nível federal, a qual as assentadas têm participado? Tais como o PAA, PNAE, Pronaf-Mulher ou o PNDTR? Qual é a sua avaliação sobre essas políticas?

ANEXO G. ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA ASSOCIADAS (OS) DA ORGANIZAÇÃO DE MULHERES DO ASSENTAMENTO TUCANO (OMAT)

Data:

Nome Completo:

Idade:

Contato: e-mail/ telefone

Sexo: Feminino ( ) Masculino ( )

Raça/Etnia: Branco/a ( ) Negro/a Pardo/a ( ) Indígena ( )

PARTE A – Informações Pessoais

1) Atualmente trabalha com agricultura? Ou exerce outra função? Qual? Há quanto tempo?

2) Há quanto tempo reside no Assentamento Tucano? Fazia parte do grupo na fase do acampamento?

3) É natural de qual município e estado?

4) Há quanto tempo reside no estado de São Paulo? O que motivou sair de seu local de origem?

5) Do que mais sente falta em sua cidade e estado de origem? Há algum costume ou tradição que continua fazendo para se lembrar de sua origem?

6) Qual é seu nível de escolaridade?

7) Descreva a sua família; É casada (o)? Há quanto tempo? Possui Filhos? Quantos? Quantas pessoas residem na casa?

Há quantas (os): ( ) Idosos ( ) Crianças ( ) Jovens ( ) Adultos

8) Quantas pessoas da família trabalham? E quais suas funções?

Conjugue: Idade: _____ Função: _____

Filho/a (1): Idade:_____Função:_____

Filho/a (2): Idade:_____Função:_____

Filho/a (3): Idade:_____Função:_____

9) Seus (suas) filhos/as têm intenção de continuar residindo no assentamento? Ou de darem continuidade ao trabalho agropecuário? Por quê? Qual sua opinião sobre isso?

PARTE B – Informações sobre o lote, o trabalho e a produção agropecuária

10) Qual é a extensão do lote de sua família?

11) O lote está registrado no nome de qual pessoa? Por quê?

12) Em termos agropecuários quais são os itens mais produzidos no lote (em termos de área e/ou produção) de sua família? Há quanto tempo e por quais motivos escolheram se dedicar nesse tipo de produção?

13) Como se dá a comercialização da produção? Quais são os aspectos positivos e negativos desses canais de comercialização? Comercializa via feiras, mercados locais e varejos, CEAGESP ou redes de supermercado?

14) Quais são os equipamentos e/ou implementos (trator, por exemplo) mais utilizados na produção do lote de sua família? Possui algum tipo de assistência técnica?

15) Há alguma cultura que possui sistema de irrigação? Qual é o tipo de irrigação utilizada?

16) A propriedade possui energia elétrica? Telefone? E computador? Com acesso à internet?

17) Possui carros? Quantos? Eles são utilizados para o transporte dos produtos?

18) Contrata mão-de-obra para alguma atividade? Essa mão-de-obra é fixa/temporária/diária, o (os) funcionário (os) são registrados?

19) Na sua opinião quais as principais dificuldades enfrentadas na atividade agropecuária?

( ) Falta de incentivo de Estado ( ) Dificuldade de Comercialização ( ) Falta de Assistência Técnica ( ) Fatores Climáticos ( ) Falta de melhores técnicas e equipamentos de cultivo ( )

Outras-Especifique:

20) Da sua família, quem são as pessoas que trabalham com a agropecuária no lote?

21) Em relação às atividades agropecuárias todos exercem a mesma função? Ou as tarefas são divididas? Em caso afirmativo como se dá essa divisão? Há alguma cultura, cuja produção tem apenas um membro da família como responsável?

22) E quanto às atividades domésticas? Quem é responsável por elas? Há alguma divisão nas tarefas?

23) Com relação à comercialização, quem é responsável por essa atividade? Ou ela é dividida entre os membros da família?

24) Em termos de criação de animais? Quais animais são criados no seu lote? Qual é a quantidade? E quem é responsável pelos cuidados com cada tipo de animal?

25) Qual é aproximadamente a renda agrícola anual obtida com a produção no lote (excluindo a renda obtida com o PAA, PNAE e demais programas)?

PARTE C – Informações sobre o associativismo

26) Há quanto tempo é associada/do à OMAT?

27) Além da OMAT participa de alguma outra associação? Ou de algum sindicato ou movimento social? Qual?

28) O que motivou sua inserção na OMAT? Há mais algum membro de sua família que também participa dessa associação?

29) Quais são as vantagens e desvantagens de participar dessa associação?

30) Há algum encargo ou taxa para participar da OMAT?

31) Com relação às reuniões, qual é a frequência das mesmas? Você ou algum integrante de sua família participam das mesmas?

32) Por que a associação possui o nome de "Organização das Mulheres do Assentamento Tucano"? Se também há homens associados?

33) A associação é presidida e administrada por mulheres, qual a sua opinião a respeito? Por que não há homens na gestão da mesma?

34) Em sua opinião, o que a OMAT trouxe de positivo para o Assentamento Tucano até o momento? E o que poderia ser melhorado na associação?

PARTE D – Informações sobre as políticas públicas

35) Há alguém membro de sua família que é aposentado/a? Que tipo de aposentadoria essa pessoa dispõe? O dinheiro dessa pessoa é utilizado para melhorias e para a produção no lote?

36) Algum membro de sua família é beneficiário do Programa Bolsa Família? Qual é sua avaliação sobre essa política?

37) Você ou algum membro de sua família já recebeu financiamento do Pronaf? Em caso afirmativo, qual foi o ultimo ano em que solicitou os recursos do Pronaf? Para custeio ou investimento? Qual foi o valor solicitado? O que achou dessa forma de financiamento?

38) Quem foi cadastrado/a como beneficiário/a do Pronaf quando sua família solicitou? Por quê?

39) Você sabia que há uma linha de financiamento específica para a mulher, o Pronaf-Mulher? Há alguém de sua família ou alguma mulher conhecida que já foi beneficiária dessa política? Qual é a sua avaliação dessa política?

40) Você conhece o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR)? Conhece alguma pessoa que utilizou essa política para emitir documentos pessoais? Qual é a sua avaliação dessa política?

41) Você ou algum membro de sua família participa do Programa Nacional de Merenda Escolar (PNAE)? Há quanto tempo? Quem está cadastrada/o oficialmente como fornecedor/ra do programa?

42) Como se deu o processo para a inscrição neste programa? Qual é a periodicidade das entregas?

43) Quais são, em sua opinião, as vantagens e desvantagens do PNAE? O que poderia ser melhorado no programa?

44) Você ou algum membro de sua família participa do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)? Há quanto tempo? Quem está cadastrada/o oficialmente como fornecedor/ra do programa?

45) Como se deu o processo para a inscrição no PAA? Qual é a periodicidade das entregas?

46) Quais benefícios você e sua família têm obtido ao participarem do PAA? O que poderia ser melhorado nesse programa?

47) Você percebeu alguma mudança de comportamento nas mulheres da sua família ou conhecida, após elas começarem a participar de políticas públicas recentes, como o PAA ou o PNAE? Você acredita que elas ganharam uma autonomia maior, financeira e socialmente? Por quê?